



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

i

A ECONOMIA PARANAENSE: 1985-1998

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SECÃO CIRCULANTE

Jaime Graciano Trintin

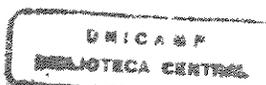
Tese de Doutorado apresentada
ao Instituto de Economia da UNICAMP
para obtenção do título de Doutor em
Ciências Econômicas – área de
concentração: História Econômica, sob
a orientação do Prof. Dr. Rinaldo
Barcia Fonseca.

*Este exemplar corresponde ao original
da tese defendida por Jaime Graciano
Trintin em 11/05/2001 e orientada pelo
Prof. Dr. Rinaldo Barcia Fonseca.*

CPG, 11/05/2001

Campinas, 2001

74897008



UNIDADE DC
N.º CHAMADA:
T/ UNICAMP
T 7372
V. Ex.
TOMBO BC/ 45904
PROC. 16-392/01
C D
PREÇO R\$ 11,00
DATA 10-08-01
N.º CPD

CM00158811-5

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA

T737e Trintin, Jaime Graciano
A economia Paranaense: 1985-1998/ Jaime Graciano Trintin. -
Campinas, SP : [s.n.], 2001.

Orientador: Rinaldo Barcia Fonseca
Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Economia.

1. Economia – Parana – Historia – 1985-1998. 2. Parana -
Condições economicas - 1985-1998. 3. Parana – Política econô-
mica. I. Fonseca, Rinaldo Barcia. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

SUMÁRIO

Agradecimentos	iii
Sumário	v
Índice de tabelas	vii
Introdução.....	1
1. Capítulo I - Industrialização e desenvolvimento regional no Brasil	7
1.1. A industrialização brasileira e a integração do mercado nacional.....	9
1.2. Da integração comercial à integração produtiva da economia nacional: a Industrialização pesada e seus reflexos regionais.....	16
1.3. Da concentração à desconcentração econômica regional: 1970-1985.....	26
1.4. Desaceleração do processo de desconcentração da estrutura produtiva regional: 1985-1995.....	42
2. Capítulo II - A agricultura e a indústria do Paraná até os anos 70.....	53
2.1. Os primeiros tempos.....	53
2.2. A expansão da economia cafeeira.....	61
2.3. A expansão da fronteira agrícola.....	68
2.4. A indústria paranaense até os anos 60.....	76
2.5. O Paraná visto como economia periférica.....	81
3. Capítulo III - Transformações na estrutura produtiva da economia paranaense no contexto da desconcentração econômica regional.....	89
3.1. A estrutura produtiva da agricultura.....	90
3.2. A estrutura produtiva da indústria.....	100
3.2.1. Distribuição espacial da indústria no Paraná.....	107

3.2.2. A indústria do Paraná e seus mercados.....	115
3.2.2.1 A inserção no mercado nacional.....	116
3.2.2.2 A indústria paranaense e o mercado externo.....	120
4. Capítulo IV - Transformações na estrutura produtiva da economia paranaense no contexto da desaceleração do processo de desconcentração econômica regional.....	127
4.1 A estrutura produtiva da agricultura.....	130
4.2. A estrutura produtiva da indústria.....	146
4.2.1. A distribuição espacial da indústria paranaense.....	160
4.2.2 A indústria paranaense e seus mercados.....	164
4.2.2.1 A inserção no mercado nacional.....	164
4.2.2.2 A inserção no mercado externo.....	172
5. Conclusão.....	179
6. Bibliografia.....	187

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1 Participação regional na produção econômica, 1970-1995.....	43
Tabela 2.1 Números de estabelecimentos por condições do responsável, no período 1920-1960.....	72
Tabela 2.2 Número de estabelecimentos no Paraná, por grupo de área, no período de 1940-1960.....	73
Tabela 2.3 Área dos estabelecimentos no Paraná, por grupo de área, no período de 1940 a 1960.....	73
Tabela 2.4 Produção das principais culturas permanentes e temporárias no norte paranaense e estado: 1940 –1960.	74
Tabela 2.5 Erradicação de Cafeeiros no Brasil, por produtores, 1962 –1967.....	75
Tabela 2.6 Participação dos principais gêneros da indústria do Paraná no valor da transformação industrial, 1950-1970.....	78
Tabela 2.7 Participação dos diferentes grupos da indústria do Paraná nos gêneros produtos alimentares, madeira e têxtil, 1960.....	79
Tabela 2.8 Participação das microrregiões mais industrializadas do Paraná no valor da transformação industrial, 1970.....	80
Tabela 3.1 Produção das principais culturas temporárias e permanentes, no Paraná, 1975-1985.	93
Tabela 3.2 Produção dos principais produtos agrícolas do Paraná, por principais microrregiões, 1975.	95
Tabela 3.3 Produção dos principais produtos agrícolas do Paraná, por principais microrregiões, 1985.....	96
Tabela 3.4 Evolução da área colhida dos principais produtos agrícolas do Paraná no, no período de 1970-1985.....	98
Tabela 3.5 Participação do Paraná no total nacional na produção dos principais produtos agrícolas no período, 1968-1983.....	99
Tabela 3.6 Participação dos principais gêneros no valor adicionado da indústria paranaense, 1975-1985.....	102

Tabela 3.7 Participação dos diferentes grupos nos gêneros produtos alimentares, madeira e têxtil no Paraná, 1975-1985.....	103
Tabela 3.8 Participação no valor adicionado dos diferentes grupos no gênero química, minerais não metálicos, papel, mecânica, material elétrico e de comunicação e material de transporte no Paraná, 1975-1985.....	105
Tabela 3.9 Distribuição da produção industrial do Paraná, por categoria de uso, no período 1975-1985.....	106
Tabela 3.10 Participação das microrregiões mais industrializadas do Paraná no valor adicionado da indústria, 1974-1985.....	110
Tabela 3.11 Participação das microrregiões no valor adicionado da indústria paranaense, por principais gêneros, 1985.....	112
Tabela 3.12 Participação das microrregiões no valor adicionado da indústria paranaense, por principais gêneros, 1985.....	113
Tabela 3.13 Participação dos principais gêneros industriais no valor adicionado das microrregiões do estado, 1975.....	114
Tabela 3.14 Participação dos principais gêneros industriais no valor adicionado das microrregiões do estado, 1985.....	115
Tabela 3.15 Distribuição das vendas industriais do Paraná, por mercado de destino, no período de 1975-1985.....	117
Tabela 3.16 Distribuição das vendas dos gêneros da indústria do Paraná por mercado de destino, no período de 1975-1985.....	118
Tabela 3.17 Distribuição das compras da indústria do Paraná, por mercado de origem, no período de 1975-1985.....	119
Tabela 3.18 Distribuição das compras dos gêneros da indústria do Paraná, por mercado de origem, no período de 1975-1985.....	120
Tabela 3.19 Participação dos gêneros nas vendas externas da indústria do Paraná, no período 1975-1985.....	122
Tabela 3.20 Participação dos gêneros nas compras externas da indústria do Paraná no período 1975-1985.....	124
Tabela 4.1 Produção das principais culturas temporárias e permanentes do Paraná (médias trienais – 1985-1997).....	132

Tabela 4.2	Produtividade dos principais produtos agrícolas do Paraná, 1985-1998).....	134
Tabela 4.3	Evolução da área colhida dos principais produtos agrícolas do Paraná (médias trienais – 1985-1997).....	135
Tabela 4.4	Número de estabelecimentos e área, por grupos de área total, no Paraná.....	136
Tabela 4.5	Pessoal ocupado, por tipo de trabalho, na agropecuária paranaense.....	137
Tabela 4.6	Estabelecimentos que utilizam fertilizantes e fazem controle de pragas, por extrato de área, na agricultura do Paraná, 1985-1995	138
Tabela 4.7	Número de tratores, máquinas e arados mecânicos, por extrato de área no Paraná.....	140
Tabela 4.8	Produção dos principais produtos agrícolas do Paraná, por principais microrregiões, 1997-1998.....	144
Tabela 4.9	Participação dos principais gêneros industriais no valor adicionado da indústria de transformação do Paraná, 1985-1998.....	147
Tabela 4.10	Participação dos diferentes grupos no valor adicionado dos gêneros produtos alimentarem, madeira e têxtil, 1985-1998.....	149
Tabela 4.11	Participação dos diferentes grupos no valor adicionado dos gêneros química, papel e papelão, mecânica, material elétrico e material de transporte, 1985-1998.....	152
Tabela 4.12	Participação industrial do Paraná, por categoria de uso no período 1985-1998.....	155
Tabela 4.13	Participação das maiores empresas no valor agregado, por gênero, no Paraná.....	157
Tabela 4.14	Participação das principais microrregiões do Paraná no valor adicionado da indústria, 1985-1998.....	161
Tabela 4.15	Participação das microrregiões no valor adicionado da indústria paranaense, por principais gêneros, 1985-1998.....	162
Tabela 4.16	Participação dos principais gêneros industriais no valor adicionado das microrregiões do estado , 1998.....	163
Tabela 4.17	Distribuição das vendas da indústria do Paraná, por mercado de	

	destino, no período de 1985-1998.....	165
Tabela 4.18	participação das vendas dos gêneros da indústria do Paraná, por mercado de destino, no período de 1985-1998.....	166
Tabela 4.19	Distribuição das compras da indústria do Paraná, por mercado de origem, no período de 1985-1998.....	168
Tabela 4.20	Distribuição das compras dos gêneros da indústria do Paraná, por mercado de origem, no período de 1985-1998.	170
Tabela 4.21	Balança comercial interestadual – operações globais com os principais estados – 1978/1998.....	171
Tabela 4.22	Participação dos gêneros industriais do Paraná nas vendas ao exterior, médias trienais, no período de 1985-1998.....	173
Tabela 4.23	Participação dos gêneros da indústria do Paraná nas compras totais realizadas no exterior, 1985-1998.....	175

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo minha gratidão especial volto a Deus, pela vida e pela certeza de que ela não se esgota em si mesma, mas toma sentido à medida que se vai compreendendo o projeto de construção de uma nova sociedade e com ele se comprometendo.

Devo agradecer também a meus pais, José e Lourdes (*in memoriam*), que me deixaram como herança a capacidade de compreender o sentido de palavras tão simples como honradez, caráter, lealdade, respeito ao próximo e trabalho.

À Ivone, ao Eduardo e à Patricia, pela compreensão nesses tempos difíceis, pelo amor manifestado ou guardado em seus corações, pelo sim e pelo não, pelo silêncio nos momentos em que as palavras não conseguiam preencher o vazio estabelecido em meu coração - sinais da presença de suas vidas em minha vida; e pelo estímulo e certeza no término desta empreitada.

Ao meu orientador, prof. Dr. Rinaldo Barcia Fonseca, que sempre se mostrou amigo, acolhedor e dedicado, e soube valorizar a importância deste trabalho.

Ao prof. Dr. Frederico Jayme Katz, por iniciar-me na problemática do desenvolvimento econômico.

Aos amigos da comunidade Koinonia tenho que agradecer muitas coisas, principalmente pelas palavras de conforto e esperança.

Ao Everlindo, professor e técnico da Secretaria de Estado da Fazenda, por não medir esforços em disponibilizar dados extremamente importantes para a realização deste trabalho.

Agradeço também ao amigo Gilmar Mendes Lourenço, pela disponibilidade e estímulo.

INTRODUÇÃO

A economia paranaense ganhou importância no cenário nacional a partir da expansão cafeeira no território do estado, mais precisamente a partir da década de trinta do século XX. O avanço da atividade cafeeira não significou apenas a introdução de uma nova atividade econômica nos limites territoriais do estado, em um contexto de poucas perspectivas para suas tradicionais economias do mate e da madeira. Mais que isto, representou o início de uma nova fase no processo de desenvolvimento de sua economia.

Esse processo tomou impulso a partir de meados da década de 40 do século passado, quando a economia cafeeira se expandiu e transformou o Paraná no mais importante produtor de café do Brasil, o que provocou taxa de crescimento da produção agrícola elevadas. Este dinamismo também se fez notar sobre o incipiente setor industrial, que passou a apresentar, a partir dessa década, taxas de crescimento bastante superiores à dos demais setores, correspondentes a 7,7% ao ano, contra uma taxa de 4,9% para a agricultura, contribuindo para alguma diversificação da economia paranaense no período.

Nos anos 60 o setor industrial era fortemente vinculado à transformação de produtos agrícolas, notadamente ao beneficiamento de café, cereais e afins, que respondia por quase 80% do valor adicionado do gênero, e da madeira, em que o segmento desdobramento da madeira contribuía com cerca de 90% do valor adicionado. Em conjunto estes gêneros contribuía com bem mais de 60% da renda gerada pelo setor industrial paranaense em 1960. No setor agrícola, a atividade cafeeira se destacava, uma vez que respondia por 58% do valor da produção agrícola estadual.

Em âmbito nacional consolidava-se o processo de integração produtiva do país a partir de São Paulo, com fortes reflexos nos demais estados, dada a exposição do incipiente setor industrial das demais regiões e, em particular do Paraná, à concorrência imposta pelos grandes capitais sediados naquele estado. Ao mesmo tempo, isso se consubstanciou na sedimentação de uma nova configuração na divisão do trabalho no espaço nacional, baseada na complementaridade da produção inter-regional. Isso, entre outros aspectos, contribuiu decisivamente para se questionar

o modelo de desenvolvimento existente, visto que se estava reproduzindo, guardada as devidas proporções, uma relação típica de centro-periferia no contexto nacional, onde o crescimento estava assentado na troca de produtos industriais paulistas por produção de matérias-primas e alimentos das demais regiões do país, fato que as condicionava a manterem uma estrutura produtiva especializada, visto que baseada na complementaridade inter-regional.

Nessas interpretações, havia uma idéia central: a de que o Paraná e os demais estados brasileiros foram preteridos no processo de industrialização da economia brasileira, pois, além dos obstáculos ao desenvolvimento industrial, decorrentes da maior integração da economia nacional, o governo federal havia dado um tratamento diferenciado àqueles estados que se situavam no pólo dinâmico da economia nacional (entenda-se São Paulo).

Diante dessa perspectiva em âmbito nacional, da constatação da importância do café para a economia paranaense e da fragilidade do seu setor industrial ante o desenvolvimento industrial observado no centro dinâmico da economia nacional, passou-se a questionar as possibilidades de desenvolvimento de novas etapas da produção capitalista em âmbito estadual.

Ante esses fatos e ainda nos anos 60, o governo paranaense realizou uma política voltada para a melhoria da infra-estrutura básica de transporte rodoviário, produção e transmissão de energia e telecomunicações, pois acreditava-se que a precariedade nestes setores era um dos principais pontos de estrangulamento que impedia a industrialização.¹ No entanto, a atuação do Estado não se restringiu a estas medidas, mas teve como meta intervir diretamente na promoção da industrialização, financiando novos empreendimentos, notadamente pequenas e médias empresas. O financiamento dessas empresas se justificava pela crença de que, sendo elas pequenas, evitava-se a geração de oligopólios e monopólios, que são perniciosos ao desenvolvimento econômico, e criava-se um ambiente interno de competição entre os capitais, o que acabaria por gerar maior grau de eficiência ao sistema produtivo estadual.² Por outro lado, passou-se a priorizar determinados tipos de empresas e de acordo com os ideais propostos, foram levados em conta os ramos industriais altamente dinâmicos, como a produção de bens de

¹ Rischbieter, Carlos. Incentivos à industrialização paranaense. In: *Revista paranaense de desenvolvimento*. Curitiba, 1972, p. 13.

² Ver, Leão, Igor Zanon C. C. *O Paraná nos anos setenta*. Curitiba, IPARDES/CONCITEC, 1989, p. 21.

consumo duráveis e bens de capital e intermediários, mas também privilegiou-se a produção de determinados bens considerados tradicionais no estado, como alimentos e têxteis, entre outros gêneros de não menos importância. Enfim, pensava-se constituir a base da pirâmide industrial do Paraná.

Esses esforços, no entanto, não foram bem sucedidos, uma vez que se tentou reproduzir no Paraná uma industrialização autônoma, baseada no modelo de substituição de importações já esgotado no plano nacional e, no momento, já se concretizava a integração produtiva da economia nacional. Tal integração, por outro lado, implicava no fato de que o parque industrial estabelecido no centro dinâmico da economia brasileira havia sido dimensionado com vistas a atender ao mercado nacional e contava com tecnologias adequadas à nova realidade da economia do país, intensivas em capital, o que por si só exigia grandes inversões de capital, excluía, portanto, as pequenas e médias empresas, que caracterizavam o setor industrial paranaense.

Esse conjunto de fatores, pensado como reprodutor da situação periférica, colocava perspectivas não otimistas para o desenvolvimento da economia paranaense, uma vez que essa situação tenderia a se reproduzir indefinidamente pelo fato de que o estado não lograria transformar seu padrão de crescimento. Ao Paraná, diante dessa constatação, restaria apenas desenvolver alguns setores industriais onde existissem melhores condições naturais, bem como dedicar-se fortemente ao setor agropecuário, ampliando seu papel como fornecedor de alimentos para o centro dinâmico da economia nacional, impossibilitado, porém, de fazer avançar o desenvolvimento capitalista para novas etapas.

A tese da complementaridade ganhou força a partir da década de 70, em virtude do crescimento econômico da economia nacional e das novas possibilidades de articulação dentro da divisão do trabalho no espaço nacional, notadamente a partir do processo de desconcentração da estrutura produtiva da economia brasileira. Este processo teve fortes reflexos nas economias regionais e, em particular, na economia paranaense, uma vez que esta passou a contar com investimentos oriundos das políticas públicas de desenvolvimento regional e do espraiamento da economia paulista, e inseriu-se fortemente em uma política de atração de investimentos industriais para o Estado.

Assim, a expansão capitalista a partir do centro dinâmico da economia nacional nos anos 70, possibilitava, em última instância, maior inserção da economia estadual no mercado nacional, criando novos mecanismos de estímulo tanto à produção agrícola quanto à industrial. Com isso, a tão temida unificação do mercado nacional não se consubstanciou em estagnação econômica como se supunha, mas em expressivas taxas de crescimento da economia estadual e em elevado grau de diferenciação de sua estrutura produtiva.

Entretanto, no início dos anos 80 esse processo de desconcentração da economia nacional desacelera-se e junto dele, novas forças passaram a atuar e comprometer o ritmo de expansão das economias regionais no Brasil. Nesse contexto, mesmo reconhecendo que algumas regiões lograram algum tipo de desenvolvimento de suas forças produtivas, algumas análises passaram a enfatizar que esse desenvolvimento ocorreu de modo seletivo, tanto do ponto de vista espacial quanto como setorial, não se consubstanciaram transformações profundas na estrutura produtiva, com o agravante de que a inserção econômica dessas regiões se materializou de modo especializado. Além disso, em muitos casos, o desenvolvimento dessas regiões assemelhava-se aos das economias de enclave, que muito pouco contribuíram para o desenvolvimento das forças produtivas onde se inseriram.³

Dada a desaceleração do crescimento e da desconcentração econômica regional, cabe a indagação sobre até que ponto a economia paranaense prosseguiu com o processo de diferenciação de sua estrutura produtiva iniciada no período anterior, uma vez que a partir de meados dos anos 80 se esgotaram os estímulos industrializantes presentes nas políticas de desenvolvimento regional. Cabe a indagação, também, sobre até que ponto a economia paranaense modificou seu padrão de inserção nos mercados nacional e internacional, se de modo especializado, à semelhança de muitas regiões do país, ou se nesse processo, conseguiu avançar e modificar seu padrão anterior, baseado quase que exclusivamente nas vendas de alimentos e alguns bens intermediários. Assim, procuramos examinar detidamente as mudanças ocorridas na economia paranaense para mostrar que ela criou condições que a capacitaram para aproveitar-se das oportunidades abertas em diferentes etapas da evolução da economia nacional, conseguindo

atingir um estágio de desenvolvimento quantitativa e qualitativamente diferente daquele alcançado pela imensa maioria dos demais estados da federação.

Este trabalho é dividido em quatro capítulos, além das conclusões. No primeiro capítulo, tratamos as principais fases do desenvolvimento industrial brasileiro e seus reflexos sobre o desenvolvimento regional. Inicia com uma apreciação sobre a integração do mercado nacional na sua fase denominada integração comercial, onde se analisam as mudanças ocorridas nas economias regionais em face das exigências de acumulação de capital a partir do centro dinâmico da economia nacional. A seguir, tratou-se da questão da implantação da indústria pesada no país em linhas gerais, de seu processo de consolidação na região Sudeste, particularmente em São Paulo, e dos entraves ao avanço das forças produtivas das demais regiões; do fenômeno da desconcentração da estrutura produtiva regional, a partir da retomada do crescimento econômico e da adoção das políticas públicas de desenvolvimento regional; e, finalmente, da tendência de retração desse processo de desconcentração em escala nacional, em face do abandono das políticas de desenvolvimento regional e da crise econômica dos anos 80. Este capítulo serve como um elemento basilar do trabalho, no sentido de possibilitar o entendimento da dinâmica regional no Brasil ao longo desse período e as possibilidades de inserção da economia paranaense nesse processo, bem como apontar as especificidades da inserção do Paraná nessa dinâmica.

No segundo capítulo, o esforço foi direcionado no sentido de mostrar a estrutura produtiva da economia paranaense até finais da década de 60. Para essa abordagem, o capítulo foi dividido em três partes. Na primeira são analisadas as modificações ocorridas na agricultura paranaense em virtude da expansão cafeeira e da nova frente de expansão com a ocupação da região Oeste/Sudoeste a partir dos anos 40, que teve fortes reflexos sobre a produção de alimentos e sobre a ocupação do território. Na segunda parte, são analisadas a estrutura produtiva da indústria e as modificações verificadas a partir da expansão da economia cafeeira, em termos de diferenciação produtiva e da distribuição espacial da indústria. Na terceira são analisados os prognósticos estagnacionistas feitos na época, acerca do desenvolvimento da economia paranaense até os anos 70.

³ Ver, entre outros, Guimarães Neto, Leonardo. Desigualdades regionais e federalismo. In: Affonso, R. B. A. &

O terceiro capítulo refere-se às transformações da economia paranaense durante a fase de desconcentração da estrutura produtiva em escala nacional, na qual o Paraná se insere fortemente e da qual tira proveito para se expandir e diversificar sua estrutura produtiva, agrícola e industrial. O capítulo foi dividido em duas partes, abrangendo quatro questões distintas e ao mesmo tempo complementares. Na primeira tratou-se das modificações na estrutura produtiva da agricultura, com ênfase na diversificação e modernização da produção agrícola e em sua distribuição espacial no Estado. A segunda parte inicia-se com a análise das transformações que se fizeram notar na indústria como consequência dos esforços industrializantes realizados pelo governo paranaense e dos efeitos de penetração de grandes capitais processadores das matérias-primas locais produzidas pela moderna agricultura que se expandiu no estado. Avança, depois, na análise dos impactos espaciais do crescimento e diversificação do setor industrial e termina com uma análise das modificações ocorridas na inserção da economia paranaense nos mercados nacional e internacional.

No quarto capítulo, o esforço foi dirigido no sentido de evidenciar as transformações na estrutura produtiva da economia estadual no contexto da desaceleração do crescimento econômico e da desconcentração espacial, entre os anos de 1985 e 1998. Trata-se de mostrar que o Paraná, sob a influência do novo ciclo de investimentos e servindo-se das condições já existentes ou daquelas criadas pelo Estado, com vistas à atração de investimentos, retoma o processo de crescimento e diversificação iniciado nos anos 70, aproveitando ainda mais intensivamente suas possibilidades de desenvolvimento industrial. Esse capítulo, à semelhança do anterior, foi dividido em duas partes. Na primeira trata-se das modificações na estrutura produtiva da agricultura, com destaque para a diversificação do setor, a incorporação de tecnologia e a distribuição espacial da produção no Estado. A segunda parte inicia-se com a análise da continuidade do processo de diversificação do aparelho produtivo industrial, com ênfase na expansão dos novos segmentos industriais e seus desdobramentos no que se refere à diferenciação dentro dos gêneros industriais. O capítulo prossegue com uma análise das consequências do processo de industrialização em termos espaciais, para depois tratar das modificações na forma de inserção da indústria nos mercados nacional e internacional.

CAPÍTULO 1. INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL

A industrialização brasileira, ao menos até a implantação da indústria pesada, foi fortemente apoiada por um conjunto de instrumentos de políticas fiscais e financeiras. Nesse processo, o poder público, como é sabido, teve importante papel quanto ao financiamento da grande maioria dos investimentos produtivos: gerou uma base produtiva estatal envolvida fundamentalmente na produção da infra-estrutura e de insumos básicos, importantes para a endogeneização da industrialização e sua diversificação rumo à produção de bens de consumo duráveis e de bens de capital. Essa conformação industrial reproduziu-se por todo o território nacional, porém de modo problemático e assimétrico, acabando por gerar várias tensões no âmbito inter-regional.

Entre os anos 60 e 70 do século passado, devido às condições financeiras internacionais favoráveis e à possibilidade de o crescimento econômico continuar se sustentando (após o “milagre econômico brasileiro”), através dos maciços investimentos federais, foi possível o aproveitamento de oportunidades de investimento decorrentes do ciclo expansivo da economia brasileira para promover o crescimento industrial de algumas regiões do país. Nesse processo, e ainda nos anos 70, o projeto para a instalação da Cidade Industrial de Curitiba, no Paraná, é, sem sombra de dúvida, o exemplo mais marcante da iniciativa do poder público estadual visando promover o desenvolvimento industrial, pois contou fortemente com os recursos do Fundo de Desenvolvimento do Estado, FDE. Tal projeto, além de utilizar os recursos provenientes desse fundo, contou também com outros instrumentos, que envolviam as três instâncias da Federação. Com isso, o estado do Paraná conseguiu, através de medidas industrializantes e da criação de aparelhos institucionais voltados à atração de investimentos e obtenção de financiamentos, promover uma rápida diversificação do seu aparelho produtivo industrial, a qual se prolongou até meados dos anos 80, em decorrência da maturação dos investimentos realizados ainda no transcorrer da década de 70.⁴

Com o advento da conjuntura econômica internacional desfavorável e o esgotamento do padrão brasileiro de industrialização, o crescente desequilíbrio do balanço de pagamentos e das contas públicas, bem como o acelerado processo inflacionário, acabaram por afetar desfavoravelmente as expectativas dos agentes privados quanto ao desempenho da economia e sua capacidade de se ajustar tecnologicamente e acompanhar as transformações em curso na estrutura produtiva das economias desenvolvidas. Ainda no início dos anos 80, a economia brasileira se viu diante do iminente esgotamento da capacidade do setor público para realizar investimentos no setor produtivo, devido ao esgotamento do padrão de financiamento, que se manifestava através da crise da dívida externa, da crise financeira do Estado e do aumento das taxas de inflação. Assim, a política econômica dessa década foi marcada por estratégias de curto prazo, principalmente voltadas para a resolução dos problemas gerados pela dívida externa e pelo processo inflacionário, sem uma preocupação maior com uma política industrial de longo prazo que visasse à modernização do setor produtivo com vistas à sua inserção competitiva no mercado internacional.⁵

Em conseqüência, a década de 80 apresentou movimentos de profunda crise, fruto da política econômica recessiva implementada pelo governo federal e monitorada pelo Fundo Monetário Internacional, e dos esforços pela recuperação do crescimento, amplamente sustentados pelos setores mais ligados às exportações, notadamente de bens intermediários, porém a taxas bastante pequenas, se comparadas com as do período anterior.

Cabe observar que os efeitos da crise não se refletiram tão-somente na desaceleração do crescimento da economia, mas também alteraram a forma de financiamento da produção, tanto agropecuária quanto industrial, no país, visto que a economia se ajustou para a geração de elevados superávites comerciais com vistas à captação de divisas e posterior pagamento dos serviços da dívida externa, entre outros compromissos. Portanto, refletiu-se de modo acentuado no padrão de desenvolvimento, em termos espaciais, da indústria brasileira, que vinha se caracterizando por um intenso processo de desconcentração da estrutura produtiva desde os anos

⁴ Devido à importância da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), para o desenvolvimento industrial do Paraná, voltaremos a tratar desse assunto em outra parte do trabalho.

⁵ Para uma análise do período, ver: Carneiro, Ricardo de Medeiros. *Crise, estagnação e hiperinflação: a economia brasileira nos anos oitenta*. Campinas. Tese Doutorado. IE/UNICAMP, 1991.

70 e que apresentava forte tendência para a expansão das áreas dinâmicas nucleadas por São Paulo, com grande diferenciação da estrutura produtiva e elevadas taxas de crescimento do produto industrial.⁶

Esse processo, que implantou, diversificou e desacelerou a desconcentração da estrutura produtiva da economia nacional, legou às várias regiões do país configurações econômicas bastante distintas. Entre essas economias regionais, toma relevância a que se desenvolveu no Paraná, pois se inseriu na economia brasileira aproveitando-se das brechas criadas pelo processo de desenvolvimento em escala nacional.

1.1 A industrialização brasileira e a integração do mercado nacional

Foi a partir da década de 30 do século passado que o processo de industrialização da economia brasileira tomou impulso e passou a avançar rumo à internalização das forças produtivas tipicamente capitalistas no país, muito embora ainda houvesse a prevalência do Departamento III sobre os Departamentos e I e II.⁷ Isso porque o capital industrial, nessa fase do desenvolvimento capitalista no Brasil, para internalizar sua produção dependia do capital comercial exportador de café, que, por sua vez, dependia do mercado externo. Segundo Cano (1977), essa dependência do capital industrial em relação ao setor externo se traduzia em dois aspectos essenciais: a) geração de divisas necessárias à aquisição de máquinas e equipamentos, com vistas à ampliação e reposição da capacidade produtiva; b) ampliação da capacidade desse setor para assegurar mercado interno aos produtos industriais, tanto na forma de bens de salário como de outras máquinas e equipamentos necessários à atividade cafeeira. A acumulação de capital no setor cafeeiro estimulava a diversificação e crescimento do setor industrial e, ao mesmo tempo, lhe imputava certos limites. No entanto, ao invés de esse mecanismo se traduzir

⁶ Tomaremos como base os trabalhos de Mello, João Manuel Cardoso. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo, Brasiliense, 1986; Tavares, Maria da Conceição. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. 2^a ed. Campinas, Ed. UNICAMP, 1986; Aureliano, Liana Maria. *No limar da industrialização*. São Paulo, Brasiliense, 1981 e Cano, Wilson. *Desequilíbrios regionais e industrialização no Brasil*. 2 ed. Campinas, Ed. UNICAMP, 1998⁷.

⁷ Pensando-se nos esquemas de departamento de Kalecki, Michael. *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. 2 ed. São Paulo, HUCITEC, 1990.

em estagnação econômica, a expansão do complexo cafeeiro criou as condições de gestação de um setor industrial que se diversificou e ganhou importância relativa ante o setor primário exportador, inclusive passando a atender às necessidades de demanda do complexo exportador e do setor urbano em expansão.

Desse modo, a economia brasileira gradativamente foi rompendo com o modelo anterior e marchava rumo a um novo padrão de acumulação assentado na expansão da renda do setor industrial-urbano, que foi se tornando uma das principais determinantes do crescimento da renda interna e passava a reproduzir internamente a força de trabalho e parte do capital constante.

O importante, porém, não é o caráter substitutivo da produção industrial, que permite atender inicialmente a uma demanda cativa e a partir daí expandir-se. O ponto central é que esse incremento da produção permite, pela primeira vez na história da indústria, reproduzir conjuntamente a força de trabalho e parte do capital constante industrial, num movimento endógeno de acumulação.⁸

Todavia, essa industrialização, segundo Cardoso de Mello (1986), manteve-se restrita, porque não dispunha de capacidade técnica e financeira para implantar o setor de bens de produção. Assim, a problemática do desenvolvimento do capitalismo na periferia passou a estar assentada na questão de como essas economias poderiam avançar no sentido de constituir suas forças produtivas internas. Mesmo havendo um processo de acumulação de capital, ele não era capaz de se autodeterminar, cabendo ao setor exportador suprir as necessidades internas quanto à aquisição de máquinas e equipamentos necessários, a fim de dar continuidade à reprodução do capital. Era um momento em que se estava constituindo grande parte da indústria pesada, embora esta não fosse suficientemente capaz de construir a capacidade produtiva diante da demanda. Havia um limite no processo de acumulação, que o distinguiu notoriamente do padrão clássico de desenvolvimento capitalista, visto que esse processo de constituição da indústria pesada sempre esteve atrelado ao avanço tecnológico e, quando da implantação do departamento

⁸ Cf. Tavares, Maria da Conceição. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. 2 ed. Campinas, Ed. UNICAMP, 1986, p. 104.

de bens de produção, este não nasceu respondendo às necessidades da demanda, mas sempre articulado a uma planta tecnológica nova.

Isso significa dizer que a periferia necessitava dar um salto e, para tanto, precisava de mecanismos de financiamento interno e externo, que o Estado articulasse os blocos de capitais privados e que o próprio Estado definisse seus investimentos em setores estratégicos, com vistas a superar o atraso tecnológico. Portanto, havia uma idéia central, que era a de se pensar o papel do Estado na economia: deveria este assumir a função de centralizador do capital, para poder financiar a ampliação da indústria de bens de capital.

Na industrialização retardatária, os obstáculos a transpor se tornariam muito mais sérios. Já não se tratava de ir aumentando, a saltos mais ou menos gradativos, as escalas de uma indústria existente, como ocorreu durante a Segunda Revolução Industrial. Ao contrário, o nascimento tardio da indústria pesada implicava numa descontinuidade tecnológica muito mais dramática, uma vez que se requeriam agora, desde o início, gigantescas economias de escala, maciço volume de investimentos inicial e tecnologia altamente sofisticada, praticamente não disponível no mercado internacional, pois que controlada pelas grandes empresas oligopolistas dos países industrializados.⁹

O Estado, entretanto, não conseguia arregimentar esforços visando atingir esses objetivos, pois em grande medida os capitalistas, protagonistas do momento, não tinham interesse em que o Estado interferisse e redefinisse novas estratégias. Interessavam-lhes muito mais políticas públicas protetoras contra as importações concorrentes, que melhorassem a infra-estrutura econômica, com vistas a assegurar economias externas baratas, e controlassem os salários da força de trabalho. Enfim, políticas que garantissem condições para que a rentabilidade da produção industrial permanecesse em patamares elevados, portanto em detrimento dos interesses que visavam à consolidação de um parque industrial mais autônomo, à semelhança dos países desenvolvidos.¹⁰

⁹ Mello, João Manuel Cardoso, 1986, op. cit., p. 112.

Na esteira desse processo de consolidação da posição hegemônica do capital industrial, bem como de sua diversificação, tomou impulso o processo de expansão e conquista dos mercados regionais, com tendência para a concentração da produção industrial em termos espaciais.¹¹ Analisando essa fase da industrialização, Cano (1998^o) aponta dois momentos importantes para a compreensão de tal processo: o primeiro, denominado *concentração por estímulo*, ocorreu fundamentalmente quando a produção industrial paulista cresceu atendendo à demanda das demais regiões, principalmente quando das restrições de importações de bens de capital, insumos e bens de consumo não-duráveis impostas pela Primeira Guerra Mundial; o segundo momento, denominado *concentração por necessidade* quando da diversificação e crescimento da indústria paulista, na década de 20. Ou seja, para viabilizar o processo de acumulação de capital nesse setor e eliminar os possíveis entraves à acumulação de capital, havia a *necessidade* de incorporar os mercados regionais.

O processo de concentração industrial se reforçou em território paulista porque este já contava com unidades industriais mais complexas, com escala de produção para atender ao mercado nacional, e oferecia as melhores condições de localização para esses segmentos industriais. Portanto, se não se eliminaram, ao menos se inibiram fortemente as possibilidades de instalação de novas unidades similares em outras regiões e estados do país.

O impacto dessas mudanças evidenciou-se na crescente participação da indústria paulista no total nacional e nas modificações na pauta de comércio de São Paulo com as demais regiões, no sentido de São Paulo tornar-se uma economia exportadora de bens manufaturados e importadora de matérias-primas e alimentos. Por outro lado, essas transformações não só revelaram a posição hegemônica de São Paulo quanto à produção industrial, mas também sua maior autonomia relativa ante as demais regiões e estados. Haja vista que as importações de gêneros alimentícios mantiveram tendência de decréscimo até próximo da década de 50, enquanto que as exportações de manufaturados mantiveram-se próximas de 70% até o início dessa década. Isso, em tempos de um intenso processo de urbanização da economia paulista.¹²

¹⁰ Ver sobre este aspecto: Aureliano, Liana Maria, 1981, op. cit. p. 97.

¹¹ As análises que seguem tomam por base o trabalho de Cano, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 4 ed. Campinas. Ed. UNICAMP, 1998, p. 243-259.

¹² É importante ressaltar que a indústria paulista se expandiu em um momento de grande crescimento para a indústria de transformação do país, visto que, entre os anos de 1919 e 1939, cresceu a uma taxa média anual de 5,7% e a uma

A manifestação dessas mudanças sobre as economias regionais, nessa etapa de formação do mercado nacional, também implicou menor participação das principais regiões do país no total da indústria de transformação em praticamente todos os segmentos da produção, com exceção da região Sul no tocante à produção de bens de capital e bens duráveis de consumo, devido ao crescimento da participação do Rio Grande do Sul.

Em contrapartida, evidenciou-se o crescimento da participação relativa do estado de São Paulo no total da indústria brasileira, bem como em todos os segmentos da produção. Portanto, evidenciando não só a intensidade com que se deu o desenvolvimento industrial paulista nesse período, mas também a consolidação de sua posição hegemônica no contexto nacional.¹³

É importante ressaltar que essas transformações econômicas se deram em um contexto de modificações institucionais que se traduziram em maior participação e intervenção do poder público na vida econômica do país.

Trata-se de um Estado que ao superar as formas oligárquicas e regionais de pressões e de intervenção, busca os meios e caminhos para a centralização, para a efetiva constituição de uma forma mais avançada de Estado Nacional, capitalista e burguês. O processo de centralização ocorre através da construção de um complexo e diversificado aparelho burocrático-administrativo que tem como funções básicas a intervenção, regulação e controle da economia e da sociedade, em nome do interesse geral.¹⁴

Enfim, as transformações econômicas e institucionais possibilitaram, a partir da década de 30, maior articulação inter-regional, visto que foi possível ao Estado legislar em favor da *causa nacional*, em detrimento dos interesses estritamente *regionais*, principalmente em um momento

taxa de 5% exceto São Paulo. No período seguinte, 1939 e 1949, essa taxa foi de 7,8%, e exceto São Paulo, de 6,2%. Assim, o crescimento industrial paulista não se deu em detrimento das demais regiões, conforme aponta Cano, Wilson, 1998^a, *op. cit.*

¹³ Nesse período os estados que apresentaram crescimento, em termos de participação, foram: Minas Gerais, Santa Catarina e Paraná, principalmente no setor produtor de bens de consumo não-duráveis.

de aceleração do processo de industrialização da economia brasileira e em tempos de escassez de divisas. Em outros termos, para que não houvesse quaisquer entraves quanto à acumulação de capital no setor industrial, fazia-se necessário integrar o mercado nacional. Isso implicava, entre outras providências, eliminar os impostos estaduais que incidiam sobre o comércio entre os estados, pois funcionavam como verdadeiras barreiras alfandegárias, bem como ampliar e melhorar o sistema de transportes existente no país, para que houvesse maior grau de complementaridade econômica entre as regiões.¹⁵

Quanto ao sistema de transporte, Guimarães Neto (1986) aponta para o fato de que houve significativo avanço na articulação entre as diversas regiões, principalmente através do sistema rodoviário, que se expandiu de modo extraordinário no período e intensificou os fluxos comerciais entre as principais regiões. Notadamente porque se reduziram os custos de transporte e, ao mesmo tempo, se quebraram as *barreiras à entrada* em vários mercados regionais, que até então se mantinham em relativo estado de *isolamento*. Isso implicou, principalmente a partir da década de 30, a perda de faixas de mercado tanto no Sudeste, como no Sul e Nordeste, embora esta última região ainda se mantivesse de certo modo *protegida* pela longa distância que a separa dos centros mais desenvolvidos da época e pela precariedade do sistema de transportes.¹⁶

Essa perda não se manifestou tão-somente nos mercados *cativos*, outrora atendidos por empresas que operavam no âmbito estritamente regional e que foram *invadidos* por produtos advindos principalmente de São Paulo. Houve a perda também de faixas de mercado, por parte da *periferia nacional*, de produtos que antes eram destinados aos principais centros urbanos do país e que passaram, em grande medida, a ser atendidos pelo centro dinâmico da economia nacional e por regiões próximas a São Paulo, que se integraram na divisão do trabalho no espaço nacional produzindo alimentos.¹⁷

¹⁴ Guimarães Neto, Leonardo. *Nordeste: da articulação comercial à integração econômica*. Campinas. Tese Doutorado. IE/UNICAMP, 1986, p. 115.

¹⁵ Cano, Wilson, 1998^a, op. cit., p. 176-177 e Guimarães Neto, Leonardo, 1986, op. cit., p.115.

¹⁶ Cf. Guimarães Neto, Leonardo, op. cit., 1986, p.117.

¹⁷ Para uma análise dos impactos da integração do mercado nacional sobre o Nordeste brasileiro, ver, entre outros, Guimarães Neto, Leonardo, 1986, op. cit., e Oliveira, Francisco. *Elegia para uma re(li)gião*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

Uma síntese a respeito das formas e manifestações desse processo é feita por Cano (1998^b):

Essa integração proporcionou forte incremento do comércio inter-regional para todas as regiões brasileiras, aumentando-lhes o grau inter-regional (até então incipiente) de complementaridade. Isso afetou positivamente a renda e o emprego em SP – o estado mais atingido pela “crise de 1929”; certamente, também aos demais estados cafeeiros, não apenas devido aos efeitos da política de sustentação da economia cafeeira mas também pelos efeitos citados da integração do mercado interno. Obviamente, também os demais estados periféricos não-cafeeiros foram beneficiados, dado que vinham desde a década de 20 apresentando sofrível dinâmica de crescimento em face da debilidade de suas principais exportações para o exterior: a integração abria-lhes importante oportunidade de retomar o crescimento, via exportações para o mercado interno. Contudo, ao integrar-se no mercado, com ausência de barreiras protecionistas, pode-se ganhar na competição de determinados produtos, mas não de todos; participar do “mercado nacional aberto” significa também “abrir o mercado regional”. Dessa forma a integração proporcionaria efeitos de estímulo, de inibição ou bloqueio e, até mesmo, de destruição.¹⁸

Em suma, a partir de meados da década de 30, a indústria nacional se expandia e com ela se configurava uma nova articulação entre as regiões do país, num processo de forte integração do mercado nacional, que se tornou indispensável para a continuidade do desenvolvimento capitalista no país. Problemas regionais gradativamente passaram a ser tratados como nacionais e a prioridade passou a estar voltada para o desenvolvimento do setor industrial.

Embora concentrada, a expansão industrial prosseguiu a passos largos e gerou um ambiente interno propício para a acumulação de capital: à medida que avançavam a urbanização e a industrialização, requeria-se cada vez mais a ampliação da capacidade produtiva do país para a geração de produtos agrícolas, quer através da incorporação de novas áreas agricultáveis, quer através da reconversão de atividades de exportação. Enfim, era necessário garantir a expansão da

¹⁸ Cf. Cano, Wilson, 1998^a, op. cit., p.181.

agricultura de alimentos e o fornecimento de matérias-primas, para, de um lado, não onerar o custo da reprodução da força de trabalho urbano-industrial emergente e, de outro, os custos com a aquisição de matérias-primas industriais. Portanto, gerando novas oportunidades de inversão nesses segmentos produtivos, principalmente em tempos de escassez de divisas.

Assim, a expansão industrial paulista e a *necessidade* de integração do mercado criaram os requisitos para o estreitamento dos vínculos econômicos inter-regionais, sendo que na fase denominada *industrialização restringida*, a principal forma de integração dos mercados passou a ser predominantemente através do comércio de mercadorias. No entanto, a partir de meados dos anos 50, essa forma predominante deu lugar a outra mais dinâmica denominada de *integração produtiva* e que representou uma das fases mais importantes para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

1.2 Da integração comercial à integração produtiva da economia nacional: a industrialização pesada e seus reflexos regionais

O período que compreende a montagem da indústria pesada no Brasil tem seu marco inicial na década de 50, porque foi nessa época que a indústria nacional tomou impulso e mudou seu padrão de desenvolvimento em direção à montagem da indústria de bens de capital. Os esforços realizados nesse período tinham o objetivo central de completar as forças produtivas tipicamente capitalistas, o que correspondia a implantar todos os departamentos, para que a acumulação de capital passasse a ser endogeneizada.

Faz-se necessário apontar, mesmo que de modo sumário, que o momento da industrialização pesada, ao menos no início, não pode ser entendido sem se levar em conta as transformações que estavam ocorrendo nas economias capitalistas desenvolvidas, principalmente no que se refere às novas condições de atuação do Estado e suas articulações com o sistema produtivo, bem como às relações sociais de produção. Outro fator extremamente importante no

período foi a mudança da política americana em relação aos países derrotados na II Guerra Mundial. Os EUA passaram a favorecer a reconstrução econômica européia e japonesa, através do Plano Marshal, com repasse de tecnologias e facilitando o seu rearmamento, como forma de preventivamente enfrentar os avanços do comunismo, em meio à crescente exportação de mercadorias norte-americanas e ao endividamento financeiro de todo o mundo.

A partir da eliminação das barreiras tarifárias e da redução das restrições em relação ao capital forâneo, os mercados europeus tornaram-se mais atrativos à expansão das filiais das grandes empresas americanas, intensificando-se a concorrência intercapitalista sob a hegemonia dos Estados Unidos. Através dessas medidas, entre outras, as economias da Europa e do Japão foram internacionalizadas. Mas, devido à proteção dos respectivos Estados nacionais, tais economias conseguiram assegurar a articulação e a modernização de seus capitais, assim como a expansão de suas filiais a outros países, em competição com os próprios americanos, abrindo margem para o avanço da industrialização dos países retardatários. Ou seja, o modelo de produção industrial norte-americano se consolidou e tornou-se paradigma para as economias capitalistas centrais, alcançando também alguns países emergentes, semi-industrializados, como o Brasil.

Esse processo de rápida internacionalização de capital das economias avançadas foi liderado pelas indústrias nobres, bens de consumo duráveis e bens de produção, que migraram para a periferia em busca de mercados que estavam isolados da competição internacional.¹⁹ Foi nesse contexto que se realizou uma das mais importantes iniciativas do setor público com vistas a alavancar a industrialização da economia brasileira, o Plano de Metas, cabendo ao Estado papel importante na criação de infra-estrutura básica e ambiente interno, entenda-se reserva de mercado, para dar suporte à acumulação de capital em escala nacional.²⁰

¹⁹ Para uma análise desse processo ver, entre outros, Hobsbawm, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

²⁰ O grau de avanço desses processos, na grande maioria dos países da periferia, dependeu da capacidade do Estado gerar a base produtiva pesada, através da construção de formas de monopolização de capital, porém sua enorme capacidade de concentrar e constituir capital, o que fez acelerar o processo de industrialização, só foi legitimada devido à necessidade de articular financeiramente blocos de capital desigualmente monopolizados: o capital privado nacional e o grande capital internacional, conforme Belluzzo, Luiz G. de Mello & Coutinho, Luciano Galvão.

Esses investimentos não foram distribuídos predominantemente aos vários setores da indústria; concentraram-se em alguns ramos, notadamente nos ramos de material de transporte, material elétrico e mecânica, que apresentavam pouco peso relativo na estrutura produtiva industrial existente e de elevada complementaridade interindustrial. Por outro lado, ainda não se verificava, nessa etapa, um processo de *concentração absoluta* em favor das grandes empresas. Os elevados ritmos da taxa de acumulação das grandes empresas, nacionais, públicas ou estrangeiras, permitiam a existência de empresas menores, ou mesmo a entrada de novas nesse segmento do mercado mais competitivo, o que fez essa fase caracterizar-se mais pela diferenciação da estrutura produtiva do que pela concentração do capital.

Um padrão de investimento como o assinalado e sua introdução de forma brusca e concentrada no tempo gera um poderoso efeito acelerador sobre a renda urbana e a capacidade produtiva do setor de bens de capital. Este efeito acentua-se pelo alto grau de complementaridade tecnológica dos projetos de investimento, com efeitos dinâmicos, em cadeia, sobre as demandas intersetoriais dentro do próprio complexo industrial em expansão.²¹

Esse bloco de investimentos, além de possibilitar a diferenciação da estrutura produtiva industrial, também estimulou, em razão da demanda da grande empresa estrangeira, o surgimento, expansão e modernização das pequenas e médias empresas nacionais, que passaram a crescer a reboque das demais. O setor produtor de bens típicos de consumo da classe trabalhadora, que estava sob o comando das pequenas e médias empresas de capital nacional, também sentiu os efeitos da expansão dos setores de bens de produção e de bens de consumo para os capitalistas. Isso porque o aumento nos investimentos na época teve fortes reflexos sobre a demanda de trabalho, bem como sobre a taxa de salários,²² estimulando a produção complementar das demais regiões do país, principalmente nos setores leves de sua indústria.

Política econômica, inflexões e crise. In: Belluzzo, L. G. M & Coutinho, R (org.). *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982, p. 159-193.

²¹ Cf. Tavares, Maria Conceição, 1986, op. cit., p.120.

²² Cf. Mello, João Manuel Cardoso, 1986, op. cit., p. 120; Tavares, Maria Conceição, 1986, op. cit., p.121.

Cabe observar que essa fase da industrialização brasileira se diferenciou substancialmente da que prevaleceu anteriormente, denominada de industrialização restringida, e que se caracterizou como um padrão horizontal de acumulação, visto que a capacidade produtiva não cresceu à frente da demanda nem tampouco promoveu *abruptas descontinuidades tecnológicas*. Entretanto, a fase que se seguiu a partir de 1955 representou um rompimento com o padrão então vigente, uma vez que

*A implantação de um bloco de investimentos altamente complementares, entre 1955 e 1961, correspondeu, ao contrário, a uma verdadeira onda de inovações schumpeteriana: de um lado, a estrutura do sistema produtivo se alterou radicalmente, verificando-se um “salto tecnológico”; de outro, a capacidade produtiva se ampliou muito à frente da demanda preexistente. Há, portanto, um novo padrão de acumulação, que demarca uma nova fase, e as características da expansão delineiam um processo de industrialização pesada, porque este tipo de desenvolvimento implicou um crescimento acelerado da capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de bens duráveis de consumo antes de qualquer expansão previsível de seus mercados.*²³

Nessa fase, são identificadas quatro características principais. A primeira refere-se ao caráter solidário dos investimentos e aos efeitos de retroalimentação que estes exerceram entre as indústrias produtoras de bens de capital e os equipamentos requeridos pelo departamento produtor de bens de consumo típicos do consumo capitalista, sendo estes *acompanhados e amparados pelo investimento público* em energia, transportes, entre outros. Esse foi um período no qual as indústrias produtoras de bens de consumo para assalariados *foram levadas literalmente a reboque do crescimento* dos demais departamentos. A segunda refere-se à exigência de concentração de um volume considerável de capital, capaz de promover o salto tecnológico e atender às necessidades crescentes de investimento do período. A terceira mostra que o salto tecnológico e a concentração e centralização de capital não poderiam advir da fase anterior: foi necessário contar com a participação das empresas estrangeiras, sob a forma de investimentos diretos, notadamente no setor de bens de consumo duráveis. A quarta

²³ Idem, p.117.

característica está na forma encontrada de *divisão de áreas* entre o Estado, o grande capital nacional e o capital estrangeiro instalado no país.²⁴

Esse período de crescimento não durou muito, e já se evidenciavam fortes sinais de esgotamento do processo. Segundo Tavares (1986), no início da década de 60, o setor de bens de produção não representava mais o setor impulsionador do crescimento industrial. Existiam grandes margens de capacidade ociosa, o que inibia novos investimentos, como também havia problemas, pelo lado da demanda corrente, para a própria capacidade já instalada no período anterior. Aliado a isso estava o problema do financiamento interno e externo do setor público. Outro fator, que veio agravar ainda mais o quadro, foi o decreto sobre capital estrangeiro, editado em plena crise, e que paralisou por completo o investimento das filiais estrangeiras no país.

Quanto ao problema do financiamento interno do setor público, este só foi resolvido a partir da reforma fiscal de 1966 e, posteriormente, com o crescimento econômico. Segundo a mesma autora, quando da resolução do novo estatuto do capital estrangeiro, não faltaram recursos internacionais para financiar o processo de acumulação de capital no país. No entanto, estes não tiveram o impacto desejado, porque a maior parte foi canalizada para fora, isto é, cresceram fortemente as importações de bens de capital, devido à disponibilidade de recursos externos existentes na época. Portanto, não foi aproveitada a capacidade instalada nesse setor, que ficou impossibilitado de incorporar novas tecnologias.

Quanto ao setor de bens duráveis de consumo, que foi um dos carros-chefes do período de crescimento anterior junto com o setor de bens de capital, desacelerou-se. Haviam se esgotado os impactos iniciais quando de sua instalação e os efeitos de mercado, dado que a demanda desses bens restringia-se às classes mais abastadas da população. Além disso, com a aceleração do processo inflacionário, a renda das classes médias se deteriorou, contribuindo para a redução do consumo. Assim, observaram-se, nesse período, uma redução significativa nos gastos dos capitalistas na compra de bens de produção e uma estabilidade nos gastos com bens de consumo

²⁴ Ver, também, Tavares, Maria da Conceição, op. cit., 1986; Guimarães Neto, op. cit., 1986; Mantega, Guido & Moraes, Maria. *Acumulação monopolista e crise no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

duráveis, além do baixo consumo das classes médias, que também demandavam os produtos do Departamento II.

Em linhas gerais, a principal condicionante, entre as que resultaram na crise do início dos anos 60, foi o estancamento dos investimentos, os quais no período anterior se concentraram no tempo, e em grandes volumes, em setores estratégicos da economia (implantação da indústria automobilística, bens intermediários, bens de capital, etc.). Esgotados os efeitos desses investimentos e os problemas de desproporcionalidade setorial e intra-setorial, que foram se avolumando ao longo do tempo, agravaram-se as condições de realização da produção, com forte tendência no sentido de criar maiores incertezas aos capitalistas quanto à tomada de decisão de investir ou não na produção.

Em termos macroeconômicos, toda a ênfase posta em prática, sob a égide do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), para o período 1964-66, previa uma política de restrição da demanda agregada que excedesse o nível de oferta agregada, dada a crença de que o processo inflacionário seria resultado do déficit público e do excesso de demanda no sistema. Em assim sendo, procurou-se compatibilizar três medidas: a) a política de financiamento dos gastos do governo; b) a política de crédito à iniciativa privada; c) a política salarial, com vistas a combater o processo inflacionário.

Essas medidas resultaram na desaceleração da economia, dado que restringiu fortemente a demanda agregada, tanto através da redução dos gastos públicos como através do aumento da receita. Contribuíram decisivamente para esse processo os mecanismos de incerteza quanto à realização de novos investimentos por parte do setor privado, levando a economia, até meados dos anos 60, a uma enorme capacidade ociosa, porém fundamental para a retomada do crescimento do período seguinte.

Quando da retomada do crescimento acelerado, que se verificou entre os anos de 1967 e 1973 e que foi comandada pelo setor de bens duráveis de consumo, além das medidas de política econômica expansionista tiveram importância as medidas adotadas anteriormente. Principalmente aquelas que proporcionaram melhores condições de operação do capital

estrangeiro no país, como a criação de melhores condições de importação de bens de capital e insumos básicos, a desregulamentação no tocante à remessa de lucros e royalties e, também, o financiamento do crescimento através da captação de recursos externos. Aliadas a essas medidas, foram de fundamental importância a mudança na política cambial a partir da adoção de minidesvalorizações cambiais e a implementação do programa de incentivo às exportações. Em âmbito internacional, não se pode negar a grande importância que teve o comportamento desse mercado, tanto no que se refere ao crescimento do comércio, que no período se encontrava em franca expansão, como com relação à disponibilidade de *eurodolares* passíveis de serem captados a taxas extremamente atrativas.²⁵

Ainda no âmbito interno, não se pode deixar de mencionar a conjugação de três elementos importantes para a retomada do crescimento econômico: primeiro, a criação de linhas de crédito para a aquisição de bens duráveis, como por exemplo automóveis e a casa própria (BNH), principalmente para as camadas da classe média brasileira, portanto fortemente ancoradas pelo endividamento familiar; segundo, a manutenção de uma política de arrocho salarial e eliminação da estabilidade através da criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, o que possibilitou maior rotatividade do trabalho; terceiro, a intervenção nos sindicatos, o que contribuiu para as empresas desfazerem-se de seus trabalhadores nos períodos de crise e sem muita resistência. Isso correspondeu à criação de mecanismos capazes de permitir às empresas operarem em melhores condições para acumulação de capital no país e em uma substancial mudança estrutural do setor industrial.²⁶

Essas transformações na estrutura produtiva da economia brasileira resultaram em uma perda de participação relativa para os grupos produtores de bens de consumo não-duráveis, em favor da produção de bens de capital e bens de consumo duráveis. Haja vista que, de uma participação em torno de 60,0% do valor adicionado da indústria, declinaram para 45,0% em 1959 e para cerca de 40,0% em 1970. Por sua vez, as indústrias produtoras de bens de capital e

²⁵ Estes puderam ser captados com a reformulação da Lei nº 4.131/62 e criação da Lei nº 4.360/64 e da Resolução 63 do Banco Central, através das quais permitia-se aos bancos comerciais captar recursos externos e intermediar as negociações de empréstimo e financiamento com as empresas sediadas no país.

²⁶ Ver, especialmente, Belluzzo, L. G. M. & Tavares, M. C. Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil. In: Belluzzo, L.G.M. & Coutinho, R. (org.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982, p. 122-140.

bens de consumo duráveis, que respondiam por apenas 6,68% do total do valor da transformação industrial do país em 1949, aumentaram sua participação para 13,0% em 1959 e para cerca de 20,0% em 1970.²⁷

Embora os dados revelem a perda de importância relativa das indústrias produtoras de bens de consumo não-duráveis, é preciso ressaltar que isso ocorreu em um momento em que tais indústrias apresentaram ótimo desempenho, com taxas de crescimento médio anual em torno de 6,0%, a partir da década de 50. Isso é importante porque esse segmento industrial era, em grande medida, desconcentrado regionalmente e, devido à sua expansão, tais regiões passaram a apresentar estruturas industriais diferenciadas, dado que avançaram e se modernizaram no período, principalmente aquelas fortemente nucleadas por São Paulo. Por outro lado, os grupos de indústrias produtoras de bens intermediários, bens de capital e bens de consumo duráveis, também apresentaram taxas recordes de crescimento em praticamente todas as unidades da Federação.²⁸

Em suma, esse bom desempenho da periferia nacional, em grande parte complementar à indústria do pólo, deu-se porque havia grandes possibilidades de crescimento no período. Inclusive para as pequenas e médias empresas, que cresceram puxadas pela expansão das grandes empresas, tanto privadas como estatais ou estrangeiras, notadamente as empresas estrangeiras que se instalaram no período.²⁹

Embora fosse bom o desempenho das economias regionais, esse período foi marcado pela aceleração do processo de concentração industrial em São Paulo, que elevou substancialmente

²⁷ As informações contidas nos próximos parágrafos foram obtidas de Cano, Wilson, 1998^a, op. cit. p. 79-109.

²⁸ Os estados que apresentaram maiores taxas de crescimento na produção de bens intermediários foram: Bahia, que apresentou a maior taxa, 24,5%; Rio de Janeiro, com 14,3%; Minas Gerais, com 11,5%; São Paulo, com 11,4%; Paraná e Pernambuco, com 10,4% e 10,5%, respectivamente. Abaixo dos dois dígitos ficaram os demais estados, porém com taxas de crescimento acima de 8,4%, taxa esta observada no Espírito Santo. Quanto às indústrias produtoras de bens de capital e de consumo duráveis, o desempenho não foi diferente, pois a taxa apresentada pelo Brasil (exceto São Paulo) foi de 12,4%. Nesse grupo, o estado da Bahia apresentou a maior taxa de crescimento, 38,9%. Em seguida vieram São Paulo com uma taxa de 20,3%; Pernambuco com 18,7%; Minas Gerais com 15,7% e Rio Grande do Sul com 13,8%, entre os que apresentaram maior crescimento. Conforme Cano, Wilson, 1998^a, op. cit., p. 85.

²⁹ Tavares, Maria Conceição, 1986, op. cit.; e Mello, João Manuel Cardoso, 1986, op. cit.

sua participação relativa na produção de bens de consumo não-duráveis, bens intermediários, bens de capital e de consumo duráveis.³⁰

Outro aspecto importante a ser considerado é que foi a partir da década de 50 que ocorreu a ampliação e modernização do sistema de transportes, ligando as principais regiões do país ao seu núcleo dinâmico e, ao mesmo tempo, reduzindo custos, em razão das melhores condições de acesso aos mercados até então relativamente protegidos. Isso correspondeu a um verdadeiro processo de *abertura dos mercados das demais regiões* por vias internas. Esse processo teve sérias repercussões para a produção regional, porque em São Paulo se concentravam as indústrias maiores e mais importantes, tanto em termos de incorporação tecnológica como de concentração de capital, visto que se caracterizavam como grandes empresas oligopolistas.³¹

As informações contidas no trabalho de Cano (1998³) revelam a grande mudança ocorrida entre 1955 e 1969, em relação à importância do mercado interno. Tomando-se por base as exportações de São Paulo para o exterior, constatou-se que estas aumentaram 58%, enquanto suas vendas para o conjunto do país elevaram em 505%, no período. Por sua vez, suas importações cresceram 98%, enquanto suas “importações” provenientes das demais regiões do Brasil aumentaram em 176%. Por outro lado, embora o mercado externo continuasse tendo grande importância para as demais regiões brasileiras, uma vez que estas duplicaram suas vendas para esse mercado, notou-se que as “exportações” para São Paulo praticamente triplicaram no mesmo período e ganharam importância relativa ante as exportações para o exterior na determinação da renda das economias regionais, evidenciando a grande complementaridade que se estava estabelecendo no país.

Embora isso seja verdade, não se pode negar que nesse tipo de comércio prevaleceram as “exportações” de manufaturados do centro dinâmico para as demais regiões, que ainda tinham

³⁰ Segundo Cano (1998³), esta concentração também se verificava por ramos, sendo que em 1970 concentrava-se em São Paulo mais de 50,0% da produção nacional em 15 ramos e, em outros três ramos acima de 40,0%. Houve, inclusive, aumento de participação de São Paulo nos ramos de metalurgia, farmacêutica, perfumaria, sabões e velas e perda de participação relativa nos ramos mecânica e química e matérias-plásticas, embora com participação acima de 50,0%.

³¹ Para uma discussão mais aprofundada dos impactos da industrialização pesada sobre o Nordeste, ver o célebre trabalho de Guimarães Neto, Leonardo, 1986, op. cit.

sua produção centrada nos segmentos de bens de consumo não-duráveis, o que suscitou análises do tipo centro-periferia no contexto nacional.

Uma das características predominantes desse período foi a concentração em praticamente todos os ramos industriais, não se limitando a ganhar importância relativa nos segmentos produtores de bens de capital, bens intermediários e bens de consumo duráveis. Porém o mais importante é que, a partir do momento em que grande parte do departamento produtor de bens de capital se instalou, notadamente em São Paulo, o centro de decisões, que determinava a acumulação de capital no país, também passou a ser São Paulo.³² Portanto, as próprias decisões dos capitalistas quanto a fazer investimentos e em qual mercado investir passaram a ser tomadas com base nas suas expectativas de acumulação de capital em escala nacional. Em outras palavras: não havia mais espaço para se pensar em desenvolvimento industrial em qualquer região brasileira, a não ser integrada à dinâmica de acumulação sediada em São Paulo, seja na produção de matérias-primas, seja na de alimentos ou de bens intermediários requeridos pelo centro dinâmico da economia nacional. Porém isso não quer dizer que a acumulação de capital na periferia nacional estivesse obstada, como alguns estudiosos da problemática do desenvolvimento regional pensaram, principalmente no Paraná durante as décadas de 60 e 70.³³

Isso porque foi nesse período que ocorreu o maior fortalecimento da economia desenvolvida no Sudeste do país, particularmente em São Paulo e, em consequência, passou a comandar o desenvolvimento das demais regiões brasileiras. Assim, a economia que se desenvolveu no Sudeste criou importantes mecanismos tanto de bloqueios, em face do domínio do mercado que passou a exercer, quanto de estímulos, pois abriu possibilidades de crescimento às demais regiões, por proporcionar maior grau de interdependência e complementaridade industrial, seja produzindo matérias-primas e alimentos e outros bens industrializados requeridos pelo centro dinâmico.³⁴

³² Para uma análise dessa questão, ver Cano, Wilson, 1998a; Mello, João Manuel Cardoso, 1986, op. cit.

³³ Para uma discussão dessa questão no Paraná, ver Padis. Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. Curitiba, HUCITEC, 1981.

³⁴ Ver, especialmente, capítulos 3 e 4 de Cano, Wilson, 1998^a, op. cit.

1.3 Da concentração à desconcentração econômica regional: 1970 /1985

O processo de integração produtiva da economia nacional, que correspondeu em grande parte à montagem da indústria pesada no país, é marcado por um período de acelerada expansão, seguido de outro de desaceleração das taxas de crescimento e posterior retomada do crescimento, principalmente entre os anos de 1968 e 1973. Entretanto, a partir desse período de acelerada expansão, surgiram no cenário nacional fortes sinais de esgotamento desse padrão, evidenciados pela incapacidade de o setor de duráveis continuar comandando o processo de crescimento da economia brasileira.³⁵

Foi nesse contexto de crise interna, que se manifestava através da elevação do índice inflacionário, crise do balanço de pagamentos e crise do mercado internacional, evidenciada a partir de 1973 através da elevação dos preços das matérias-primas, que se elaborou o II Plano Nacional de Desenvolvimento, para o período 1975-1979. O objetivo era manter o ritmo de crescimento econômico observado anteriormente, eliminar o estrangulamento das contas externas brasileiras e, principalmente, completar as forças produtivas no país.

Para tanto, previa-se a retomada do processo de substituição de importação em setores considerados estratégicos para o desenvolvimento da economia brasileira, principalmente nos setores de bens de capital, eletrônica pesada e insumos básicos, com vistas a internalizar a indústria pesada nacional, mesmo em um contexto externo adverso. A esses setores, considerados prioritários, juntaram-se outros programas setoriais para metais não-ferrosos, fertilizantes, defensivos agrícolas, celulose e papel, e produtos petroquímicos. Além disso, nessa estratégia de consolidação do setor industrial, planejava-se garantir as condições necessárias à retomada do crescimento e evitar problemas relacionados com a crise de energia e escassez de matérias-primas. Daí a importância do programa de redução de nossa dependência externa com

³⁵ Ver, especialmente, Belluzzo, L.G.M. & Cardoso de Mello, J. M. Reflexões sobre a crise atual. In: Belluzzo, L. G. M. & Coutinho, R. (org.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982, p. 141-158.

relação a fontes de energia, visto que se importavam na época cerca de dois terços do petróleo consumido internamente.³⁶

Com base nessas prioridades, firmaram-se contratos de risco, em certas áreas, entre a Petrobrás e companhias petrolíferas estrangeiras. Outros programas com esse mesmo objetivo também foram criados, como a exploração de fontes alternativas de energia com a implantação do Proálcool, que visava à produção de álcool como combustível substituto da gasolina, e o estímulo à produção de carvão energético, através do Procarvão, em substituição ao óleo diesel. Previa-se ainda a ampliação do potencial de geração de energia hidráulica. Enfim, objetivava-se ajustar a estrutura econômica existente à situação de escassez de matérias-primas e petróleo e ao novo estágio de evolução industrial.

Diante da crise internacional, segundo Lessa (1978), fez-se a seguinte avaliação:

*O Brasil se coloca em posição intermediária, nos reflexos da crise do petróleo, entre os que pouco dependem de importações, como os Estados Unidos, e os que delas dependem violentamente, como a maioria dos países europeus. Por outro lado, só dentro de mais algum tempo poderá ser melhor determinado em que medida os minerais não combustíveis, e outros bens primários, que exportamos, serão beneficiados por tendências continuadas à elevação de preços.*³⁷

Em sendo assim, optou-se por *aproveitar as oportunidades* que apareciam no momento, no sentido de conquistar novos parceiros comerciais e dar continuidade à estratégia de crescimento do período anterior, quando as exportações foram decisivas para a sustentação do crescimento. Ou seja, pretendeu-se dar prosseguimento à integração com a economia mundial, para abrir ao país novas opções de crescimento. Portanto, a intenção era *tirar proveito da realidade recente, de níveis mais altos de relacionamento entre os diferentes blocos, sem com isso tornar mais vulneráveis os objetivos econômicos nacionais.*³⁸

³⁶ Ver, entre outros, Lessa, Carlos. *A estratégia de desenvolvimento 1974-1976: sonho e fracasso*. Rio de Janeiro. Tese de Livre Docência. UFRJ, 1978, p. 28.

³⁷ Conforme, II PND, p. 27; apud Lessa, Carlos, 1978, op. cit. p. 27.

³⁸ Idem, p. 25.

Lessa (1978) sintetiza as principais razões para tanta confiança:

a) o nível e a composição de nosso comércio exterior, que, devido ao longo período de crescimento e diversificação alcançado no período anterior, nos possibilita enfrentar os desafios que a crise possa impor ao país; b) a posição intermediária ocupada pelo Brasil no que se refere ao impacto da crise; c) o Brasil, em um ambiente de crise, é uma “ilha de prosperidade”, portanto, possui alto poder de atração de investimentos externos, visto que aqui reina a ordem e a estabilidade e “verdadeiro espírito de solidariedade” . Isto é, há lugar para todos; d) a certeza de que o país repetirá nos próximos quinquênios as mesmas taxas de crescimento observadas em período anterior; e) a idéia central de que a crise abre novas oportunidades para a economia brasileira, visto que as alterações nos níveis de preços internacionais criam condições para o aproveitamento de nossos recursos naturais, até então considerados antieconômicos; f) a crença na capacidade de mudança para um novo padrão de industrialização que promova maior grau de independência da economia nacional com relação a fatores externos, principalmente em termos de matérias-primas básicas, do aumento da produção de petróleo, e equipamentos básicos. Além do que conta-se com a expansão e diversificação das exportações, com vistas a obtenção de divisas para financiar a aquisição de importações essenciais para dar prosseguimento ao crescimento industrial desejado; g) e, a existência no plano internacional de um amplo raio de manobra para a economia brasileira, devido a existência da crise de multipolaridade-econômica, com possibilidades para o aproveitamento de oportunidades, e a serviço, de nosso comércio exterior, quanto a novas exportações, quanto a aquisição de matérias-primas e produtos essenciais, bem como ao aceso à tecnologia mais atualizada.³⁹

Toda a estratégia de desenvolvimento estava centrada na idéia de se obter maior autonomia do país. Para tanto, fazia-se necessário, além de completar a indústria de base, promover a substituição de importações em setores de insumos básicos (inclusive petróleo) e,

³⁹ Idem, p. 28.

principalmente, contar com o esforço exportador para financiar, com receita própria, a maior parcela possível das importações essenciais ao desenvolvimento.

Nesse contexto de euforia nacional, e dada a crença no aproveitamento de novas oportunidades e das potencialidades oferecidas pelo país, principalmente quanto à disponibilidade de terras férteis não ocupadas, e do potencial regional referente à exploração de matérias-primas, reservou-se à política agrícola um papel relevante, principalmente pela diferenciação de seus impactos em termos regionais.

Nesse sentido, a política agrícola reforçou a tendência à diversificação e, para tanto, privilegiou-se a montagem do sistema de crédito subsidiado, que passou a ter papel crucial na modernização e diversificação da estrutura produtiva agrícola nacional, notadamente para as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Há que se considerar, entretanto, que, em face da necessidade crescente de geração de divisas, privilegiaram-se fortemente os *produtos exportáveis*, em detrimento de *produtos típicos de mercado interno*.⁴⁰

É importante apontar que já se contava com os *frutos* da segunda revolução agrícola, que em apenas 20 anos, de 1950 a 1970, fez com que a produção de alimentos nos países capitalistas mais desenvolvidos praticamente dobrasse, enquanto o pessoal ocupado nesse segmento de produção diminuiu significativamente. Para se ter idéia da dimensão desse processo nos Estados Unidos, tem-se que, de cerca de 23 milhões de pessoas vinculadas à atividade agropecuária, reduziu-se esse número para aproximadamente 10 milhões. Na Europa ocidental, o declínio foi de 42 milhões para 22 milhões de trabalhadores agrícolas.

Quanto à produção, observou-se forte incremento da produtividade da terra e do trabalho, com significativa redução da área cultivada. Um dos traços mais marcantes nos anos 50 e 60 foi a drástica redução da necessidade de pessoal na produção agropecuária, enquanto o capital e a

⁴⁰ Para uma análise desta política ver, entre outros, Kageyama, Angela A. *Modernização, produtividade e emprego na agricultura – uma análise regional*. Tese Doutorado, IE, UNICAMP, Campinas, 1986, mimeo. Para uma análise do impacto desta política sobre o Paraná, ver Pereira, Laércio Barbosa. *O Estado e as transformações recentes da agricultura paranaense*. Tese Doutorado, PIMES/UFPE, Recife, 1988. Ver, também, Trintin, Jaime Graciano. *Industrialização do norte-paranaense e a questão do bloqueio ao desenvolvimento de regiões periféricas*. Dissertação de Mestrado, PIMES/UFPE, Recife, 1989.

tecnologia passavam a ser cada vez mais necessários. Essas mudanças resultaram dos investimentos realizados durante a primeira metade do século XX no campo da produção de fertilizantes químicos e de agrotóxicos, na motomecanização e no melhoramento genético, que, em conjunto, resultaram em grandes transformações na agricultura e na produção de insumos. Com as pesquisas potencializando o emprego dessas inovações, chegou-se à década de 70 com um dos maiores avanços no setor industrial agrícola e nas pesquisas nas áreas de química, mecânica e genética, culminando no que se denominou *revolução verde*.

A revolução verde estava fundamentada na melhoria da produtividade agrícola, principalmente pela substituição de formas de produção tradicionais por um novo conjunto de práticas tecnológicas. Entre essas práticas incluem-se variedades vegetais geneticamente melhoradas, adaptadas a certos tipos de solo e clima, fortemente exigentes quanto a fertilizantes químicos de alta solubilidade; agrotóxicos com maior poder biocida; irrigação e motomecanização. O impacto desse conjunto de medidas no aumento da produção agrícola foi, sem sombra a dúvida, espantoso. Entre 1950 e 1985, a produção mundial de cereais passou de 700 milhões de toneladas para 1,8 bilhão, o que representou uma taxa de crescimento anual de 2,7%.⁴¹

O principal foco de distribuição desse conhecimento, associado à revolução verde, foi proporcionado pelos Estados Unidos. As empresas multinacionais, notadamente as americanas, é que se encarregaram de disseminar tal pacote de conhecimento por toda a América Latina. No Brasil, em meio à euforia do *milagre econômico*, optou-se pela adoção desse padrão tecnológico, o qual resultou na abertura de um extenso mercado de máquinas, implementos, sementes e insumos agroquímicos. Tanto é que a estratégia agrícola expressa no Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento consistia em desenvolver uma agricultura moderna de base empresarial que alcançasse condições de competitividade internacional em todos os principais produtos. Acrescente-se: nos exportáveis e passíveis de utilizarem amplamente esses produtos químicos e mecânicos.⁴²

⁴¹ Ver, entre outros, Veiga, J. E. S. *Metamorfoses da política agrícola dos EUA*. FEA USP, São Paulo, 1993.

⁴² Sobre o papel reservado à agricultura no I PND ver, Aguiar, G. Carneiro, R. & Jatobá, J. Efeitos espaciais da política nacional de desenvolvimento agrícola. In: *PIMES: Desequilíbrios regionais no desenvolvimento brasileiro*, Recife, SUDENE, 1984, v. 2, Cap.2.

O impacto dessa política em termos regionais foi notório, haja vista que em apenas uma década incorporaram no país cerca de 70 milhões de hectares à área total dos estabelecimentos agropecuários, representando um crescimento, em relação a 1970, de 24%. Considerando-se as áreas de lavouras e pastagens plantadas, o crescimento foi de 44% e 104%, respectivamente. No entanto, os maiores ganhos foram para as regiões do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, onde se montou uma agricultura moderna, competitiva e, o que é mais importante, articulada com o setor industrial produtor de máquinas, equipamentos e insumos para esse setor, bem como com setores industriais transformadores da matéria-prima originada na agropecuária, proporcionando a consolidação no país de fortes complexos agroindustriais.⁴³

Além do exposto, reservou-se à agricultura o papel de mercado de meios de produção e produtora de excedentes exportáveis, principalmente em um contexto de sérios problemas com o balanço de pagamentos.⁴⁴ Por isso, objetivava-se priorizar os recursos internos quanto ao financiamento do crescimento e, para tanto, procurava-se dar prioridade ao propósito de não provocar déficit em conta corrente e evitar o crescimento da dívida externa em proporções maiores que o crescimento de nossas exportações.⁴⁵

No que se refere ao desempenho das exportações no período, Pacheco (1996) faz a seguinte observação:

Ainda que a participação das exportações agrícolas seja declinante no total da pauta brasileira, estes percentuais manter-se-iam elevados até o início dos anos oitenta. Entre 1967 e 1969, a exportação de produtos agrícolas representava mais de 80% do conjunto das exportações (...). Mais significativo é ver que a exportação de produtos agrícolas, aqui incluindo seu processamento, equivalia a quase metade do produto

⁴³ Pacheco, Carlos Américo. *Fragmentação da nação*. Campinas, São Paulo, Ed. UNICAMP-IE, 1998, p. 65.

⁴⁴ Ver, Aguiar, G; Carneiro, R. & Jatobá, J., 1984, op. cit., v.2, cap.1, p. 137-217.

⁴⁵ Na verdade isso só ficou na intenção porque os investimentos na sua grande maioria foram financiados através do endividamento externo, inclusive tomando recursos além das reais necessidades do país para cobrir o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos.

*setorial, com um saldo de divisas amplamente favorável e crescente em termos absolutos, mesmo abatendo-se a importação de insumos.*⁴⁶

Em relação à vulnerabilidade externa, Simonsen manifesta-se do seguinte modo:

*a dívida do país não pode ser considerada grande ou pequena apenas pelo enunciado do seu valor absoluto. A análise do problema exige que se levem em conta pelo menos três comparações: a) a do montante da dívida líquida, isto é, da dívida bruta menos reservas, com as exportações; b) a dos encargos anuais da dívida, isto é, amortizações mais juros, com as exportações; a percentagem resultante depende não apenas do montante da dívida bruta, mas da forma pela qual seus vencimentos estão escalonados no tempo; c) a dos encargos da dívida, com o nível de reservas.*⁴⁷

Assim, reservava-se ao setor agropecuário a conjugação do papel de ocupação do território nacional com a expansão e modernização do complexo agropecuário, dada a crença de que se poderia colocar o Brasil como potência mundial em termos de fornecimento de alimentos, matérias-primas agrícolas e produtos agrícolas industrializados.

Com base nessas orientações e devido aos mecanismos de incentivos criados, as exportações brasileiras puderam alcançar altas taxas de crescimento, principalmente as de produtos industrializados (manufaturados e semimanufaturados), que passaram a liderar a pauta de exportações do país a partir de 1978.⁴⁸

Internamente, acreditava-se na possibilidade de conciliar os interesses do capital estrangeiro, do grande capital nacional, do pequeno e médio capital nacional e das empresas estatais, dada a crença na construção de um neocapitalismo no Brasil. Nesse sentido, reservava-se ao Estado o papel de “gerenciador” do ingresso do capital estrangeiro e de suas ações internas

⁴⁶ Pacheco, Carlos Américo. *A questão regional brasileira pós-80: desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional*. Tese Doutorado, IE-UNICAMP, Campinas, 1996, p. 63.

⁴⁷ Simonsen, M. H. apud, Naretto, Nilton Almeida. *A estratégia econômica do governo Geisel em debate*. Dissertação de Mestrado, IE-UNICAMP, Campinas, 1994, p. 15.

de acordo com os interesses da nação brasileira, inclusive preservando as pequenas e médias empresas e fortalecendo a grande empresa nacional.⁴⁹

Isso se justificava em face das observações de que em períodos anteriores a empresa nacional perdera espaço, tanto para o capital estrangeiro quanto para as empresas estatais. Portanto, havia a necessidade de fortalecê-la, para que em futuro próximo pudesse competir vis-a-vis com o capital estrangeiro, não só no mercado interno mas também no internacional.⁵⁰

Essas condições básicas referem-se ao aporte financeiro e tecnológico para que tais empresas pudessem assumir seu papel na estratégia de desenvolvimento e ocupar os *espaços vazios* na estrutura industrial brasileira.⁵¹ Caso isso não viesse a acontecer, os mentores da política econômica tinham uma segunda proposição, que era a fórmula tripartite. Isto é, o capital nacional seria convidado a participar de empreendimentos propostos pelo capital estatal, que abriria o mercado para o capital multinacional, o qual em troca proporcionaria “o aporte tecnológico e conexões comerciais externas”. Acreditava-se que o esquema tripartite eliminaria a confrontação entre capitais, formando uma associação orgânica que eliminaria os conflitos e proporcionaria que as resoluções de possíveis problemas se dessem nas mesas de negociações.

Acreditando na tese do alinhamento das empresas multinacionais aos interesses nacionais, bem como no papel importante que elas teriam para o cumprimento das metas estabelecidas, explicita-se o papel que essas empresas deveriam desempenhar. Lessa (1978) sintetiza:

a) devem ser orientadas para os setores em que possam assegurar transferência de tecnologia avançada; b) devem contribuir para o desenvolvimento de pesquisa tecnológica no Brasil, aqui realizando gastos com P & D e contratando serviços de

⁴⁸ No período 1974-1978, as exportações cresceram 29%, sendo que os preços cresceram em torno de 63%; as exportações compreenderam, em 1978, 50,2% de produtos industrializados; em 1979, essa participação subiu para 56%. Por sua vez, as importações, no mesmo período, cresceram 23%, mas seus preços aumentaram 82%.

⁴⁹ Acreditamos que tal crença em um novo capitalismo esteja baseada na experiência histórica da “era de ouro do capitalismo”, muito embora esse período tenha sido uma exceção e não regra do desenvolvimento capitalista.

⁵⁰ Ver, principalmente, Velloso, João P. Reis. *Brasil: a solução positiva*. São Paulo, Abril-Tec, 1978, p. 70.

⁵¹ Acreditava-se que o agente provedor do aporte tecnológico seria a grande empresa estatal, dado que a elas cabia o papel de desenvolvimento tecnológico nacional, bem como a órgãos de pesquisa mantidos pelo governo, cujas atividades deveriam ser orientadas para o setor de pesquisa aplicada e entrosadas com o setor. Sem esse aporte tecnológico não seria possível à empresa nacional se consolidar e cumprir seu papel no desenvolvimento brasileiro.

*engenharia com empresas nacionais; c) devem participar do esforço de ampliação das exportações: deverão ser induzidas a cooperar em programas amplos de exportações de manufaturados com tecnologia mais complexa, inclusive bens duráveis de consumo, máquinas, componentes de bens de capital e bens duráveis, nos quais tenham poder de competição, mesmo para áreas desenvolvidas.*⁵²

Desse modo, procurava-se montar um esquema que atendesse aos interesses do capital estrangeiro no país, acreditando na tese do possível ajustamento desse capital aos interesses nacionais, alinhado ao fortalecimento do capital privado nacional, que se *torna a pedra angular* para consolidar o modelo brasileiro de desenvolvimento e consolidar a construção do neocapitalismo.⁵³

Essas informações são importantes, porque ajudam a compreender o processo de diferenciação da estrutura produtiva da economia nacional e a tendência de desconcentração que se manifestou até meados dos anos 80 em face da maturação dos investimentos constantes do II PND. Na verdade, dentre as forças que impulsionaram nesse sentido, toma relevância a atuação do Estado através de suas políticas voltadas para a melhoria da infra-estrutura econômica. Em destaque as políticas de transporte, telecomunicações e energia, que poderiam obstar o processo de acumulação de capital, complementadas pelas políticas de investimentos em atividades produtivas, principalmente através de suas decisões de ampliação da indústria básica e da mineração e que implicaram novos projetos de investimentos nas áreas da química, metalurgia, fertilizantes e mineração.

O saldo dessas políticas, quanto à mudança na estrutura produtiva, foi um deslocamento da acumulação de capital em direção aos setores de bens de capital, intermediários e agricultura, em detrimento da indústria de bens duráveis de consumo.⁵⁴

⁵² Conforme Lessa, Carlos, 1978, op. cit., p. 38.

⁵³ Supõe-se promover o desenvolvimento social e regional de modo a obter o crescimento com geração de novos postos de trabalho e distribuição de renda, com vistas a eliminar focos de pobreza, não só para garantir maior bem-estar e justiça social, mas também para alargar o mercado interno de consumo de bens típicos do consumo da classe trabalhadora.

Apesar dos esforços de industrialização no período, é consenso entre os analistas que a principal meta, a de *estabelecer um novo padrão de industrialização*, ficou longe de se realizar.⁵⁵ As razões ultrapassam as mudanças que ocorreram na política econômica no período devido à necessidade de se ajustar às modificações tanto a nível interno como a nível externo, e centram-se mais na dificuldade de coordenação, a partir do Estado, das decisões de investimento privadas que eram complementares aos gastos públicos.⁵⁶

Embora tenha havido limitações e inconsistências, não se pode negar que os resultados alcançados foram de certo modo significativos, principalmente se considerarmos seus impactos sobre a diversificação da estrutura produtiva em termos regionais. Isso se deve não somente aos esforços quanto à “necessidade de integrar o país”, mas também à opção setorial dos investimentos, na sua maioria vinculados à produção de insumos básicos, com fortes vínculos quanto à proximidade de fontes de matérias-primas, e espacialmente desconcentrados.⁵⁷

Em avaliação do plano, Jatobá e Redwood III argumentam que este foi o único que destacou como prioridade da política industrial “a redução das desigualdades regionais na localização das atividades produtivas do setor”, inclusive enfatizando que o Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) deveria dar maior atenção a projetos industriais que atendessem às prerrogativas da desconcentração regional.⁵⁸

Assim, teriam ganho os estados de Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul, e os demais estados do centro-sul do país. No entanto, para os autores, grande parte dos investimentos concentrou-se no sudeste, embora com proporção menor para São Paulo. Em termos de grupos de indústrias, os setores de bens de capital e produtos metálicos e não-metálicos teriam forte

⁵⁴ Ver, entre outros, Naretto, Nilton Almeida, 1994, op. cit., p.113-117; Pacheco, Carlos Américo, 1996, op. cit., p.66.

⁵⁵ Para uma análise da estratégia do II PND ver: Lessa, Carlos, 1978, op. cit.

⁵⁶ Nesse sentido, Carneiro, Ricardo, 1991, op. cit., argumenta que havia uma grande desarticulação entre o investimento privado e o público, sendo que muitas das encomendas de bens de capital, que deveriam ser realizadas no mercado interno, com vistas a estimular o próprio setor, foram na maioria das vezes realizadas no exterior, portanto em detrimento da produção doméstica. Tudo indica que o sonho de harmonizar os grupos de interesse caiu por terra, antes mesmo de se levantar.

⁵⁷ Veja-se Lessa, Carlos, 1978, op. cit., p. 8.

⁵⁸ Jatobá, Jorge & Redwood III, John. Efeitos espaciais da política nacional de desenvolvimento industrial. In: PIMES - *Desigualdades regionais no desenvolvimento brasileiro*. Recife, SUDENE, 1984, vol 2. Cap. 1, p. 35/36.

concentração espacial, enquanto petroquímica, bens de consumo e automobilística ficaram menos concentrados, o que veio a favorecer o Sul e a Bahia.⁵⁹

O deslocamento dos investimentos para esses estados deve ser compreendido como busca de equilíbrio entre São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, através da multiplicação de pólos industriais e também dos esforços visando reduzir o peso político de São Paulo. Tais objetivos tornam-se claros, uma vez que no governo Geisel havia a preocupação de se fazer a abertura lenta e gradual e, para tanto, era “necessário” integrar o espaço nacional e atender aos interesses regionais, principalmente no sentido de recuperar o papel dos governadores como agentes dessa abertura. Esse aspecto é respaldado pela política de conceder maior autonomia aos estados e às elites locais, que se sentiam fora do poder. Em outros termos, o governo, através dessas medidas, procurava ampliar sua base de apoio em outras regiões.⁶⁰

Apesar das críticas e dos percalços, não se pode negar que o II PND foi determinante para as mudanças que se processaram na estrutura produtiva do país, principalmente em termos espaciais, uma vez que tinha como meta a implantação de uma variedade de projetos fora do estado de São Paulo, nas áreas de “ferro e bauxita no Pará; cobre na Bahia; fosfato em Minas Gerais; potássio em Sergipe; petróleo e gás natural nas plataformas nordestinas e fluminense; carvão e pirita em Santa Catarina e Rio G. do Sul; sal no Nordeste; siderúrgica no Maranhão, Espírito Santo e Minas Gerais; cloroquímica em Alagoas e Sergipe; papel e celulose e cimento no Nordeste e no Espírito Santo; e diversas hidroelétricas como Itaipu, Paulo Afonso IV, Xingó e Tucuruí”.⁶¹ Tem razão Carlos Lessa, quando denomina as insatisfações do período de *querelas da desconcentração*, que vinham tanto do setor privado paulista como de governos estaduais.

Isso resultou em um grande crescimento e diversificação da indústria em todas as regiões do país e com tendência para a desconcentração produtiva.⁶² Porém tal processo foi mais intenso

⁵⁹ Analisando os recursos do BNDES, os autores argumentam que, embora houvesse maior desconcentração em termos de distribuição dos recursos, mesmo assim entre 50% e 70% destes são destinados à região Sudeste, e entre 30% e 40% a São Paulo.

⁶⁰ Outra preocupação do período era ampliar o apoio da população dos centros urbanos, com as medidas de expansão de postos de trabalho, distribuição de renda, etc.

⁶¹ Ver Pacheco, Carlos Américo, 1996, op. cit., p. 73 e Lessa, Carlos, 1978, op. cit., p. 8-10.

⁶² Em 1970, São Paulo concentrava 58,1% da indústria de transformação do país, e o Rio de Janeiro participava com 15,7%. Em 1975, São Paulo participava com 55,9% e o Rio de Janeiro com 13,6%. Já em 1980, São Paulo

na década de 70 e praticamente perdeu seu dinamismo na de 80, em razão da crise econômica que se instalou em princípios dessa década.

Guimarães Neto (1995), analisando o setor industrial brasileiro no período, chegou às seguintes principais conclusões:

- a) houve um significativo aumento da participação do grupo de bens duráveis de consumo e de bens de capital no valor total da indústria de transformação da região Norte, que passou de 5% em 1970 para 48% em 1985, o que está, em grande medida, associado à instalação de empresas voltadas à produção de eletrônicos e eletrodomésticos na Zona Franca de Manaus;
- b) ocorreu um avanço da indústria de bens intermediários em detrimento do setor de bens de consumo não-duráveis no Nordeste, principalmente devido à montagem do complexo petroquímico de Camaçari, na Bahia, associado às políticas de incentivo de industrialização regional constantes do II PND;
- c) consolidou-se no Sudeste, principalmente nos anos considerados, a indústria de bens de consumo duráveis e de bens de capital, que passou a representar um terço do valor da produção industrial da região;
- d) e, no Sul, houve um aumento relativo da indústria de bens de capital e duráveis. Esse crescimento está associado, sobretudo, à produção de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas voltados para a agropecuária moderna que se instalou no país a partir das medidas de modernização da agropecuária da região. Ainda destaca-se nesta região o crescimento da indústria de bens não-duráveis de consumo, associados à expansão dos complexos agroindustrias na região, ligados à soja, trigo e carnes.

Esse processo de desconcentração espacial da estrutura produtiva também é observado quando se analisa a indústria extrativa. Tomando-se esses dados, verifica-se que São Paulo também perdeu posição relativa ante as demais regiões, visto que sua participação no valor da transformação declinou de 9,91% em 1970 para 6,96% em 1980, e para cerca de 0,82% em 1984.

participava com 53,43% e Rio de Janeiro com 10,6%. Em 1985, São Paulo participava com 53,84% e o Rio de Janeiro com 8,68%. Os principais estados que apresentaram aumento em sua participação foram: Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Paraná e Santa Catarina. C.f. Diniz & Lemos (1990).

Esse espantoso declínio deve-se em grande medida ao aumento relativo da participação dos estados da Bahia e Rio de Janeiro, que apresentaram crescimento considerável no período: cerca de 294,24% para a Bahia e de 1.977,9% para o Rio de Janeiro. Como consequência, a participação desses estados no total nacional subiu significativamente, sendo que a Bahia passou de 2,23%, em 1970, para 15,73% em 1984, e o Rio de Janeiro, que participava com 5,10% em 1970, saltou para 48,00% em 1984. A explicação para esse crescimento está associada ao pólo de Camaçari, na Bahia, e ao complexo da bacia de Campos, no Rio de Janeiro.

Com exceção do Nordeste, que, mesmo não considerando a Bahia, apresentou um crescimento da ordem de 190,77% entre 1980 e 1984, as demais regiões perderam participação relativa, sendo que Minas Gerais, tradicional produtor de minério de ferro, passou a ceder lugar para novas regiões produtoras do Norte, principalmente com as atividades de Carajás, que fizeram com que a participação dessa região passasse de insignificantes 0,25% para cerca de 10,75% em 1986.⁶³

Quanto à distribuição espacial do setor agropecuário, Diniz & Lemos (1990) apontam que seu dinamismo esteve fortemente atrelado ao processo de desconcentração, uma vez que as políticas institucionais para o setor significaram o avanço da fronteira agrícola em direção ao cerrado do Centro-Oeste e Norte, portanto implicando perda de participação relativa para áreas tradicionais do Sul, Sudeste e Nordeste. Porém há que se ressaltar que tal processo foi baseado principalmente na expansão da fronteira agrícola, e não no aumento de produtividade para o setor.

Enfim, nessa fase, apesar dos *sonhos e fracassos*, não se pode negar que se criaram as bases para a desconcentração produtiva no país e a consolidação de uma indústria complementar à existente na região Sudeste, notadamente em São Paulo, e dependente de seus mercados de insumos, bens de capital e produtos finais.

⁶³ Dados obtidos de Diniz, Clélio Campolina & Lemos, Maurício B. *Dinâmica regional e suas perspectivas no Brasil*. Brasília: IPEA/IPLAN, (Prioridades e Perspectivas de Políticas Públicas, 3), 1990.

Outro aspecto importante é que, embora a atuação do Estado tenha contribuído para maior desenvolvimento das forças produtivas e, conseqüentemente, para maior dispersão espacial do setor agrícola e industrial, outros fatores também contribuíram para esse processo, visto que em conjunto produziram e estão produzindo um novo padrão de dispersão produtiva da economia brasileira. Entre eles, Diniz (1993) destaca os seguintes:

- a) deseconomias de aglomeração na área metropolitana de São Paulo e sua criação em outros centros urbanos ou regiões;
- b) o papel do Estado, seja através de políticas regionais explícitas, seja pela conseqüência espacial de outras decisões de importância;
- c) disponibilidade diferenciada de recursos naturais;
- d) unificação do mercado e mudanças de estrutura produtiva;
- e) concentração da pesquisa e da renda.

Segundo o autor, as economias de aglomeração normalmente são decompostas em economias de escala, localização e urbanização. Esses três elementos são extremamente relevantes na primeira fase do desenvolvimento, quando, em conjunto, passam a criar economias de aglomeração e, conseqüentemente, promover a concentração industrial, visto que as empresas tendem a se localizar nas áreas que oferecem maiores vantagens.

A partir de determinado momento, começa a existir uma grande concentração urbana e, contraditoriamente, surgem deseconomias de aglomeração, associadas aos seguintes principais aspectos: elevados custos dos terrenos e aluguéis em áreas mais nobres dos grandes centros urbanos; congestionamentos; trabalhadores organizados em sindicatos mais atuantes e que exigem salários mais elevados para as respectivas categorias; elevação do custo devido às exigências de controle ambiental, entre outros. Desse modo, as próprias forças centrífugas acabam por gerar outras forças que levam à dispersão. Porém ressalva-se: para que essas forças possam atuar, é necessário que surjam em outras localidades novas economias de aglomeração, com poder de atração sobre aquelas que estejam sob o efeito das deseconomias de aglomeração.⁶⁴

No caso brasileiro, esse processo é evidenciado quando se analisa o desenvolvimento industrial verificado em São Paulo, principalmente a partir da década de 50 do século passado, quando essa cidade se megalopolizou. À medida que tal processo se intensificava, os custos privados e sociais também apresentavam tendência de elevação, sendo estes, em meados dos anos 70, considerados mais elevados nas áreas metropolitanas. Além disso, passaram a existir outras ineficiências, em razão dos congestionamentos e das dificuldades de deslocamento e transporte sempre crescentes, gerando um processo novo de desconcentração devido às deseconomias de aglomeração, que se avolumavam.

Para Diniz (1993), esse processo de desconcentração só foi possível porque ocorreram em outros lugares processos novos de economias de aglomeração, que, portanto, puderam exercer o efeito de aglutinação no entorno desses novos processos. Para sua existência, foi, porém, de fundamental importância a atuação do Estado, tanto através da esfera federal como através dos governos estaduais, e do próprio setor privado, que buscava consolidar posições competitivas no mercado nacional.

No que se refere às atividades baseadas em recursos naturais, argumenta-se que, à medida que estes começam a ser explorados, tais atividades tendem a se localizar nas proximidades das áreas detentoras desses recursos, principalmente em decorrência dos custos de transporte. Assim, o custo de transporte tende a favorecer a aglutinação de indústrias processadoras perto das fontes fornecedoras de recursos. No caso do Brasil, esse processo é bastante notório, uma vez que o próprio espaço geográfico do país foi ocupado tendo em vista a busca de recursos naturais, principalmente na fase inicial do seu desenvolvimento industrial. Em face disso, e com a expansão da agricultura, da mineração e da silvicultura, esses setores passaram a ser importantes na economia do país e seu crescimento ajuda sobremaneira a explicar o processo de desconcentração industrial. Por sua vez, o próprio crescimento industrial do país e a necessidade de exportação levaram a um aumento e diversificação da pauta produtiva, tanto agrícola quanto mineral.⁶⁵

⁶⁴ Para uma discussão dessas questões, ver Diniz, Clélio Campolina. *Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização*. Nova Economia: UFMG, Belo Horizonte, v. 3, n.1, set. p. 35-64, 1993.

⁶⁵ Ver, principalmente, Diniz, Clélio Campolina. *Capitalismo, recursos naturais e espaço*. Campinas. Tese Doutorado, UNICAMP/IE, 1987.

Essas atividades, principalmente a partir da década de 70, com sua intensificação, contribuíram fortemente para o desenvolvimento de atividades industriais e as relacionadas e, portanto, para a desconcentração da estrutura produtiva da economia nacional.

Devemos ressaltar que esse processo, embora tenha ocorrido no Brasil, e em grande parte ajude a explicar o processo de desconcentração regional, só foi possível graças à atuação do Estado, que passou a criar as pré-condições para sua viabilização. Citem-se, como exemplos, as linhas de crédito extremamente subsidiadas, caso típico do avanço da fronteira agrícola; as mudanças tecnológicas que permitiram a incorporação dos cerrados; a modernização da agricultura brasileira e o surgimento de fortes complexos agroindustriais, que se beneficiaram de linhas de crédito extremamente favoráveis ao setor; os projetos de investimentos de empresas públicas em determinadas áreas, e ainda os incentivos concedidos pelo poder público nas esferas federal e estadual. Em outros termos, tal processo resultou de um ajustamento das políticas institucionais às exigências do padrão de acumulação em vigor e ao qual o Estado foi atrelado.⁶⁶

No que se refere à unificação do mercado nacional, pode-se afirmar que foi extremamente importante no sentido de promover a mudança nas bases técnicas da produção no âmbito do mercado interno brasileiro. Até então, coexistiram empresas com tecnologias extremamente rudimentares, voltadas para os mercados locais, e empresas de médio e grande porte, com potencial para atender o mercado nacional. Com a unificação, superou-se essa fase, exigindo-se que os capitais regionais se submetessem à concorrência no plano nacional, portanto que se adaptassem às novas regras de competição intercapitalista. Se, por um lado, esse processo criou obstáculos à permanência no mercado das pequenas e médias empresas em determinados setores, por outro permitiu que grandes empresas passassem a ocupar mercados em diversas regiões com vistas à criação de barreiras à entrada, promovendo a diferenciação da estrutura produtiva regional.⁶⁷

Por sua vez, a regionalização da pesquisa, do trabalho profissional e da renda foi elemento que, contrariamente aos demais, gerou obstáculos ao processo de desconcentração industrial. Segundo alguns estudos, a pesquisa tem sido fator extremamente importante para

⁶⁶ Para uma análise dessa questão, ver entre outros, Pereira. Laércio Barbosa, 1987, op. cit.

promover o crescimento; assim sendo, as regiões que apresentam maior participação nessa atividade estão em melhores condições de atrair projetos industriais. Em se considerando o caso brasileiro, é notória a grande participação de centros de ensino e pesquisa, principalmente no estado de São Paulo.

A concentração regional e pessoal da renda também contribuiu decisivamente para a manutenção do processo de concentração, dado que historicamente a renda tendeu a se concentrar em determinadas áreas, favorecendo a localização de atividades industriais nessas localidades. Desse modo, a concentração industrial prévia e a desigualdade do potencial de realização de pesquisa e de alta concentração da renda têm contribuído para que o estado de São Paulo continue a apresentar as melhores condições de localização de atividades industriais e de alta tecnologia, secundado pelo corredor que se estende de Belo Horizonte a Porto Alegre.

Enfim, nesse período, iniciou-se um processo de reversão da concentração industrial no estado de São Paulo, fortemente impulsionado por vários fatores que, em conjunto, passaram a estabelecer um novo padrão de divisão inter-regional do trabalho na economia brasileira. Uma das faces desse novo processo foi a perda de importância relativa, nas regiões “periféricas”, dos produtos tradicionais, como matérias-primas e alimentos, para a crescente participação dos produtos industrializados.

1.4 Desaceleração do processo de desconcentração da estrutura produtiva regional: 1985-1995

O longo período de desconcentração produtiva da economia nacional foi marcado por dois movimentos distintos: o primeiro, evidenciado pela desconcentração produtiva, que contribuiu significativamente para a diferenciação do aparelho produtivo em escala nacional, deu-se entre os anos de 1970 e 1985; o segundo, caracterizado por uma desaceleração desse processo, estendeu-se de 1985 a meados dos anos 90.

⁶⁷ Sobre essa questão, ver o trabalho de Guimarães Neto, Leonardo, 1986, op. cit.

Embora apresente comportamento bastante heterogêneo ao longo do tempo, esse movimento das economias regionais é notado quando se analisa a participação do Produto Interno Bruto das diversas regiões no total nacional. Nesse particular, toma relevância para os nossos propósitos o trabalho de Cano (1998), uma vez que esse autor analisa o desempenho das regiões e dos principais estados da Federação, considerando a participação de cada um no total do PIB nacional por setores de atividade econômica.

Entre os anos de 1970 e 1985, tabela 1.1, a região Sudeste declinou substancialmente sua participação relativa no PIB nacional, embora Minas Gerais e Espírito Santo tenham apresentado elevação em sua participação (8,3% para 9,7% e 1,2% para 1,7%, respectivamente). Chama a atenção a redução apresentada pelo Rio de Janeiro e São Paulo. Entretanto, devido ao peso da estrutura produtiva de São Paulo no total nacional e à sua relativa queda de participação no período (39,5% para 35,8%), evidencia-se com mais clareza o processo de desconcentração produtiva ao longo do período. Isso se torna mais significativo na medida em que, desde o início do processo de integração da economia nacional, principalmente a partir da implantação da indústria pesada no país, a economia desse estado apresentou excelentes taxas de crescimento econômico. Portanto, fica evidente que o crescimento da participação relativa dos demais estados brasileiros deu-se porque obtiveram ótimas taxas de crescimento de seu produto, tanto industrial quanto agropecuário, e não porque houve um processo de estagnação econômica da principal economia do país.

Nesse período de consolidação do processo de integração do mercado nacional, evidencia-se o crescimento da participação relativa das demais regiões e dos principais estados da Federação. Em particular, constata-se a expansão da economia paranaense, que manteve sua tendência de crescimento na participação no PIB nacional desde os anos 40. Inclusive no auge do período de desconcentração, 1970 – 1985, o Paraná elevou sua participação de 5,5% para 6,2%. Analisando a participação dos principais estados e regiões na produção nacional, entre 1985 e 1995, verifica-se uma tendência de desaceleração do ritmo de crescimento da participação do PIB das regiões no total nacional. Embora o comportamento dos estados seja muito heterogêneo, nota-se certa tendência de estabilização do processo, principalmente para o estado de Minas

Gerais, que apresentava tendência de recuperação de sua participação no total nacional, dado que, embora sua participação tenha diminuído de 9,7% para 9,1%, sua participação industrial aumentou no período. São Paulo praticamente manteve sua posição relativa em torno de 36,0%, em razão do crescimento da participação do setor agropecuário. O Paraná elevou sua participação no produto industrial de 5,20% para 8,0%, embora apresentasse redução na participação do setor agropecuário, assim elevando muito pouco sua participação relativa no total nacional. Rio Grande do Sul, que também apresentou oscilação no período, praticamente manteve sua posição na casa dos 7,0% do total nacional. A região Nordeste também manteve sua participação em torno dos 13% e o Norte em torno dos 4,0%. Por sua vez, a região Centro-Oeste elevou sua participação relativa de 3,7% para 4,7% no período, mas cresceu apenas 1,0% ao longo de dez anos.

Tabela 1.1 Participação regional na produção econômica, 1970-1995

	1970			1985			1995		
	PIB Agrop.	PIB Ind.	PIB Total	PIB Agrop.	PIB Ind.	PIB Total	PIB Agrop.	PIB Ind.	PIB Total
NO*	4,10	1,10	2,20	6,50	4,00	4,10	7,60	4,50	4,60
NE	20,90	7,00	12,00	20,60	12,00	13,70	22,00	11,50	13,40
SUDESTE	34,20	79,00	65,10	38,40	65,90	58,80	41,50	61,00	57,60
MG	11,90	6,90	8,30	17,00	8,70	9,70	14,10	9,10	9,10
ES	1,90	0,50	1,20	2,90	1,40	1,70	2,00	1,50	1,60
RJ	2,40	15,20	16,10	1,80	11,80	11,60	1,80	9,40	10,30
SP	18,00	56,40	39,50	16,70	44,00	35,80	23,60	41,00	36,60
SUL	33,40	11,90	17,00	27,10	15,70	17,40	21,70	18,90	17,30
PR	12,10	3,00	5,50	11,90	5,20	6,20	8,60	8,00	6,70
SC	5,40	2,60	2,80	4,30	3,60	3,30	4,10	4,00	3,30
RS	15,90	6,30	8,70	10,90	6,90	7,90	9,00	6,90	7,30
CO	7,40	0,90	2,70	7,40	2,10	3,70	7,10	3,60	4,70
DF	0,00	0,10	1,00	0,00	0,30	2,30	0,10	0,50	2,40

Fonte: Cano, Wilson (1998^a: 318)

* NO inclui To em 1985-1995

Esses dados tornam-se extremamente importantes, porque foi na década de 70, como veremos no próximo capítulo, notadamente para o Paraná, que a região Sul passou por significativas transformações na sua estrutura produtiva agropecuária, dado o intenso processo de

modernização verificado no período. Por outro lado, a perda de participação relativa da agricultura do Sul se deve à reestruturação desse setor. Embora esses fatos sejam suficientemente importantes, juntem-se a eles o esgotamento da fronteira agrícola no Paraná e a crise do cooperativismo gaúcho. Assim, o estado de São Paulo, que vinha perdendo participação relativa desde os anos 50, a partir dos anos 80 inverteu essa tendência e aumentou substancialmente sua participação no total nacional, recuperando a condição de maior produtor agropecuário do país.⁶⁸

Em termos gerais, o que se nota é que esse processo de desconcentração é muito menos intenso do que o observado no período anterior. Entre os autores que discutem a questão, há consenso no sentido de que a desconcentração da estrutura produtiva da economia nacional perdeu fôlego a partir dos anos 80, principalmente em razão da crise econômica que se evidenciou nessa década.⁶⁹

Embora a crise econômica tenha desempenhado o seu papel no processo de desaceleração do crescimento econômico e, portanto, refletido sobre o desempenho das economias regionais, uma vez que a partir da unificação do mercado nacional São Paulo fortaleceu-se como centro dinâmico da economia brasileira e atrelou as demais regiões ao seu desenvolvimento, há que se considerar a existência de outras determinantes que atuaram como bloqueio nesse processo. Cano (1998^b) identifica os principais fatores que teriam contribuído para essa inflexão, e entre eles estão:

- a) o desmantelamento do Estado nacional e de outros órgãos de desenvolvimento regional, principalmente a partir do governo Collor;
- b) a abertura comercial feita de modo irresponsável, com efeitos perversos sobre vários segmentos produtivos;
- c) o esgotamento dos impactos dos investimentos do IIPND a partir de 1985, devido à sua maturação;

⁶⁸ Segundo Cano, Wilson, 1998^a, op. cit., p. 321, esta ocorreu nos seguintes principais segmentos produtivos: “exportáveis, pastagens, álcool e açúcar, laranja, carnes, rações, frutas”.

⁶⁹ Nesse particular ver os trabalhos de Guimarães Neto, Leonardo, 1995, op. cit., p.37; Diniz, Clélio Campolina, 1993, op. cit., p. 58 ; Cano, Wilson, 1998^a, op. cit., p. 330 e Pacheco, Carlos Américo, 1998, op. cit., p. 223.

- d) a debilidade fiscal e financeira do governo federal e dos estaduais, causando diminuição nos níveis de investimentos em infra-estrutura econômica;
- e) a diminuição dos preços reais de produtos básicos, que se refletiu de modo negativo sobre o crescimento das exportações;
- f) a diminuição das exportações de bens manufaturados das indústrias tradicionais;
- g) a localização dos investimentos de informática, microeletrônica, telecomunicações e automação, associada à forma reconcentradora da atual reestruturação do país, principalmente em São Paulo.⁷⁰

Se a existência desses fatores foi determinante para o bloqueio à continuidade do processo de expansão da economia nacional e, conseqüentemente, para a maior desconcentração espacial da estrutura produtiva do país a partir de 1985, no entanto Wilson Cano não desconsidera a existência de outras determinantes que atuaram no sentido de favorecer a desconcentração econômica. Entre elas, destacam-se:

- a) a realização de investimentos na extração e refino de petróleo;
- b) o avanço da agricultura para novas áreas e junto dela os projetos agroindustriais;
- c) a existência de algumas políticas estaduais de incentivo combinadas com projetos privados de novas localizações para suas plantas;
- d) a redução da migração inter-regional para São Paulo, que se refletiu no crescimento urbano das capitais e de outras cidades na periferia nacional, suscitando o crescimento do investimento em indústrias “leves”;
- e) a existência de políticas de incentivo ao turismo nacional, principalmente para o Nordeste brasileiro, que se refletiram no estímulo para a inversão em setores impulsionados por essas atividades.

Embora essas forças, em conjunto, acabassem por suscitar alguma desconcentração, para Wilson Cano, a partir da maior abertura comercial parece haver uma tendência de inflexão desse processo, com tendência para a reconcentração econômica.

Do balanço que se pode fazer do período 1985/95, e de novo advertindo sobre os problemas estatísticos, infere-se que, se havia uma “tendência” reconhecidamente desconcentradora entre 1970 e 1985, e que se prolongaria, ela já não se coloca de forma tão clara com os dados do período 1985/95. Computado todo o período 1980/95, a produção industrial do Brasil aumentou 8,6% e a de SP teve crescimento nulo. Vale dizer: a “locomotiva” parou e, assim, os “vagões” pouco andaram (...) Por pequena que seja a diferença entre esses números, ela revela não só a inflexão do processo de desconcentração como também, talvez, o início de uma “suave” reconcentração, justamente a partir da intensificação da política comercial.⁷¹

O importante, entretanto, é o fato de que houve desconcentração mesmo em uma conjuntura de crise econômica e que a acumulação de capital no país continua sendo comandada a partir de São Paulo. Isto é, a economia paulista continua sendo o centro dinâmico da economia nacional, principalmente porque o desenvolvimento capitalista no Brasil implicou a montagem de uma estrutura produtiva com fortes vínculos de complementaridade inter-regional, com essa economia sendo o núcleo dinâmico do sistema.⁷²

Essa questão torna-se extremamente importante, principalmente no período recente, porque foi a partir da integração produtiva do mercado nacional e de seus desdobramentos em termos de desconcentração produtiva que se legou uma configuração econômica espacial ao país extremamente distinta da que havia décadas atrás, uma vez que as possibilidades de seu desenvolvimento estavam na forma complementar de suas economias. Em contrapartida, esse processo representou uma crescente especialização das economias regionais, dado que suas possibilidades de crescimento à semelhança do desenvolvimento paulista estavam esgotadas. Nesse particular, cabe a assertiva de Guimarães (1995):

Em síntese, não obstante a desconcentração econômica e sobretudo a industrial, o que atualmente caracteriza a economia brasileira, da perspectiva territorial, é a presença de um Centro, comandado por São Paulo, no qual se localiza uma estrutura

⁷⁰ Cano, Wilson, 1998^a, op. cit., p. 331-332.

⁷¹ Idem, p. 332-333.

⁷² Sobre esse aspecto, ver entre outros, Cano, Wilson, 1998^a, op. cit., e Guimarães Neto, Leonardo, 1995, op. cit.

*produtiva que contempla a quase totalidade dos segmentos produtivos estratégicos da economia nacional. Com a integração comercial e produtiva ocorrida na fase histórica recente, essa região se articula com as demais, ajustando e consolidando estruturas econômicas complementares e especializadas nas regiões periféricas, inclusive através da implantação de grandes unidades produtivas privadas ou estatais. Nesse processo surgem, ampliam-se e consolidam-se espaços voltados para atividades específicas, (...).*⁷³

Isso significa que, embora tenha ocorrido desconcentração econômica no país, esta resultou em uma forma específica de integração das regiões no mercado nacional e internacional. Ou seja, suas inserções passaram a ocorrer de modo bastante especializado, dado que a essas regiões só restava a possibilidade de se desenvolver especializando-se na produção de manufaturas, notadamente de bens de consumo não-duráveis, intermediários e produtos agrícolas voltados ao mercado nacional; ou ainda produzindo bens e serviços com vistas a atender à própria região, mas concorrendo nesse espaço com a produção nacional.⁷⁴

Nesse sentido, cabe a observação de Cano (1998^a), de que, apesar de essas estruturas produtivas serem especializadas, em decorrência da própria complementaridade que se estabeleceu, há que se considerar que as regiões foram historicamente mais especializadas do que são atualmente e que o processo de integração produtiva lhes possibilitou engendrar algum desenvolvimento industrial e, portanto, diferenciar suas estruturas produtivas ao longo do tempo.

Embora reconhecendo que essas economias apresentaram algum desenvolvimento de suas forças produtivas, Guimarães (1995) procura enfatizar que a desconcentração produtiva, verificada ao longo desses anos, ocorreu de modo extremamente seletivo, tanto do ponto de vista espacial como setorial. Com isso, a divisão do trabalho no espaço nacional acabou por se tornar extremamente problematizada, uma vez que as articulações não só se realizam entre o centro dinâmico da economia nacional e as demais regiões e estados menos industrializados, mas muitas vezes se articulam apenas com as áreas especializadas. Isso implica um desenvolvimento pontual

⁷³ Guimarães Neto, Leonardo, 1995, op. cit., p. 43.

⁷⁴ Ver, entre outros, Pacheco, Carlos Américo, 1998, op. cit., p. 230.

e seletivo, sem maiores efeitos para o avanço das estruturas produtivas das demais áreas no entorno dessa área dinâmica.

Esse tipo de articulação entre o centro dinâmico e as regiões *especializadas* engendrou um tipo de desenvolvimento denominado *ilhas de prosperidade*. Sua maior integração produtiva no mercado nacional lhes possibilitou galgar algum desenvolvimento com diferenciação da estrutura produtiva, seja produzindo para o centro dinâmico nacional, seja direcionando sua produção para o exterior, principalmente após a abertura comercial. Em muitos desses casos, o desenvolvimento dessas regiões, guardadas as devidas proporções, assemelha-se ao das denominadas *economias de enclave*, que muito pouco contribuem para o desenvolvimento das forças produtivas onde estão inseridas.⁷⁵

Além dos aspectos apontados, Pacheco (1998) chama atenção para o fato de que tal processo veio também acompanhado de uma crescente heterogeneidade intra-regional.

*O que esses fatos revelam, em primeiro lugar, é que a desconcentração produtiva e agroindustrial conviveu com maior heterogeneidade intra-regional, como seria de esperar, na medida em que o desenvolvimento não teria por que homogeneizar internamente as regiões brasileiras, como não o fez com São Paulo. Mas revelam, também, em segundo lugar, que aumentou significativamente a heterogeneidade pela forma pontual e pelo baixo encadeamento dos poucos projetos que se mostraram dinâmicos no período, boa parte deles voltados para a demanda externa.*⁷⁶

Entre outros aspectos, esse autor ainda ressalta a existência de novas forças que podem atuar tanto no sentido da concentração quanto da desconcentração produtiva. Dentre as que atuam no sentido da desconcentração espacial, por exemplo, estão as mudanças tecnológicas, que passam a reduzir os custos dos investimentos; a abertura comercial, que pode favorecer o surgimento de focos de exportação; a proximidade do cliente final para diversas atividades; o papel da logística nas decisões de localização dos estabelecimentos, entre tantos outros elementos. Por outro lado, entre as que atuam no sentido da concentração estão: melhor oferta de

⁷⁵ Ver Guimarães Neto, Leonardo, 1995, op. cit., p. 39-43.

recursos humanos qualificados; maior e melhor dotação de infra-estrutura econômica, urbana e social; proximidade de mercados consumidores de renda mais elevada; maior proximidade de centros de produção de conhecimentos e de tecnologia, entre outras.

Em assim sendo, essas novas tendências parecem indicar o surgimento de um novo processo, que reforça a já heterogênea realidade social brasileira e regional, com a agravante de que podem exacerbar as tendências tanto de concentração espacial da estrutura produtiva quanto de criação de novas e dispersas *ilhas de prosperidade* por todo o território brasileiro, porém com pouco ou nenhumnexo de relações interindustriais com a matriz produtiva da economia nacional.

Ainda segundo Pacheco (1998), a agravante nisso tudo é que esse processo veio acompanhado mais de uma “flagrante fragmentação da economia nacional do que do crescimento solidário das regiões”, muito embora isso não tenha resultado em uma desarticulação da economia nacional ou de seu mercado interno. O importante é que as regiões que apresentaram maior dinamismo passaram a estabelecer novas formas de articulação com outros mercados, notadamente o mercado externo, em face da crise econômica do país desde os anos 80 e da maior abertura comercial nos anos 90. Isso decorre do processo de globalização da economia nacional, que vem reforçando as estratégias de especialização regional por parte das empresas líderes, uma vez que estão se conformando como grandes redes mundiais com núcleos regionais. Em assim sendo, os impactos regionais do processo de mundialização do capital são muito seletivos e tendem a acentuar a tendência de concentração espacial do progresso técnico, que é próprio do sistema econômico capitalista.

É nesse contexto de acentuadas mudanças e de problematização no desenvolvimento regional do país, e de acelerado processo de transformações internas da economia nacional, que pretendemos entender a maneira como evoluiu a economia do Paraná e como ela se inseriu no contexto da desconcentração da estrutura produtiva da economia nacional, bem como entender os novos engates que se pronunciam com o advento da desaceleração do processo de desconcentração regional no Brasil. Enfim, trata-se de analisar como evoluiu a estrutura produtiva da economia paranaense, particularmente no que diz respeito às modificações ocorridas

⁷⁶ Pacheco, Carlos Américo, 1998, op. cit., p. 241.

na estrutura produtiva agrícola e industrial e em relação à distribuição espacial dessa produção. Em especial, analisar as transformações verificadas quanto à inserção do Paraná no mercado nacional e internacional, uma vez que o processo de desconcentração econômica regional legou às várias regiões brasileiras e unidades da Federação configurações bastante distintas.

CAPÍTULO 2. A AGRICULTURA E A INDÚSTRIA DO PARANÁ ATÉ OS ANOS 70

Até as primeiras décadas do século XX, a inserção da economia paranaense na economia nacional e internacional se dava fundamentalmente através da produção da erva mate e da madeira, particularmente do pinho. A produção da erva mate era basicamente voltada a atender o mercado argentino, principal importador desse produto. Entretanto, esse quadro mudou sensivelmente: a partir dos anos 30, uma nova frente de expansão estava se consolidando, com a progressiva ocupação e expansão da produção cafeeira no norte-paranaense. Em pouco tempo, o café passou a ser a base do desenvolvimento do Paraná e sua forma de inserção no mercado nacional até a década de 60. Ante a importância da economia cafeeira para a diferenciação da estrutura produtiva da economia paranaense, evidenciaremos, de modo sumário, as condições que possibilitaram a expansão dessa atividade em solo paranaense a partir da década de 30.

2.1 Os primeiros tempos

As possibilidades de crescimento e diversificação da economia paranaense, na época da Grande Depressão, manifestavam-se extremamente frágeis, em decorrência do tipo de economia que ali se desenvolvia e pela precariedade das condições do sistema de transporte então existente.

No que se refere à sua economia, observa-se que a produção era quase que exclusivamente baseada na extração do mate e voltada para o comércio exterior, portanto deste dependendo em termos de preço e produção. Por essa época, a Argentina representava o principal mercado importador, o que colaborava para acentuar a dependência dessa atividade econômica em relação a esse mercado. Enfim, funcionava como uma economia reflexa em relação ao mercado externo. Assim, em sendo a produção ervateira a principal atividade econômica do estado desde o final do século XIX, ainda eram notórios, no período, alguns tipos de problemas que tendiam a persistir ao longo do tempo e geravam sérias dificuldades para a reorganização da economia estadual. Um dos principais problemas da época, e que desde a

declaração de autonomia da província mereceu a atenção do poder público, foi a precariedade das condições de transporte. Logo após a emancipação, houve grande esforço, por parte do poder público, em recuperar a estrada da Graciosa,⁷⁷ principal via de acesso entre o planalto, onde estava sediada a capital da província, e Paranaguá, no litoral.⁷⁸ Posteriormente, entre 1880 e 1885, foi construída a primeira estrada de ferro, ligando Curitiba ao porto de Paranaguá⁷⁹, porém o problema ainda persistia. Isso é evidenciado pelas sucessivas solicitações do presidente provincial ao poder legislativo no sentido de reduzir os impostos incidentes sobre o mate e sobre as tarifas cobradas pela ferrovia, que, segundo relato, mostrava-se, à época, mais onerosa que o transporte sobre muare.⁸⁰

A precariedade do sistema viário não se limitava ao trecho entre o planalto e o litoral; prolongava-se por todas as regiões, que não contavam sequer com estradas e pontes que interligassem os povoados mais importantes e longínquos da capital da província. Essa situação perdurou por muitas décadas e sempre foi objeto de reclamações por parte de setores ligados à extração, beneficiamento e exportação do mate e/ou de setores ligados à atividade madeireira, principais atividades econômicas do período. Tais problemas, contudo, não seriam resolvidos nesse período da história econômica do Paraná, mas seriam objeto de discussões na década de 30 do século XX, quando ainda se afirmava que as tarifas ferroviárias elevadas eram a causa do declínio das saídas das madeiras paranaenses. Enfim, havia na época uma idéia comum, a de que as riquezas não eram aproveitadas devido à carência de meios de transporte.

Em grande parte, a origem desse problema residia na baixa capacidade de arrecadação do estado: aquilo que se arrecadava não era suficiente nem sequer para a manutenção do sistema viário existente. Tão precária era a situação, que a própria expansão da rede viária dependia exclusivamente do auxílio do governo central e/ou de empréstimos públicos. No entanto, a causa principal dessa débil capacidade de arrecadação estava associada à debilidade da economia no

⁷⁷ A estrada da Graciosa foi construída em 1855 e foi recuperada em 1873.

⁷⁸ Até 1853, o Paraná pertenceu à província de São Paulo, e após a separação passou a se chamar província do Paraná. O primeiro presidente da província foi Zacarias de Góes e Vasconcelos e em 26 de julho de 1854, com a criação da Assembléia Legislativa, Curitiba foi escolhida para ser a capital da província.

⁷⁹ A construção da estrada da Graciosa e da Estrada de Ferro Paranaguá-Curitiba deu margem a maior exploração da madeira, principalmente do pinho, que passou a ser explorado comercialmente, chegando a ser exportado.

⁸⁰ Padis, Pedro Calil, 1981, op. cit., p. 77.

período, fortemente baseada na economia do mate e, em menor proporção, na atividade madeireira.⁸¹

Quanto à economia do mate, por ser uma atividade extrativista, representava quase completa incapacidade de agregar valor, portanto exercia poucos efeitos sobre o conjunto da economia estadual. Entretanto, esse setor apresentava condições para que um número bastante grande de pessoas pudesse auferir algum tipo de renda, principalmente quando da coleta do mate.⁸² Em conseqüência, tanto homens como mulheres, crianças e idosos participavam ativamente da atividade, pois todos estavam aptos a trabalhar nessa cultura. A produção ervateira exerceu forte poder de atração sobre a população, porque, em sendo uma atividade extrativista, e desfrutando o Paraná de grandes extensões de áreas de ervais silvestres, estes ficavam ao alcance de todos. Além disso, não se exigia quase nenhuma inversão de capitais, a não ser quanto à aquisição de lotes de terra, muito embora, no período, existissem nas áreas do mate grandes quantidades de posseiros e de latifundiários, voltados principalmente à extração da madeira.⁸³

Para os que não dispunham de condições financeiras para tais aquisições, ainda restava a oportunidade de trabalhar nos ervais, dada a facilidade das primeiras operações, que se resumiam na extração do produto para posterior beneficiamento. Tanto essas facilidades eram evidentes, que a atividade ervateira funcionava como uma espécie de pólo de atração, para o qual se direcionava um contingente muito grande de pessoas e capitais, em detrimento muitas vezes de outras atividades econômicas, como, por exemplo, a própria agricultura de subsistência.⁸⁴

⁸¹ Tanto isso era verdade que o poder público estadual acumulou dívidas em decorrência dos sucessivos déficits orçamentários. Em 1930, o total da dívida acumulava 227 mil contos de réis, enquanto a receita ordinária não chegava à oitava parte desse total. Conforme Padis, Pedro Calil, 1981, op. cit.

⁸² O período de coleta da erva-mate era muito variado, devido às condições climáticas nas áreas dos ervais, que se estendiam por quase todo o território do estado. Porém em 6 de dezembro de 1854 se inicia o primeiro período de safra regulamentado pelo poder público, que compreendia de 1° de fevereiro a 31 de agosto de cada ano. Posteriormente, em 1875, com a Lei 429, o período de colheita foi fixado de 15 de fevereiro a 30 de setembro de cada ano, com vistas a melhor adequar os trabalhos de extração aos períodos de chuvas. No entanto, outra lei foi formulada em 1921, a lei 2015, que delimitava esse período entre maio e outubro e vigorou até o ano de 1962. Entretanto, ao que parece, essa lei tinha mais a preocupação de fixar um período cronológico para o ano agrícola do mate do que propriamente ajustá-lo aos períodos de chuvas.

⁸³ A existência de posseiros nessa região do estado, e de latifúndios, foi motivo de sérios conflitos no campo.

⁸⁴ Segundo Padis, Pedro Calil, 1981, op. cit., o próprio presidente da província via no poder atrativo do mate a explicação para o declínio da cultura do trigo. Entretanto, não se pode negar que a expansão da economia do mate possibilitou a construção de ferrovias, estimulou a vinda de imigrantes europeus para o estado, e várias companhias privadas estabeleceram uma agricultura de pequenos agricultores e colonizadores, que vendiam o excedente de produção em mercados locais e para outras regiões do país.

A economia do mate, se não impediu a diversificação econômica do estado, ao menos não lhe proporcionou nenhum estímulo nesse sentido, pois poucos foram os efeitos multiplicadores de renda capazes de dinamizar a economia local, a não ser o comércio e fabricação de alguns instrumentos de trabalho. Por ser extrativista, a produção respondia prontamente a qualquer variação de preços, limitando-se à disponibilidade de trabalhadores para realizar as tarefas exigidas e, também, para a recuperação dos ervais após os períodos de coleta, o que dependia das condições climáticas. É evidente que a produtividade era baixa e o uso de tecnologia extremamente rudimentar.

Quanto à renda auferida na extração dos ervais, era limitada a certo período do ano, que durava de seis a oito meses. Após esse período, os que se dedicavam a essa atividade ficavam praticamente ociosos, portanto gastando toda a renda que por ventura tivessem acumulado no período da colheita, até iniciar novo ciclo de safras. Para aqueles que dispunham de algum lote de terra, a alternativa era dedicarem-se à agricultura de subsistência.

À parte da economia do mate, uma economia madeireira se formou. Em seu início, essa atividade foi desenvolvida com vistas a suprir as necessidades dos produtores de mate, com o fornecimento de barris e caixas para a embalagem do produto. Adiante, outros mercados surgiram para o pinho paranaense, principalmente nos maiores centros urbanos do país e no exterior. No entanto, apenas só durante a Primeira Guerra Mundial a atividade tomou impulso, em razão das dificuldades impostas pela guerra à importação de pinho báltico, que era largamente utilizado no Brasil, Argentina e em outros países, abrindo o mercado para o pinho paranaense. Depois da Grande Depressão dos anos 30, que abalou a economia brasileira, principalmente os maiores centros urbanos, a indústria madeireira recuperou-se, permanecendo dinâmica. Só na década de 60, com a exaustão das florestas naturais de pinho, foi que essa atividade econômica perdeu gradativamente sua importância relativa no conjunto da economia paranaense. Esse período é assim sintetizado por Leão:

O comportamento da economia estadual no período não pode ser atribuído apenas à performance do mate e do pinho. A forma de fabrico desses produtos indica que se trata de uma economia débil, com pequeno desenvolvimento capitalista. As instalações

*industriais são rudimentares, com nível tecnológico reduzido, incapazes de enfrentar condições de concorrência pouco mais difíceis. Ao mesmo tempo, a infra-estrutura econômica do Estado era extremamente deficiente, deixando de garantir as condições mínimas para que os produtos de exportação concorressem no mercado. (...) o restante do Estado apresentava uma agricultura pouco dinâmica e com baixo grau de mercantilização, incapaz de gerar mercados com uma dimensão indutora do investimento industrial.*⁸⁵

Muitas são as diferenças das economias externas geradas pelo mate e pela madeira, se comparadas à atividade cafeeira que se desenvolvia em São Paulo e que se direcionava para o Norte do Paraná, principalmente a partir da década de 30 do século XX. No entanto, até meados do século XIX, esta era apenas uma área distante e composta por uma densa floresta, praticamente isolada da capital do estado e separada de São Paulo pelo rio Paranapanema. Sua ocupação estava limitada a umas poucas colônias militares instaladas por volta de 1851, mais voltadas ao controle de tropas que por ali passavam, e alguns pequenos grupos de colonizadores. No entanto, a progressiva expansão da atividade cafeeira em território paulista, a qual se direcionava para o interior, mais precisamente em direção ao oeste do estado, fez com que a cafeicultura, em 1860, se encontrasse próxima aos limites territoriais do estado de São Paulo com o Paraná. Foi também por essa época que surgiram, no Norte Velho paranaense, os primeiros núcleos ocupacionais de maior significância e, com estes, as primeiras lavouras de café.⁸⁶

Essa ocupação, que se verificava em território paranaense, deu-se de forma bastante desordenada e seu traço marcante é que foi feita por migrantes em busca de novas terras para o cultivo do café, principalmente provenientes das regiões de Campinas, São Carlos e Ribeirão Claro, no interior paulista, e também migrantes provenientes do Nordeste e de Minas Gerais. Esses grupos proporcionaram o surgimento de vários núcleos de ocupação, que se estenderam com muita rapidez, dando condições para a criação, ainda no século XIX, dos municípios de

⁸⁵ Cf. Leão, Igor Zanoni Constant Carneiro. *O Paraná nos anos setenta*. Curitiba, IPARDES/CONCITEC, 1989, p. 32.

⁸⁶ Cf. Canciam, Nadir. *Cafeicultura paranaense: 1900-1970*. Curitiba, GRAFIPAR, 1981.

Tomazina (1865), Santo Antônio da Platina (1866), Venceslau Braz e São José da Boa Vista (1867) e Jacarezinho em 1900.⁸⁷

Concomitantemente à produção de café, desenvolveu-se na região do Norte Pioneiro a pecuária de suínos e, atrelada a esta, a cultura do milho. Essa atividade tornou-se muito importante para a economia local, inclusive atraindo a atenção de grandes frigoríficos sediados no estado de São Paulo. Tanto que uma das firmas do grupo Matarazo resolveu instalar-se na região com um grande frigorífico, com sede no município de Jaguariaíva, iniciando seus trabalhos em 1924⁸⁸. Entretanto, foi o município de Santo Antônio da Platina que se transformou num dos maiores centros compradores do frigorífico Matarazo, o qual possuía mangueiras para cerca de 2.000 porcos nesse município e mais 1.000 em Platina. Os porcos eram comprados ao redor do município, num raio de 200km em direção ao oeste do estado. Havia muitas vantagens em adquirir os porcos em regiões mais distantes, devido aos baixos preços que se pagava por eles, em relação aos preços praticados nas proximidades do estado de São Paulo.⁸⁹ No início, eram transportados de modo muito precário, um sistema muito parecido com o tropeirismo; inclusive era usual o termo *tropear porcos*. Posteriormente, com a construção da estrada do Cerne, os porcos passaram a ser transportados em caminhões da própria Matarazo, que tinham capacidade para cerca de 180 a 200 animais. A capacidade de abate diário desse frigorífico, em Jaguariaíva, era de 1.000 suínos.⁹⁰

Apesar da relativa importância da suinocultura na região do Norte Velho paranaense, gradativamente essa atividade foi perdendo sua importância na economia local, principalmente em decorrência do povoamento da região e da expansão da atividade cafeeira, que aos poucos se tornava a principal atividade econômica, colocando limites e, ao mesmo tempo, inviabilizando a criação de porcos no sistema de safras.⁹¹ Sua quase liquidação deu-se no transcorrer da década de 40, quando surgiu a peste suína, que se estendeu por toda a região, inclusive contribuindo para

⁸⁷ Cf. Padis, Pedro Calil, 1981, op. cit., p. 93.

⁸⁸ Inicialmente, o local escolhido para ser instalado o frigorífico foi o município de Tomazina, uma das mais importantes áreas produtoras da região. Entretanto, em decorrência da negação de incentivos fiscais por parte desse município, optou-se por nova localidade.

⁸⁹ Enquanto em Santo Antônio da Platina o porco custava 80 mil réis, em São Roque custava 22 mil réis.

⁹⁰ Segundo Wachowicz, Ruy Chistovam. *Norte Velho, Norte Pioneiro*. Curitiba, 1985.

o fechamento do frigorífico Matarazo, que transformou suas instalações em uma fábrica de sacos.

O importante a ser destacado é que a economia cafeeira tomou impulso somente no século XX, e desde o seu início até a Grande Depressão dois pontos importantes destacaram-se sobre a ocupação e expansão dessa atividade no Paraná. Um dos pontos refere-se à importância do documento firmado entre os principais estados produtores de café, o *Acordo de Taubaté*, resultando um controle bastante rígido sobre as novas plantações. Entretanto, o acordo acabou por favorecer o plantio de café em áreas onde não havia nenhuma restrição; e o Paraná, por não apresentar, nesse período, nenhuma representatividade como produtor de café, pôde tirar proveito dessa sua condição. Tanto é que produtores, principalmente de São Paulo, aceleraram a ocupação dessa região e passaram a efetuar sua produção em território paranaense. Formou-se em 1910 a primeira fazenda realmente grande, que plantou aproximadamente um milhão de pés de café.⁹² O outro fator que contribuiu para a ocupação da região e a expansão cafeeira foi a busca de novas terras por produtores paulistas, que viam sua produção cada vez mais decrescente devido ao esgotamento do solo e em uma conjuntura de preços baixos e restrições quanto ao plantio. Enquanto isso, as terras virgens paranaenses apresentavam melhores perspectivas e alta rentabilidade, possibilitando novas oportunidades e a perspectiva de maiores lucros na produção de café.

Essa perspectiva era fundada, uma vez que nas novas regiões do Paraná a produção atingiu 400 arrobas por mil pés no começo do século e atingiu 1000 arrobas por mil pés depois da grande geada de 1918. A produtividade de São Paulo, no mesmo período, atingiu um máximo de 85 e um mínimo de 20 arrobas por mil pés e a tendência era declinante.⁹³

⁹¹ O sistema de safras resume-se do seguinte modo: plantava-se o milho e depois, quando do surgimento das espigas, soltavam-se os porcos. Quando haviam adquirido peso suficiente para serem comercializados, estes eram recolhidos e transportados.

⁹² Essa fazenda foi a Água do Bugre, de propriedade do Sr. Barbosa Ferraz, que posteriormente deu nome à cidade de Barbosa Ferraz.

⁹³ Cancian, Nadir, 1981, op. cit., p.56-57.

É importante, nesse contexto, fazer referência à procedência da população que se destinava ao Paraná nessa época. Com base nos dados apresentados por Wachowicz (1985), pode-se resumir a origem da população colonizadora do Norte Velho paranaense. Verifica-se uma preponderância da população oriunda de outras regiões do estado do Paraná em apenas dois municípios da região: São Jerônimo da Serra, com percentual acima dos 50,0% em todo o período, e Curiúva, com percentual acima dos 60,0%. O que se nota nesses dois municípios é uma acentuada presença de paulistas no fim do século XIX e primeiras décadas do século XX. Por sua vez, nos municípios de Carlópolis, Ribeirão Claro, Jacarezinho e Santo Antônio da Platina, há acentuada presença de paulistas, principalmente no início do século XX, até por volta da década de 30, havendo inclusive casos em que a população paranaense é inferior à de mineiros.

A partir da década de 30, há evidências no sentido de ganhar importância a presença de pessoas oriundas de outras regiões do estado do Paraná, visto que sua participação relativa passou a ter um peso maior nos municípios mencionados, em relação às demais. É interessante, dentre todos esses fatos, destacar que a população dessa região do estado foi formada sobretudo de paulistas, paranaenses e mineiros.

Devemos ressaltar que, até os anos 20, a produção de café no Paraná seguiu o modelo dominante em terras paulistas, que se caracterizava por grandes plantações de muitos milhares de pés de café, predominando as grandes propriedades. Porém, com a colonização planejada por empresas privadas, esse modelo foi gradualmente ultrapassado por outro baseado em pequenas propriedades.

Nesse período, a região se desenvolveu e a produção cafeeira se expandiu protegida, de certa forma, pelas políticas de defesa e valorização, que representaram para a economia local a garantia da compra da produção, favorecendo a prosperidade de sua economia até a grande depressão de 1929. Ou seja, o Paraná se aproveitou das oportunidades existentes e se enganchou na economia nacional como grande produtor de café.

2.2 A expansão da economia cafeeira

A expansão da cafeicultura no território paranaense não se deu em uma conjuntura de preços favoráveis, tanto no mercado interno quanto no mercado externo, mas sob condições bastante desfavoráveis para o setor, principalmente até 1941. A partir desse ano, houve uma recuperação significativa dos preços do café, voltando aos níveis praticados antes da Grande Depressão.

A depressão mundial e a superprodução de café contribuíram para que o setor exportador brasileiro sofresse um grande impacto, uma vez que a demanda no mercado internacional reduziu-se de modo significativo, vindo a explicar o declínio dos preços no período. Esse fato proporcionou uma reviravolta no país quanto às políticas adotadas, principalmente em relação às compras de café e quanto ao financiamento da produção. O governo, numa tentativa de controlar a oferta, acionou a proibição de novas plantações, reduziu o crédito aos produtores, instituiu taxas de exportação e quotas retidas, bem como reduziu os estoques através de sua destruição. Em consequência, ocorreu uma grande erradicação de cafeeiros nas regiões de baixa produtividade e produção mais onerosa.

Quanto à política de incineração de café, esta parece ter alcançado os objetivos desejados, principalmente quanto à destruição de estoques. Haja vista que em apenas 14 anos foram destruídas 78.208 sacas de café, o que correspondia a aproximadamente 4,7 bilhões de quilos, equivalentes, à época, a um pouco mais de três safras recordes de São Paulo, que foram de 21.850 sacas no período 1931/34. Esse volume não foi mais atingido pelo estado até próximo à década de 70.⁹⁴

Mesmo sob uma conjuntura desfavorável para o setor, a cafeicultura continuou se expandindo no Paraná, e isso se explica pelos seguintes fatores principais: a) elevada produtividade proporcionada pelos solos paranaenses e grandes extensões de terras virgens que passaram a ser incorporadas, o que fez com que plantações de café de antigas regiões paulistas, e

pouco produtivas, migrassem para o estado; b) o fato de a produção cafeeira no Paraná, a partir da década de 30, ter sido baseada na pequena produção, permitindo que a rentabilidade não fosse tão crucial quanto nas lavouras paulistas, que empregavam um número relativamente grande de trabalhadores assalariados, portanto com custos monetários mais elevados: em sendo a produção cafeeira no Paraná, na sua grande maioria, baseada no trabalho familiar e em uns poucos empregados assalariados, podia o pequeno produtor operar em condições de baixa rentabilidade; c) as negociações do governo estadual com o governo federal e com os estados que haviam colocado restrições quanto ao plantio de café. Quando adotaram novas medidas restritivas em virtude dos excedentes, estabelecendo um imposto anual sobre cada novo cafeeiro plantado, o governo paranaense reagiu e conseguiu sensibilizar o governo federal no sentido de reformular o decreto, passando o imposto a vigorar somente nos estados que ultrapassassem 50 milhões de cafeeiros.⁹⁵ Essa medida garantiu a expansão em território paranaense, onde o contingente de cafeeiros era bem inferior a tal cifra.⁹⁶

Assim, a produção cafeeira paranaense pôde se beneficiar de todas as medidas protecionistas adotadas pelo governo federal e contar com o estímulo do governo estadual, que via com bons olhos o desenvolvimento dessa atividade, tanto que o café passou de uma participação de 2,1% no período 1930/31 para 5,6% uma década depois.⁹⁷ Por último, estruturou-se na região um tipo peculiar de pequenos estabelecimentos agrícolas ligados a empresas privadas, sendo que o projeto de maior proporção foi o iniciado em 1915 pela Paraná Plantation e sua subsidiária brasileira, a Companhia de Terras Norte do Paraná, posteriormente denominada Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

A intenção inicial desses grupos era o cultivo do algodão para exportação. Após conhecerem as terras paranaenses, acabaram por adquirir dois lotes e iniciaram suas operações; entretanto, o projeto não durou muito tempo, por problemas diversos. Em 1925, a subsidiária

⁹⁴ Cf. Raggio, Nadia Z. *Norte-Novo do Paraná: transformações no campo e a questão do acesso à terra*. Campinas, Diss. Mestrado; UNICAMP, 1985, p. 25.

⁹⁵ Essa preocupação por parte do governo paranaense resultou do fato de que o café já era o principal produto na geração de renda do estado.

⁹⁶ Ver a esse respeito Padis, Pedro Calil, 1981, op. cit. e Cancian, Nadir, 1981, op. cit.

⁹⁷ Em 1935, o Paraná produziu cerca de 613 mil sacas de café, o que representava aproximadamente 0,03% do total nacional, porém sua importância para a economia do estado, pelo menos em termos de valor exportado e de

brasileira, a fim de ressarcir-se de seus prejuízos iniciais, resolveu criar um projeto imobiliário na área adquirida e passou a vender suas terras em pequenos lotes, cujo pagamento poderia ser feito em até quatro anos. A companhia havia adquirido em 1925 dois lotes de terras, sendo que um deles compreendia 350 mil e o outro 100 mil alqueires paulistas. Nos três anos subseqüentes, adquiriu mais três lotes, de 15.017, 30.000 e 20.000 alqueires, respectivamente, totalizando, até 1928, 515.017 alqueires, que correspondiam à décima-sexta parte da área do estado e constituíam uma das melhores porções em termos de solo.⁹⁸

A forma adotada para a venda das terras foi fracioná-las em pequenos lotes, com prestações que se estendiam a até 48 meses. Além disso, a companhia também assegurava assistência técnica aos colonos, transportes e instruções gerais. A partir de então, moldou-se um novo tipo de economia cafeeira, proporcionando condições para o processo de ocupação do Norte Novo do estado. Em verdade, o que se fez foi um grande projeto imobiliário, sendo essa a maneira encontrada pela companhia para viabilizar a venda de suas terras, visto que o país atravessava uma conjuntura de extremas dificuldades, o que inibia o dispêndio de capital na aquisição de terras ainda inexploradas.⁹⁹

A fim de facilitar as vendas e valorizar as suas terras, a colonizadora cuidou de assegurar condições de infra-estrutura que permitissem o escoamento da produção local. Entre 1922 e 1925, um grupo de grandes fazendeiros sediados no Norte Velho do estado havia reiniciado a construção de uma ferrovia, estendendo-a de Ourinhos até Cambará, no Norte do Paraná, ligando essa região aos grandes centros de comercialização de café de São Paulo. Em 1928, a Companhia de Terras adquiriu as ações dessa rede ferroviária e deu continuidade ao projeto, penetrando em direção às suas terras. Isso resultou no suprimento das necessidades de transporte entre as novas zonas produtoras de café e os centros de comercialização e, ao mesmo tempo, facilitou o acesso de novos colonizadores às terras adquiridas.¹⁰⁰

arrecadação de impostos, era notório. Nesse ano, os tributos sobre exportação, somados à taxa ouro cobrada na época, significavam cerca de 42,3 % do total de impostos sobre exportação. Padis, 1981, op. cit., p. 126-27.

⁹⁸ Ver, entre outros, CMNP. *Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná*. São Paulo, Ave Maria, 1975.

⁹⁹ O preço de venda do alqueire não ia além dos 12 mil cruzeiros, cerca de quinze vezes o salário mínimo da época para a região e oito vezes o fixado para a cidade de São Paulo, com o pagamento parcelado.

¹⁰⁰ O prefeito da cidade de Cambará havia loteado algumas glebas urbanas, e vendia por 50 mil réis o lote de meio quarteirão. Quando as notícias da aproximação da ferrovia começaram a circular, os preços dos lotes atingiram, em um ano, 50 contos de réis. Cf. CMNP, 1975, op. cit., p. 52.

Outro aspecto que merece destaque é o fato de, que em uma conjuntura de crise para o setor cafeeiro, crise que se arrastava desde o início do século, bem como de perda de hegemonia tanto em termos econômicos como políticos, era de se esperar que os capitalistas fizessem investimentos em setores que apresentassem maiores perspectivas de lucro a longo prazo. Em sendo assim, os possuidores de capital, mesmo os ligados diretamente à atividade cafeeira, não viam com bons olhos investir no setor. Portanto, restava aos pequenos adquirirem terras e nelas iniciarem seu negócio, produzindo café ou mesmo delas tirando sua subsistência.

Um dado interessante, que contribuiu para a formação dessa região, foi a preocupação que se teve em relação aos primeiros núcleos ocupacionais, posteriormente transformados nas principais cidades do Norte Novo do estado.¹⁰¹ Com base em um plano diretor inspirado em um projeto similar desenvolvido em Birigüi, São Paulo, e que havia sido bem sucedido, formularam-se as diretrizes para a ocupação/colonização da região. Tal projeto consistia na montagem de um sistema onde as cidades que seriam os núcleos econômicos mais importantes deveriam estar a 100km de distância uma das outras. Entre elas, a uma distância de 10 a 15km, ficariam os *patrimônios*, que serviriam de centros comerciais com vistas a facilitar o intercâmbio de mercadorias.

Na medida em que esse projeto ia sendo executado, viabilizava-se a produção cafeeira em pequenas propriedades, onde uma família média, por si só, poderia exercer todas as atividades de trabalho, favorecendo a redução dos custos monetários e desencadeando um processo que teve fortes efeitos na economia local.

Esse desenho básico, cujo ponto fundamental era a pequena propriedade, teve profundos efeitos em todo o sistema produtivo da região: primeiro, porque o fazendeiro seria praticamente auto-suficiente em termos de subsistência, enquanto desenvolvia uma atividade econômica altamente lucrativa em termos de mercado – o café; e segundo, porque uma vez que não seria poderoso o suficiente para vender a sua produção diretamente nos grandes centros de comercialização de São Paulo e Santos, o pequeno produtor de café venderia seu café a nível local, o que criaria

¹⁰¹ O Norte Novo é formado pelas microrregiões de Londrina, Maringá e Apucarana.

condições para o desenvolvimento de uma rede de pequenos “maquinistas” e comerciantes de café que se encarregariam de encaminhar a produção para as grandes casas comerciais exportadoras. A companhia acreditava corretamente que os pequenos proprietários não iriam gastar o seu dinheiro nas grandes cidades como os grandes fazendeiros. Ao contrário, gastariam seus recursos localmente, nas casas comerciais dos “patrimônios” e, desta forma, promoveriam a circulação de dinheiro que constituiria um fator salutar para o progresso local e regional.¹⁰²

Essas iniciativas de colonização planejada se constituíram em empreendimentos extremamente lucrativos e acabaram por atrair às novas áreas ainda inexploradas do estado uma ampla camada de produtores, que se integraram ao mercado de terras e à lógica da produção de excedentes para comercialização. Muitos deles, embora fossem pequenos produtores, visavam ao enriquecimento e objetivavam acumular terras, tanto é que alguns tornaram-se proprietários, sem contudo transformarem-se em latifundiários. De modo geral, viabilizaram a produção mercantil através do recurso ao contrato de parceria, colonato e arrendamento.¹⁰³

Acredita-se ser resultado desses fatos o surgimento de uma camada significativa de pequenos e médios produtores agrícolas, proprietários ou não, que combinaram a produção cafeeira com a produção de alimentos. Isso fez com que a região se desenvolvesse e se integrasse cada vez mais no mercado nacional, através da produção de café e de outras culturas típicas de mercado interno. Colaborou também para o desencadeamento de um processo de maior diversificação da economia paranaense, pois demandava bens de consumo, principalmente vestuário, calçados, bens de consumo duráveis e outros meios de produção requeridos pela cafeicultura.

Esse foi um período caracterizado por baixa rentabilidade do setor cafeeiro, onde a necessidade de reduzir custos monetários era premente e no qual a pequena propriedade pôde se desenvolver, dado que nelas o dono da terra e sua família representavam a maior parte da força de trabalho. Assim, nas situações de crise, eliminavam cada vez mais os seus gastos e, às vezes, chegavam a viver no nível da subsistência, mantendo entretanto sua atividade produtiva, pois o

¹⁰² Cf. Castor, Valdomiro, V. Jobim, 1982, op. cit., p. 4 –33.

mais importante para essas famílias era o sonho de cultivar sua própria terra, não importando os reveses que haveriam de enfrentar. No entanto, para as grandes fazendas de café, a situação era bem mais complexa: mantinham, normalmente, um número grande de trabalhadores assalariados, daí que em uma conjuntura de preços baixos sua situação não era das mais favoráveis.

Enfim, foi um período em que a cafeicultura da região passou por uma evolução progressiva, muito embora tenha sido mais lenta e mais organizada do que a verificada em períodos anteriores. Outro fato marcante é que essa região estava muito mais vinculada ao estado de São Paulo do que às demais regiões do Paraná, tanto em termos econômicos como culturais.

A partir do término do segundo conflito mundial, a economia cafeeira no Paraná tomou impulso e o estado tornou-se o maior produtor de café do Brasil. A produção paranaense, que representava 5,3% do total nacional em 1945, passou para 14,2% na safra 1949/50. Passados apenas dez anos, na safra 1959/60, o Paraná já ultrapassava São Paulo nessa produção, representando 46,9% da produção nacional, contra 35,4% de São Paulo, e na safra de 1962/63 sua produção representou 62,8% do total nacional.¹⁰⁴

Vários fatores se conjugaram para que a produção cafeeira no estado se tornasse uma das mais importantes do país a partir de meados dos anos 40. Dentre eles, destacam-se as geadas ocorridas no período e a instabilidade do mercado, que levaram muitos produtores a abandonar a produção nas regiões mais antigas e de baixa produtividade, devido ao desgaste dos solos e aos efeitos das geadas sobre os cafeeiros, além de uma conjuntura de preços baixos para o setor. Igualmente importante é o fato de que os produtores paulistas passaram a investir em outros setores, dada a maior oportunidade de novos investimentos que a economia de São Paulo já oferecia no período, notadamente no setor urbano-industrial. Isso levou o governo federal a modificar as diretrizes de sua política de controle da oferta e a suspender a destruição do produto em 1944. Posteriormente, com o término da guerra, o governo passou a liberar a expansão da produção.

¹⁰³ Sobre a questão do acesso à terra, ver o importante trabalho de Raggio, Nadia Z., 1985, op. cit.

¹⁰⁴ Sobre este aspecto ver, Padis, Pedro Calil, 1981, op. cit., Cancian, Nadir, 1981, op. cit., e Trintin, Jaime Graciano, 1989, op. cit.

Nos anos 40, a produção brasileira foi das mais baixas, se comparada com a da década de 30 e com a obtida a partir de meados da década de 50. A expansão cafeeira, após o término da Segunda Grande Guerra, está diretamente associada ao aumento da demanda no mercado internacional, bastante favorável ao produto, e que no transcorrer da guerra estava reprimida em decorrência do próprio conflito mundial. Se para São Paulo o período pós-guerra foi de instabilidade quanto à produção do café, uma vez que apenas esporadicamente sua produção atingia os níveis alcançados durante os anos 20 e 30, no entanto para o Paraná foi um período de consolidação da produção, ocupação da região cafeeira e de hegemonia dessa cultura no estado.

Nos finais da década de 30 o Paraná ainda possuía grandes áreas de terras inexploradas no norte do estado. Diante da perspectiva de bons resultados dos projetos de colonização, notadamente o da Companhia de Terras Norte do Paraná, o governo estadual passou também a empreender programas de colonização semelhantes, loteando e vendendo terras, predominantemente em pequenas propriedades. Devido a essa iniciativa, várias frentes de povoamento foram abertas, principalmente a partir dos anos 50, alcançando áreas não só no norte, como o Norte Novíssimo, mas também outras em direção ao leste e sudoeste do estado.¹⁰⁵

A economia local desenvolveu-se, ora estimulada pelas condições criadas pelas políticas de defesa e valorização do café e pelos projetos de iniciativa pública e privada, ora estimulada pelos preços no mercado internacional, principalmente a partir do término da Segunda Guerra Mundial.¹⁰⁶

Com isso, a economia paranaense gradativamente passava a ser comandada pela acumulação no setor cafeeiro, a qual possibilitava maior diversificação de sua estrutura produtiva agrícola e industrial, dado que foram surgindo indústrias ligadas ao beneficiamento do café, como torrefação, produção de sacas, entre outros segmentos.¹⁰⁷

¹⁰⁵ Em apenas um quarto de século, na área adquirida pela Companhia de Terras, surgiram cerca de 110 núcleos urbanos, na sua grande maioria transformados em cidades. Dentre eles, 62 foram criados pela Companhia e os demais, 48, foram fundados ou pelo estado ou por outros grupos. Cf. Padis, 1981, op. cit., p.93.

¹⁰⁶ Para uma análise do comportamento dos preços no mercado internacional, ver Netto, A. Delfin. *O problema do café no Brasil*. São Paulo, IPE/USP, 1981, p. 347-348.

Ao mesmo tempo em que avançava a ocupação no norte paranaense e se repetia em outras regiões o tipo de colonização adotado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, havia outro processo em curso penetrando o interior mais a oeste/sudoeste do estado. Esse novo impulso colonizador iniciou-se principalmente a partir dos anos 40, proveniente do Sul do país, mais precisamente do Rio Grande do Sul, porém outras são as bases que nortearam tal processo.

2.3 A expansão da fronteira agrícola

A ocupação da região oeste/sudoeste, até a década de 20, era bastante precária, devido à carência de meios de comunicação interligando essa área ao restante do Paraná, o que a tornava praticamente desconhecida e desabitada. As cidades existentes praticamente foram fundadas em decorrência da delimitação de território com a Argentina, caso típico de Foz do Iguaçu, Chopim e Laranjeiras, em razão da questão do Contestado. Por essa época, a atividade econômica que se desenvolvia era a exploração predatória da erva-mate e da madeira, realizada por um número reduzido de pessoas praticamente nômades.

O movimento migratório proveniente do Rio Grande do Sul apresentou no período dois momentos importantes. O primeiro, no início do século, por volta dos anos que coincidem com a Primeira Guerra Mundial, deveu-se a problemas culturais surgidos no Rio Grande do Sul, derivados da política nacionalista aplicada pelas autoridades gaúchas, fazendo que os sentimentos etnocêntricos dos descendentes de imigrantes europeus fossem ameaçados naquele estado e estimulando a emigração momentânea para Santa Catarina e para o Paraná. O segundo, em meados da década de 40, quando se iniciou o grande fluxo de migrantes para o oeste/sudoeste do Paraná, e que estava fortemente associado ao fracionamento de terras no Rio Grande do Sul, resultante do sistema de subdivisão das terras por herança familiar, paralelamente à ampliação de grandes propriedades dedicadas à atividade pecuária. Isso proporcionou a existência de um excedente populacional agrícola em busca de novas áreas com vistas a garantirem o seu sustento.

¹⁰⁷ Interessante observar que se reproduz no Paraná, guardadas as devidas proporções, a mesma dinâmica observada

O fluxo populacional advindo do Rio Grande do Sul era composto por indivíduos de origem italiana e alemã, que normalmente dispunham de algum recurso financeiro e de instrumentos de trabalho, o lhes assegurava de imediato a instalação de uma propriedade rural. Esses primeiros grupos de migrantes instalaram-se em áreas rurais do oeste/sudoeste paranaense, formando pequenas propriedades baseadas no trabalho familiar e voltadas à geração de produtos de subsistência, bem como à criação de aves, porcos e algum gado leiteiro. Assim, passaram a reproduzir em território paranaense as mesmas práticas e costumes herdados de seus ancestrais. Porém ainda eram precárias as condições de transporte, praticamente inexistindo estradas interligando os núcleos populacionais que iam se formando ao longo do tempo. Em consequência, o baixo dinamismo perdurou por décadas na região.

O semi-isolamento dessas áreas não durou muito tempo, haja vista que o governo do estado do Paraná, a partir de finais da década de 30, estendeu seu projeto de colonização para áreas situadas nessa região, fundando colônias e impulsionando o mercado local de terras. Tal fato levou a que companhias privadas de colonização passassem a investir na compra de terras e iniciassem projetos de assentamento. Entre esses projetos, o mais significativo, se não o mais importante, foi o executado pela Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S.A. – MARIPÁ, com sede em Toledo, empresa de capital proveniente do Rio Grande do Sul. Essa companhia seguiu o mesmo modelo baseado no fracionamento das terras em pequenos lotes, devido às possibilidades financeiras por parte dos colonos que para ali se direcionavam.

Essas iniciativas, tanto públicas como privadas, de colonização, atraíram um número grande de agricultores do Sul do país, resultando na comercialização da maior parte dos loteamentos já no início dos anos 50. O sucesso desse empreendimento ocorreu em razão da oferta abundante de terras e do seu baixo preço, além de se permitir aos colonos adquirirem lotes em torno de 20 hectares. O importante é que esses lotes tornavam-se interessantes para os colonos, pois eram cerca de três vezes maiores do que aqueles que haviam deixado anteriormente. Além disso, a própria característica topográfica da região contribuiu para a ocupação dessas áreas, uma vez que havia muitas semelhanças com as áreas de origem dos migrantes, o que os induzia a reproduzirem no Paraná as mesmas práticas e atividades

econômicas que desenvolviam no extremo sul. Por outro lado, havia a dificuldade de mecanização dessas terras, devido à topografia bastante acidentada, marcada pela presença de morros e vales. Isso contribuía para o desenvolvimento de um sistema simples de produção, como a criação de rebanhos suínos e lavouras de trigo, milho, arroz, feijão e mandioca, portanto de uma economia tipicamente de subsistência, vendendo-se apenas o excedente dessa produção para os mercados locais.

Essa corrente migratória procedente do Sul do país formou uma frente pioneira de colonização, porém não ficou restrita ao sudoeste paranaense; difundiu-se por ampla área, principalmente em direção ao oeste do estado.

A distribuição dessa população, entretanto, não foi homogênea. Mangueirinha tinha 75,6% de sua população ainda formada por paranaenses; Chopinzinho, 57%; Clevelândia, 51%; Coronel Vivida, 43%; Renascença, 38%; Pato Branco, 38%; Vitorino, 37% e Mariópolis, 35%. Por sua vez, era pequena a participação de paranaenses na ocupação de terras nos municípios localizados mais na fronteira do Paraná com a Argentina e adjacências, sendo que Planalto contava com 35%; Capanema com 5,5%; Pérola do Oeste, 6,4%; Barracão, 12,4%; Pranchita, 16,%; Santo Antônio do Sudoeste, 17,8%; Ampere, 18,7%; Realeza, 20%; Salgado Filho, 19%; Enéas Marques, 20%. Esses dados evidenciam que os gaúchos estavam fortemente concentrados no entorno da fronteira com a Argentina, sendo que o percentual nessas proximidades ultrapassava os 70%. Outro dado importante é que a colonização dessa região não atraiu de modo significativo paranaenses de outras regiões do estado.¹⁰⁸

O aumento do fluxo populacional em direção a essa região, notadamente de gaúchos, a partir dos anos 50, proporcionou que seu isolamento relativo tivesse seus dias contados. Ainda em finais dos anos 50, iniciaram-se os esforços para implantação de um sistema viário capaz de interligar a região com os principais centros comerciais do estado. Assim, devido à elevação da renda regional, em decorrência da maior intensificação de seu comércio, novos capitais gradativamente passaram a migrar para essa região, formando grandes propriedades rurais, principalmente em áreas ainda não ocupadas.

¹⁰⁸ Conforme Wachowicz, Ruy Chistovam, 1985, op. cit.

Tanto assim que, dos 63 municípios que constituem a região sudoeste do Paraná, em 1970, 14 obtiveram sua autonomia na década dos cinquenta e 43 no decênio seguinte. Antes do grande fluxo populacional ocorrido nas duas últimas décadas, oriundo, sobretudo, do Rio Grande do Sul, essa região contava apenas com 6 cidades autônomas, ou seja, Clevelândia, Foz do Iguaçu, Laranjeiras do Sul, Mangueirinha, Pitanga e União da Vitória.¹⁰⁹

Até os anos 60, em muito pouco haviam se alterado os hábitos e costumes dessa população, porque a origem ítalo-germânica era carregada de fortes tradições culturais, passadas de geração a geração; portanto uma colonização muito diferente da que se deu no Norte do Paraná, onde predominavam paulistas, mineiros e nordestinos. Outro aspecto que contribuía nesse sentido era o isolamento relativo dessa região em relação ao restante do estado.¹¹⁰

Em resumo, o mesmo processo que gerou as condições para a expansão e consolidação da fronteira agrícola paranaense, caracterizada pela predominância da pequena propriedade e por uma estrutura de posse da terra relativamente desconcentrada, proporcionou também vigoroso crescimento populacional no estado, cujo ritmo superou a média nacional entre os anos de 1940 e 1970.¹¹¹ Tanto é que a população paranaense, que em 1940 era de 1.236.276 habitantes, havia mais do que quintuplicado em finais dos anos 60. Em 1970, somava 6.929.868 habitantes, sendo que, destes, 36,2% eram compostos de população urbana e 63,8% de população rural. Em 1940, o número de habitantes que residiam em áreas urbanas somava 24,5% e os demais 75,5% pertenciam às áreas rurais. Em 1970, esse número era 36,2% de população urbana e 63,8% de população rural.¹¹²

Em razão das especificidades históricas de sua colonização, o Paraná caracterizou-se como um estado receptor de populações que migraram de várias partes do país, desde

¹⁰⁹ Padis, Pedro Calil, 1981, op. cit. p.156.

¹¹⁰ Para uma análise da formação dessa região ver, entre outros, Westphalen, C.M., Machado B.P. e Balhana, A. P. *Nota prévia ao estudo de ocupação da terra no Paraná moderno*. Curitiba, Boletim da UFPR, n. 7, 1968.

¹¹¹ A média nacional foi de 2,39 em 1940/50; de 2,99 entre os anos de 1950/60 e de 2,89 entre os anos de 1960/70, enquanto a paranaense foi, no mesmo período, de 5,61; 7,15 e 4,97, respectivamente.

¹¹² Dados obtidos do Anuário Estatístico do Brasil. IBGE.

nordestinos, mineiros, paulistas, que formaram a frente colonizadora do norte cafeeiro, até migrantes catarinenses e gaúchos, que colonizaram a região denominada oeste paranaense.¹¹³ Esses migrantes vinham para o Paraná com o objetivo de amealhar algum recurso e adquirir um lote de terras para iniciar sua atividade econômica. Assim, muitos se direcionaram para essas áreas de expansão, fazendo que predominasse na estrutura fundiária do estado a categoria de proprietários, tanto que em 1960 estes detinham 61,7% dos estabelecimentos. Porém, conforme os dados da tabela 2.1, o número de parceiros, arrendatários e ocupantes também cresceu de modo expressivo, tornando-se responsáveis por cerca de 38,3% dos estabelecimentos rurais do estado no mesmo período.

Tabela 2.1 Número de estabelecimentos por condição do responsável, no período 1920 – 1960

Condição do Responsável	1920	1940	1950	1960
Proprietário	29.050	49.432	68.609	165.974
Arrendatário	1.021	8.385	4.436	56.332
Ocupante	-	2.522	12.043	33.786
Outros	880	4.058	4.373	13.054

Fonte: Censo Agrícola do Paraná, vários anos

O importante a ser destacado é o fato de que houve um acelerado ritmo de crescimento da população tanto no meio rural quanto no urbano, tornando o Paraná, até a década de 60, um grande receptor de populações. Esse rápido incremento populacional, decorrente das frentes de ocupação, permitiu que o estado estivesse praticamente ocupado nos anos 60.

Em finais da década de 60 havia poucas terras disponíveis para serem ocupadas de forma extensiva, visto que, de 1940 até 1960, cerca de 205 mil estabelecimentos foram criados, provocando uma incorporação de área em torno de 5,2 milhões de hectares. O aumento mais significativo, tanto em número quanto em termos de área dos estabelecimentos, ocorreu nos extratos de área inferior a 20 hectares, sendo que, em 1960, 58,3% dos estabelecimentos pertenciam a essa categoria, muito embora ocupassem apenas 12% da área total, enquanto os

¹¹³ O oeste paranaense é formado pelas microrregiões: Pitanga, Extremo Oeste, Sudoeste, Campos de Guarapuava e Médio Iguaçu.

estabelecimentos acima de 100 hectares, que totalizavam 6,2% do estado, ocupavam 53,8% da área. (cf. tabelas 2.2 e 2.3).

Tabela 2.2 Número de estabelecimentos no Paraná, por grupo de área, no período 1940-1960

Grupos de área (ha)	1940	1950	1960
Menos de 10	12.811	14.941	93.477
10 a menos de 20	10.881	17.340	63.422
20 a menos de 50	21.014	30.376	74.215
50 a menos de 100	9.111	13.810	21.450
100 a menos de 200	5.405	7.441	9.363
200 a menos de 500	3.316	3.736	4.988
500 a menos de 1000	981	993	1.216
1000 a menos de 10000	825	792	894
10000 e mais	14	30	21

Fonte: Censo Agrícola do Paraná, vários anos

Tabela 2.3 Área dos estabelecimentos no Paraná, por grupo de área, no período 1940 a 1960

Grupos de área (ha)	1940	1950	1960
Menos de 10	72.499	90.241	523.892
10 a menos de 20	161.972	252.149	895.479
20 a menos de 50	677	978.944	2.308.050
50 a menos de 100	649.384	999.391	1.537.852
100 a menos de 200	756.108	1.322.219	1.291.998
200 a menos de 500	1.015.988	1.145.467	1.528.408
500 a menos de 1000	684.963	698.579	864.221
1000 a menos de 10000	1.847.329	1.807.541	1.928.554
10000 e mais	386.442	1.028.212	506.480

Fonte: Censo Agrícola do Paraná, vários anos

Como consequência da rápida ocupação e expansão do número de estabelecimentos rurais, o dinamismo da economia estadual passou a ser impulsionado pelo setor agrícola, que gerava, por essa época, praticamente a metade de toda a renda do estado. As demais atividades, do setor industrial e do terciário, gravitavam em torno do desenvolvimento da agricultura. A pauta de produtos gradativamente passou a ser diversificada e os principais produtos agrícolas, além do café, passaram a ser milho, arroz, feijão e algodão, porém com o predomínio da cafeicultura até meados dos anos 60, quando esta entrou em decadência.

A predominância da cafeicultura não pode deixar de ser notada, mas os dados revelam que não havia a monocultura do café, pois a atividade cafeeira possibilitava a existência de uma agricultura extremamente diversificada. Tanto isso transformou-se em verdade que o norte cafeeiro já havia se tornado, na década de 60, uma das principais regiões agrícolas do estado, participando, em 1970, com 57,6% na produção de feijão, 65% na de arroz, 42,3 % na de milho, 97,% na de algodão, 96,6 % na produção de café e com 49,% na de soja. Esta última já aparecia como um dos principais produtos agrícolas do estado por essa época, inclusive ultrapassando culturas tradicionais como arroz e algodão, produzidas tanto no norte como nas demais regiões.

Tabela 2.4 Produção das principais culturas permanentes e temporárias
No norte paranaense e estado: 1950 –1970

(toneladas)						
Anos	Feijão	Arroz	Milho	Algodão	Café	Soja
Norte paranaense						
1950	115.133	78.654	460.120	16.761	264.794	-
1960	99.268	119.220	473.872	96.907	1.568.334	142
1970	263.435	246.314	1.449.921	385.264	112.924	201.736
Estado						
1950	169.731	95.880	936.705	18.695	303.015	-
1960	221.688	171.382	1.474.493	112.903	1.635.122	722.824
1970	457.096	375.603	3.426.389	397.063	116.900	1.686.252

Fonte: Censos Agrícolas do Paraná, 1950-1970

Cada vez mais o Paraná reforçava sua inserção na dinâmica da economia brasileira e assumia importante papel na divisão do trabalho no espaço nacional, como produtor de alimentos. Porém, com a crise do café, caracterizada pela eminência de uma supercapacidade produtiva, o governo brasileiro, com o objetivo de reduzir a oferta, passou a partir de 1962 a adotar medidas no sentido de estimular a erradicação dos cafezais.¹¹⁴

Com vistas a atender essas exigências, foram implementados dois programas: o primeiro vigorou até meados de 1966 e, o segundo, desse ano até meados de 1967. Como resultado eliminaram-se mais de um bilhão e trezentos milhões de pés de café, cerca de 33,0% das

¹¹⁴ No início dos anos 60, a demanda de café no mercado mundial era de 56 milhões de sacas e a oferta estava em torno de 68 milhões de sacas (Cf. dados do BADEP).

plantações brasileiras entre 1964 e 1967. Portanto, em conformidade com as metas previstas pelo governo federal.¹¹⁵

Outra medida que veio desestimular o setor foi a mudança na política adotada pelo governo em relação ao café, pois entendeu-se à época que a política de compra do café, que vinha sendo adotada desde de 1956, colaborava para alimentar o processo inflacionário do período. Assim, o governo que assumiu o país a partir de 1964, tendo como prioridade controlar o processo inflacionário, adotou medidas restritivas que se refletiram fortemente no setor cafeeiro, visto que se reduziu o crédito e foram mantidos os preços do produto bem abaixo do desejado pelos produtores. Essas medidas, entre outras (principalmente o confisco cambial), representaram um grande desestímulo para o setor, pois na maioria das vezes tornava-se mais vantajoso erradicar os cafezais do que colher e vender a produção. Entretanto, é digno de nota o fato de que o crédito foi cortado apenas para o café e, em grande medida, concedido para as culturas modernas que se pretendia incentivar no período.

Tabela 2.5 Erradicação de cafeeiros no Brasil, por produtores, 1962 –1967

Estados	Cafeeiros erradicados em (1.000 pés)	em %	Área liberada em ha (em1000)	em %
São Paulo	299.364	21,7	366.897	24,6
Minas Gerais	363.703	26,4	353.134	23,7
Paraná	249.957	18,1	307.062	20,6
Espírito Santo	303.175	22,0	299.429	20,1
Outros	163.144	11,8	165.726	11,0
Brasil	1.379.343	100,0	1.492.248	100,0

Fonte: IBC-GERCA, 1968, p. 5

Apesar da erradicação de cafeeiros, que também se observou no Paraná, conforme tabela acima, a participação paranaense no total nacional continuou elevada, visto que, dos 50,0% com que participava em 1961/62, passou a participar com 55,7% do total nacional na safra 1969/70. Porém a partir do início da década de 70, além do desestímulo à produção e dos incentivos financeiros com vistas à diversificação agrícola, a produção paranaense passou a contar com

¹¹⁵ Com esta política o Governo previa: renovar as lavouras cafeeiras; diversificar as áreas liberadas; financiar a

outros tipos de problemas, como a geada ocorrida em 1972 e, logo em seguida, a ferrugem, que atingiu a grande maioria dos cafeeiros em 1973, e novamente uma geada em 1975, sendo esta considerada pelos produtores locais como a mais forte dos últimos tempos.

Enfim, a principal atividade econômica do estado, que havia contado com as políticas de defesa e valorização dos preços e disso tirara proveito ao longo do tempo, a partir de meados da década de 60 não pôde mais contar com o protecionismo do Estado, que, com suas políticas, sempre representou a garantia da compra da produção e evitava crises recorrentes. Agora teria que se ajustar às exigências do mercado, pois o governo federal, além de estimular a erradicação, também criava condições para a diversificação da produção agrícola, com a adoção do fornecimento de crédito farto e barato para as denominadas culturas modernas. Ou seja, estavam se delineando para o Paraná novas formas de integração com o mercado nacional.

O importante, porém, é que a economia paranaense dava mostras de que era capaz de responder a essas mudanças, uma vez que sua agricultura era voltada para o mercado, portanto capaz de responder aos estímulos gerados tanto pelo próprio mercado quanto pelas políticas públicas de diversificação do setor.

2.4 A indústria paranaense até os anos 60

Historicamente, a economia paranaense ganhou importância no cenário nacional a partir da expansão cafeeira em seu território, mais precisamente a partir da década de 30 do século XX. O avanço da atividade cafeeira não significou apenas a introdução de uma nova atividade econômica nos limites territoriais do Paraná e em um contexto de poucas perspectivas para suas tradicionais economias do mate e da madeira. Representou o início de uma nova fase no processo de desenvolvimento de sua economia, um vez que passou a proporcionar efeitos dinâmicos para o conjunto da economia, consubstanciando-se em expressivas taxas de crescimento e diversificação

dos setores agrícola, industrial e do terciário, em razão da acumulação de capital que passou a gravitar em torno dessa atividade econômica.

Esse processo tomou impulso a partir do término do segundo conflito mundial, quando a economia cafeeira se expandiu e transformou o Paraná no mais importante produtor de café do Brasil. Em face disso, a renda gerada na cafeicultura foi importante para o financiamento de grande parte da infra-estrutura econômica e social, principalmente em decorrência do crescimento populacional que passou a se verificar no estado em razão das correntes migratórias que se estabeleceram nessa época e da crescente necessidade de escoamento da produção local.¹¹⁶

A indústria estadual, que até meados da década de 40 do século passado mostrava-se estagnada e com poucas possibilidades de diversificação, foi fortemente impulsionada. Passou a apresentar taxas de crescimento bastante mais altas que as dos demais setores, com taxas anuais de 7,7%, contra uma taxa de 4,9% para a agricultura, portanto contribuindo decisivamente para a maior diversificação da economia paranaense no período. Em consequência, a participação do setor industrial paranaense no total nacional elevou-se de 2,9%, em 1949, para 3,2% do total nacional em 1960.¹¹⁷

Mesmo com o bom desempenho do setor industrial, a sua estrutura produtiva do estado era fortemente marcada pelo predomínio da produção de poucos gêneros, com destaque para produtos alimentares e madeira, que contribuíam com mais de 60% do valor da transformação industrial do estado em 1960. Portanto, permanecia fortemente vinculada ao setor agrícola e dependente de seu dinamismo, uma vez que a cafeicultura contribuía com os elevados 58% do valor da produção agrícola estadual, conforme tabela 2.6.

Após o longo período de crescimento do produto industrial, entre os anos de 1939 e 1959, o início da década de 60 foi marcado pela profunda recessão que assolou o país de 1962 a 1966/67, agravada pela crise do setor cafeeiro e pelo esgotamento das reservas florestais no

¹¹⁶ É importante ressaltar que até a década de 50 a maioria do café produzido no Paraná era escoado via o porto de Santos, em São Paulo. Isso ocorria porque os meios de transporte existentes na época interligavam as zonas produtoras com a principal praça de comercialização de café do país.

¹¹⁷ Dados secundários obtidos de Cano, Wilson, 1988^a, op. cit. p. 85.

Paraná. Esses fatos tiveram, sem dúvida, graves reflexos sobre o incipiente setor industrial do estado, que se mostrava fortemente dependente das atividades ligadas à sua agricultura.

Tabela 2. 6 Participação dos principais gêneros da indústria do Paraná no valor da transformação industrial, 1950-1970

Gêneros	Anos		
	1950	1960	1970
Minerais não-metálicos	6,87	6,99	7,32
Metalurgia	1,38	2,79	3,29
Mecânica	2,34	1,10	3,33
Material elétrico e comum	0,06	0,74	0,55
Material de transporte	0,39	1,12	1,79
Madeira	25,70	26,49	22,81
Mobiliário	3,21	2,74	3,95
Papel e papelão	9,29	4,95	5,27
Borracha	0,01	0,02	0,79
Couros e peles, ...	1,48	1,36	0,85
Química	3,12	4,42	7,83
Farmacêutica e veter.	0,12	0,17	0,17
Perfumaria, sabões e velas	1,36	0,48	0,33
Matérias plásticas	0,04	0,02	1,22
Têxtil	2,44	3,18	8,57
Vestuário, calçados,...	0,89	0,85	0,52
Produtos alimentares	31,17	37,15	23,99
Bebidas	6,51	2,75	3,02
Fumo	0,01	0,00	0,01
Editorial e gráfica	2,38	1,79	3,18
Diversas	1,24	0,91	0,83
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: Censo Industrial do Paraná, 1960 e 1970

A estrutura produtiva industrial mostrava-se pouco diferenciada, com forte predomínio das atividades que exigiam pouco grau de elaboração industrial, conforme tabela 2.7. Dedicava-se tão-somente ao primeiro processamento de produtos da sua agricultura e das reservas naturais do estado.

Assim, tratava-se de um setor montado numa base bastante restrita, com pouca diferenciação do aparelho produtivo, fato que a distanciava, em muito, do tipo de indústria que se desenvolvia em São Paulo. Ademais, como se nota, a participação desse setor era pouco expressiva no total nacional, bem como apresentava reduzida escala de produção, na sua grande

maioria voltada aos mercados locais. Estes, entre outros fatos, colaboravam para a pouca importância da indústria na renda interna gerada: esse setor participava com 16,6%, enquanto que a agricultura participava com 25,17%, em 1970.

Tabela 2.7 Participação dos diferentes grupos da indústria do Paraná
Nos gêneros prod. alimentares, madeira e têxtil, 1960

GRUPOS	1960
<u>Produtos alimentares</u>	
Beneficiamento, torrefação e moagem	79,51
Conservas e frutas e legumes, condimentos	0,68
Abate de animais e preparação de conservas	7,57
Conservas de pescado	0,16
Laticínios (inclusive pasteurização)	0,55
Açúcar	5,05
Balas, caramelos, gomas de mascar, chocolates	0,51
Prod. de padaria, confeitaria e sorvetes	4,39
Massas alimentícias e biscoitos	1,58
<u>Madeira</u>	
Madeira desdobrada, compensada e chapas prensadas	88,70
Madeira aparelhada	9,05
Artigos de madeira de tanoaria	0,21
Outros produtos	2,04
<u>Têxtil</u>	
Beneficiamento de fibras têxteis	65,29
Tecelagem	6,98
Tecidos de malha	3,34
Artigos de passamaria, filós, rendas	3,19
Artefatos têxteis	21,20

Fonte: Censo Industrial do Paraná, 1960

Contudo, apesar das dificuldades do período, o setor industrial estadual manteve sua participação relativa na indústria nacional, participando com 3,0% do valor da produção nacional em 1970. Isso ocorreu principalmente pelo comportamento das indústrias mecânica, borracha, papel e papelão e química, entre outras, visto que apresentaram taxas de crescimento bastante superior a apresentada pelo segmento alimentar que cresceu a uma taxa de 2,29% entre os anos de 1959/1970.¹¹⁸

A indústria paranaense localizava-se em maior proporção no maior centro urbano do estado, Curitiba, que contribuía com 34,66% do total da indústria em 1970. Dentre as principais microrregiões do interior do Paraná, destacavam-se as de Londrina, Ponta Grossa e Maringá, que detinham, por essa época, expressiva participação na produção estadual nos gêneros química, produtos alimentares, madeira e papel e papelão, o que fazia com que o produto industrial no estado fosse melhor distribuído, tabela 2.8.

Tabela 2.8 Participação das microrregiões mais industrializadas do Paraná no valor da transformação industrial, 1970

Microrregiões	1970
Curitiba	34,66
Ponta Grossa	8,76
Jacarezinho	3,41
Londrina	12,37
Maringá	5,81
Umuarama	4,34
Extremo Oeste	4,31
Guarapuava	3,65
Médio Iguaçu	4,43
Total	81,74

Fonte: Censo Industrial do Paraná, 1970

Esses dados têm sua relevância na medida em que, para o Brasil como um todo, o setor industrial crescia na geração da renda interna, tanto em termos absolutos quanto em termos relativos, enquanto no Paraná o desenvolvimento industrial estava fortemente concentrado em poucos gêneros. Isso implicava que, apesar de todo o dinamismo apresentado pelo setor industrial nos anos 50 e 60, seu desenvolvimento ainda estava centrado no desempenho do setor agrícola.

O importante a ser retido desse período é que, sob o predomínio da produção cafeeira, o desenvolvimento industrial paranaense, embora incipiente e pouco diversificado, dava mostras de que se estava desenvolvendo e gerando um ambiente interno muito mais dinâmico, tanto em termos de acúmulo de capitais quanto em termos de geração de renda, do que em períodos anteriores. Esse desempenho possibilitou maior inserção da economia estadual no mercado

¹¹⁸ Conforme estudos de Ito, Oscar. *Os fatores que afetam o processo de industrialização do estado do Paraná*. Porto Alegre. Diss. Mestrado, UFRGS, 1980.

nacional. Assim, se de um lado havia efeitos de bloqueios em razão do maior desenvolvimento industrial da região Sudeste do país, por outro a própria integração do mercado nacional e os enganches que foram se estabelecendo entre a economia paranaense e o mercado nacional proporcionaram a geração de novas possibilidades de desenvolvimento para as forças produtivas locais. Notadamente inserindo-se em atividades complementares ao núcleo dinâmico da economia nacional, tanto pelo lado da produção agropecuária, que se mostrava apta a responder às novas exigências da economia nacional, quanto em relação ao setor industrial. A própria atividade primária possibilitava, em última instância, o desenvolvimento de indústrias tanto de bens de capital e intermediários voltados a esse setor quanto de atividades industriais processadoras de matérias-primas agrícolas, com grande margem para a diferenciação da estrutura produtiva local.

2.5 O Paraná visto como economia periférica

Diante da constatação de que o setor industrial paranaense era pouco diversificado e voltado quase que exclusivamente para a elaboração das primeiras etapas do processamento de produtos primários, com reduzidas escalas de produção e fortemente dependente do setor agrícola quanto à geração de renda, passou-se a questionar possibilidades de desenvolvimento para novas etapas da produção capitalista. Somava-se a isso o fato de que o processo de expansão do capitalismo no país não proporcionou uma melhor distribuição de seus frutos, como se imaginava, mas contribuiu para uma maior concentração da renda gerada, tanto entre os setores de atividades econômicas como entre as regiões do país, inclusive, em termos de distribuição pessoal da renda.

Essas idéias ganharam força e passaram a ser fonte de inspiração de grande parte dos estudiosos da história econômica do Paraná entre as décadas de 60 e 70. Em face disso, passou-se a questionar o padrão de desenvolvimento vigente, uma vez que este estava reproduzindo no país uma relação típica de centro-periferia. Essa configuração do desenvolvimento regional brasileiro, segundo estes estudos, decorria do fato de que a economia paulista, tendo-se diversificado, em

decorrência de sua liderança no processo de industrialização via “substituição de importações”, passou a determinar uma divisão do trabalho no espaço nacional à semelhança da clássica divisão internacional do trabalho, onde as demais regiões brasileiras gradativamente foram condicionadas a terem um padrão de desenvolvimento “voltado para fora”. Isto é, seu crescimento passou a estar assentado na troca de produtos industriais paulistas por produção de matérias-primas e alimentos. Em assim sendo, estariam condenadas a manterem uma estrutura produtiva bastante especializada e, portanto, impossibilitadas de desenvolver suas forças produtivas internas.

Nessas interpretações havia uma idéia central: a de que os demais estados brasileiros e, em particular o Paraná, foram preteridos no processo de industrialização, visto que além dos obstáculos naturais ao desenvolvimento industrial, decorrentes da maior integração da economia nacional, o poder central havia dado um tratamento diferenciado àqueles que se situavam no pólo dinâmico da economia nacional, entenda-se São Paulo.

Diante dessas constatações, acreditava-se necessário e urgente romper com o atraso paranaense, principalmente porque dentro da divisão do trabalho no espaço nacional este se caracterizava como grande importador de produtos manufaturados paulistas e vendedor de produtos primários e alimentos, o que colaborava para acentuar as desigualdades e o seu maior empobrecimento, pois não se reproduziam no interior de sua economia os efeitos dinâmicos de uma produção tipicamente capitalista.

Em assim sendo, a industrialização aparece como o veículo capaz de assegurar ao Paraná sua maior autonomia relativa perante a União e ao centro dinâmico da economia nacional, mas também como o mecanismo capaz de romper com a condição à qual sua economia fora submetida ao longo do tempo, em face da impossibilidade de fazer os investimentos necessários com vistas ao avanço das forças produtivas, devido à evasão da renda gerada.¹¹⁹ Em outros termos, a não-industrialização paranaense ocorria em função de fatores externos ao Paraná.¹²⁰

¹¹⁹ As reclamações por parte do governo paranaense em relação à apropriação dos excedentes gerados pela cafeicultura do Paraná, em decorrência de sua maior integração com São Paulo, se arrastavam desde os anos vinte, porém muito pouco se fez para interligar esta região ao denominado Paraná Tradicional.

¹²⁰ Conforme, Rischbieter, Carlos. Incentivos à industrialização paranaense. In: *Revista paranaense de desenvolvimento*. Curitiba, BADEP, n. 30, p. 13, 1972.

A partir dessas idéias elaborou-se um “projeto paranaense de desenvolvimento”, sob a responsabilidade da CODEPAR, o qual se centrava em três objetivos principais:

- a) a integração do Estado, então fracionado no Paraná Tradicional, no Paraná cafeeiro-paulista e no Paraná do Oeste;
- b) a integração vertical da indústria paranaense, via processo de substituição de importações, principalmente de bens de capital e intermediários e
- c) o fortalecimento e a expansão dos pequenos e médios capitais locais.

Diante destas perspectivas e com vistas a sanar os problemas de evasão da renda gerada no estado, como também a diminuir as diferenças entre o padrão de desenvolvimento de sua economia e o observado no centro dinâmico, o governo paranaense passou a realizar uma política voltada para a realização de infra-estrutura básica de transporte rodoviário, produção e transmissão de energia elétrica e telecomunicações, dada a crença, na época, de que a precariedade de sua infra-estrutura era o principal ponto de estrangulamento que impedia a expansão industrial.¹²¹

A atuação do Estado, entretanto, não se restringiu à criação de infra-estrutura, mas também teve como meta intervir diretamente na promoção da industrialização, principalmente financiando novos empreendimentos. Entretanto, grande parte dos esforços foram canalizados para o financiamento da produção de pequenas e médias empresas que se instalaram no Paraná.¹²² Isso porque se procurava reter a renda gerada no âmbito do estado e acreditava-se que, em sendo pequenas, evitava-se a formação de oligopólios e monopólios, que são perniciosos ao desenvolvimento econômico; portanto, que haveria maior competição entre as mesmas empresas e “maior grau de eficiência ao sistema produtivo” estadual.¹²³

Como observado anteriormente, passou-se, com esses objetivos, a priorizar determinados tipos de empresas, levando-se em conta os ramos industriais altamente dinâmicos, porém, como visto tais esforços não foram bem sucedidos.

¹²¹ Rischbieter, Carlos, op. cit., 1972, p. 13.

¹²² Cf. Oliva Augusto, Maria Helena, op. cit., 1978, p. 27-28.

¹²³ Cf. Leão, Igor Zanoni C. C. *O Paraná nos anos setenta*. Curitiba, IPARDES/CONCITEC, p. 21, 1989.

Esse conjunto de fatores, pensando, conforme referido, como reprodutor da situação periférica, deixava perspectivas pouco otimistas para o desenvolvimento da economia estadual.¹²⁴

Em face da realidade descrita, a situação de dependência do desenvolvimento econômico do Estado tendia a perdurar indefinidamente, uma vez que os estados periféricos, entre os quais o Paraná, não lograriam transformar seu padrão de crescimento “voltado para dentro”, pois colaboravam para isso mecanismos de transferência de renda, tais como: a política cambial, que transferia renda do setor exportador para o centro dinâmico; a relação de preços entre os produtos industrializados e agrícolas; a aplicação dos excedentes gerados pela economia cafeeira, mas captados pelo sistema bancário e aplicados no centro dinâmico, entre outros argumentos. Outro aspecto também apontado, foi a implantação tardia de infra-estrutura para o desenvolvimento industrial, em que se podia destacar a grande deficiência na oferta de energia elétrica e de adequado sistema viário, principalmente no Norte, que se manteve isolado do restante do estado pelo menos até bem próximo dos anos 60 e, por isso mesmo, grande parte da renda gerada nesta região era canalizada para São Paulo, contribuindo fortemente para o desenvolvimento daquele estado, em detrimento do Paraná.¹²⁵

Ao Paraná, diante da constatação da impossibilidade de realizar um desenvolvimento autônomo, restaria apenas desenvolver alguns setores industriais onde existissem melhores condições naturais, bem como dedicar-se fortemente ao setor agropecuário, ampliando o seu papel como fornecedor de alimentos para o centro dinâmico da economia nacional,¹²⁶ impossibilitado, porém, de fazer avançar o desenvolvimento capitalista para novas etapas.

Esta tese, de um lado, negou os esforços anteriores e todo o processo de diversificação ocorrido na economia paranaense a partir da expansão cafeeira e, de outro, caracterizou a economia paulista como a responsável pelo atraso econômico do Paraná. Diante disso, seria necessária a atuação do estado, pois este seria o único capaz de promover o seu desenvolvimento

¹²⁴ Entre os autores que discutem esta questão, toma importância o trabalho de Padis, Pedro Calil, op. cit., 1981, visto que este autor analisa o desenvolvimento da economia paranaense na perspectiva de Centro-Periferia

¹²⁵ Idem, p. 198-199.

¹²⁶ Cf. Padis, Pedro Calil, op. cit, 1981, p. 199-204.

industrial, e o caminho seria a industrialização via substituição de importações, à semelhança do realizado em São Paulo.

Assim o projeto inicial, o de um Paraná autônomo, foi abandonado e passou-se a aceitar a tese da complementaridade.

(...) a própria tentativa (nos termos em que se explicitava inicialmente) não encontra viabilidade. O caminho escolhido negou, na prática, a realização de um Paraná 'autônomo'. Conduziu, porém, a que se reformulassem caminhos e possibilidades. Passou-se da tentativa emancipatória à busca de complementaridade. Ou seja, a afirmação do Paraná frente (ou contra) São Paulo explicitada pela substituição de importações estaduais foi substituída pela constatação de um 'papel' industrial complementar a ser desempenhado.¹²⁷

Neste sentido, Wilson Cano faz as seguintes observações:

A política "de industrialização 'por substituição regional de importações' não se dava conta, naquele momento, de que o processo de industrialização do país já dera seus passos fundamentais em SP, e, portanto, 'vedaria caminhos já percorridos' à periferia nacional. Mais ainda, não se dava conta, também, de que a etapa de instituição da industrialização pesada no país se fizera de forma fortemente oligopolizada, com grande predominância do capital estrangeiro: portanto, o processo de acumulação de capital na indústria tinha agora determinantes maiores que não se submeteriam à política de interesses especificamente regionais. Essa política de 'substituição regional de importações' cometia ainda o equívoco teórico de transpor, para os marcos regionais de uma nação, os postulados cepalinos no modelo de industrialização substitutiva de importações, idealizado para as relações internacionais entre os países 'periféricos' e os 'centrais'. Minimamente, a

¹²⁷ Cf. Oliva Augusto, Maria Helena, op. cit., 1978, p. 83.

*inexistência de fronteiras políticas e alfandegárias inter-regionais criaria fortes obstáculos à consecução daquela política.”*¹²⁸

A tese da complementaridade ganhou força a partir de meados de década de 60, quando a economia nacional voltou a crescer e surgiu a possibilidade de uma nova articulação dentro da divisão do trabalho no espaço nacional, a partir do processo de desconcentração da estrutura produtiva da economia brasileira. Este processo teve fortes reflexos para o desenvolvimento regional e, em particular, para a economia paranaense, uma vez que esta passou a contar com os investimentos oriundos da política de desenvolvimento regional, bem como do “espraiamento” da indústria paulista no período.

A expansão capitalista a partir do centro dinâmico nacional possibilitava, em última instância, maior inserção da economia estadual no mercado nacional, criando novos mecanismos de estímulo tanto à produção agrícola quanto à produção industrial. Por outro lado, o aproveitamento das brechas criadas quanto ao avanço da economia cafeeira em território paranaense, possibilitou-lhe, em última instância, que se tornasse apta a responder as novas exigências de acumulação de capital no setor agrícola, uma vez que estava assentada, desde a época da economia cafeeira, sobre as bases de uma produção capitalista e gerou recursos financeiros importantes para a melhoria da infra-estrutura econômica do estado.¹²⁹

A partir destas transformações, a tão temida unificação do mercado nacional não se traduziu em estagnação econômica como se pensava, mas surgiram novas possibilidades para o desenvolvimento das forças produtivas locais, que se materializaram em um processo de diversificação e modernização de sua produção agrícola, e também configurou-se o desenvolvimento de um setor industrial que se diversificou e passou a ser um dos mais importantes na geração da renda estadual. Junto com essas mudanças vieram as grandes empresas com alto nível tecnológico e maiores escalas de produção, portanto, bastante distintas daquelas unidades industriais que conformavam a indústria paranaense de décadas anteriores, pois

¹²⁸ Cf. Cano, Wilson. *Desequilíbrio regional e desenvolvimento industrial no Brasil*. Campinas, 2 ed. IE/UNICAMP, Ver. Aumen. 1998a. p. 284.

¹²⁹ Ver, o trabalho do IPARDES. *O Paraná: economia e sociedade*. Curitiba, 1982.

caracterizava-se como uma frente de expansão do capitalismo brasileiro. Portanto, é dentro desse marco analítico que procuramos entender a dinâmica do desenvolvimento da economia paranaense a partir da década de setenta, com vistas a mostrar que a integração do mercado nacional, longe de a levar a uma estagnação econômica ou de bloquear o desenvolvimento de suas forças produtivas, possibilitou-lhe avançar para novas etapas da produção capitalista.

Nesse particular chamo a atenção para o fato de que isso foi possível porque a economia paranaense mostrou-se apta a aproveitar as brechas criadas pela expansão capitalista no país, principalmente a partir do processo de desconcentração produtiva em escala nacional.

CAPÍTULO 3. TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA PRODUTIVA DA ECONOMIA PARANAENSE NO CONTEXTO DA DESCONCENTRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL

Constatamos na primeira parte deste estudo que a produção cafeeira ao longo de muito tempo pôde se expandir estimulada pelas condições naturais do solo paranaense, pela estrutura socioeconômica que ali se desenvolvia e, também, beneficiando-se das políticas de preços implementadas pelo governo federal para o setor. Vimos também que a expansão da economia cafeeira impulsionou o incipiente setor industrial paranaense e contribuiu para a maior diversificação da estrutura industrial, mas fortemente ancorada na produção das pequenas e médias empresas e voltada para o mercado estadual, portanto não gerando condições para impulsionar a industrialização do estado. Por outro lado, esse processo se deu em um contexto de integração do mercado nacional, quando ganhou primazia a produção em larga escala e voltada para o mercado nacional, e se sedimentou uma divisão do trabalho no espaço nacional fundamentada na complementaridade entre as regiões do país. Esses fatos geraram mecanismos de bloqueios, de um lado, e a possibilidade de desenvolvimento industrial da periferia nacional, de outro, pois as pequenas e médias empresas, além de poderem crescer atendendo às necessidades da grande empresa, ainda poderiam se fortalecer na produção de bens de consumo corrente.

As perspectivas de desenvolvimento das economias regionais no Brasil ganharam impulso a partir de meados dos anos 60, através das mudanças nas políticas públicas voltadas aos setores agrícola e industrial, pois, de um lado, objetivava-se a diversificação do setor agrícola brasileiro e, de outro, retomava-se o processo de consolidação da indústria pesada no país.

Assim, a decadência do setor cafeeiro e os estímulos financeiros para a diversificação da produção agrícola, bem como os novos rumos da industrialização do país, não se traduziram em estagnação econômica, como se supunha, mas contribuíram para as transformações da economia do Paraná entre a década de 70 e meados da de 80. Um dos traços mais marcantes desse processo, além da rapidez com que ocorreu, foi a diversificação e modernização da agropecuária estadual,

que, até então ancorada em técnicas rudimentares, como a utilização da força animal e os trabalhos manuais, passou a incorporar na sua produção máquinas, equipamentos mecânicos e novos insumos. Junto a essa nova base técnica, toma relevância o fato de que a modernização da agricultura passou a influenciar nas relações de trabalho. Com isso, as formas mais atrasadas de relações de trabalho, predominantes na época da economia cafeeira, como o sistema de colonato, o regime de parceria e o trabalho familiar, cederam lugar a relações mais modernas, tipicamente capitalistas, como o assalariamento puro e simples da força de trabalho.¹³⁰ Essas mudanças não se limitaram a transformar o campo, mas também contribuíram no sentido de fazer avançar a industrialização da economia paranaense.

3.1 A estrutura produtiva da agricultura

A modernização da agricultura paranaense, de certo modo, confunde-se com a expansão da soja no estado. Devido à importância que essa cultura assumiu na estrutura produtiva agrícola estadual, acreditamos ser importante destacar que, antes mesmo de sua expansão, a soja já era plantada em algumas microrregiões do oeste paranaense, quando sua produção ainda era realizada em pequenas áreas e destinava-se, em grande maioria, à alimentação de animais. No norte do estado, além do uso para alimentação de animais, também era utilizada para adubação de cafezais e servia para o preparo de alguns pratos típicos da comunidade japonesa, que, entre os imigrantes ali estabelecidos, constituía um grupo relativamente grande.

Segundo informações do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), as primeiras plantações de soja no Paraná foram realizadas em 1952, quando se registraram um plantio de 58 hectares e uma produção de 43 toneladas. Sua produção ainda era realizada nos moldes tradicionais, e no norte paranaense, até meados da década de 60, era plantada entre as

¹³⁰ Para uma análise do impacto dessas mudanças ver, entre outros, os trabalhos: Pereira, Laércio B. *O estado e as transformações recentes da agricultura paranaense*. Recife, Tese Doutorado, PIMES/UFPE, 1987; Raggio, Nadia Z. *Norte-Novo do Paraná: transformações no campo e a questão do acesso à terra*. Campinas, Diss. Mestrado, UNICAMP, 1985; Trintin, Jaime G. *Industrialização do norte paranaense e a questão do bloqueio de regiões periféricas*. Recife, Diss. Mestrado, PIMES-UFPE, 1989.

“ruas” dos cafezais, utilizando-se semeadeiras manuais. Até então o trabalho agrícola era predominantemente manual e animal, com pouca utilização de defensivos e de outros produtos químicos.

A produção da soja começou a ganhar importância relativa na agricultura paranaense a partir da crise da economia cafeeira, em meados da década de 60, mas principalmente quando surgiram os incentivos à diversificação agrícola proporcionados pelo governo federal. Os primeiros municípios que a plantaram em maior escala foram: Ponta Grossa, Toledo, Maringá, Assis Chateaubriand, Campo Mourão, Paranavaí e Cambé, sendo que quatro destes situam-se na região norte, onde a produção cafeeira era predominante. No entanto, sua expansão ocorreu de fato a partir de meados da 70, tanto no norte quanto em outras áreas no leste do estado, principalmente na sua região central, e no oeste, notadamente no Extremo Oeste. No período, as que mais se destacavam na sua produção eram as microrregiões de Ponta Grossa, Toledo e Maringá.¹³¹

A expansão da soja foi fortemente influenciada pela conjugação de três fatores: de um lado, as políticas agrícolas implementadas pelo governo federal, principalmente a política de crédito subsidiado; de outro, o comportamento dos preços da soja no mercado internacional, principalmente a partir de 1968, quando se tornaram extremamente favoráveis;¹³² e um terceiro, a crise da economia cafeeira no estado, que a partir de meados da década de setenta se aprofundou com as sucessivas geadas, notadamente a de 1975 quando liquidou o parque cafeeiro no estado. Assim, produtores locais, na medida em que eram desestimulados a prosseguirem com a cultura do café, uma vez que a expectativa de uma nova safra só aconteceria dentro de 4 a 5 anos, e recebiam incentivos para a sua erradicação e diversificação da produção agrícola, passavam, num primeiro momento, a substituir o café por esse tipo de cultura, bem a destinarem parte de suas terras para pastagens.

¹³¹ Estudos realizados mostram que tanto a expansão da produção como da área ocupada aumentaram significativamente até finais da década de 70, passando a se estabilizar a partir desse período. Ver, entre outros, Trintin, Jaime Graciano, 1989, op. cit., p.139; Pereira, Laércio Barbosa, 1988, op. cit.; Paraná. SEAG, 1985, p. 60-64.

¹³² Os preços da soja no mercado internacional passaram de US\$ 138.00, em junho de 1972, para US\$ 470.00 por tonelada em junho de 1973. No período entre 1970 e 1980, de uma média de US\$ 117.00, em 1970, para US\$ 297.00 por tonelada em 1980.

Ante a importância da política de crédito para a modernização da agricultura brasileira, em especial a paranaense, acreditamos ser necessário apontar, mesmo que de modo breve, seus impactos em termos de produtos. Porém é necessário entender o programa de crédito rural implementado a partir de 1965, tendo em vista o processo de transformação da economia brasileira a partir da industrialização pesada, quando, com a diferenciação do aparelho industrial, surgiram novos setores ligados à produção de insumos e máquinas agrícolas.¹³³

Isso significa que, se de um lado o governo brasileiro procurava diversificar a produção agrícola, bem como dotá-la de melhores condições com vistas a obter um aumento de produtividade, dado que a década de 60 foi fortemente marcada por crises de abastecimento urbano e elevação dos preços dos alimentos, por outro atendia aos interesses do grande capital oligopolista, que procurava penetrar nesse mercado. Assim, o Estado passou a ser o grande protagonista na criação de um amplo mercado para o setor industrial produtor de máquinas e insumos para a agricultura e submeteu a agricultura à lógica da acumulação do capital industrial.¹³⁴

Foi nesse contexto que se deu a modernização da agropecuária brasileira e passou a contar com as políticas públicas institucionais, principalmente a política de crédito rural. No âmbito estadual, verificou-se que o programa de crédito rural teve extraordinária expansão: de 1970 a 1979 apresentou um incremento de 500,00%, passando de 15 bilhões para 88 bilhões, a preços constantes de 1979.¹³⁵

Na década de 70, o crédito de custeio foi um dos incentivos que o governo federal mais aplicou na agricultura paranaense, visto que sua participação em relação às demais modalidades foi bastante superior. A explicação que se encontra para essa superioridade está no fato de que,

¹³³ Processo esse fortemente amparado pela expansão dos oligopólios internacionais, especialmente de capitais norte-americanos, que buscaram conquistar novos mercados para a reprodução em países em vias de desenvolvimento. Portanto, o processo de modernização da agricultura brasileira e a elaboração das políticas institucionais passaram em primeiro lugar pela exigência do capital internacional, que atrelou a dinâmica de acumulação dos países em vias de desenvolvimento aos seus interesses mais imediatos, quais sejam, a reprodução do capital num contexto internacional.

¹³⁴ Goodman (1986), apud. Pereira, Laércio Barbosa, 1988, op. cit., p. 92-93.

¹³⁵ Para uma análise do papel das políticas agrícolas sobre a modernização da agricultura brasileira e em especial a paranaense, ver, entre outros, Pereira, Laércio Barbosa, 1988, op. cit., capítulo 4.

desde a sua implantação, a maior parte dessa rubrica foi destinada à compra de insumos industriais; entenda-se compra de tratores, fertilizantes e defensivos.

Outro aspecto que deve ser ressaltado em relação ao crédito de custeio é que este também foi seletivo em termos de culturas, com crescente expansão para as denominadas culturas modernas e em detrimento das típicas de mercado interno. Essas medidas implicaram significativas mudanças na estrutura de produção agrícola do estado, com a incorporação de novas tecnologias.¹³⁶

Tomando-se a produção de grãos no estado, nota-se que ela mais que dobra entre os anos de 1970 e 1985, sendo que passou de uma produção, em 1970, de 5.273.118 toneladas de algodão, arroz, feijão, milho, soja e trigo para cerca de 12.124.780 toneladas desses mesmos itens em 1985. Também faziam parte da produção agrícola estadual a cana-de-açúcar, a mandioca e o café, entre outras culturas não menos importantes para a economia estadual, conforme dados da tabela 3.1.

Tabela 3.1 Produção das principais culturas temporárias e permanentes no Paraná, 1970-1985 (toneladas)

Culturas	Anos		Variação	
	1970	1985	Abs.	%
Algodão	397.063	846.682	449.619	113,2
Arroz	375.605	186.785	-188.820	-50,3
Feijão	457.096	412.460	-44.636	-9,8
Mandioca	3.426.388	4.150.534	724.146	21,1
Milho	1.016.609	930.207	-86.402	-8,5
Soja	411.641	4.161.322	3.749.681	910,9
Trigo	205.325	2.366.997	2.161.672	1052,8
Café	116.898	569.186	452.288	386,9
Cana	1.686.254	10.373.983	8.687.729	515,2

Fonte dos dados: Censos Agropecuários do Paraná

¹³⁶ Para um estudo detalhado da incorporação tecnológica na agricultura paranaense ver, entre outros, IPARDES, Paraná: Economia ..., op. cit., 1982; Pereira, Laércio Barbosa, op. cit., 1988; Fleischfresser, Vanessa. *Paraná, agricultura moderna*. Curitiba, 1984; Trintin, Jaime Graciano, 1989, op. cit.

Esse processo de crescimento e diversificação da produção agrícola estadual também se fez notar em suas principais microrregiões. Nas áreas onde havia o predomínio da economia cafeeira, o processo ocorreu, no primeiro momento, na busca de alternativas econômicas por parte dos produtores em substituição à lavoura cafeeira, encontrando-as no cultivo daqueles produtos sobre os quais detinham maior conhecimento, tanto em termos de tecnologia de produção quanto em relação ao comportamento do mercado. Assim, voltaram-se para outras culturas típicas de mercado interno, notadamente algodão, milho, mandioca, arroz e feijão. Nesse período, os incentivos financeiros ainda não tiveram peso muito significativo no direcionamento para outras culturas. Posteriormente, principalmente a partir de meados dos anos 70, esse processo foi dirigido pelo estado, através de sua política agrícola, principalmente pela concessão de crédito subsidiado aos produtores que se dirigissem para as culturas modernas.¹³⁷

Em conseqüência, o crescimento da produção agrícola na área cafeeira do estado mostrou-se extraordinário, embora também fortemente comandado pela expansão da soja e do trigo, que cresceram a taxas excepcionais entre os anos 70 e 80.¹³⁸ Outra cultura que também se destacou foi a cana-de-açúcar, fruto da política energética do período, conforme tabelas 3.2 e 3.3 que seguem.

Por sua vez, nas áreas mais a oeste/sudoeste do estado, que praticamente consolidaram seu processo de ocupação nos anos 60, houve um vertiginoso processo de expansão da produção agrícola, principalmente nas microrregiões Extremo Oeste e Sudoeste. Ressalte-se que o crescimento da produção de grãos nessas áreas foi expressivo na década de 70 e também fortemente comandado pelas culturas da soja e do trigo, que cresceram a uma taxa de 1.058% e de 434%, respectivamente.¹³⁹

Nas áreas do estado que ficam mais a leste, e que se caracterizam por ser de ocupação mais antiga e historicamente têm sua importância associada à exploração da madeira, nota-se que são as microrregiões mais ao centro as que se destacaram, comparativamente, em termos de

¹³⁷ Ver, Trintin, Jaime G., 1989, op. cit.

¹³⁸ Para uma análise do impacto da modernização agrícola sobre os produtos típicos de mercado interno no Paraná ver, Pereira, Laércio Barbosa, 1988, op. cit.

¹³⁹ Dados calculados a partir dos Censos Agropecuários do Paraná.

Tabela 3.2 Produção dos principais produtos agrícolas do Paraná, por principais microrregiões, 1975.

(Em toneladas)

	Algodão	%	Arroz	%	Feijão	%	Milho	%	Soja	%	Trigo	%	Cana	%	Café	%	Mandioca	%
Leste Paranaense	307	0,1	124039	17,9	76461	21,1	516981	16,3	166066	5,4	54706	14,4	7099	0,4	265	0,0	13031	3,8
Curitiba	0	0,0	1637	0,2	7855	2,2	63058	2,0	650	0,0	902	0,2	81	0,0	0	0,0	501	0,1
Litoral Paranaense	0	0,0	2298	0,3	119	0,0	1091	0,0	0	0,0	1	0,0	6043	0,4	9	0,0	4922	1,4
Alto Ribeira	0	0,0	334	0,0	3996	1,1	25098	0,8	0	0,0	667	0,2	298	0,0	2	0,0	167	0,0
Alto Rio Negro	0	0,0	252	0,0	2367	0,7	19953	0,6	13	0,0	6187	1,6	0	0,0	0	0,0	125	0,0
Campos de Lapa	0	0,0	13212	1,9	6377	1,8	32768	1,0	17377	0,6	33348	8,8	136	0,0	0	0,0	1639	0,5
Ponta Grossa	305	0,1	34166	4,9	4815	1,3	55415	1,8	109916	3,5	4507	1,2	125	0,0	158	0,0	1810	0,5
Campos de Jaguariaiva	0	0,0	16237	2,3	6094	1,7	41465	1,3	16463	0,5	187	0,0	23	0,0	0	0,0	122	0,0
São Mateus do Sul	0	0,0	3263	0,5	5892	1,6	25667	0,8	495	0,0	3709	1,0	0	0,0	0	0,0	409	0,1
Colonial de Irati	0	0,0	19276	2,8	22805	6,3	98867	3,1	12332	0,4	2845	0,7	171	0,0	0	0,0	2595	0,7
Alto Ívai	2	0,0	33364	4,8	16141	4,5	153599	4,9	8820	0,3	2353	0,6	222	0,0	96	0,0	741	0,2
Norte-Paranaense	226153	82,9	297312	43,0	131541	36,3	1049697	33,2	1391567	44,8	141591	37,2	1671541	98,9	1131114	94,7	85881	24,8
Norte V. Venceslau Braz	305	0,1	30048	4,3	30502	8,4	142728	4,5	4427	0,1	0	0,0	1776	0,1	21720	1,8	1573	0,5
Norte V. Jacarezinho	78173	28,6	20824	3,0	3852	1,1	145019	4,6	203196	6,5	30145	7,9	859009	50,8	75982	6,4	145	0,0
Algodoeira de Assai	33875	12,4	9388	1,4	3206	0,9	24595	0,8	55541	1,8	8162	2,1	3152	0,2	11938	1,0	22	0,0
Norte N. Londrina	22133	8,1	27799	4,0	1753	0,5	98241	3,1	225558	7,3	16942	4,5	739376	43,8	291173	24,4	1186	0,3
Norte N. Maringá	1781	0,7	11560	1,7	1270	0,4	30055	0,9	280018	9,0	10125	2,7	58329	3,5	102576	8,6	260	0,1
Norte N. Apucarana	8864	3,2	71664	10,4	35457	9,8	255055	8,1	80140	2,6	8155	2,1	1600	0,1	108357	9,1	1252	0,4
Norte Nov. Paranavaí	9184	3,4	10361	1,5	2106	0,6	41458	1,3	14287	0,5	943	0,2	3805	0,2	194943	16,3	40104	11,6
Norte Nov. Umuarama	6732	2,5	27516	4,0	23067	6,4	107222	3,4	101439	3,3	4749	1,2	3404	0,2	259565	21,7	33954	9,8
Campo Mourão	65106	23,9	88152	12,7	30328	8,4	205324	6,5	426961	13,8	62370	16,4	1090	0,1	64860	5,4	7385	2,1
Oeste Paranaense	46463	17,0	270177	39,1	154512	42,6	1598741	50,5	1545419	49,8	184304	48,4	10896	0,6	63634	5,3	247797	71,5
Pitanga	302	0,1	29814	4,3	20062	5,5	193399	6,1	3812	0,1	860	0,2	714	0,0	199	0,0	2108	0,6
Ext. Oeste Paranaense	9479	3,5	128139	18,5	66330	18,3	662743	20,9	1190999	38,4	141381	37,1	3676	0,2	63423	5,3	114049	32,9
Sudoeste Paranaense	4	0,0	49333	7,1	48518	13,4	661609	20,9	245476	7,9	27892	7,3	5161	0,3	12	0,0	98885	28,5
Campos de Guarapuava	36678	13,4	43952	6,4	13836	3,8	0	0,0	87800	2,8	13151	3,5	758	0,0	0	0,0	9234	2,7
Médio Iguaçu	0	0,0	18939	2,7	5766	1,6	80990	2,6	17332	0,6	1020	0,3	587	0,0	0	0,0	23521	6,8
Total Estadual	272923	100,0	691528	100,0	362514	100,0	3165419	100,0	3103052	100,0	380601	100,0	1689536	100,0	1195013	100,0	346709	100,0

Fonte dos Dados: FIBGE. Censo Agropecuário do Paraná, 1975.

Tabela 3.3 Produção dos principais produtos agrícolas do Paraná, por principais microrregiões, 1985.

	(Em toneladas)																	
	Algodão	%	Arroz	%	Feijão	%	Milho	%	Soja	%	Trigo	%	Cana	%	Café	%	Mandioca	%
Leste Paranaense	7550	0,9	34573	19,1	154459	35,5	708140	17,1	335849	8,1	457662	17,3	30470	0,3	504	0,1	36860	4,0
Curitiba	2	0,0	1920	1,1	17393	4,0	81339	2,0	1279	0,0	278	0,0	264	0,0	0	0,0	2827	0,3
Litoral Paranaense	0	0,0	794	0,4	2321	0,5	887	0,0	0	0,0	0	0,0	7960	0,1	159	0,0	10121	1,1
Alto Ribeira	0	0,0	436	0,2	2970	0,7	15563	0,4	31	0,0	0	0,0	846	0,0	19	0,0	2101	0,2
Alto Rio Negro	0	0,0	477	0,3	6202	1,4	23592	0,6	140	0,0	200	0,0	5	0,0	0	0,0	409	0,0
Campos de Lapa	2	0,0	3572	2,0	15344	3,5	67078	1,6	41663	1,0	3529	0,1	160	0,0	0	0,0	1555	0,2
Ponta Grossa	52	0,0	6318	3,5	8719	2,0	165808	4,0	199834	4,8	47632	1,8	18752	0,2	14	0,0	4613	0,5
Campos de Jaguariaíva	5	0,0	3066	1,7	13910	3,2	56103	1,4	14221	0,3	9605	0,4	391	0,0	181	0,0	1292	0,1
São Mateus do Sul	4	0,0	2821	1,6	14505	3,3	30020	0,7	11311	0,3	1177	0,0	0	0,0	0	0,0	1495	0,2
Colonial de Irati	0	0,0	7888	4,4	48832	11,2	125134	3,0	46843	1,1	7794	0,3	310	0,0	0	0,0	6414	0,7
Alto Ívaí	7485	0,9	7281	4,0	24263	5,6	142616	3,4	20527	0,5	387447	14,7	1782	0,0	131	0,0	6033	0,6
Norte-Paranaense	704510	83,2	90876	50,2	93059	21,4	1298099	31,3	1824316	43,8	1120257	42,4	10227496	98,6	556535	97,8	401448	43,2
Norte V. Venceslau Braz	3654	0,4	12054	6,7	21923	5,0	153230	3,7	711	0,0	907	0,0	278741	2,7	29320	5,2	8457	0,9
Norte V. Jacarezinho	121241	14,3	14179	7,8	3245	0,7	158910	3,8	205787	4,9	188096	7,1	2541898	24,5	62372	11,0	1638	0,2
Algodoeira de Assaí	72386	8,5	1463	0,8	1407	0,3	31679	0,8	65435	1,6	71425	2,7	50175	0,5	6030	1,1	198	0,0
Norte N. Londrina	127900	15,1	10766	5,9	3584	0,8	264023	6,4	335826	8,1	233919	8,8	2711436	26,1	84451	14,8	13294	1,4
Norte N. Maringá	22596	2,7	2657	1,5	965	0,2	92980	2,2	323278	7,8	195585	7,4	1077833	10,4	21766	3,8	5595	0,6
Norte N. Apucarana	82674	9,8	11037	6,1	29386	6,7	221871	5,3	119287	2,9	87887	3,3	782892	7,5	33832	5,9	5982	0,6
Norte Nov. Paranavai	43395	5,1	20742	11,5	1483	0,3	44178	1,1	10270	0,2	5172	0,2	714615	6,9	80903	14,2	202410	21,8
Norte Nov. Umuarama	81858	9,7	9823	5,4	14149	3,2	72174	1,7	74511	1,8	54215	2,1	1213368	11,7	211012	37,1	120506	13,0
Campo Mourão	148806	17,6	8155	4,5	16917	3,9	259054	6,2	689211	16,6	283051	10,7	856538	8,3	26849	4,7	43368	4,7
Oeste Paranaense	134617	15,9	55610	30,7	188154	43,2	2144283	51,7	2001145	48,1	1065578	40,3	116005	1,1	12137	2,1	491889	52,9
Pitanga	18279	2,2	8321	4,6	19170	4,4	215357	5,2	31547	0,8	9963	0,4	3079	0,0	129	0,0	11662	1,3
Ext. Oeste Paranaense	116180	13,7	15477	8,5	26818	6,2	878034	21,2	1331567	32,0	929202	35,2	41294	0,4	11999	2,1	279205	30,0
Sudoeste Paranaense	43	0,0	9931	5,5	91335	21,0	638119	15,4	329766	7,9	87989	3,3	67565	0,7	9	0,0	161818	17,4
Campos de Guarapuava	115	0,0	14516	8,0	35045	8,0	326778	7,9	226169	5,4	26076	1,0	2428	0,0	0	0,0	9166	1,0
Médio Iguazú	0	0,0	7365	4,1	15786	3,6	85995	2,1	82096	2,0	12348	0,5	1639	0,0	0	0,0	30038	3,2
Total Estadual	846677	100,0	181059	100,0	435672	100,0	4150522	100,0	4161310	100,0	2643497	100,0	10373971	100,0	569176	100,0	930197	100,0

Fonte dos Dados: FIBGE. Censo Agropecuário do Paraná, 1985.

produção agrícola.¹⁴⁰ Nesse grupo, ao contrário do que se observa nas demais, o crescimento da produção agrícola no transcorrer dos anos 70 se deu muito mais pela expansão das culturas típicas de mercado interno, como arroz, feijão, milho e mandioca, do que pelo avanço das culturas modernas, muito embora também se observe aumento tanto na produção de soja quanto na de trigo.

Os impactos da modernização também se refletiram em termos de área, sendo que no primeiro momento as culturas que mais perderam área foram arroz, feijão milho, batata-inglesa e mandioca. Nota-se que nesse período não só a soja expandiu sua área, mas também outras culturas, como algodão, trigo, cana-de-açúcar, e ainda o café, que recuperou parte da área perdida no início da década de 70. O aumento da área do algodão se deu fundamentalmente por ser essa cultura uma alternativa econômica em substituição à lavoura cafeeira. Entretanto, a soja de fato se transformou na vedete da diversificação agrícola regional e incorporou uma grande quantidade de área com vistas à sua expansão, conforme tabela 3.4.¹⁴¹

Em face da expansão das culturas modernas, notadamente da soja, configurou-se um avanço das áreas destinadas às culturas temporárias e significativa redução das áreas destinadas às culturas permanentes e de outras áreas ainda não utilizadas produtivamente.

Nesse processo, parte das terras que foram sendo liberadas pela cultura cafeeira, no norte do estado, passaram a ser destinadas a pastagens em praticamente todas as microrregiões situadas na região, notadamente nas de Umuarama e Paranavaí. Isso justifica, em grande parte, a pouca importância dessas microrregiões no tocante à produção agrícola no estado, dado que foi onde o impacto da modernização causou maiores problemas econômicos e sociais.¹⁴²

Esse processo não se deu no oeste de modo tão generalizado quanto o observado no norte paranaense: foi mais concentrado na microrregião do Extremo Oeste, a única onde houve declínio na produção de arroz e de feijão. Isso se explica porque em grande parte as culturas de feijão e

¹⁴⁰ As microrregiões do centro são: Campos da Lapa, Campos de Ponta Grossa, Campos de Jaguariaíva, São Mateus, Alto do Rio Negro, Colonial de Irati.

¹⁴¹ Para uma análise desse processo de substituição de culturas e de áreas com lavouras ver, entre outros, Pereira. L. Barbosa, 1987, op. cit.

¹⁴² Ver Trintin, Jaime Graciano, 1989, op. cit., p. 142.

arroz eram, na região norte consorciadas com a produção cafeeira. Com a erradicação dos cafezais a partir de meados dos anos 70 e com os incentivos à modernização da agricultura, essas culturas sentiram os maiores efeitos do processo.

Tabela 3.4 Evolução da área colhida dos principais produtos agrícolas do Paraná no período de 1970-1985

Culturas	Total		Variação	
	1970	1985	Abs.	%
Algodão	373.287	499.300	126.013	33,8
Arroz	441.645	166.772	-274.873	-62,2
Feijão	926.975	743.488	-183.487	-19,8
Milho	2.121.206	1.940.642	-180.564	-8,5
Soja	395.484	2.079.973	1.684.489	425,9
Trigo	250.213	1.228.742	978.529	391,1
Café	360.896	422.762	61.866	17,1
Cana-de-açúcar	30.035	144.412	114.377	380,8
Mandioca	87.445	69.600	-17.845	-20,4
Batata-inglesa	25.932	24.771	-1.161	-4,5

Fonte dos dados: FIBGE: Censo Agrícola e Agropecuário do Paraná

Ao considerarmos os principais produtos agrícolas do oeste paranaense, verificamos que a soja e o trigo foram os que mais incorporaram áreas na sua produção, com um crescimento de 400,3% para a soja e de 320,9% para o trigo, entre 1970 e 1980. As demais culturas, com exceção do algodão, apresentaram redução em termos de área. Essas culturas perderam em conjunto 62.253ha e, desse total, 48.494ha correspondiam a áreas com milho.¹⁴³

Tal comportamento da produção agrícola teve uma importância muito grande para o desenvolvimento regional, principalmente em termos de geração de empregos e fixação do homem no campo. Na produção cafeeira, pelas suas características, se absorvia um contingente muito grande de pessoas, enquanto que as culturas modernas, intensivas em capital, não requerem o mesmo contingente de pessoas no campo. Isso fez desencadear um vertiginoso processo de expulsão do homem do campo, que só não teve mais graves conseqüências porque se contava com a possibilidade de expansão da fronteira em outras áreas do território brasileiro, notadamente

¹⁴³ Dados calculados a partir dos Censos Agrícola e Agropecuário do Paraná, 1970 e 1980.

do Centro-Oeste. Por outro lado, como a soja e o trigo exigem para a sua produção o uso intensivo de novas tecnologias, tem-se que o processo de acumulação de capital, nesse segmento, passou a estar diretamente relacionado com o setor secundário produtor de máquinas, equipamentos, insumos, defensivos, entre tantos outros, e com os grandes complexos industriais processadores dessa matéria-prima. Portanto, são culturas que exercem um efeito muito importante para a acumulação de capital tanto a montante quanto a jusante do setor agrícola.

Apesar dos problemas que se avolumaram, o Paraná ganhou importância no cenário nacional e ampliou seu papel de economia complementar à região dinâmica do país. Porém não só seus tradicionais produtos, como café, arroz, algodão, feijão, milho, entre outros de menor importância, mas culturas como a soja, o trigo e também a cana-de-açúcar, que exigem o uso intensivo de novas tecnologias.

Analisando-se o comportamento da produção agrícola do Paraná no cenário nacional entre os anos de 1968 a 1983, quando se intensificou a modernização da agricultura estadual, verificamos que ocorreu um aumento da participação relativa da economia paranaense na produção nacional de algodão, de cana-de-açúcar, de milho, de soja e de trigo, conforme apontam os dados da tabela 3.5.

Tabela 3.5 Participação do Paraná no total nacional na produção dos principais produtos agrícolas
No período, 1968-1983

ANOS	(em %)							
	Algodão	Arroz	Café	Cana-de-açúcar	Feijão	Milho	Soja	Trigo
PARANÁ								
1968	24,70	5,03	47,46	3,49	21,80	19,48	24,90	13,36
1970	26,89	7,81	12,98	2,89	32,90	25,04	24,39	15,36
1977	28,48	10,06	10,95	4,96	25,19	24,04	37,56	60,84
1983	30,52	4,75	18,21	8,58	21,90	26,79	29,59	47,65
BRASIL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1970, 1980 e 1985

Torna-se relevante o fato de que o crescimento da participação da produção agrícola paranaense no total nacional se deu num momento em que as demais regiões brasileiras estavam

também expandindo sua produção, com exceção do Nordeste, que apresentou um comportamento bastante atípico.

A partir dessas mudanças, o Paraná, por possuir uma agricultura voltada para o mercado e com vistas à obtenção de lucro, soube aproveitar os incentivos proporcionados pela política agrícola e se diversificou, tornando-se, num espaço muito curto de tempo, uma das mais importantes áreas agrícolas do país. Por outro lado, a expansão desse setor passou a ser um forte fator de atração de atividades industriais, principalmente voltadas ao processamento da agropecuária. Além do que, os investimentos públicos na infra-estrutura econômica do estado, desde meados dos anos 60, constituíram um dos fatores fundamentais para a atração desses investimentos setoriais. Portanto, o aspecto central na compreensão desse processo foi o significado da mudança na pauta dos principais produtos agrícolas, que correspondeu a um verdadeiro processo de abertura para a acumulação de capitais nos segmentos da produção a montante e a jusante da agricultura, principalmente a partir da expansão do uso de insumos modernos, máquinas e equipamentos, que se intensificou nos anos 70. Além disso, novas oportunidades de investimentos industriais surgiram na economia estadual, notadamente das novas plantas industriais processadoras de produtos gerados pela agropecuária estadual.

3.2 A estrutura produtiva da indústria

A década de 70 representa para o Paraná o marco das grandes transformações. No início dessa década a indústria estadual ainda era fortemente atrelada ao processamento de produtos primários, com destaque para o café e a madeira, visto que participavam com 68,9% do produto industrial do estado em 1960 e ainda atingiam os elevados 53,9% em 1970. Ademais, os produtos industriais apresentavam baixo grau de elaboração, pequenas escalas e tecnologias ainda rudimentares. Essas circunstâncias contribuíam para a pouca importância da indústria paranaense no cenário nacional: em 1970 participava com apenas 2,99% no produto industrial do país. Entretanto, no curso dos anos 70, grandes mudanças passaram a dar a tônica do que seria o novo padrão de desenvolvimento da economia estadual.

Essas mudanças são oriundas de dois grandes movimentos, distintos e ao mesmo tempo complementares, ligados ao movimento de maior integração da economia nacional. O primeiro resultou da política de modernização e diversificação da agropecuária nacional, cabendo ao Sul do país papel relevante nesse processo. O segundo decorreu de um movimento mais geral de integração do mercado nacional, com conseqüente desconcentração da produção industrial, fortemente ancorada nos investimentos públicos, seguido de um movimento de espraiamento da economia industrial paulista. O Paraná, em decorrência de sua proximidade com São Paulo, pôde se beneficiar da maior integração do mercado nacional. Concomitantemente, tomou importância a política de atração de investimentos posta em prática pelo governo estadual, principalmente com a construção da Cidade Industrial de Curitiba, assunto ao qual voltaremos nossa atenção em outra parte deste capítulo.¹⁴⁴

Em conseqüência, nessa década, a indústria estadual tomou impulso e ganhou importância relativa ante a agricultura moderna, que se consolidou no estado nos anos 70, tornando-se um dos principais setores na geração da renda interna estadual. A agricultura, embora tenha apresentado excelentes taxas de crescimento de seus principais produtos, teve sua participação relativa na renda estadual reduzida, passando de 25,17% em 1970 para 18,53% em 1980. No mesmo período, a indústria saltou de 16,6% da renda interna em 1970 para 28,07% em 1980.¹⁴⁵

A estrutura do setor industrial paranaense sofreu importantes modificações. Dentre as mudanças ocorridas, toma relevância a perda de importância dos gêneros já tradicionais no estado, notadamente produtos alimentares e madeira, que no passado se destacavam em termos de participação no valor da transformação industrial. A produção de alimentos e o processamento de madeira passaram a ceder espaço para outros produtos caracterizados pelo maior grau de

¹⁴⁴ Faz-se necessário apontar que os dados utilizados nesta pesquisa são oriundos da Secretaria de Estado da Fazenda, com base nos dados apurados pelas Guias de Informação e Apuração de ICMS (GIA), as quais fornecem informações sobre o valor das vendas e das compras de mercadorias pelo setor industrial, portanto nos permitem calcular o valor adicionado dos principais gêneros da indústria estadual. Essas informações, como se sabe, são as únicas disponíveis nessa matéria e, apesar de suas limitações, seus resultados são extremamente relevantes e possibilitam compreender melhor as mudanças que estão se processando na economia estadual.

¹⁴⁵ Dados calculados a partir dos Censos Agropecuário e Industrial e de Serviços do Paraná.

elaboração e pelo uso de tecnologias mais desenvolvidas, como são os produtos da química, fumo e o grupo da metal-mecânica, conforme tabela 3.6. Entre 1975 e 1985, a indústria química mais que dobra sua participação no valor agregado da indústria estadual, ficando próxima da participação da indústria de produtos alimentares. O conjunto das indústrias metalmeccânicas quase dobra sua participação, superando a soma das participações de madeira, papel e papelão.

Tabela 3.6 Participação dos principais gêneros no valor adicionado da indústria paranaense: 1975-1985

Gêneros	Anos	
	1975	1985
Minerais não-metálicos	7,74	5,02
Metalurgia	2,8	2,21
Mecânica	4,51	5,41
Material elétrico e comum.	1,14	4,41
Material de transporte	1,39	4,04
Madeira	18,91	7,21
Mobiliário	3,27	1,93
Papel e papelão	6,84	6,11
Química	12,72	25,07
Têxtil	4,39	3,81
Produtos alimentares	28,27	26,26
Bebidas	1,8	1,91
Fumo	1,47	2,71
Outros	4,75	7,71

Fonte dos dados: SEFA. Secretaria de Estado da Fazenda

A diversificação do parque industrial do Paraná foi acompanhada por um intenso processo de reestruturação interna de importantes gêneros industriais, com a criação ou expansão de atividades produtivas caracterizadas pela exigência de tecnologias mais sofisticadas e pela maior agregação de valor.

Tomando os principais gêneros da indústria já tradicionais na matriz industrial do Paraná e considerando, dentre eles, os grupos mais relevantes, vê-se que, na indústria de produtos alimentares, o grupo beneficiamento de café, cereais e afins perde expressão, enquanto ganham

importância o abate de animais (especialmente frangos), o refino de óleos vegetais, os produtos do milho e a produção de rações, conforme tabela 3.7.¹⁴⁶

Tabela 3.7 Participação dos principais grupos industriais nos gêneros produtos Alimentares, madeira e têxtil no Paraná, 1975-1985

GRUPOS	1975	1985
<u>Produtos alimentares</u>		
Beneficiamento de café, cereais e afins	46,57	31,57
Café Solúvel	8,1	10,82
Abate de animais e preparação de conservas	13,43	21,21
Açúcar	13,13	8,05
Refinação de óleos vegetais	12,1	17,00
Produtos de milho (exclusive óleo)	...	4,16
Rações balanceadas	...	2,16
<u>Madeira</u>		
Serrarias	74,85	62,16
Pré-fabricados	2,93	4,39
Chapas e placas de madeira (aglomerada/prensada)	20,53	29,41
Artefatos de madeira	1,58	4,05
<u>Têxtil</u>		
Beneficiamento de fibras têxteis	63,66	48,14
Fiação de algodão	16,03	33,25
Fiação de seda animal	3,9	4,43
Fiação, tecelagem de linho e rami	3,1	7,04
Tecidos de malha	5,96	7,03

Fonte: IPARDES. Análise Conjuntural, dezembro, 1989 e SEFA, 1998

* Considerou-se a média dos anos 1974/75/76 e 1984/85/86

Ademais, não se trata mais de pequenas empresas com reduzida escala de produção e voltadas a mercados locais, como as que prevaleciam no início da década de 70. Ao contrário, trata-se de grandes complexos agroindústrias ligados à transformação da soja, do milho e de produtos da pecuária local e que visam atender à demanda interna do país, bem como ao mercado internacional, como é o caso do café solúvel e dos derivados de soja e milho.

Na indústria de madeira, as transformações internas se direcionaram no sentido do maior aproveitamento de matéria-prima, portanto de modernização do setor. Isso é evidenciado pela tendência de aumento da participação dos grupos de fabricação de lâminas de madeira folheada,

¹⁴⁶ O gênero produtos alimentares tanto perde importância em razão dos reflexos da crise cafeeira sobre o setor quanto pela expansão dos segmentos novos.

fabricação de chapas e placas de madeira aglomerada ou prensada e chapas de madeira compensada, em detrimento dos grupos tradicionais, como “serrarias”. Essa tendência é consequência direta do esgotamento das reservas naturais do estado, devido ao acelerado processo de colonização de seu interior e do desmatamento verificado.¹⁴⁷

Na indústria têxtil, a diversificação interna se deu no sentido da perda de importância das “usinas” de descaroçamento de algodão e aumento da importância de atividades com maior grau de elaboração, como é o caso das fiações, que quase dobram sua participação no valor adicionado do gênero entre 1975 e 1985.

O mesmo processo de diversificação interna é observado nos gêneros cuja presença na estrutura industrial do estado passou a ser marcante entre 1975 e 1985, conforme tabela 3.8. Na indústria química, ocorreu substancial transformação, marcada pelo aumento da participação da fabricação de produtos do refino do petróleo e do álcool, em decorrência da instalação de uma unidade da Petrobrás em 1977 e pela expansão da produção de álcool no estado. A redução da participação dos demais grupos da indústria química não significa, evidentemente, que tenha havido redução de sua produção. Ao contrário, houve expansão. Nesse sentido, é interessante destacar a produção interna de nitrogenados, iniciada em 1981, com a instalação de uma unidade industrial da Ultrafertil.

Na indústria de papel e papelão, verifica-se forte tendência de concentração do valor adicionado na fabricação de papel, principalmente devido à instalação de uma unidade fabricante de papel de imprensa. Por outro lado, também cresceram em importância a fabricação de papel de embalagens e a fabricação de papelão, cartolina e cartão. Há que se destacar que esse setor foi amplamente beneficiado pela política de desconcentração regional promovida ainda no âmbito do IIPND e se direcionou para espaços que detinham melhores condições de oferta de matérias-primas.

¹⁴⁷ Ao considerarmos as empresas por ramo de atividade, foram as ligadas ao desdobramento da madeira as que tiveram um peso maior para a redução do número de empresas do setor, uma vez que das 2516 existentes em 1974, 2.215 delas pertenciam a este segmento. Os dados revelam que deste total restaram, em 1985, apenas 1410 empresas. Portanto, desaparecendo do mercado cerca de 805 empresas e que predominantemente tinham suas atividades voltadas ao desdobramento da madeira e que são mais diretamente afetadas pela escassez da matéria-prima.

Tabela 3.8 Participação no valor adicionado dos diferentes grupos no gênero química, Minerais não metálicos, papel, mecânica, material elétrico e de comunicação e Material de transporte no Paraná, 1975-85

INDÚSTRIAS	1975	1985
<u>Química</u>		
Prod. do refino do petróleo e álcool	2,53	59,58
Óleos vegetais em bruto (inclusive subprodutos)	57,71	15,19
Adbos, fertilizantes e corretivos do solo	24,08	9,49
<u>Papel e papelão</u>		
Papel	77,3	77,43
Fabricação de celulose e pasta mecânica	6,16	4,31
Fabricação de papelão, cartolina e cartão	6,4	8,87
Fabricação de embalagens	0,9	4,39
Papel de embalagens	4,41	3,81
<u>Mecânica</u>		
Refrigeradores, geladeiras, balcões e outros	29,21	22,52
Máquinas ferramentas, oper. aparelhos	28,93	23,91
Máquinas e aparelhos para a agricultura	31,89	48,22
Fabr. Montagem de tratores e outros	4,83	1,08
<u>Material elétrico e de comunicação</u>		
Geradores, transformadores, subestações	27,24	7,17
Fabr. mat. elétricos (exclusive p/ veículos)	21,01	16,14
Fabr. material elétrico p/ veículos	8,3	2,64
Material eletrônico básico	11,17	0,87
Apar., equip. eletrônicos, fitas e discos magnéticos	0,09	42,97
Aparelhos e equipamentos p/ comunicação	1,67	21,49
<u>Material de transporte</u>		
Fabr. Montagem de veiculos automotores	56,52	90,61
Fabr.de cabines e carrocerias	32,09	7,91
Fabr. de bicicletas, motocicletas, etc.	3,27	0,31
Fabr. de outros veículos	4,51	0,22

Fonte dos dados brutos: Secretaria de Estado da Fazenda

Na indústria mecânica, houve significativo aumento da participação do grupo produtor de máquinas, aparelhos e equipamentos para a agricultura, arrastado tanto pela grande expansão da agricultura estadual como pelo avanço da fronteira agrícola para o Centro-Oeste (Mato Grosso e Goiás). No período, os segmentos da indústria apresentaram desempenho diferenciado, uma vez que cresceu em importância a produção de máquinas e equipamentos ante a fabricação de tratores.

Na indústria de material elétrico e de comunicação, verifica-se forte tendência de perda de participação relativa dos grupos produtores de geradores, transformadores, máquinas elétricas manuais, entre outros, em favor dos grupos produtores de máquinas e aparelhos eletrônicos,

especialmente micro e mini-computadores, bem como de aparelhos e equipamentos de comunicação.

Finalmente, o perfil da indústria de material de transporte mudou radicalmente com a entrada da Volvo no Paraná, quando passou a fabricar ônibus e caminhões, portanto modificando substancialmente a composição interna desse grupo de indústrias, que deixou de ser centrada na fabricação de carroças e carrocerias para ser produtora de veículos automotores.

Outra maneira de constatar as modificações na estrutura produtiva da indústria é analisando o setor por categoria de uso de seus segmentos produtivos.¹⁴⁸ Embora essa classificação apresente certos problemas, no entanto permite evidenciar aspectos interessantes no comportamento da indústria paranaense, conforme tabela 3.9. Tomando-se esses grupos de indústrias, nota-se que as predominantemente produtoras de bens de consumo não-duráveis deixaram de ser as mais representativas do setor em 1985. Nesse período, ganharam expressão as indústrias intermediárias e, em menor medida, as produtoras de bens de capital e de consumo duráveis. Essa nova configuração do setor industrial é um forte indicativo do processo de diferenciação ocorrido na indústria estadual, diferenciando-a sobremaneira daquela que prevalecia no início da década de 70.

Tabela 3.9 Distribuição da produção industrial do Paraná, por categoria de uso, no período 1975-1985

Categoria de Uso	Anos	
	1975	1985
Bens de consumo não durável	41,39	37,97
Bens intermediários	32,66	40,95
Cons. durável e bens de capital	7,04	13,87

Fonte dos dados brutos: SEFA. Secretaria de Estado da Fazenda

Em síntese, no período marcado pela desconcentração da indústria nacional, a estrutura produtiva da indústria do Paraná foi marcada por acentuada diversificação, ganhando importância novos segmentos industriais, notadamente mecânica, material de transporte e material elétrico e

de comunicação, o que indicava as transformações estruturais verificadas no tipo de desenvolvimento industrial do estado. O que se observa é que o Paraná se fortaleceu na divisão do trabalho no espaço nacional, não só produzindo bens intermediários e bens de consumo não-duráveis, mas também ganhando importância na produção dos demais bens, portanto inserindo-se de modo mais complexo na economia nacional.

3.2.1 Distribuição espacial da indústria no Paraná

Como foi apontado, o crescimento da indústria paranaense foi marcado pela decisão de localização de investimentos públicos no território do estado e pela ativa política de atração de investimentos privados levada a cabo pelo governo estadual. A instalação da Cidade Industrial de Curitiba teve um papel de enorme importância tanto no crescimento do parque industrial do Paraná quanto na determinação de sua concentração no entorno de Curitiba.

A instalação da Cidade Industrial foi produto de uma exitosa articulação e coordenação de todos os órgãos públicos do estado, das empresas de economia mista, como Sanepar, Copel e Telepar, e da prefeitura municipal. Com vistas ao estímulo à implantação de empresas industriais, foi oferecida, além dos serviços de infra-estrutura, a devolução da parte do ICM recolhido pelas empresas para a prefeitura de Curitiba, enquanto que o município isentaria as empresas do imposto territorial urbano e predial pelo período de até 10 anos, com alíquota de 1% ao ano sobre o valor venal. Além disso, para a implantação de infra-estrutura e das indústrias a Cidade Industrial contou com recursos de vários órgãos dos governos federal, estadual, e municipal, com destaque para o Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A (antigo Badep), do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul (BRDE), do Banestado, do BNH, da CEF e do BNDES.

O governo do Paraná, em convênio firmado com a prefeitura de Curitiba, alocou diretamente à URBS/ Fundo de Urbanização de Curitiba o equivalente a US\$ 12,3 milhões, para

¹⁴⁸ Bens de consumo não-duráveis, bens intermediários, bens de consumo duráveis e bens de capital.

pagamento de estímulos fiscais e amortização de financiamentos feitos para realizar investimentos em obras viárias e desapropriações. Esse convênio, firmado em 30/03/77, repassou recursos até 1980, sendo suspenso, posteriormente, na gestão Ney Braga. Segundo Vasconcelos & Castro, e com base nos relatórios do Bادهp de outubro de 1989, foram repassados US\$ 33,5 milhões (incluindo os 12,3 já citados).

Já na década de 80 foram firmados outros acordos, sendo que o convênio de 13/05/82, com a prefeitura de Curitiba, previa o repasse do estado de cerca de 30% do ICM gerado nas indústrias da CIC, para amortizar empréstimos e financiamentos, pagar desapropriações e manter as obras de infra-estrutura viária. Segundo os pesquisadores, o convênio não chegou a ser cumprido integralmente, devido à não-previsão de correção monetária para a defasagem entre o recolhimento e os repasses. No entanto, foram repassados US\$ 4,3 milhões nos anos de 1983, 1984 e 1985.¹⁴⁹

A instalação da Cidade Industrial ampliou de modo substancial as vantagens locacionais de Curitiba, uma vez que a capital paranaense já contava na época com vantagens em razão de sua aglomeração populacional e industrial. As decisões locacionais estão sempre muito ligadas ao ambiente industrial preexistente, à proximidade dos centros de decisão, às condições de acesso (rodovias, aeroporto, porto), à disponibilidade e eficiência das telecomunicações e serviços urbanos de ordem superior, à existência de mão-de-obra em quantidade e qualidade adequadas e às condições de recepção de diretores e técnicos oriundos de outros centros nacionais e estrangeiros. Essas condições se congregam, em quantidade e qualidade, evidentemente em Curitiba e, por extensão, em alguns municípios de sua região metropolitana, tornando a área a opção locacional preferencial das indústrias menos dependentes da proximidade das fontes de matérias-primas.

Isso se evidencia a partir de alguns resultados de pesquisa realizada pelo IparDES.¹⁵⁰ Das entrevistas realizadas junto a 64 empresas que se instalaram na capital e 17 estabelecidas na RMC (Região Metropolitana de Curitiba), foi possível extrair os seguintes resultados: a) das 64

¹⁴⁹ Conforme Vasconcelos & Castro, *Paraná: economia, finanças públicas e investimentos nos anos 90*. Brasília, IPEA, fevereiro, de 1999.

¹⁵⁰ IPARDES. *Estudos para uma política de desenvolvimento industrial do Paraná*. Curitiba, 1981. v.4.

empresas estabelecidas na capital, apenas 15 consideraram outros municípios como opção locacional. Das 26 respostas indicando os municípios opcionais, 14 caíram sobre municípios da RMC (São José dos Pinhais, Araucária, Piraquara e Colombo), 3 sobre Ponta Grossa e 1 sobre Londrina; b) das 17 empresas instaladas na RMC, 8 consideraram outros municípios como alternativa locacional. Das 12 respostas indicando municípios alternativos, 11 caíram sobre municípios da própria RMC e apenas uma sobre o interior. Interessante destacar que, dentre as 11 respostas indicando municípios da RMC, 7 caíram sobre Curitiba.

A Cidade Industrial de Curitiba potencializou a atratividade da capital. A importância dos incentivos fiscais e da infra-estrutura proporcionada pela Cidade Industrial na atração de investimentos também é bem retratada por outro estudo que procurou identificar os principais fatores que influenciaram nas decisões locacionais de empresas estabelecidas na Cidade Industrial. Entrevistas realizadas com 29 empresas (24 empresas de capital estrangeiro¹⁵¹ e 5 originárias de outros estados do Brasil) levaram aos seguintes resultados: 34% das empresas declararam ser determinante a ação do estado na atração de empresas, principalmente quanto ao apoio político e financeiro proporcionado pelo governo paranaense, e 12% destacaram a posição geográfica do estado com relação às regiões consumidoras. Foi importante, também, a posição geográfica do estado com relação a fornecedores, com 8% das respostas, aparecendo em último lugar da disponibilidade da mão-de-obra, com 6% das respostas.¹⁵²

Ao considerar apenas as empresas estrangeiras, observou-se, nas razões apontadas por essas empresas, que prevaleceram a disponibilidade de infra-estrutura econômica, com 35% das respostas, a própria propaganda feita pelo estado, com 31%, e o baixo custo do terreno, com 20% das respostas.

Assim, os incentivos fiscais e a criação da Cidade Industrial de Curitiba vieram reforçar a já evidente atratividade da capital para a instalação de empreendimentos industriais. Tanto isso é verdade que, através das pesquisas realizadas pelo Iparides com o intuito de detectar o poder de atração de Curitiba sobre as demais regiões do interior, constatou-se que as razões apontadas pelas empresas sempre estiveram atreladas ao poder de atração dessa região. Em destaque, a

¹⁵¹ Todas as empresas se instalaram na Cidade Industrial.

disponibilidade de mão-de-obra, de infra-estrutura econômica, de condições de acesso (como proximidade de porto, proximidade de rodovias, custo dos transportes) e da própria posição geográfica da região, que liga o Sul do país ao seu centro dinâmico, notadamente São Paulo.¹⁵³

É evidente que o interior do estado não contava com as mesmas condições para a atração de novos investimentos, uma vez que os esforços do governo estiveram concentrados na região de Curitiba. Assim, o interior continuou a atrair principalmente agroindústrias, que tendem a se localizar nas proximidades das fontes de matéria-prima, enquanto que as demais buscavam os benefícios fiscais, as facilidades da infra-estrutura da CIC e as economias de aglomeração já existentes na região da capital. Em consequência, nota-se, através da tabela 3.10, que áreas relativamente industrializadas do interior, como Londrina e Ponta Grossa, perderam participação relativa ante o pólo industrial que se formava em Curitiba e em seu entorno.

Tabela 3.10 Participação das microrregiões mais industrializadas do Paraná no valor adicionado da indústria -1974-1985

Microrregiões	1974	1985
Curitiba	30,34	48,46
Ponta Grossa	13,61	8,99
Jacarezinho	2,53	2,85
Londrina	14,79	11,57
Maringá	4,42	4,56
Apucarana	2,25	2,28
Umuarama	3,30	1,99
Extremo Oeste	5,79	4,28
Sudoeste	2,44	2,05
Guarapuava	5,15	2,08
Médio Iguaçu	5,31	1,88
Total	89,93	91,00

Fonte dos dados brutos: SEFA. Secretaria de Estado da Fazenda

Em consequência, a microrregião de Curitiba, que já detinha grande parcela da indústria estadual em 1975, uma vez que respondia por mais de 50% do valor adicionado em mais da metade dos gêneros considerados (tabela 3.11), viu reforçar sua importância não só na produção

¹⁵² IPARDES. "Estudos para Uma Política ...", 1981, op. cit., p.17.

¹⁵³ Idem, p. 11-20.

dos gêneros novos mas também em alguns que não detinham grande expressão, como química, fumo e madeira, conforme dados das tabelas 3.12.

Tomando a participação das principais microrregiões do estado no valor adicionado da indústria paranaense, observa-se que no interior paranaense se destacavam as microrregiões de Londrina, na produção de mobiliário, perfumaria, sabões e velas, têxtil, vestuário e calçados, produtos alimentares e bebidas; Ponta Grossa, com alguma relevância na produção de papel e papelão; Maringá, com alguma importância na produção de borracha e na de couros e peles; e Campos de Guarapuava, na produção de bebidas. Portanto, ao nível de gêneros, apresentavam pouca participação no valor adicionado do estado. Por outro lado, pouco modificaram a sua estrutura produtiva ao longo deste período, uma vez que poucos gêneros respondiam por grande parte do valor adicionado dessas microrregiões, conforme tabela 3.13 e 3.14. Isso não significa que essa indústria não mudou, pois, se tomarmos os principais gêneros da indústria dessas microrregiões, notaremos que as transformações se deram muito mais no interior dos gêneros. Isto é, ganharam importância segmentos mais elaborados, ante os já tradicionais ramos industriais.

Assim, o crescimento da microrregião de Curitiba se deu num contexto em que a indústria do interior também estava crescendo e se modernizando; portanto, seu crescimento não se deu em detrimento do interior paranaense, como é do senso comum, mas apresentou taxas de crescimento maiores que as observadas nas demais microrregiões. Principalmente porque recebeu investimento em setores que historicamente agregam mais valor e que praticamente inexistiam no Paraná, caso típico da produção do complexo metal-mecânico. Além disso, é importante assinalar que embora a atuação do estado foi muito mais de enveredar esforços no sentido de atrair investimento para a cidade industrial, naquele contexto eram poucas as oportunidades de investimento para o interior do estado nesses segmentos novos, principalmente em razão da pequena dimensão dos mercados regionais. Além disso, pesaram fortemente a proximidade com o mercado da região Sudeste, notadamente São Paulo. É digno de nota o fato de que o interior também recebeu investimentos, porém naqueles aos quais oferecia melhores condições de atração. Fato que transformou a economia do interior paranaense, que de essencialmente agrícola passou a contar com fortíssimos complexos agroindustriais.

Tabela 3.11 Participação das microrregiões no valor adicionado da indústria paranaense, por principais gêneros, 1975.

Microrregiões	Min.N.	Meta-	Mecâ-	Mater.	Mater.	Mobi-			Couros,		Farmac.	Perfum.	Mater.	Vest.	Prod.	Edit.e				
	Metál.	lúrgica	nica	Elétr.	Transp.	Madeira	liário	Papel	Borracha	Peles,...	Química	Veterin.	Sabões,	Plást.	Têxtil	Calç.	Alimen.	Bebidas	Fumo	Gráfica
Leste Paranaense																				
Curitiba	81,1	52,7	68,0	88,8	39,4	26,5	69,6	19,5	83,4	87,3	17,7	86,9	87,4	80,7	9,2	42,5	10,8	66,7	26,4	62,7
Litoral Paran.	0,1	0,9	0,2	0,0	0,1	0,1	0,0	0,4	0,0	0,0	6,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7	0,3	0,0	1,0
Alto Ribeira	0,0	16,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Alto Rio Negro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Lapa	0,5	0,1	0,0	0,0	0,0	1,2	3,5	0,2	0,0	0,4	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	1,3	0,1	0,0	72,1	0,8
Ponta Grossa	2,9	7,0	11,2	0,3	13,0	6,4	3,1	60,3	2,1	0,0	34,3	0,0	0,0	11,1	3,7	0,9	10,5	12,1	0,0	4,3
C. Jaguariaiva	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
São Mateus	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0
Colonial Irati	1,2	0,1	0,9	0,1	0,4	2,6	0,4	0,3	0,2	0,3	1,8	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1	0,2	0,0	0,0	0,5
Alto Ivaí	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Norte Paranaense																				
Venceslau Braz	0,2	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,2	0,0	0,2
Jacarezinho	0,5	0,4	0,6	0,4	1,7	0,2	0,7	0,1	1,7	0,0	2,6	0,0	5,6	0,0	17,3	1,9	6,3	0,6	0,2	1,3
Alg.de Assaí	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	16,0	0,0	1,0	0,7	0,0	0,2
Londrina	3,7	8,9	7,4	9,4	18,6	1,3	8,0	1,5	3,6	7,1	14,6	0,0	4,5	6,7	14,5	39,0	33,1	11,1	0,0	14,8
Maringá	1,5	4,2	1,9	0,0	13,1	0,6	3,2	0,2	4,2	0,5	14,3	6,8	4,3	0,8	5,0	7,7	8,2	2,5	0,0	3,7
Paranavai	0,5	0,4	0,0	0,0	1,3	1,1	1,1	0,0	0,7	1,1	1,4	0,0	0,0	0,0	4,0	0,2	5,1	0,8	0,0	0,5
Apucarana	1,8	0,7	1,7	0,3	2,2	0,7	0,7	0,5	0,0	2,4	0,0	0,0	0,0	0,1	0,8	1,2	7,2	0,1	0,0	1,4
Umuarama	0,5	0,8	0,5	0,2	0,7	2,6	0,5	0,0	0,1	0,5	0,2	3,8	0,0	0,0	9,2	0,7	4,1	2,1	0,0	1,3
Campo Mourão	0,3	0,2	0,2	0,0	1,8	2,7	0,4	0,4	1,8	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	11,7	0,3	2,8	0,3	0,0	0,8
Oeste/Sudoeste Paranaense																				
Pitanga	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,8	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Extremo Oeste	3,2	3,2	3,7	0,4	3,2	0,2	2,0	0,0	2,4	0,1	4,6	0,0	0,0	0,0	0,0	2,4	6,0	1,4	0,6	4,8
Sudoeste	0,8	1,4	2,1	0,0	2,7	6,8	1,4	0,1	1,0	0,0	1,1	1,1	0,1	0,1	0,0	0,9	0,8	0,1	0,0	1,0
C.Guarapuava	0,3	0,8	0,7	0,3	1,3	16,2	0,8	5,5	0,7	1,0	0,0	2,7	0,0	0,0	0,0	0,2	0,8	0,1	0,0	0,5
Médio Iguaçu	0,2	1,7	0,8	0,0	0,4	17,2	4,4	5,7	1,3	0,1	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,2	0,3	0,9	0,5	0,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte dos Dados Brutos: SEFA. Secretaria de Estado da Fazenda

Tabela 3.12 Participação das microrregiões no valor adicionado da indústria paranaense, por principais gêneros, 1985.

1985	Min.N.	Meta-	Mecâ-	Mater.	Mater.		Mobi-			Couros,		Farmac.	Perfum.	Mater.		Vest.	Prod.			Edit.e	
Microrregioes	Metál.	lúrgica	nica	Elétr.	Transp.	Madeira	liário	Papel	Borracha	Peles,...	Química	Veterín.	Sabões,	Plást.	Têxtil	Calç.	Alimen.	Bebidas	Fumo	Gráfica	
Leste Paranaense																					
Curitiba	84,6	61,7	90,8	94,7	92,0	42,8	47,6	17,2	61,8	23,1	65,3	91,5	0,0	83,5	0,0	19,6	12,1	40,2	82,8	63,3	
Litoral Paran.	0,1	1,8	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,6	0,0	0,0	1,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,4	0,0	0,0	0,1	
Alto Ribeira	0,0	10,3	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Alto Rio Negro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	1,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Lapa	0,1	0,6	0,0	0,0	0,0	2,8	7,5	0,1	0,1	0,8	0,1	0,0	0,0	0,2	0,0	0,8	1,3	0,0	16,5	0,4	
Ponta Grossa	1,1	12,5	2,5	0,0	1,5	5,7	2,2	46,1	1,5	0,0	10,7	0,0	0,0	7,6	12,7	0,4	6,8	5,2	0,0	5,1	
C. Jaguariaiva	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	0,0	15,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
São Mateus	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	
Colonial Iralá	1,3	0,1	0,0	0,0	0,0	1,5	0,0	4,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,3	
Alto Ivaí	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Norte Paranaense																					
Venceslau Braz	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,2	
Jacarezinho	0,2	0,2	0,1	0,1	0,0	0,4	3,0	0,0	0,8	0,0	3,1	0,0	14,6	0,0	0,0	0,5	7,6	0,3	0,0	2,1	
Alg. de Assai	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	13,2	0,0	1,1	0,1	0,0	0,0	
Londrina	4,3	4,9	2,7	2,8	2,5	1,6	25,1	1,2	1,5	7,2	8,3	4,7	71,2	6,2	24,3	43,4	24,6	20,0	0,3	8,6	
Maringá	3,0	2,5	1,1	1,9	1,7	2,6	0,0	0,3	25,0	54,9	0,0	1,2	0,0	0,5	12,8	15,9	9,5	2,8	0,0	3,9	
Paranavai	0,3	0,2	0,0	0,0	0,4	0,4	2,3	0,0	0,1	2,0	1,3	0,0	7,7	0,0	0,6	0,8	3,9	0,0	0,0	1,2	
Apucarana	0,8	0,6	0,3	0,1	0,1	0,3	0,8	0,2	0,3	8,8	1,2	0,0	0,0	0,0	8,3	8,0	5,3	2,0	0,0	1,3	
Umuarama	0,7	0,4	0,1	0,0	0,1	0,6	2,5	0,0	1,2	0,6	1,5	1,9	2,0	0,1	11,9	2,8	3,8	0,4	0,0	1,0	
Campo Mourão	0,2	0,2	0,1	0,0	0,4	1,1	0,8	0,2	1,9	0,2	3,1	0,0	0,0	0,0	12,3	4,4	1,3	0,0	0,0	1,1	
Oeste/Sudoeste Paanaense																					
Pitanga	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Extremo Oeste	1,9	2,1	1,4	0,3	0,9	6,4	3,2	0,0	1,7	2,2	2,7	0,0	4,4	0,6	2,8	1,4	9,8	3,9	0,0	7,8	
Sudoeste	0,7	1,1	0,6	0,0	0,3	4,9	1,8	0,0	3,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,1	1,5	5,7	1,0	0,2	2,5	
C.Guarapuava	0,1	0,1	0,1	0,0	0,2	11,3	0,4	11,0	0,3	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,3	24,1	0,0	0,5	
Médio Iguazú	0,1	0,5	0,1	0,0	0,0	15,2	1,4	3,4	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	0,0	0,0	1,9	0,0	0,2	0,4	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fonte dos Dados Brutos: SEFA. Secretaria de Estado da Fazenda

Tabela 3.13 Participação dos Principais Gêneros Industriais no Valor Adicionado das Microregiões do Estado, 1975

Microregiões	Min. N. Metal.	Meta-lógica	Mecânica	Mater. Elétr.	Mater. Transp.	Madeira	Mobil. Iário	Papel	Borracha	Química	Matér. Plást.	Têxtil	Vest., Calc.	Prod. Alimen.	Bebidas	Fumo	Edit. e Gráfica	Outras
Leste Paranaense																		
Curitiba	19,5	4,6	9,5	3,2	1,8	15,7	7,1	4,2	1,3	7,0	3,9	1,3	0,9	9,5	3,7	1,2	2,6	3,1
Litoral Paran.	0,3	1,7	0,7	0,0	0,1	1,3	0,1	1,9	0,0	59,6	0,0	0,0	0,0	33,2	0,4	0,0	0,8	0,0
Alto Ribeira	0,1	97,4	0,0	0,0	0,0	2,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Alto Rio Negro	7,5	0,0	0,0	0,0	1,2	62,7	3,0	0,0	0,0	18,9	0,0	0,0	0,0	6,6	0,0	0,0	0,0	0,0
Lapa	2,5	0,3	0,0	0,0	0,0	14,9	7,4	1,0	0,0	0,2	0,0	0,1	0,6	2,5	0,0	69,8	0,6	0,3
Ponta Grossa	1,6	1,4	3,5	0,0	1,2	6,3	0,7	28,4	0,1	30,1	1,2	1,1	0,0	20,4	1,5	0,0	0,4	0,1
C. Jaguariaíva	1,3	0,1	0,0	0,0	0,0	1,6	0,0	52,3	0,0	0,1	0,0	44,3	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0
São Mateus	1,0	0,1	0,5	0,0	0,1	87,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	11,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Colônia Iralá	9,4	0,4	4,3	0,1	0,6	50,1	1,4	1,9	0,1	23,4	0,2	0,1	0,1	7,1	0,1	0,0	0,6	0,4
Alto Ivaí	1,7	0,4	0,0	0,0	0,0	32,1	0,1	57,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	8,0	0,2	0,0	0,0	0,0
Norte Paranaense																		
Venceslau Braz	14,0	4,0	0,0	0,0	1,1	7,9	1,4	0,0	0,1	0,0	0,0	0,9	0,7	61,3	4,3	0,0	3,0	0,7
Jacarezinho	1,2	0,3	0,8	0,1	0,8	1,3	0,8	0,2	0,3	10,6	0,0	24,3	0,4	57,4	0,4	0,1	0,5	0,5
Alg. de Assai	3,6	0,1	0,0	0,0	0,0	0,3	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0	66,5	0,0	28,1	1,2	0,0	0,2	0,0
Londrina	2,0	1,7	2,3	0,7	1,8	1,7	1,8	0,7	0,1	12,8	0,7	4,4	1,8	64,3	1,4	0,0	1,2	0,7
Maringá	2,2	2,2	1,6	0,0	3,4	2,1	2,0	0,3	0,4	34,3	0,3	4,1	1,0	43,8	0,9	0,0	0,8	0,7
Paranavai	1,7	0,6	0,1	0,0	0,8	10,1	1,7	0,0	0,2	8,3	0,0	8,2	0,1	67,0	0,7	0,0	0,3	0,3
Apucarana	6,0	0,7	2,8	0,1	1,1	4,5	0,8	1,3	0,0	0,0	0,0	7,1	0,3	74,3	0,1	0,0	0,6	0,3
Umarama	1,6	0,9	1,1	0,1	0,4	21,8	0,8	0,0	0,0	1,2	0,0	17,9	0,2	51,4	1,6	0,0	0,7	0,2
Campo Mourão	1,0	0,3	0,3	0,0	1,2	25,6	0,7	1,4	0,4	2,7	0,0	25,5	0,1	36,8	0,2	0,0	0,5	0,1
Oeste/Sudoeste Paranaense																		
Pitanga	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	75,1	0,2	22,2	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	1,7	0,2	0,0	0,0	0,1
Extremo Oeste	3,2	1,0	2,9	0,2	0,9	54,9	1,7	0,0	0,1	9,1	0,0	0,0	0,3	24,5	0,3	0,1	0,9	0,1
Sulzeste	3,1	2,1	4,9	0,0	1,9	65,6	2,3	0,2	0,3	7,4	0,1	0,1	0,3	10,9	0,1	0,0	0,6	0,3
C. Guarapuava	0,7	0,6	0,9	0,1	0,5	80,4	0,7	9,9	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	5,7	0,1	0,0	0,2	0,2
Mélio Iguacú	0,3	1,2	0,9	0,0	0,1	80,9	3,6	9,8	0,2	0,0	0,2	0,0	0,0	1,8	0,4	0,2	0,2	0,2
Total	7,7	2,8	4,5	1,1	1,4	18,8	3,3	8,8	0,5	12,7	1,6	4,4	0,7	28,2	1,8	1,5	1,2	1,2

Fonte dos Dados Brutos: SEFA, Secretaria de Estado da Fazenda, Governo do Paraná.

* Indústrias de couros, peles; perfumaria, sabões e velas; farmacêuticos e veterinários e diversas.

Tabela 3.14 Participação dos Principais Gêneros Industriais no Valor Adicionado das Microrregiões do Estado, 1985

Microrregiões	Min. N. Metál.	Meta- lúrgica	Mecâ- nica	Mater. Elétr.	Mater. Transp.	Madeira	Mobi- liário	Papel	Borracha	Química	Matér. Plást.	Têxtil	Vest., Calç.	Prod. Alimen.	Bebidas	Fumo	Edit. e Gráfica	Outras
Leste Paranaense																		
Curitiba	8,9	2,8	10,1	8,7	7,7	6,4	1,7	2,3	0,4	32,8	2,9	0,0	0,3	6,6	1,8	4,6	0,6	1,7
Litoral Paran.	0,4	2,3	0,1	0,0	0,0	2,0	0,0	2,1	0,0	25,6	0,0	0,0	0,0	67,5	0,0	0,0	0,0	0,0
Alto Ribeira	0,0	98,2	0,0	0,0	0,0	1,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Alto Rio Negro	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	29,6	51,3	0,0	0,0	16,1	0,0	0,0	0,0	1,4	0,0	0,0	0,2	1,2
Lapa	0,6	1,1	0,1	0,0	0,0	16,9	10,9	0,6	0,0	2,3	0,3	0,1	0,5	28,2	0,0	37,4	0,2	0,8
Ponta Grossa	0,6	3,1	1,5	0,0	0,7	4,5	0,4	32,3	0,1	28,8	1,4	5,0	0,0	19,7	1,1	0,0	0,3	0,5
C. Jaguariaíva	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	4,6	0,0	91,8	0,0	0,0	0,0	3,5	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
São Mateus	0,8	0,1	0,1	0,0	0,0	73,6	0,0	0,0	0,0	2,8	0,0	0,0	0,0	22,2	0,0	0,0	0,5	0,1
Colonial Iriti	12,4	0,4	0,0	0,0	0,0	20,4	0,0	51,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	15,5	0,0	0,0	0,3	0,0
Alto Ivaí	12,4	0,4	0,0	0,0	0,0	20,4	0,0	51,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	15,5	0,0	0,0	0,3	0,0
Norte Paranaense																		
Venceslau Braz	4,8	0,7	0,0	0,0	0,0	4,0	0,3	0,0	0,0	78,0	0,0	0,0	0,1	10,2	0,7	0,0	0,5	0,2
Jacarezinho	0,3	0,2	0,2	0,1	0,1	1,1	1,8	0,0	0,1	26,5	0,0	0,0	0,1	70,0	0,2	0,0	0,3	0,1
Alg. de Assaí	0,6	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	61,1	0,0	37,6	0,1	0,0	0,0	0,0
Londrina	1,9	0,9	1,3	1,1	0,9	1,0	3,8	0,6	0,0	17,3	0,9	7,5	2,8	55,7	3,3	0,1	0,3	0,9
Maringá	3,3	1,2	1,3	1,9	1,5	4,1	0,0	0,4	1,7	0,0	0,2	10,0	2,6	54,3	1,2	0,0	0,4	14,5
Paranavaí	1,0	0,3	0,2	0,0	1,0	1,7	2,6	0,0	0,0	20,6	0,0	1,3	0,4	68,5	0,1	0,0	0,4	2,0
Apucarana	1,4	0,6	0,6	0,3	0,2	1,0	0,6	0,6	0,0	12,6	0,0	12,4	2,6	61,1	1,6	0,0	0,3	4,7
Umuarama	1,9	0,4	0,3	0,1	0,2	2,2	2,2	0,0	0,2	18,4	0,1	21,1	1,0	50,1	0,4	0,0	0,2	0,5
Campo Mourão	0,6	0,3	0,3	0,0	0,8	4,6	0,9	0,7	0,4	44,3	0,0	25,8	1,9	20,9	0,0	0,0	0,3	0,2
Oeste/Sudoeste Paranaense																		
Pitanga	0,0	0,4	0,0	0,0	0,2	50,6	0,6	22,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	24,2	0,3	0,0	0,6	0,4
Extremo Oeste	2,3	1,1	1,8	0,3	0,8	10,7	1,3	0,0	0,1	15,3	0,2	2,3	0,2	59,9	1,7	0,0	0,8	0,7
Sudoeste	1,7	1,2	1,5	0,1	0,6	17,1	1,5	0,1	0,5	0,6	0,4	0,2	0,5	72,4	0,9	0,3	0,6	0,2
C. Guarapuava	0,2	0,1	0,2	0,0	0,4	38,9	0,3	33,4	0,1	0,8	0,0	0,0	0,2	3,3	21,9	0,0	0,1	0,1
Médio Iguaçu	0,2	0,5	0,3	0,0	0,0	57,9	1,3	11,5	0,1	0,0	0,6	0,0	0,0	27,0	0,0	0,3	0,1	0,2
Total	5,0	2,2	5,4	4,4	4,0	7,2	1,7	6,3	0,3	24,2	1,7	3,5	0,7	26,1	1,9	2,7	0,5	1,8

Fonte dos Dados Brutos: SEFA, Secretaria de Estado da Fazenda, Governo do Paraná.

* Indústrias de couros, peles; perfumaria, sabões e velas; farmacêuticos e veterinários e diversas.

Essa configuração espacial da indústria paranaense fez que ela fosse interpretada como uma economia que apresenta duas dinâmicas distintas, uma determinada pelo comportamento dos complexos agroindustriais, que dependem fortemente do mercado internacional, uma vez que são predominantemente produtores de commodities, óleo de soja em bruto, farelo de soja e ração concentrada, e outra que está atrelada aos centros urbanos do país, uma vez que nesta, entenda-se região metropolitana de Curitiba, se desenvolvem as indústrias mais modernas e mais dependentes do mercado interno brasileiro. Portanto, configuram-se um Paraná do agrobusiness e um Paraná urbano.¹⁵⁴ Ou, em outros termos, um Paraná periférico e um Paraná central, uma vez que a região metropolitana de Curitiba passou a ser uma extensão de São Paulo.

Em outros termos, isso significa dizer que novamente volta-se à tona as análises centro periferia para interpretar o desenvolvimento da economia paranaense e não se reconhece que a expansão capitalista no campo promoveu o desenvolvimento dessas áreas, transformando-as em uma das mais modernas agriculturas do país, com produtividades elevadas e uma das maiores produtoras de grãos, cana-de-açúcar, além de contar com modernas agroindústrias ligadas aos complexos grãos/carnes.

3.2.2. A Indústria do Paraná e seus mercados

O crescimento e a diversificação da indústria do Paraná foram acompanhados por importantes mudanças nos vínculos da indústria com os mercados estadual, nacional e internacional. As fortes modificações no destino das vendas da indústria e na origem de suas compras mostram como se alteraram, no período, o padrão de integração local da indústria paranaense e as fontes de seu dinamismo.

¹⁵⁴ Rolim, Cássio F. C. *O Paraná urbano e o ...* IPARDES. Curitiba, n. 86, set./dez., 1995, p. 55.

3.2.2.1 A Inserção no mercado nacional

Analisando as vendas industriais do estado por mercado de destino, apresentadas na tabela 3.15, constatamos que a partir da década de 70 houve um aumento do grau de inserção da indústria paranaense na economia nacional, evidenciado pela elevação das vendas industriais do estado para esse mercado. No período, o mercado estadual perdeu importância relativa frente aos demais mercados, porém continuou como o mais importante para o escoamento da produção, uma vez que respondeu com 52,15% do total das vendas do setor industrial paranaense em 1985. Por outro lado, esses dados evidenciam a grande importância do mercado interno brasileiro para o escoamento da produção industrial paranaense, muito embora se note o crescimento da importância do mercado externo nesse processo.

Tabela 3.15 Distribuição das vendas industriais do Paraná, por mercado de destino, no período de 1975-1985

Destino	1975	1985
Para o estado	59,27	52,15
Para outros estados	33,91	37,12
Para o exterior	6,82	10,72

Fonte dos dados brutos: SEFA. Secretaria de Estado da Fazenda

* Médias trienais dos anos 1974-76 e 1983-85

O crescimento da importância do mercado nacional atingiu quase todos os gêneros da indústria, conforme tabela 3.16. A força da tendência de a indústria escoar sua produção fora do estado é bem revelada quando se considera que em 1975 apenas 8 gêneros destinavam acima de 50% de suas vendas para esse mercado. Em 1985, esse número eleva-se para 14 gêneros, dentre os quais se destacam mecânica, material elétrico, material de transporte, papel e papelão, fumo, matérias plásticas, couros e peles e borracha.

Dentre aqueles que apresentavam maior importância em termos de participação no valor agregado da indústria, observa-se que os dois mais tradicionais (alimentos e madeira) pouco

mudaram seu grau de inserção no mercado nacional. O mesmo ocorre com a indústria química, cujas vendas permanecem, no período, bastante dependentes do mercado estadual. Entretanto, os dois gêneros que, no período, ampliaram sua participação no valor agregado da indústria (material elétrico e de comunicações e material de transporte) foram justamente aqueles nos quais se observa forte crescimento da participação das vendas para o mercado nacional. Isso indica que sua expansão no estado foi realizada visando ao mercado nacional (ou internacional). A indústria de papel e papelão, que tem sua produção fortemente voltada para o mercado nacional, foi beneficiada pelos incentivos federais, ainda no princípio da década de 70, com a orientação de atender ao mercado brasileiro.

Tabela 3.16 Distribuição das vendas dos gêneros da indústria do Paraná por mercado de destino, no período de 1975-1985

(Em %)

Gêneros	1975			1985		
	Paraná	Brasil	Exterior	Paraná	Brasil	Exterior
Minerais não-metálicos	63,89	34,96	1,15	45,56	51,10	3,34
Metalúrgica	66,63	33,15	0,22	46,44	52,34	1,22
Mecânica	46,60	51,11	2,30	31,58	64,01	4,41
Material elétrico e com.	55,15	44,15	0,70	19,07	78,52	2,41
Material de transporte	69,80	29,79	0,41	24,08	61,56	14,36
Madeira	38,25	57,06	4,69	32,21	55,87	11,92
Mobiliário	49,45	48,51	2,04	38,83	59,93	1,24
Papel e papelão	21,17	78,52	0,30	18,11	76,30	5,58
Borracha	42,87	57,12	0,01	34,97	65,03	0,00
Couros, peles,...	17,49	74,44	8,06	15,14	68,67	16,19
Química	50,41	31,93	17,66	53,01	31,83	15,16
Farmacêutica	67,16	32,79	0,05	43,65	55,87	0,48
Perfumaria, sabões ...	65,26	34,73	0,01	53,05	45,37	1,58
Materiais plásticos	35,37	64,34	0,29	33,72	65,06	1,22
Têxtil	35,10	59,15	5,75	46,38	46,03	7,59
Vestuário e calçados	61,49	36,74	1,77	47,25	51,21	1,54
Produtos alimentares	67,93	23,32	8,75	58,79	26,65	14,57
Bebidas	83,34	16,61	0,06	67,05	32,78	0,17
Fumo	36,98	62,58	0,44	22,20	76,31	1,50
Editorial e gráfica	76,70	23,29	0,01	66,64	32,78	0,57

Fonte dos dados brutos: SEFA. Secretaria de Estado da Fazenda

* Média entre os anos 1974-76 e 1984-86

É interessante destacar que as mudanças no destino das vendas de um gênero podem estar relacionadas com a elevação do grau de processamento dos produtos de outro gênero. Assim, o

aumento das vendas da indústria química para o mercado paranaense pode se explicar, pelo menos parcialmente, pelo aumento das vendas de óleos vegetais em bruto para refinarias estaduais (enquadradas no gênero produtos alimentares) que vendem óleo refinado para outros estados (ou para o exterior). Relações desse tipo podem estar ocorrendo entre a indústria de madeira e a de mobiliário, entre a de couros e peles e a de calçados e entre a têxtil e a de vestuário.

A outra face da inserção da indústria do Paraná no mercado nacional é revelada pela análise do comportamento da origem das compras industriais realizadas pela indústria, procurando mostrar em que medida o abastecimento de matérias-primas, peças, partes e componentes é realizada no estado ou se, em razão das transformações da estrutura industrial ocorridas no período, a indústria estadual tornou-se mais dependente das aquisições junto a outros mercados.¹⁵⁵

A análise das compras realizadas pela indústria do Paraná, tabela 3.17, mostra que, tal como no caso das vendas,¹⁵⁶ o mercado estadual perdeu importância como supridor da indústria, que passou a abastecer-se mais fortemente no mercado nacional.

Tabela 3.17 Distribuição das compras da indústria do Paraná, por mercado de origem, no período de 1975-1985

Origem	1975	1985
Do estado	77,04	60,81
De outros estados	20,30	34,65
Do exterior	2,66	4,54

Fonte dos dados brutos: SEFA. Secretaria de Estado da Fazenda

* Média entre os anos de 1974-76 e 1984-86

¹⁵⁵ Ressalte-se que essas compras do setor industrial são predominantemente bens que entram no processo produtivo para serem transformados. Entretanto, em face da generalização das informações quando do preenchimento das "Gias", muitas vezes ocorre que informantes cadastrados como ramo industrial acabam por comprar e revender alguns produtos, portanto provocando certo viés nos dados, muito embora preponderantemente sejam informações que se referem à compra de insumos industriais.

¹⁵⁶ Comparando a queda da importância do mercado estadual nas vendas e nas compras da indústria, verifica-se que a intensidade da queda é semelhante. Entretanto, o mercado estadual em 1985 é mais relevante como supridor da indústria que como escoadouro.

É interessante observar que, já em 1975, 5 gêneros buscavam mais de 50% de seus suprimentos no mercado paranaense e 13 buscavam mais de 50% de seus suprimentos no mercado nacional. Em 1985, essa situação pouco mudou. Chama a atenção, entretanto, que os gêneros mais tradicionais da indústria foram justamente aqueles que mais aumentaram suas compras fora do estado. Efetivamente, a indústria de produtos alimentares aumenta em quase 80% suas compras fora do estado e as indústrias química e madeira quase dobram entre 1975 e 1985, conforme tabela 3.18.

Tabela 3.18 Distribuição das compras dos gêneros da indústria do Paraná por mercado de origem, no período de 1975-1985

Gêneros	(Em %)					
	1975			1985		
	Paraná	Brasil	Exterior	Paraná	Brasil	Exterior
Minerais n. metálicos	53,99	42,22	3,79	50,08	49,66	0,26
Metalúrgica	39,94	54,90	5,16	43,91	53,52	2,57
Mecânica	32,75	56,95	10,29	29,53	66,78	3,69
Material elétrico e com.	33,77	62,04	4,19	17,56	66,94	15,50
Material de transporte	39,66	57,80	2,54	21,33	63,88	14,79
Madeira	78,89	19,48	1,62	59,59	38,00	2,41
Mobiliário	47,19	52,34	0,47	41,15	58,83	0,02
Papel e papelão	43,51	46,31	10,17	40,55	56,47	2,98
Borracha	27,31	70,53	2,16	22,92	69,83	7,26
Couros, peles,...	32,58	65,57	1,86	45,84	52,81	1,35
Química	70,75	21,56	7,69	36,97	52,29	10,75
Farmacêutica	13,52	86,48	0,00	15,53	83,34	1,13
Perfumaria, sabões,...	47,39	50,93	1,68	52,17	46,97	0,86
Matérias plásticas	20,49	61,55	17,96	29,82	69,46	0,72
Têxtil	80,04	19,12	0,84	84,63	14,91	0,46
Vestuário, calçados,...	23,12	76,32	0,56	20,95	78,96	0,09
Produtos alimentares	89,24	10,44	0,32	80,48	18,37	1,14
Bebidas	46,70	47,54	5,76	36,96	47,24	15,81
Fumo	46,39	51,60	2,01	49,10	45,65	5,25
Editorial e gráfica	48,22	50,44	1,34	48,94	50,44	0,62

Fonte dos dados brutos: SEFA. Secretaria de Estado da Fazenda

*Média entre os anos de 1974-76 e 1984-86

Os gêneros mais novos, que se implantaram no estado durante esse período, como material de transporte, material elétrico e de comunicação e mecânica, tinham, desde o princípio da década de 70, uma relação mais estreita com o mercado nacional, haja vista que esse mercado era o principal fornecedor destes segmentos industriais. Em 1985, suas compras no estado caem

mais em razão do aumento das compras realizadas no exterior que de seu aumento no mercado nacional.

Em termos gerais, os dados apontam para três movimentos da economia paranaense ao longo desse período. O primeiro, evidenciado pelas transformações da década de 70, quando o mercado nacional ganhou importância tanto para o escoamento da produção industrial do estado quanto para o fornecimento de sua indústria.¹⁵⁷ O segundo, a pouca importância do mercado externo no fornecimento da indústria. O terceiro, a forte tendência de mudanças na estrutura das vendas industriais do Paraná, modificando em grande medida o padrão de inserção da economia estadual no mercado nacional, que deixou de estar fortemente dependente de sua indústria de alimentos e da química, muito embora estas continuassem as mais relevantes, passando a contar com os segmentos novos de sua indústria, o que as diferenciou significativamente daquelas indústrias existentes no início da década de 70

3.2.2.2 A Indústria paranaense e o mercado externo

Entre os anos de 1975 e 1985, a indústria paranaense aumentou suas vendas para o mercado internacional, quando este elevou sua participação de 6,82% (ver tabela 3.14) para 10,72% do total das vendas industriais do Paraná, em 1985. Esse crescimento das vendas externas é explicado pelo significativo aumento das vendas do complexo agroindustrial, notadamente dos segmentos de farelo de soja e óleo vegetal em bruto, em consequência da modernização da agricultura paranaense e do crescimento da demanda internacional do complexo soja no período. Tanto é verdade que, através dos dados da tabela 3.19, observamos que os gêneros produtos alimentares e química eram os mais representativos no conjunto das vendas do estado em 1975, somando 83,49%. Embora produtos alimentares e química continuassem como os mais representativos em 1985, já se fazia notar alguma diversificação das exportações com

¹⁵⁷ Isto não significa que não tenha desenvolvido no Paraná um parque de fornecedores o que ocorre é que a indústria se abastecia mais em outros estados que no Paraná. Este é um caso típico da indústria mecânica que passou a desenvolver no Paraná um parque de fornecedores. Ver o trabalho do IPARDES. "Diagnóstico da base ...", 1991, Op. Cit., p. 63.

crescimento das vendas externas do segmento de material de transporte, uma vez que passou a participar com 3,42%.

Tabela 3.19 Participação dos gêneros nas vendas externas da indústria do Paraná, no período de 1975-1985

Gêneros	1975	1985
Minerais não-metálicos	0,51	0,76
Metalúrgica	0,09	0,22
Mecânica	0,93	1,33
Material elétrico e com.	0,08	0,61
Material de transporte	0,05	3,42
Madeira	9,20	4,46
Mobiliário	0,72	0,17
Papel e papelão	0,18	1,70
Borracha	0,00	0,00
Couros, peles,...	0,39	1,06
Química	36,13	35,26
Farmacêutica	0,00	0,00
Perfumaria, sabões ...	0,00	0,02
Materiais plásticos	0,04	0,16
Têxtil	4,05	3,12
Vestuário e calçados	0,14	0,07
Produtos alimentares	47,36	47,30
Bebidas	0,01	0,02
Fumo	0,10	0,31
Editorial e gráfica	0,00	0,02
Total	100,00	100,00

Fonte dos dados brutos: SEFA. Secretaria de Estado da Fazenda

* Média entre os anos 1974-76 e 1984-86

A percepção dessas mudanças no perfil das vendas externas da indústria estadual é reforçada quando se considera a distribuição das vendas dos gêneros por mercado de destino. O que se observa é que, entre 1975 e 1985, além de produtos alimentares e química, outros gêneros passaram a destinar ao mercado externo proporções não desprezíveis de suas vendas. Vale destacar que essa evolução foi marcante no gênero material de transporte.

Essas mudanças ajudaram a alimentar outra tendência: as exportações paranaenses, que, de fortemente dominadas por produtos básicos e semi-elaborados, passaram a ceder lugar para produtos manufaturados. A participação destes últimos elevou-se para 38,26% do total das exportações em 1985. As modificações no perfil dos principais segmentos da indústria tornaram-

nos qualitativamente melhores, uma vez que passaram a ganhar importância segmentos que exigem maior elaboração industrial.¹⁵⁸

O aumento da participação de produtos manufaturados na pauta de exportações tem a ver com a presença de segmentos industriais inexistentes e/ou inexpressivos em décadas passadas, tais como mecânica, material de transporte, fumo, papel e papelão. E também com as transformações que ocorreram nos tradicionais gêneros da indústria paranaense, notadamente madeira e produtos alimentares, que sofreram significativas alterações na composição de sua produção, quando passaram a ganhar importância segmentos que exigem maior elaboração industrial. Entretanto, não se pode deixar de mencionar que a incorporação desses segmentos industriais na pauta exportadora paranaense tem a ver com as seguintes principais causas, conforme IPARDES (1991):

- a) *política econômica federal específica ao comércio exterior;*
- b) *investimentos federais (década de setenta) e estaduais (década de oitenta) para a montagem de infra-estrutura de apoio à exportação;*
- c) *estratégia do governo federal no sentido de profunda mudança qualitativa na estrutura industrial, através do II Plano Nacional de Desenvolvimento (meados da década de setenta), que se reflete no Paraná, principalmente através dos segmentos químico, papel, metal-mecânica e cimento;*
- d) *política estadual de atração de empresas (meados até o final da década de setenta) que tiveram seus investimentos maturados nos anos 80, sendo que muitas delas passam a escoar parte de sua produção no mercado internacional;*
- e) *consolidação das cooperativas como blocos de capital em condições de avançar nas etapas industriais de elaboração dos produtos agrícolas.*¹⁵⁹

¹⁵⁸ O total das exportações do Paraná em 1980 foi de US\$1.9994.849, declinando para US\$ 1.825.464 em 1985 (em US\$ mil FOB). No entanto, as exportações de manufaturados aumentou de US\$ 235.955 em 1980, para US\$ 698.346 em 1985. Enquanto os semimanufaturados decresceram de US\$ 204.013 para US\$ 175.665 no período. Portanto, evidenciando uma mudança qualitativa na pauta exportadora, principalmente em razão da entrada dos produtos mais elaborados, que passaram de uma participação de 11,83%, em 1980, para 38,26% em 1985. Por sua vez, os produtos básicos que participavam com 76,47% em 1980, declinaram para 50,89% em 1985. Dados publicados pelo IPARDES. Análise Conjuntural, v. 21, n. 5-6, p 29, maio/jun, 1999.

¹⁵⁹ IPARDES. "Diagnóstico, 1991, op. cit., p. 67.

No período, ocorreram também importantes transformações nas compras externas realizadas pela indústria do Paraná. Como mostra a tabela 3.20, entre 1975 e 1985 a indústria química permanece como o gênero mais importante nas importações industriais do estado, mas já se observa o crescimento da importância da metal-mecânica, cujo peso nas importações totais passa de pouco mais de 13% em 1975 para mais de 16% em 1985.

Tabela 3.20 Participação dos gêneros nas compras externas da indústria do Paraná no período 1975-1985

Gêneros	1975	1985
Minerais não metálicos	2,08	0,08
Metalúrgica	4,77	1,46
Mecânica	11,22	2,19
Mat. elétrico e com.	1,11	6,94
Material transporte	0,95	7,11
Madeira	5,77	1,71
Mobiliário	0,39	0,01
Papel papelão	10,36	1,86
Borracha	0,26	0,41
Couros e peles	0,23	0,33
Química	45,16	57,70
Prod. farmac. Veterin.	0,00	0,01
Perfum., sabões e velas	0,18	0,04
Prod. Mat. plásticas	5,69	0,25
Têxtil	1,54	0,59
Vest., calç., art. Tec.	0,11	0,01
Produtos alimentares	5,08	12,76
Bebidas	3,06	4,73
Fumo	1,77	1,76
Editorial e gráfica	0,28	0,05
Total	100,00	100,00

Fonte dos dados brutos: SEFA. Secretaria de Estado da Fazenda

* Média entre os anos de 1974-1976 e 1984-1986

Por outro lado, quando se analisa a distribuição das compras dos gêneros por origem (tabela 3.18), verifica-se que, embora a indústria química tenha aumentado sua dependência com relação às compras junto ao mercado brasileiro, foram os gêneros componentes da metal-mecânica que viram aumentar a participação das compras externas em suas compras totais (as importações do conjunto das indústrias mecânica, material elétrico, material de transporte, passaram de pouco mais de 17% de suas compras totais em 1975 para mais de 33% em 1985).

Isso significa que, à medida que a indústria do Paraná crescia, se diversificava e se modernizava, aumentava a importância, para vários de seus gêneros, do suprimento originado no mercado externo.

Enfim, o processo de desconcentração econômica em âmbito nacional legou uma configuração econômica à economia paranaense muito distinta da que possuía antes da década de 70, não só promovendo uma diferenciação da estrutura produtiva de sua economia, mas modificando em grande medida os fluxos comerciais entre o estado e as demais unidades da federação. Em 1985, a indústria paranaense é mais complexa, espacialmente mais concentrada, menos dependente de seu mercado doméstico para escoar sua produção e mais vinculada aos mercados nacional e internacional para o suprimento de matérias-primas, partes e componentes.

Junto destas mudanças toma importância as transformações na agricultura paranaense que se diversificou e se modernizou, passando a incorporar na sua produção uma nova técnica nos trabalhos agrícolas. Assim, as técnicas rudimentares como a utilização da força animal, os trabalhos manuais, entre outros, passaram a dar lugar a máquinas e equipamentos mecânicos incorporando, portanto, um novo padrão tecnológico na sua produção.

Toma relevância o fato de que a modernização da agricultura local passou, também, a influenciar nas relações de trabalho. Assim, as formas mais atrasadas de relação de trabalho, predominantes na fase da economia cafeeira, como o sistema de colonato, o regime de parceira, cederam lugar a relações mais modernas, tipicamente capitalistas como é o assalariamento puro e simples da força de trabalho, forma esta que tornou-se predominante no Estado.

As mudanças na estrutura produtiva da economia paranaense fizeram com que sua economia se vinculasse cada vez mais ao mercado nacional, tanto para o escoamento de sua produção quanto para o suprimento de sua indústria. Portanto, em conformidade com as mudanças que se processavam na economia brasileira nesse período, o que levou Guimarães Neto (1995) a afirmar que essas transformações possibilitaram a “constituição de um sistema produtivo único e integrado, deixando para trás um sistema formado por espaços regionais diferenciados e apenas articulados comercialmente”. Isso se aplica com perfeição à indústria do Paraná em 1985.

CAPÍTULO 4. TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA PRODUTIVA DA ECONOMIA PARANAENSE NO CONTEXTO DA DESACELERAÇÃO DO PROCESSO DE DESCONCENTRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL

A economia paranaense, dos anos 70 a meados dos anos 80, foi marcada por uma significativa mudança na sua estrutura produtiva, caracterizada por forte dinamismo e crescente diversificação. O setor industrial, que se mostrava incipiente, montado sobre uma base bastante restrita, com pouco desenvolvimento tecnológico e voltado ao mercado regional, passou no decorrer de apenas uma década por um crescente processo de modernização e diferenciação do aparelho produtivo. Foram deixadas para trás as indústrias rudimentares e ganharam importância as grandes corporações, com escala de produção para atender o mercado nacional. Esse fato é evidenciado, notadamente pelos fortes complexos agroindustriais que se instalaram na economia estadual durante o período anterior, em razão de sua moderna agricultura e, em menor proporção, da expansão dos segmentos da metal-mecânica.

Esse dinamismo do setor secundário também é notado quando se analisa a sua participação na geração da renda estadual, uma vez que passou a responder por grande parte da renda gerada no estado. Em 1985, a indústria passou a responder por 35,5% da renda, enquanto a agricultura contribuiu com 23,9%. Esses dados são representativos porque o setor agrícola, no mesmo período, passou por um vertiginoso processo de modernização e se transformou em uma das áreas agrícolas mais importantes do país. Portanto, evidenciando que o avanço da indústria ocorreu sobre uma estrutura altamente dinâmica e moderna, que é a agricultura paranaense.¹⁶⁰ A indústria paranaense não só se diversificou, com o aumento da participação dos gêneros “novos”, mas também passou por importantes mudanças no interior dos gêneros tradicionais de sua indústria, com o aumento da produção nos segmentos mais sofisticados e de maior geração de valor adicionado.

O crescimento e a diversificação da indústria deram-se com mais força na região de Curitiba, que passou a produzir enorme fatia do valor agregado do estado. A indústria do interior

¹⁶⁰ Dados publicados pelo IPARDES. “ PIB 1985-1997: desempenho dos estados”. Curitiba, 2000.

perdeu participação relativa: ficou marcada pela presença dos gêneros que historicamente marcaram a fase anterior de industrialização do estado, ainda que em algumas microrregiões tenha havido ligeiro movimento de diversificação.

No período, mudou a inserção da indústria na economia nacional. As vendas industriais passaram a depender mais fortemente do mercado nacional. Em outros termos, o mercado doméstico perdeu importância no escoamento da produção estadual e, portanto, na determinação da dinâmica da indústria. As compras da indústria também se deslocaram do mercado paranaense para o mercado nacional e, embora com menos intensidade, para o mercado internacional. Com isso, a indústria constituiu vínculos mais fortes e qualitativamente diferentes com os mercados nacional e internacional.

Vale insistir que esse processo foi fortemente marcado pela presença de novos segmentos industriais na economia, muito embora as indústrias de produtos alimentares e química continuassem predominantes na estrutura industrial do estado e também passassem por substanciais modificações na sua estrutura interna de produção. Isso quer dizer que a economia paranaense em 1985 não tinha propriamente a configuração de uma economia especializada, uma vez que também se desenvolveram no estado outros segmentos industriais, diferenciando-a do comportamento verificado por outras regiões e estados no processo de integração produtiva do mercado nacional. Como afirma Pacheco (1998):

Esta crescente “especialização” das economias regionais foi a contraface do processo de integração comandado a partir de São Paulo, uma vez que estavam bloqueadas as possibilidades de industrializações autônomas, capazes de configurar estruturas produtivas à imagem e semelhança da indústria paulista. Assim a contrapartida da integração se fazia presente pela maior complementaridade inter-regional. Se o crescimento “periférico” tinha a possibilidade de estar ancorado na produção de serviços voltados para a própria região, concorrendo neste espaço com a produção nacional, tinha também a alternativa de especializar-se na produção de manufaturas ou produtos agrícolas voltados igualmente ao mercado nacional.¹⁶¹

¹⁶¹ Cf. Pacheco, Carlos Américo, 1998, op. cit., p. 230.

É importante destacar que a década de 90 é marcada por nova dinâmica da economia nacional, principalmente a partir da implantação do Plano Real, quando passou a ingressar no país um volume considerável de capitais externos, tanto de capitais de curto prazo como de investimentos diretos. Esses capitais se direcionaram para o país pela conjugação de vários fatores, seja em razão dos estímulos criados pela privatização das empresas estatais, seja tendo em vista a manutenção de posições nos mercados nacional e latino americano em face dos acordos de comércio no âmbito do Mercosul (Mercado Comum do Sul), seja mesmo em razão da maior abertura e estabilidade da economia nacional.

O importante a ser retido é que a vinda desses capitais para o país criou fortes estímulos para a retomada dos investimentos em setores estratégicos para o crescimento da indústria nacional e o Paraná novamente se aproveita das oportunidades abertas pelo novo ciclo expansivo de investimentos e se engancha diferentemente na dinâmica de acumulação de capital no país atraindo novos investimentos, criando, com isso, novas perspectivas de desenvolvimento industrial.

É nesse contexto de significativas mudanças para a economia brasileira, que se inicia no Paraná novos esforços no sentido de promover sua industrialização. A justificativa para esse empreendimento novamente fundamentou-se no fato de que as transformações econômicas observadas na economia paranaense durante o ciclo expansivo dos anos 70, não lhe configuraram uma estrutura produtiva diferenciada, visto que sua indústria no início dos anos 90 ainda era fortemente atrelada ao setor primário da economia e, portanto, sujeita as vicissitudes desse setor.¹⁶² Em outros termos, as mudanças verificadas na indústria paranaense, longe de a transformarem em uma economia com um significativo desenvolvimento industrial, legaram-lhe um papel muito específico na divisão do trabalho no espaço nacional, qual seja o de ser simples fornecedora de alimentos, quer sejam oriundos de sua moderna agricultura, quer provenham de seu setor industrial. Portanto, não modificando substancialmente sua condição originária. Em conseqüência, volta à tona a tese de que, para se desenvolver é necessário se industrializar e para tanto necessita atrair investimentos em setores estratégicos. Nesse contexto, coube ao estado envidar esforços no sentido de atrair novos investimentos, principalmente através da concessão

¹⁶² Conforme artigo publicado na revista Gazeta Mercantil, n. 4, agosto, 1997, p. 6-12.

de vários incentivos fiscais e financeiros, com vistas a tornar o Paraná um dos estados mais importantes da Federação e transformá-lo, de fato, em um estado industrializado e, em assim sendo, desenvolvido.

Novamente a industrialização, a partir da implantação de um pólo automobilístico, passa a ser vista como o veículo capaz de alavancar o desenvolvimento econômico, à semelhança do que foi realizado na década de 60, quando se procurou atrair capitais para o Paraná. Porém não mais atraindo pequenas e médias empresas, capazes de promover a concorrência e estimular os ganhos de produtividade, como se fez e se pensava no passado, mas visando à atração de grandes conglomerados, com capacidade tecnológica, de financiamento e gerenciamento, para fazer frente a uma concorrência que se fortalece no plano nacional e internacional.¹⁶³

Esse processo de diversificação, modernização, concentração espacial e estabelecimento de vínculos quantitativa e qualitativamente diferentes com os mercados nacional e internacional, vai se aprofundar no período de arrefecimento da desconcentração econômica do país e do abandono das políticas públicas de desenvolvimento regional.

4.1 A Estrutura produtiva da agricultura

O crescimento da produção agrícola no Paraná durante a década de 70 deu-se fundamentalmente através da combinação de dois fatores importantes para o desenvolvimento do setor: a incorporação de novas áreas, inclusive avançando sobre áreas destinadas às culturas típicas de mercado interno, e a introdução e difusão de novas tecnologias. Entretanto, em face do esgotamento da fronteira agrícola estadual, evidenciado em finais década de 70, a partir dos anos 80 a agricultura, para expandir-se, deveria contar com investimentos que possibilitassem, entre outros resultados, a recuperação do solo, a adoção de novas máquinas e equipamentos, a

¹⁶³ Segundo informações de setores do governo estadual a vinda da Renault também se deve em função deste grupo não possuir no mercado interno uma rede de empresas fornecedoras e, portanto, com sua entrada no mercado nacional esta passaria a atrair outras empresas para suprir suas necessidades como, por exemplo, a instalação da Bertrand Faure, que fabrica estruturas metálicas de assentos para veículos.

introdução e/ou maior difusão de tecnologias mais produtivas. Acrescente-se: isso em tempo de escassez de recursos, se comparado ao observado na década anterior.¹⁶⁴

Diante desse quadro, as perspectivas para a agricultura estadual não eram muito favoráveis, e muitos dos prognósticos que se faziam na época eram a de que se desencadearia um processo de estagnação da agricultura, principalmente porque o país atravessava um período de desaceleração do crescimento, e mais, com políticas macroeconômicas que estreitavam ainda mais o restrito mercado interno para esses produtos. Além disso, havia prognósticos no sentido de que a produção de soja sofreria graves conseqüências em razão da expansão dessa atividade para áreas planas e de alta produtividade, como Mato Grosso, Tocantins, Pará, Goiás, Minas Gerais e Bahia. Contribuía também nesse sentido a gradativa substituição do óleo de soja para consumo humano por outros com menor nível de gorduras saturadas, especialmente nos países desenvolvidos, o que levava, de certo modo, à redução da demanda e, conseqüentemente, dos preços do produto no mercado internacional.

Como era de se esperar, o crescimento da produção não poderia ser da ordem do acontecido na década anterior, principalmente porque havia se esgotado a fronteira agrícola estadual e os recursos creditícios reduziram-se drasticamente. No entanto, nota-se, através da tabela 4.1, aumento considerável da produção agrícola estadual ao longo desse período. Ao considerarmos apenas a produção de grãos, esta passou de 12.813.900 toneladas, em 1985, para 17.728.957 toneladas em 1998, o que representou um crescimento de 38%. Esse incremento foi impulsionado fortemente pelas culturas da soja e do milho. Outro aspecto é que as maiores taxas de crescimento ocorreram a partir da década de 90, quando a soja apresentou uma taxa de 54,0% e o milho de 54,4%. Se esses dados evidenciam o grande crescimento dessas culturas na década de 90, de outro lado evidenciam que a década de 80 foi extremamente difícil para o setor agrícola estadual.

Com isso, a soja e o trigo que foram as vedetes das transformações agrícolas do Paraná nos anos 70, cederam lugar em importância para a cultura do milho, que passou a ser a vedete das mudanças na agricultura estadual a partir de meados dos anos 80. A retração na produção do

¹⁶⁴ Para uma análise da redução de recursos ao setor agrícola paranaense ver, entre outro, Trintin, J.G. *Uma Análise*

trigo ocorrem, entre outros aspectos, fundamentalmente em razão da mudança na orientação da política de estímulo à produção em âmbito nacional, que a partir de 1986 alterou as bases da garantia de preço ao produtor. Esse preço, que até esse ano sempre fora superior a US\$ 200,00/t, caiu para US\$ 184,00/t em 1987 e para US\$ 181,00/t em 1988, atingindo em 1991 tão-somente US\$ 107,90/t, o menor até então praticado até essa data. A partir de 1989, os valores se aproximaram do preço médio/FOB do mercado internacional, que foi de US\$ 101,80/t em 1991. Outra mudança é que a partir de 1991 a safra não foi mais comercializada pelo CTRIN, passando a estar sob a orientação de agentes privados, com cotações que dependiam das oscilações do mercado internacional, fortemente influenciado pelos estoques mundiais e pelo nível de subsídios das políticas agrícolas dos principais países produtores, notadamente da CEE e EUA.¹⁶⁵ Portanto, tudo indica que essas mudanças refletiram-se de modo considerável nesse segmento, haja vista a continuada tendência de redução da produção no estado a partir de meados da década de 80, com aceleração do processo no transcorrer da década de 90.

Tabela 4.1 Produção das principais culturas temporárias e permanentes do Paraná
(Médias trienais – 1985-1997) (toneladas)

Culturas	Total			Variação 1985/90		Variação 1990/97	
	1985*	1990*	1997*	Abs.	%	Abs.	%
Algodão	805.320	893.996	189.139	88.676	11,0	-704.857	-78,8
Arroz	248.190	237.418	183.712	-10.772	-4,3	-53.706	-22,6
Feijão	398.142	283.463	486.956	-114.679	-28,8	203.493	71,8
Milho	5.167.904	5.094.671	7.866.197	-73.233	-1,4	2.771.526	54,4
Soja	3.711.333	4.404.088	6.781.511	692.755	18,7	2.377.423	54,0
Trigo	2.253.011	2.142.337	1.705.225	-110.674	-4,9	-437.112	-20,4
Café	230.000	208.554	104.112	-21.446	-9,3	-104.442	-50,1
Cana-de-açúcar	10.151.279	11.879.421	24.713.589	1.728.142	17,0	12.834.168	108,0
Mandioca	1.623.040	2.023.077	2.780.600	400.037	24,6	757.523	37,4
Batata-inglesa	473.344	590.826	651.231	117.482	24,8	60.405	10,2
Cevada	47.970	61.415	91.943	13.445	28,0	30.528	49,7

Fonte dos dados brutos: SEAB/DERAL.

* Médias trienais: 1984-85-86/ 1989-90-91/ 1996-97-98

Apesar de essas mudanças serem menos intensas do que as observadas no período anterior, como se pode observar, aconteceram importantes modificações na pauta de produção da

agricultura paranaense, principalmente porque ocorreram, em grande parte, incorporando novas tecnologias, de modo a compensar as restrições impostas ao setor, notadamente em termos de expansão de área.

Em termos gerais, as principais culturas (milho, soja, trigo, cana-de-açúcar, café, feijão) apresentaram elevação na produtividade ao longo do período analisado, com destaque para as culturas do milho e da soja, conforme tabela 4.2. Isso significa que, apesar desse período de mudanças, houve um esforço muito grande com vistas a incorporar novas tecnologias nessas culturas.¹⁶⁶

O trigo, embora sua produção tenha se reduzido durante os anos noventa, não apresentou grandes modificações em termos de produtividade, haja vista que praticamente se manteve estável no período analisado e só se recuperou no final da década de 90.

O arroz que foi uma das que mais sofreu os impactos da modernização agrícola nos anos 70 e continuou sentindo os efeitos desse processo no anos noventa, apresentou uma elevação considerável de sua produtividade nesses anos considerados. Isso significa que mesmo perdendo importância na produção agrícola estadual, os agricultores remanescentes cada vez mais buscam incorporar novas tecnologias nessa cultura.

A cana-de-açúcar, que se expandiu durante os anos 70 beneficiando-se dos incentivos do pró-álcool, continua representando uma das principais atividades econômicas da agricultura paranaense, notadamente do norte-paranaense que é a maior região produtora do estado. Essa cultura, além de praticamente dobrar sua produção entre os anos de 1985 e 1997, o que fez com que o Paraná se tornasse um dos três maiores produtores de cana do país, tornou-se também importante porque possibilitou o desenvolvimento de agroindústrias ligadas a transformação deste produto nessa região. Nesse período, a produtividade da cana-de-açúcar também se elevou, conforme apontam os dados das tabelas 4.1 e 4.3.

¹⁶⁵ Essa questão é tratada no trabalho do IPARDES. *Acordos Brasil/Argentina: grupos de interesse e impactos no complexo trigo nacional*. Curitiba, IPARDES, 1989.

¹⁶⁶ Para uma análise das inovações tecnológicas na agricultura brasileira e, em especial, para o caso da soja, ver Lugnani, A. C. *Inovações tecnológicas na agricultura brasileira: a Embrapa e a pesquisa com soja nos anos 80*. Tese de doutorado, São Paulo, USP, 1996.

Tabela 4.2 Produtividade dos principais produtos agrícolas
Do Paraná: 1985-1998 (kg/há)

Ano	Algodão	Arroz	Feijão	Milho	Soja	Trigo	Café
1985*	1,890	1,390	0,560	2,190	1,800	1,650	0,540
1987	1,844	1,690	0,519	2,685	2,218	1,921	1,186
1988	1,922	1,679	0,617	2,449	2,247	1,832	0,225
1989	1,940	1,807	0,422	2,478	2,096	1,753	0,541
1990	1,740	1,679	0,507	2,481	2,050	1,164	0,368
1991	1,657	1,344	0,558	2,046	1,790	1,687	0,527
1992	1,381	1,621	0,774	2,824	1,905	1,311	0,365
1993	1,299	1,824	0,813	3,018	2,320	1,470	0,435
1994	1,798	2,065	0,893	3,248	2,476	1,690	0,445
1995	1,874	2,072	0,867	3,285	2,557	1,658	0,535
1996	1,571	2,129	0,823	3,212	2,696	1,930	0,500
1997	1,837	2,059	0,853	3,097	2,580	1,812	0,857
1998	1,508	2,112	0,876	3,559	2,558	1,690	1,059

Fonte dos dados: SEAB/DERAL

* Média trienal – 1984-85-86

O café, que projetou o Paraná no cenário nacional e impulsionou o desenvolvimento industrial do estado, de um lado gerando recursos para o melhoramento e aperfeiçoamento da infra-estrutura econômica, e de outro, “capacitando” os agricultores paranaenses a desenvolverem uma atividade econômica voltada para o mercado, vem reduzindo drasticamente seu parque, mesmo a partir dos anos 80, com a entrada de novas variedades e técnicas mais avançadas. Para se ter uma dimensão desse processo de eliminação de cafezais, basta considerar que a área colhida diminuiu de 734.152 hectares, em 1980, para tão-somente 128.127 hectares em 1998.

Em relação à produtividade dessa cultura, essa pouco se alterou ao longo do período analisado, mantendo-se em torno dos mesmos níveis observados em 1985, com exceção do ano de 1998, quando, em decorrência da busca de plantas mais resistentes, mais produtivas e da adoção de novos sistemas de plantio, praticamente dobrou sua produtividade.

Essas mudanças na pauta dos principais produtos refletiram-se na área destinada às lavouras permanentes e temporárias no período. Em relação à área colhida dos principais produtos agrícolas no Paraná, que em 1980 era de 8.464.809 hectares, ocupavam no final da

década de 80 7.500.464 hectares, e em 1998 era de 7.415.265 hectares.¹⁶⁷ Portanto, a partir da década de 80, a área colhida desses produtos decresceu cerca de 13%. Isso resultou da busca de alternativas econômicas fora da agricultura e, provavelmente, em direção à pecuária, uma vez que, entre os anos de 1985 a 1995, ocorreu expansão da área com pastagens de 4,5 milhões para 5,3 milhões de hectares.¹⁶⁸

Esse decréscimo da área colhida deveu-se, conforme tabela 4.3, às culturas do arroz, feijão, café e milho, algodão e trigo. Em particular, com exceção do trigo, foram as que mais sentiram os reflexos da modernização agrícola no estado. O que chama a atenção é o comportamento das culturas do trigo e do algodão, pois seu declínio ocorreu fortemente na década de 90, principalmente devido à maior concorrência imposta sobre esses produtos a partir da maior abertura econômica do país.

Tabela 4.3 Evolução da área colhida dos principais produtos agrícolas do Paraná
(Médias trienais- 1985-1997)

Culturas	Total (ha)			Variação 1985/90		Variação 1990/97	
	1985*	1990*	1997*	Abs.	%	Abs.	%
Algodão	425.708	507.697	118.522	81.989	19,3	-389.175	-76,7
Arroz	178.900	145.311	87.436	-33.589	-18,8	-57.875	-39,8
Feijão	697.456	567.789	572.595	-129.667	-18,6	4.806	0,8
Milho	2.359.947	2.191.938	2.398.509	-168.009	-7,1	206.571	9,4
Soja	2.039.797	2.213.389	2.600.782	173.592	8,5	387.393	17,5
Trigo	1.357.253	1.369.729	938.935	12.476	0,9	-430.794	-31,5
Café	423.608	434.356	130.007	10.748	2,5	-304.349	-70,1
Cana-de-açúcar	140.858	161.750	303.581	20.892	14,8	141.831	87,7
Mandioca	81.762	93.822	136.555	12.060	14,8	42.733	45,5
Batata-inglesa	40.135	40.852	46.048	717	1,8	5.196	12,7
Cevada	27.823	30.529	35.346	2.706	9,7	4.817	15,8

Fonte dos dados brutos: SEAB/DERAL, vários anos

* Considerou-se as médias trienais: 1984-85-86/ 1989-90-91/ 1996-97-98

Com isso o algodão, que historicamente foi uma grande alternativa econômica para os pequenos e médios produtores e também para as cooperativas da região viu suas perspectivas de crescimento colocadas em dúvida, principalmente em decorrência da crise econômica do início

¹⁶⁷ Os principais produtos eram: algodão, arroz, batata-inglesa, café, cana-de-açúcar, cevada, feijão, mandioca, milho, rami, soja e trigo.

¹⁶⁸ Dados obtidos do Censo Agropecuário do Paraná, 1995/96.

dos anos 90 e da necessidade de se fazer investimentos com vistas a completar a cadeia produtiva do setor têxtil no estado. Juntem-se a isso a falta de apoio institucional, a abertura comercial com a importação dos têxteis asiáticos, e o avanço da cultura do algodão no Mato Grosso do Sul.¹⁶⁹

Esse processo de diferenciação e modernização da agricultura estadual também veio acompanhado de uma concentração fundiária. Considerando a distribuição dos estabelecimentos agropecuários por classe de tamanho, nota-se que ocorreu nítida concentração nos extratos de maior área, conforme apontam os dados da tabela 4.4. Observa-se que os estabelecimentos com área inferior a 10 hectares, e que representavam 49,1% do total de unidades do estado, ocupavam uma área de 6,8 em 1985. Porém, ao longo do período em análise, a participação dessas unidades produtivas declinou para 41,8% do número de estabelecimentos existentes, passando a ocupar apenas 5,0% da área total em 1995. Considerando os estabelecimentos de 10ha a menos de 100ha, nota-se uma redução na participação na área de 35,0% para 33,9% no mesmo período.

Por sua vez, os extratos acima de 100 hectares tiveram forte incremento tanto em termos de número de estabelecimentos quanto em termos de área. Ressalte-se que foi nos extratos entre 100 e 1.000 hectares que tal processo ocorreu de modo mais acentuado.

Tabela 4.4 Número de estabelecimentos e área, por grupos de área total, no Paraná

Área (há)	Número de estabelecimentos				Grupos de área total			
	1985	%	1995	%	1985	%	1995	%
Menos de 10	229.015	49,10	154.620	41,80	1.129.731	6,77	792.119	4,97
10 menos 20	102.536	21,98	85.799	23,20	1.458.442	8,73	1.233.390	7,73
20 menos 50	84.180	18,05	77.279	20,89	2.598.319	15,56	2.399.390	15,05
50 menos 100	25.529	5,47	25.227	6,82	1.787.066	10,70	1.773.127	11,12
100 menos 200	12.729	2,73	13.482	3,65	1.773.841	10,62	1.885.947	11,83
200 menos 500	8.232	1,77	9.339	2,52	2.529.279	15,15	2.858.473	17,93
500 menos 1000	2.464	0,53	2.611	0,71	1.714.617	10,27	1.806.245	11,33
1000 e mais	1.548	0,33	1.450	0,39	3.015.309	18,06	3.197.940	20,05
Total	466.397	100,00	369.875	100,00	16.698.866	100,00	15.946.632	100,00

Fonte dos dados: FIBGE. Censo Agropecuário do Paraná, 1980/85 e 1995/96

¹⁶⁹ Para um estudo da produção do algodão no Paraná, ver Michelon, E. *Cadeia produtiva & desenvolvimento regional*. Maringá, Clichetec, 1999. Ver, também, Albuquerque, C.A. C. "Cenários do Paraná: desafios do Paraná". Curitiba, agosto, 1995, mimeo.

Em relação ao número de estabelecimentos da agropecuária no estado, houve uma redução de 96.522 unidades. Tal declínio ocorreu nos extratos de área inferiores a 50ha, principalmente nas áreas inferior a 10ha. Portanto, evidenciando que no Paraná o processo de modernização da agricultura continua dando-se em detrimento dos pequenos estabelecimentos.

Por sua vez, a categoria de empregados apresentou redução na sua participação nos trabalhos agrícolas entre os anos de 1985 e 1995, conforme tabela 4.5. Em termos absolutos, isso representou uma redução de 175.777 postos de trabalho. Esse processo não atingiu somente a categoria de empregados, mas também, e de forma intensa, os membros não- remunerados da família, visto que apresentaram uma redução de 28,5% no período.

Tabela 4.5 Pessoal ocupado, por tipo de trabalho, na agropecuária paranaense

Pessoal ocupado*	1975		1985		1995	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Em trabalho						
Permanente	179.077	8,61	167.798	9,05	143.124	11,12
Em trabalho						
Temporário	161.851	7,78	254.404	13,71	118.699	9,22
Resp.e membros						
Não – remunerados da família	1.674.046	80,51	1.374.983	74,12	983.329	76,37
Outros	64.200	3,08	57.878	3,12	42.480	3,30
Total	2.079.174	100,00	1.855.063	100,00	1.287.632	100,00

Fonte dos dados: FIBGE. Censo Agropecuário do Paraná, 1975, 1985 e 1995/96

* Inclui homens e mulheres

Esse processo de eliminação de postos de trabalho ocorreu com mais intensidade durante a década de 70 no norte do estado do Paraná, principalmente na categoria de empregados permanentes, em razão do tipo de cultura que se desenvolvia; no entanto, após completar o ciclo de modernização da agropecuária paranaense, observa-se forte redução em todos os tipos de postos de trabalho, tanto em trabalhos permanentes como em trabalhos temporários. Assim, o processo de expansão capitalista no campo, em dado momento, gerou novas formas de relação de trabalho, com a eliminação das categorias mais atrasadas. Em momento posterior, rejeitou a

própria criação, desse tipo de trabalho, por não ser mais necessário ao processo de acumulação de capital neste segmento da produção capitalista.

Torna-se relevante acrescentar que grande parte do dinamismo da agricultura paranaense foi comandado pelas culturas que exigem no seu processo produtivo o uso de máquinas, tratores e insumos modernos, notadamente o complexo soja e trigo nos anos 80, e o complexo soja e milho nos anos 90. Entretanto, isso não significa que apenas essas culturas se modernizaram, ou, em contrapartida, que apenas os grandes e médios produtores se tecnicaram ao longo do processo de diversificação econômica da agropecuária estadual. Os dados revelam que os pequenos estabelecimentos também passaram a incorporar as novas tecnologias.

Ao analisar o número de agricultores que utilizaram fertilizantes e fizeram controle de pragas em suas respectivas lavouras, tabela 4.6, constatamos que os extratos abaixo de 10 hectares, que apresentavam menor proporção em ambas as especificações, apresentaram elevação nessas proporções ao longo do período em estudo.

Tabela 4.6 Estabelecimentos que utilizam fertilizantes e fazem controle de pragas, por extrato
De área, na agricultura do Paraná: 1985-1995

Área (há)	Número de Estabelecimentos		Número dos que utilizam Fertilizantes				Número dos que fazem controle de pragas**			
	1985	1995	1985	%	1995	%	1985	%	1995	%
Menos de 10	309.313	154.620	139.799	45,2	87.000	56,27	199.732	64,57	122.349	79,13
10 menos 20	77.026	85.799	56.636	73,53	61.266	71,41	67.752	87,96	79.887	93,11
20 menos 50	39.950	77.279	34.155	85,49	57.046	73,82	37.442	93,72	73.547	95,17
50 menos 100	10.070	25.227	9.303	92,38	18.622	73,82	9.727	96,59	24.361	96,57
100 menos 200	4.259	13.482	4.043	94,93	9.376	69,54	4.147	97,37	13.115	97,28
200 menos 500	2.000	9.339	1.946	97,3	6.304	67,5	1.959	97,95	9.098	97,42
500 menos 1000	371	2.611	365	98,38	1.828	70,01	366	98,65	2.543	97,4
1000 e mais	103	1.450	88	85,44	1.053	72,62	90	87,38	1.351	93,17

Fonte dos dados: FIBGE. Censo Agropecuário do Paraná, 1985 e 1995/96

* Adubos químicos e orgânicos; calcário e outros corretivos

** Animal e vegeta

Com relação aos demais extratos, embora apresentem boa proporção quanto ao uso de fertilizantes, os dados apontam uma redução nessa proporção ao longo do período, indicando que

os agricultores passaram a realizar plantações sem os devidos tratamentos, e assim comprometeram seu rendimento.¹⁷⁰

O interessante é que, em relação ao controle de pragas, a proporção mantém-se elevada, indicando que os agricultores preferem despende seus poucos recursos nessa operação, dado que as pragas comprometem muito mais a colheita. Ou seja, não há como fugir dessa situação, enquanto que os dispêndio com o preparo da terra “pode ser dispensado” nessas circunstâncias.

Apesar da redução quanto ao uso de fertilizantes, verificado em meados dos anos 90, a agricultura estadual incorporou no seu processo produtivo máquinas e equipamentos, refletindo o avanço da modernização para segmentos de áreas onde não fora observado em períodos anteriores. Conforme tabela 4.7, que segue, o número de tratores aumentou em todos os extratos de área, notadamente nos pequenos estabelecimentos, que apresentaram incremento de 65,2%, para os de menos de 10 hectares, e de 97%, para os que estão na faixa entre 20 e 50 hectares. Esse crescimento é também notado quanto ao uso de máquinas destinadas ao plantio e à colheita em todos os extratos. Quanto ao uso de arados, também apresenta crescimento, com exceção do extrato de área de 20 a menos de 200 hectares, que apresentou pequena redução no período, o que pode estar refletindo a descapitalização do setor a não-reposição desses equipamentos.

Porém o mais importante a ser destacado é que a modernização da agricultura no estado, apesar dos percalços do período, tende a avançar para todos os segmentos da produção, portanto não ficando restrita aos grandes produtores, como se pensava até recentemente. Apesar disso, como se observou anteriormente, houve significativa redução do número desses estabelecimentos no período, levando a crer que, mesmo incorporando as novas tecnologias, não tiveram como manter a atividade econômica que vinham exercendo. Por outro lado, tais dados também revelam o potencial de crescimento dos setores a jusante do setor agrícola, pois existem grandes margens para incorporar equipamentos, máquinas e insumos produzidos por esse setor e que não são absorvidos pela agricultura. Do mesmo modo, à medida que o país recuperar o crescimento econômico e houver melhores condições para a produção agropecuária, terá esta grandes

¹⁷⁰ Considerando o extrato de menos de 10 ha em 1980, este número era de 36,3% para os que utilizavam fertilizantes e de 59,9% para o controle de pragas. Para os extratos de 20 a menos de 50 hectares, eram de 56,7% para o uso de fertilizantes e 83,0% para o controle de pragas.

possibilidades de responder com aumento de produção e produtividade, pois os agricultores paranaenses continuaram modernizando-se ao longo do período analisado.

Tabela 4.7 Número de tratores, máquinas e arados mecânicos, por extrato de área no Paraná

Área (ha)	Tratores		Máquinas*		Arados	
	1985	1995	1985	1995	1985	1995
Menos de 10	6.878	11.364	8.877	9.002	6.223	8.632
10 menos 20	13.585	26.761	14.418	15.626	14.093	15.639
20 menos 50	29.197	33.433	28.530	30.830	31.631	30.196
50 menos 100	16.898	19.170	16.260	18.370	16.988	16.411
100 menos 200	12.655	14.287	11.788	13.039	11.837	11.399
200 menos 500	11.853	14.283	9.808	11.587	9.788	10.076
500 menos 1000	4.990	6.027	3.750	4.382	3.878	3.825
1000 e mais	5.288	5.503	3.050	3.527	3.131	2.854
Total	101.344	130.828	96.481	106.363	97.569	99.032

Fonte dos dados: FIBGE. Censo Agropecuário do Paraná, 1985 e 1995/96

* Máquinas destinadas ao plantio e à colheita

Embora tenham ocorrido algumas alterações na pauta dos principais produtos da agricultura paranaense, a soja e o milho foram os que no período recente apresentaram melhor desempenho, visto que passaram a ser os mais importantes da economia estadual, tanto em termos de produção quanto em ocupação de área.¹⁷¹ Assim, o milho, que apresentava tendência de ser uma cultura alternativa à soja na produção tecnificada do estado, ao menos até meados da década de 80, parece consolidar-se como opção à produção agrícola e não mais como uma alternativa conjuntural. O que é interessante observar na produção do milho é que, devido ao desenvolvimento de variedades altamente produtivas e adaptadas às condições climáticas do estado, passou ele a ser produzido no intervalo que vai de agosto até março/abril, principalmente nas regiões de clima mais tropical do estado, onde se pratica a denominada “safrinha”. Portanto, representando uma opção a mais aos agricultores nesse período do ano. Porém estudos indicam que a parcela mais significativa da área plantada ocorre nos meses de setembro/outubro, quando se tem a maior produtividade dessa lavoura.¹⁷²

¹⁷¹ Considerou-se a média trienal dos respectivos anos, sendo que a área total das principais culturas era de 12.813.900 hectares em 1985 e de 17.728.957 hectares no ano de 1998.

¹⁷² A maior produtividade alcançada nas safrinhas foi de 2.495kg/ha na safra de 1996/97, enquanto que a obtida no período normal foi de 3.663kg/ha no mesmo período.

Em razão do avanço dessa cultura no estado acreditamos ser importante destacarmos alguns pontos interessantes do trabalho desenvolvido em conjunto pela Emater, Iapar e SEAB (1997). Segundo esse estudo, a produção de milho no Paraná é realizada por quatro grandes grupos. O primeiro realiza o plantio direto e motomecanizado, e o segundo é motomecanizado; mas com preparo convencional do solo. Esses dois grupos são altamente tecnificados e fazem todo tipo de controle de suas lavouras, desde o preparo do solo e o combate às ervas daninhas e outras pragas, até a colheita totalmente mecanizada, com uso de equipamentos extremamente modernos. Muitos desses produtores possuem sistemas de secagem e armazenamento próprios, porém a maioria ainda direciona a produção às cooperativas para ser comercializada. Esse segmento atinge uma produtividade média em torno de 5.000 a 6.000kg/ha, sendo que muitos já obtiveram produtividade de 8.000 a 10.000 kg/ha. Portanto, níveis próximos aos obtidos no primeiro mundo, que na safra de 1996/97 foram de 7.940kg/ha para os EUA, aproximadamente 9.000kg/ha para a Itália e 8.280kg/ha para a França, enquanto que a média brasileira tem-se situado em torno de 2.400/2.600 kg/ha. No Paraná, esses agricultores encontram-se distribuídos em alguns “bolsões”, localizados em Ponta Grossa, Guarapuava e nas regiões de solos mais férteis, que compreendem o norte, o centro-oeste e o sudoeste do estado. Há uma estimativa de que os que fazem plantio direto respondem por cerca de 15% a 20% do volume total da produção estadual e os que o fazem de forma tradicional respondem por em torno de 30% da produção de milho comercializada no Paraná.

O terceiro grupo é formado por um número mais representativo de produtores, denominado *motomecanizado, conjugado com tração animal*. Esse grupo controla parcialmente os fatores de produção, porque não adota de forma plena as tecnologias preconizadas, principalmente por restrições de ordem financeira e/ou insuficiência de informações. No entanto, apesar das restrições quanto ao controle adequado do solo, entre outros, a colheita é em grande parte realizada mecanicamente, principalmente através da contratação de serviços de terceiros, muito embora haja casos em que a colheita é feita manualmente, com posterior debulha mecânica. Há estimativas de que esse segmento responde por 40% do total do milho comercializado no estado. A produtividade alcançada pelo grupo está na média estadual, em torno de 3.500-3.600kg/ha.

Por fim, o quarto grupo identificado é composto pelos produtores que *utilizam a tração animal e manual*. Nesse segmento encontra-se um número muito grande de produtores, mas que em regra não participam do mercado, dado que sua produção é praticamente voltada para o autoconsumo. Em assim sendo, o uso de tecnologias é incipiente, o emprego de sementes melhoradas é baixo e muitas vezes se realizam sementeiras com matraca e capinas com enxadas.

Segundo esse estudo, o uso de agrotóxicos na cultura do milho, até há bem pouco tempo, era inexpressivo e ficava restrito aos agricultores “de ponta”. Entretanto, essa realidade vem mudando consideravelmente nos últimos anos, devido, em grande parte, ao desenvolvimento de produtos mais eficientes para o controle de pragas e ervas daninhas. Por sua vez, o uso de máquinas e implementos tem crescido nas últimas décadas, com destaque para a produção de máquinas e equipamentos mais apropriados às condições específicas do sistema produtivo. Nesse sentido, desenvolveram-se “semeadeiras e pulverizadores com maior precisão e colheitadeiras que permitem reduzir os índices de perdas para níveis considerados toleráveis. Destacam-se, nestas últimas, sistemas mais eficientes de debulha e limpeza dos grãos e regulagens mais versáteis às condições da lavoura. Quanto às semeadeiras, foram desenvolvidos sistemas mais precisos de distribuição das sementes, com ênfase para as pneumáticas, de ‘dedo’, e mesmo melhorias nos tradicionais sistemas de discos.”¹⁷³

O importante, entretanto, é que o milho deixou de ser uma cultura voltada para o consumo interno das propriedades rurais para ser voltada ao mercado. Apenas 20% da produção obtida é retida na propriedade; o restante é colocado no mercado, que absorve em torno de 65,0% da oferta, sendo 12,0% comercializados com os estados do Sul e Sudeste.

Outro aspecto extremamente interessante é quanto à importância de algumas microrregiões do estado na produção agrícola, uma vez que a partir do processo de modernização ocorreram várias transformações na sua estrutura produtiva, com tendência para a concentração em algumas delas. Passados quinze anos do auge desse processo, há uma confirmação daquela tendência, dado que a concentração espacial da produção nesse setor tornou-se bastante clara. Com o objetivo de analisar essa questão, tomamos as grandes regiões do estado, dividindo-as em

¹⁷³ Conforme estudo da EMATER/IAPAR/SEAB. *Cadeia produtiva do milho*. Curitiba, mimeo, 1997.

suas principais microrregiões homogêneas, a partir da metodologia adotada pela Fundação Brasileira de Geografia e Estatística quando da elaboração dos Censos Agropecuários.¹⁷⁴

Através dos dados apresentados na tabela 4.8, considerando as principais microrregiões do estado, constata-se que as do Extremo Oeste e de Campo Mourão foram as que apresentaram as mais elevadas participações no total estadual na produção dos principais produtos agrícolas do estado. Destaca-se a microrregião do Extremo Oeste, que, isoladamente, tornou-se a maior produtora de soja, milho, trigo e mandioca e segunda maior produtora de algodão e de arroz do Paraná.¹⁷⁵

Ao analisar os dados referentes a rendimento por hectare da produção de soja por microrregiões, constatamos que tanto Maringá quanto Londrina, que se destacaram na década de 70 nessa produção, apresentaram produtividade abaixo da média estadual, sendo que Londrina obteve uma produtividade de 2.308kg/ha, e Maringá de 2.412kg/ha, portanto abaixo da observada para o conjunto estadual, que foi de 2.558kg/ha, obtidos na safra 1997/98. Esse é um forte indicativo do esgotamento do modelo de agricultura praticado nessas microrregiões que em razão do clima quente adotam um sistema de plantio que fica entre o plantio direto e o modelo convencional, enquanto nas outras áreas é mais utilizado o plantio direto.

Por sua vez, as principais microrregiões produtoras de soja do estado apresentam produtividade acima da média estadual, variando entre 2.600 e 2.800 kg/ha, sendo que a maior foi alcançada pela microrregião de Ponta Grossa, com uma produtividade de 2.870kg/ha. A explicação para este maior rendimento está na utilização do sistema de plantio direto.

¹⁷⁴ Para efeito de comparação entre os anos recentes e aqueles publicados pelo FIBGE, adotamos o mesmo critério de regionalização da produção feito por esse instituto, ou seja, classificamos os dados brutos dos municípios e os reagrupamos conforme o critério adotado pela FIBGE. Os dados recentes foram obtidos na Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, SEAB/DERAL.

¹⁷⁵ Deve-se considerar que o aumento de participação dessas microrregiões se deu em um contexto em que as demais também apresentaram aumento nas respectivas produções, principalmente para os produtos modernos, como soja e milho.

Tabela 4.8 Produção dos principais produtos agrícolas do Paraná, por principais microrregiões, 1997/1998.

	(Em toneladas)																	
	Algodão	%	Arroz	%	Feijão	%	Milho	%	Soja	%	Trigo	%	Cana	%	Café	%	Mandioca	%
Leste Paranaense	276	0,2	26180	15,4	209981	42,5	1520817	19,2	891046	12,2	155966	9,8	26755	0,1	187	0,1	125988	3,9
Curitiba	0	0,0	1018	0,6	21768	4,4	188946	2,4	2599	0,0	610	0,0	1200	0,0	0	0,0	10073	0,3
Litoral Paranaense	0	0,0	2402	1,4	134	0,0	768	0,0	0	0,0	0	0,0	16380	0,1	0	0,0	22440	0,7
Alto Ribeira	0	0,0	279	0,2	3057	0,6	26130	0,3	0	0,0	0	0,0	1200	0,0	0	0,0	20890	0,7
Alto Rio Negro	0	0,0	270	0,2	5998	1,2	45365	0,6	0	0,0	352	0,0	0	0,0	0	0,0	1258	0,0
Campos de Lapa	0	0,0	1922	1,1	16333	3,3	123328	1,6	109528	1,5	5502	0,3	0	0,0	0	0,0	4547	0,1
Ponta Grossa	0	0,0	4900	2,9	45088	9,1	496200	6,3	518681	7,1	103908	6,5	0	0,0	0	0,0	21900	0,7
Campos de Jaguariaíva	0	0,0	1526	0,9	13910	2,8	70350	0,9	51060	0,7	21890	1,4	5000	0,0	187	0,1	4600	0,1
São Mateus do Sul	0	0,0	1205	0,7	13553	2,7	91825	1,2	26123	0,4	267	0,0	350	0,0	0	0,0	6250	0,2
Colonial de Irati	0	0,0	9263	5,4	60349	12,2	309205	3,9	136806	1,9	14072	0,9	825	0,0	0	0,0	13630	0,4
Alto Ívai	276	0,2	3395	2,0	29791	6,0	168700	2,1	46250	0,6	9365	0,6	1800	0,0	0	0,0	20400	0,6
Norte-Paranaense	131040	76,9	88462	52,0	128464	26,0	2859878	36,0	2982346	40,8	927377	58,2	26502078	99,4	130118	96,0	1559058	48,8
Norte V. Venceslau Braz	230	0,1	11556	6,8	35985	7,3	146086	1,8	2080	0,0	1208	0,1	565710	2,1	25609	18,9	47732	1,5
Norte V. Jacarezinho	5371	3,2	19284	11,3	4637	0,9	369616	4,7	308836	4,2	183588	11,5	6070450	22,8	21732	16,0	11785	0,4
Algodoeira de Assaí	1942	1,1	1463	0,9	1657	0,3	65125	0,8	148185	2,0	97726	6,1	196450	0,7	1243	0,9	435	0,0
Norte N. Londrina	13452	7,9	6969	4,1	4271	0,9	580687	7,3	504603	6,9	171209	10,7	5550514	20,8	30267	22,3	43554	1,4
Norte N. Maringá	1966	1,2	5187	3,0	362	0,1	390810	4,9	410302	5,6	104808	6,6	2380899	8,9	2793	2,1	21484	0,7
Norte N. Apucarana	11743	6,9	8470	5,0	15623	3,2	318373	4,0	186860	2,6	59266	3,7	1698187	6,4	12581	9,3	19396	0,6
Norte Nov. Paranavaí	8614	5,1	16292	9,6	4772	1,0	49434	0,6	20170	0,3	1620	0,1	2666486	10,0	7807	5,8	569976	17,8
Norte Nov. Umuarama	33756	19,8	5710	3,4	9533	1,9	153332	1,9	139893	1,9	24901	1,6	5546583	20,8	16776	12,4	517974	16,2
Campo Mourão	53967	31,7	13531	8,0	51624	10,4	786415	9,9	1261417	17,2	283051	17,8	1826799	6,8	11311	8,3	326722	10,2
Oeste Paranaense	39079	22,9	55455	32,6	156181	31,6	3554681	44,8	3440068	47,0	510508	32,0	140035	0,5	5288	3,9	1509685	47,3
Pitanga	2393	1,4	4401	2,6	20796	4,2	213628	2,7	60859	0,8	14470	0,9	7025	0,0	16	0,0	30133	0,9
Ext. Oeste Paranaense	36249	21,3	18919	11,1	35654	7,2	1541581	19,4	2054656	28,1	378729	23,8	57210	0,2	5272	3,9	1018846	31,9
Sudoeste Paranaense	0	0,0	9931	5,8	66533	13,5	960986	12,1	773127	10,6	67391	4,2	65285	0,2	0	0,0	366946	11,5
Campos de Guarapuava	437	0,3	15135	8,9	20004	4,0	651617	8,2	397550	5,4	45340	2,8	4365	0,0	0	0,0	35045	1,1
Médio Iguaçu	0	0,0	7070	4,2	13194	2,7	186869	2,4	153877	2,1	4578	0,3	6150	0,0	0	0,0	58715	1,8
Total Estadual	170395	100,0	170097	100,0	494626	100,0	7935376	100,0	7313460	100,0	1593851	100,0	26668868	100,0	135594	100,0	3194730	100,0

Fonte dos Dados: SEAB/DERAL.

No caso do milho, o quadro altera-se substancialmente, uma vez que a produtividade obtida com essa lavoura foi de 4.231kg/ha, alcançados por Londrina, e de 3.974kg/ha obtidos por Maringá. Portanto, acima da média estadual, que foi de 3.559kg/ha na safra de 1997/98. Entretanto, as maiores produtividades para o milho foram obtidas nas microrregiões de Ponta Grossa, com 5.832 kg/ha, e Apucarana, com 4.303kg/ha.¹⁷⁶

Apesar de esse período ser fortemente marcado pela crise da economia brasileira e pelas modificações na política destinada ao setor, a economia agrícola estadual respondeu de modo altamente positivo. Tanto é assim que o aumento de produção verificado, foi resultado de ganhos de produtividade decorrentes da incorporação das novas tecnologias, contrariando de certa forma os prognósticos realizados no início da década de 90 e ainda comuns na atualidade. Na verdade, a agricultura demonstrou o dinamismo que a conjuntura econômica recessiva do país lhe impôs em termos de alterações de mercado e de orientação da política econômica, em face dos sucessivos períodos de instabilidade que se sucederam ao longo destes últimos treze anos.

Por outro lado, o que se nota é a ocorrência de uma expressiva expansão dos níveis de produção, acompanhada de alterações na pauta dos principais produtos, muito embora fortemente concentradas em um segmento de produtores capitalizados, tanto em termos financeiros quanto na capacidade de defender seus interesses junto aos órgãos de fomento e ao poder público. Portanto, produtores capazes de obter os recursos necessários para alavancar o crescimento da produção, seja adquirindo máquinas e equipamentos, seja adquirindo novos lotes de terra daqueles que se vêem à margem do processo de modernização e que, diante da crise, não têm outra saída a não ser vender a terra e migrar para os já “inchados” centros urbanos. Nota-se, também, que há um grande número de médios produtores que se fortaleceram e se tecnificaram ao longo do período e que, embora menos capazes financeiramente, continuam tendo importância no conjunto estadual da produção.¹⁷⁷

Com isso, o Paraná, ao longo do tempo, vem reforçando seu papel na divisão do trabalho no espaço nacional como grande produtor agrícola. Em 1994, era o maior produtor de feijão, com 15,6% da produção nacional; maior produtor de trigo, com 51,4%; maior produtor de algodão,

¹⁷⁶ Cálculos elaborados a partir dos dados da Secretaria de Agricultura do Paraná, SEAB-DERAL, 1999.

com 31,3%, e maior produtor de milho, com uma participação no total nacional de 25,1%. Mantinha-se na segunda posição na produção de mandioca, com 13,9%, e, apesar do avanço da soja para a área de fronteira, mantinha-se como segunda maior região produtora de soja do país, com 21,4% do total nacional.

O Paraná se destaca também na produção nacional de bovinos, suínos e aves. Em 1993, era o terceiro maior produtor de aves, com 13,0% do total nacional, perdendo apenas para os estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo; era o segundo maior produtor de suínos, com cerca de 11,0% do total nacional, e ainda se destacava na produção de bovinos, embora ocupando a oitava colocação em termos nacionais. Isso em um contexto de forte avanço da fronteira agropecuária para outras regiões do país.¹⁷⁸

4.2 A estrutura produtiva da indústria

No período 1985-1998, a indústria do Paraná cresceu mais rapidamente que a nacional, transformando o parque industrial paranaense no quarto mais importante do Brasil, superado apenas por São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (tabela 1.3). É importante ressaltar que esse processo se deu em um contexto de desaceleração do crescimento econômico e restrição de demanda agregada, forçando as empresas paranaenses a atuarem num ambiente de grandes incertezas. Segundo Magalhães (1993), a crise dos anos 80 fez com que a economia estadual se ajustasse à nova realidade econômica do país e tendesse a buscar competitividade para fazer frente à nova realidade.

impedidos de continuar a expandir-se com os mesmos padrões dos anos 70, devido às causas já mencionadas, os agentes dinâmicos que mudaram a fisionomia econômica do Paraná foram forçados a concentrar-se em elevar seus padrões de competitividade. Os que assim o fizeram mantiveram seu crescimento, capitalizando ainda mais a economia, gerando mais valor e conseguindo manter ou ampliar

¹⁷⁷ Ver o trabalho do IPARDES, "Diagnóstico da base produtiva..." op. cit., 1993.

*mercados nacionais e estrangeiros, adaptando-se a um panorama de redução de crescimento, crise e incerteza quanto ao comportamento futuro da economia.*¹⁷⁹

O crescimento industrial do período foi marcado por transformações na estrutura industrial, que seguiram, aprofundando-as, as mesmas tendências discutidas no Capítulo 3. Em conjunto, os grandes gêneros da indústria paranaense, que tradicionalmente marcaram a estrutura industrial do estado (produtos alimentares, madeira e têxtil), perdem participação no valor adicionado, enquanto que o conjunto da metal-mecânica amplia fortemente, com destaque para o crescimento da indústria de material de transporte, conforme tabela 4.9. Em 1998, o conjunto da metal-mecânica supera a participação da indústria de produtos alimentares no valor adicionado e aproxima-se da indústria química.

Tabela 4.9 Participação dos principais gêneros industriais no valor adicionado da indústria de transformação do Paraná: 1985–1998

Gêneros	1985	1998
Minerais não metálicos	5,02	5,52
Metalúrgica	2,21	3,35
Mecânica	5,41	6,09
Mat. elétrico e comum.	4,41	5,65
Material transporte	4,04	9,49
Madeira	7,21	5,33
Mobiliário	1,93	2,83
Papel papelão	6,11	6,18
Borracha	0,25	0,15
Couros, peles,...	0,61	0,49
Química	25,07	25,08
Farmacêutico e veterin.	0,07	0,51
Perfumaria, sabões ...	0,12	0,64
Produtos mat. plásticas	1,68	3,1
Têxtil	3,81	1,14
Vestuário, calçados, ...	0,69	1,74
Produtos alimentares	26,26	13,3
Bebidas	1,91	3,74
Fumo	2,71	2,73
Editorial e gráfica	0,46	1,62
Total	100,00	100,00

Fonte dos dados brutos: Secretaria de Estado da Fazenda, SEFA, vários anos

¹⁷⁸ Dados calculados a partir do Anuário Estatístico do Brasil.

O aumento de participação relativa desse grupo de indústrias está fortemente atrelado aos investimentos realizados no gênero material de transporte, que no primeiro momento, mais precisamente no início da década de 80, contou com os investimentos realizados pela Volvo S/A, fortemente concentrada na produção de ônibus e caminhões. Na década de 90, em decorrência da entrada do estado do Paraná na denominada “guerra fiscal”, a indústria metal-mecânica passou a contar com novos investimentos de subsidiárias estrangeiras, destacando-se os realizados pela Volkswagen/Audi, Chrysler e Renault. Ocorre, também, expansão das grandes unidades já instaladas como Volvo, New Holland, Bernard Krone, Robert Bosch. São investimentos que acabarão modificando o perfil produtivo desse segmento, que passa a ser basicamente sustentado por atividades que incorporam no seu processo produtivo maior complexidade tecnológica, assim consolidando um complexo industrial extremamente importante no estado.¹⁸⁰ Ressalte-se que vinda dessas empresas para o Paraná também está associada à proximidade e ou à logística de comercialização que se pode realizar através do estado com o MERCOSUL e com o próprio mercado interno brasileiro, em razão das boas condições de infra-estrutura econômica oferecidos pela economia paranaense. Além desses aspectos a economia paranaense também possuía um ambiente industrial interno de porte respeitável e relativamente diversificado, o que a capacitou para atrair esses investimentos. Em outros termos, entendemos que sem essas condições dificilmente poderia ser receptora de investimentos nos anos 90.

Em razão dessas transformações importantes mudanças ocorreram na composição interna dos gêneros. Tomando-se os principais gêneros da indústria, observa-se, através da tabela 4.10, que todos passaram por importantes transformações internas, reforçando a tendência de ganho de importância dos segmentos mais elaborados apontada no período anterior. Dentre as mudanças ocorridas, tomam relevância as modificações no gênero produtos alimentares, no qual o grupo de abate de animais e preparação de conservas alcançou o tradicional segmento de beneficiamento de cereais, café e afins, que historicamente foi o mais importante da indústria estadual na geração

¹⁷⁹ Magalhães, F.B.B. *O novo perfil econômico do Paraná*. Indicadores Econômicos FEE. Porto Alegre, v.21; n. 3, p.31-52, novembro, 1993.

¹⁸⁰ A Volvo foi a maior exportadora de caminhões do país nos anos oitenta, pois foi responsável pela fabricação de 71,7%, 85,4% e 76,7% dos veículos exportados em 1982, 1983 e 1986. A partir de 1994, embora esta empresa apresente maior possibilidade de flexibilização do mix de comercialização, há previsões no sentido de que as exportações continuem respondendo com parcela expressiva do faturamento da empresa, sobretudo para os mercados da América Latina, notadamente, para o Uruguai, Peru e Chile. Números obtidos da Revista Gazeta Mercantil, Agosto, 1997. Ano IV, n. 4.

da renda interna do gênero. Esse crescimento é também verificado pelos grupos de resfriamento do leite e laticínios, que passaram a ocupar lugar de importância na estrutura produtiva e na geração da renda interna da indústria alimentar.

Tabela 4.10 Participação dos diferentes grupos no valor adicionado dos gêneros produtos Alimentares, madeira e têxtil, 1985-1998

GRUPOS	1985	1998
<u>Produtos alimentares</u>		
Beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação	41,89	27,56
Abate de animais e preparação de conservas	22,14	27,88
Resfriamento do leite e produtos do laticínio	2,23	11,33
Fabricação e refinação de açúcar e adoçantes	7,64	4,43
Fabricação de massas e biscoitos	2,66	3,38
Produtos diversos (inclusive rações balanceadas)	18,63	16,76
<u>Madeira</u>		
Desdobramento da madeira	60,77	49,82
Pré-fabricado, estruturas de madeira e outros	4,17	4,80
Chapas e placas de madeira aglomerada/prensada	30,49	34,11
Fabricação de artefatos diversos de madeira	4,26	8,96
<u>Têxtil</u>		
Beneficiamento de fibras têxteis	50,30	9,80
Fiação de algodão	39,51	67,34
Fabricação de tecidos de malha	6,32	3,14
Fabricação de artefatos têxteis	3,78	16,65

Fonte dos dados brutos: Secretaria de Estado da Fazenda, Estado do Paraná

* Considerou-se a média trienal para os anos 1984-86

** Considerou-se a média entre os anos de 1997 e 1998

A expansão desses segmentos na indústria alimentar resulta, em grande medida, da expansão dos complexos integrados de industrialização de carnes no estado (bovinos, suínos e aves) e do aproveitamento da grande oferta de matérias-primas em decorrência da produção de cana-de-açúcar no norte do estado.

A evolução da indústria paranaense de produtos alimentares coloca em cheque algumas afirmações mais apressadas sobre essa indústria, uma vez que tendem a desconsiderar a tendência histórica de diversificação e avanço para novas etapas de elaboração industrial e passam a afirmar

simplesmente que ela mesma tem seu dinamismo atrelado em poucos segmentos, notadamente em beneficiamento de cereais e abate de animais.¹⁸¹

Na indústria madeireira, as transformações internas se direcionaram para o maior aproveitamento de matérias-primas. Nesse gênero, fica evidenciado o decréscimo do segmento desdobramento da madeira e elevação dos grupos de produtos mais elaborados, como a fabricação de chapas e placas aglomeradas e prensadas. Nesse grupo, nota-se o avanço de segmentos que exigem maior complexidade tecnológica, como é o caso da fabricação de laminados e de um novo tipo de produto lançado no mercado há alguns anos, principalmente para a fabricação de móveis, denominado MDF, que no Paraná é também fabricado por empresas de grande porte sediadas na região metropolitana de Curitiba.

Esse setor foi afetado pelo esgotamento das reservas florestais naturais do estado, devido ao modelo de exploração historicamente adotado, baseado no extrativismo e na ocupação desordenada das terras florestais pela agricultura. Em face disso, foi adotado um programa nacional de reflorestamento, que, segundo Santos & Mendes (1994), visa atender prioritariamente o segmento de pasta para papéis, em conformidade com o Programa Nacional de Papel e Celulose. No entanto, com a extinção oficial da política de incentivos fiscais ao reflorestamento a partir de 1988, a atividade da silvicultura praticamente foi interrompida, com exceção dos segmentos verticalizados, notadamente de pasta para papéis. Há informações de retomada desse processo por parte de segmentos mais organizados do setor, porém ainda de modo tímido.¹⁸²

As empresas que atuam no grupo e que possuem melhor capacidade de financiamento e de incorporar novas tecnologias estão realizando pesquisas visando melhorar geneticamente a árvore que serve de matéria-prima, com vistas à obtenção de um produto de melhor qualidade e que atenda às exigências do setor, tanto no mercado interno quanto no externo.

¹⁸¹ Ver o trabalho de Urban, Maria L. de Paula. Dilemas da economia paranaense. In: *Revista paranaense de desenvolvimento*. IPARDES, Curitiba, n. 84, jan/abr., 1995, p. 13-17.

¹⁸² Conforme Santos, A. J. & Mendes, J. B. *Sugestões para o aprimoramento da política florestal paranaense- o problema da produção*. Curitiba, Análise Conjuntural, v. 16, n.11-12, nov./dez. 1994.

Na indústria têxtil, reforça-se notavelmente a presença do ramo de fiação, uma vez que esse segmento vem historicamente ampliando sua participação relativa e atinge 67,34% do valor adicionado da indústria têxtil em 1998. Isso se explica, em grande parte, porque conta com uma base agrícola bastante desenvolvida, dado que o Paraná detinha mais de 30% do cultivo nacional do algodão, portanto favorecendo que a indústria estadual disponha de grande vantagem comparativa em relação a outros estados. Há que se observar, no entanto, que a maior parte da produção estadual de algodão, em torno de 80%, ainda é beneficiada fora do estado.¹⁸³ No Paraná está se consolidando um forte setor produtor de fios, que se destina ao mercado nacional para a fabricação de tecidos e depois retorna ao estado para as indústrias de confecções.

Observa-se, no período, acentuado declínio do ramo beneficiamento de fibras têxteis e fabricação de tecidos de malha. Ressalte-se que o gênero têxtil foi um dos que mais sentiram os efeitos da abertura econômica, principalmente pós-Plano Real, uma vez que se estabeleceu forte competição com produtos similares importados, notadamente os têxteis asiáticos, porém isso não impediu a expansão de artefatos têxteis no período.

Mudanças na composição interna também ocorreram nos gêneros “novos” da indústria estadual, reforçando o processo de diversificação iniciado na década de 70. Nestes segmentos observam-se, conforme tabela 4.11, mudanças promovidas pela presença de novas frentes de expansão, comandadas principalmente pelo surgimento da indústria montadora de veículos leves e de novos produtos da indústria de material elétrico e de comunicação, como também verifica-se a crescente participação e consolidação daqueles que surgiram entre a década de 70 e 80.

No gênero de material de transporte, a produção continuou concentrada na fabricação de veículos automotores, mas houve diversificação interna nesse grupo, com a entrada em funcionamento das montadoras de veículos leves, notadamente as da Audi/Wolkswagen, da Chrysler e da Renault nos anos 90. Assim, esse segmento deixou de ser concentrado na fabricação de ônibus e caminhões pesados e contribuiu para a constituição de fato de um pólo automobilístico no estado.¹⁸⁴

¹⁸³ Balanço Anual: *Paraná 94/95*. São Paulo, Gazeta Mercantil, v.1 n.1. 1994, p. 52.

¹⁸⁴ Ressalte-se que os dados de produção da Renault não estão contabilizados, porque essa empresa em 1998 ainda era considerada como revendedora de veículos automotores. A Chrysler praticamente fechou neste ano de 2001.

Tabela 4.11 Participação dos diferentes grupos no valor adicionado dos gêneros química, Papel e papelão, mecânica, material elétrico e material de transporte, 1985-1998*

GRUPOS	1985	1998**
<u>Química</u>		
Produtos do refino do petróleo e do álcool	55,18	55,75
Óleos vegetais em bruto (inclusive subprodutos)	16,02	13,39
Preparados para limpeza e polimento	2,59	2,50
Tintas, esmaltes, vernizes e outros	1,53	4,63
Adubos, fertilizantes e corretivos do solo	10,49	8,47
<u>Papel e papelão</u>		
Celulose e pasta mecânica	4,29	3,84
Papel, papelão, cartolina e cartão	86,36	79,86
Papel de embalagens	5,54	7,27
Fabricação de embalagens	3,81	5,46
Artefatos de papel, papelão p/ revestimento	0,00	3,12
<u>Mecânica</u>		
Refrigeradores, geladeiras, balcões e outros	22,61	9,81
Máquinas-ferramentas, operatrizes e ap. industriais	25,72	18,08
Máquinas, aparelhos, materiais para agricultura	44,46	26,34
Máquinas, aparelhos e equipamentos diversos	3,66	38,92
Tratores e outros	1,38	0,70
<u>Material elétrico e de comunicação</u>		
Geradores, transformadores e outros	9,92	13,90
Material elétrico (exclusive p/ veículos)	18,38	27,41
Material elétrico p/ veículos	3,10	1,64
Material eletrônico básico	1,15	3,65
Maquinas, aparelhos e equip. eletrônicos	34,17	9,82
Aparelhos e equipamentos p/ comunicação	23,79	36,67
<u>Material de transporte</u>		
Veículos automotores	91,07	94,84
Cabines e carrocerias	7,43	3,91
Bicicletas, motocicletas, etc.	0,25	0,15
Outros veículos	0,21	0,51
Bancos e estofados p/ veículos	0,07	0,42

Fonte dos dados brutos: Secretaria de Estado da Fazenda, Estado do Paraná

* Considerou-se a média trienal entre os anos 1984-86

** Considerou-se a média dos anos de 1997 e 1998

Os demais segmentos do gênero material de transporte mostram-se pouco dinâmicos e quase sem nenhuma importância para o conjunto estadual, uma vez que mantiveram suas participações relativas no grupo abaixo de 1,0%, com exceção da fabricação de “carrocerias”, cuja participação declinou substancialmente no período.

No gênero material elétrico e de comunicação, o segmento produtor de aparelhos e equipamentos para comunicação foi o que apresentou maior crescimento no período, pois elevou

sua participação para 36,6% em 1998. Observa-se que entre os anos 70 e início dos 80 o crescimento desse grupo de indústrias foi fortemente comandado pelos ramos fabricação de máquinas e aparelhos eletrônicos, fitas e discos magnéticos e pelo de fabricação de aparelhos e equipamentos de comunicação, pois em conjunto esses dois segmentos responderam com 57,96% do valor adicionado do grupo, em 1985. A partir desse período, os segmentos que comandaram o crescimento foram os de fabricação de aparelhos e equipamentos de comunicação, que mantiveram a tendência de crescimento e fabricação de material eletrônico básico.

O segmento de fabricação de material elétrico (exclusive veículos) voltou a aumentar sua participação na década de 90, tornando-se o segundo ramo mais importante dentro do grupo em termos de geração de valor. Entretanto, o que mais chama a atenção nesse grupo é o segmento fabricação de aparelhos e equipamentos eletrônicos, que diminuiu significativamente sua participação no período.

Na indústria mecânica, que tinha no segmento produtor de máquinas e aparelhos para a agricultura seu principal segmento, também se observa diversificação interna, com crescimento da participação do grupo produtor de máquinas e aparelhos diversos que passou a ser o mais importante na geração da renda do gênero. Observa-se no período o acentuado declínio do segmento produtor de geladeiras, refrigeradores, etc., e da fabricação de tratores, que manteve a tendência, observada no período anterior, de perda de participação dentro do grupo. O declínio da participação desses segmentos é fortemente determinado pela crise da economia brasileira, principalmente do setor agrícola, em razão da mudança no padrão de financiamento do setor através do deslocamento da importância da política de crédito rural em favor da política de preços, o que se refletiu na perda de dinamismo dos setores produtores de máquinas e aparelhos para a agricultura até meados dos anos 90 em razão da não renovação desses equipamentos por parte dos agricultores; o segundo, já na década de 90 quando, em decorrência da crise que se verificou no seu início, os setores líderes que haviam comandado o processo de diversificação desse grupo e voltados à produção de bens duráveis de consumo, como geladeiras, freezer, entre outros, têm sua participação fortemente reduzida ao longo da década. Apesar das dificuldades desse grupo de indústrias, o gênero mecânica passou a ter seu dinamismo atrelado a um grupo

maior e, portanto, diminuiu sua dependência em relação ao setor agrícola, como se observava em período recente.

Segundo Cunha (1995), apesar da expansão dos segmentos de novas tecnologias no estado, notadamente os da microeletrônica e informática, mecânica de precisão e novos materiais, estes encontram-se desarticulados dos demais grupos de indústrias. Assim, os efeitos indutores da inovação acabam por não se internalizar, dado que tais indústrias atendem suas necessidades de inovações tecnológicas a partir das transferências de suas matrizes, ou através das relações que mantêm com as hoje ex-estatais (Empresas do Sistema Telebrás e Eletrobrás). Em razão disso, a partir da segunda metade da década de 80 começou a se estruturar no estado um sistema de apoio interno capaz de dar suporte ao desenvolvimento tecnológico dessas indústrias, e que se direciona para a “maior interação entre os agentes de inovação (governo-universidade-empresa)”. Os resultados desse processo já se faziam notar em finais da década de 80 e em alguns nichos dos segmentos de novas tecnologias.¹⁸⁵

No gênero papel e papelão, que se diversificou durante os anos 70, há tendência de crescimento dos segmentos de papel de embalagens e embalagens, muito embora o grupo produtor de papel e papelão, cartolina e cartão continue sendo o mais importante do gênero no estado, pois continua participando com elevados 79,8% do valor adicionado.

Na química, o dinamismo é acentuadamente determinado pelos grupos refino do petróleo e fabricação de álcool (que geram mais da metade da renda do gênero) e pela fabricação de óleos vegetais. Assim, embora já se observe o ganho de importância do segmento de tintas, vernizes e outros, a estrutura produtiva da indústria pouco se modificou em relação ao período anterior.

Outra maneira de constatar as modificações na estrutura produtiva da indústria é analisando o setor por categoria de uso de seus segmentos produtivos. Tomando-se esses grupos de indústrias, tabela 4.12, nota-se que as predominantemente produtoras de bens de consumo não-duráveis deixaram de ser as mais representativas do setor. Ganharam expressão as indústrias produtoras de bens de capital e de consumo duráveis, enquanto as intermediárias praticamente mantiveram sua participação relativa. Nesse período, o segmento de bens de consumo duráveis e

¹⁸⁵ Cunha, Sieglinda K.. *O papel das políticas e das instituições...* Curitiba, Ed. UFPR, n.19, p. 101-135. 1995.

de bens de capital foram fortemente impulsionados pela produção dos gêneros material de transporte e material elétrico e de comunicação. Por sua vez, a perda de importância do segmento produtor de bens de consumo não-duráveis, que era predominante na estrutura da indústria nos anos 70, se deve ao segmento produtos alimentares, que historicamente vem perdendo importância relativa no conjunto da indústria em termos de agregação de valor. Não que isso represente encolhimento dessas indústrias; apenas que cresceram em menor proporção. Essa nova configuração do setor industrial é um forte indicativo do processo de diferenciação ocorrido na indústria estadual, diferenciando-a sobremaneira daquela que prevalecia nos anos 80 e ainda fruto das transformações da década de 70.

Tabela 4.12 Participação industrial no Paraná, por categoria de uso,
no período 1985-1998

Categoria de uso	Anos	
	1985	1998
Bens de consumo não-duráveis	39,84	28,25
Bens intermediários	49,26	49,2
Cons. durável e bens de capital	13,86	21,23

Fonte dos dados brutos: SEFA. Secretaria de Estado da Fazenda

O crescimento, a diversificação e o aprofundamento da modernização do parque industrial paranaense foram acompanhados por um intenso processo de concentração econômica ao nível das empresas. Até meados dos anos 80, embora já se evidenciasse o aparecimento das grandes corporações, com larga escala de produção, havia o predomínio das empresas de menor porte na geração do valor adicionado do setor industrial. Entretanto, a crise da economia brasileira nos anos 80 e a necessidade de se atingir mercados mais amplos e, portanto, mais competitivos fizeram com que gradativamente estas perdessem importância ante os maiores grupos industriais, que são mais capazes de fazer frente às dificuldades do período, por possuírem melhores condições junto aos órgãos de financiamento, seja no mercado interno, seja no mercado externo. Por outro lado, há que se considerar que os investimentos realizados na economia estadual durante o ciclo expansivo da década de 70, foram em grande parte realizados por grandes empresas, muitas delas subsidiárias estrangeiras, as quais contavam com maiores facilidades de

realizar investimentos e se adequar tecnologicamente para fazer frente às modificações do mercado.

Esse processo toma vulto mais recentemente, na década de 90 quando se tem um novo ciclo de investimentos na economia brasileira, em razão da estabilidade econômica, da privatização, das desregulações do período e, também, do próprio Mercosul. Assim, o Paraná, em decorrência de sua posição estratégica entre o Sul do país e o centro dinâmico da economia nacional, e também, dos esforços industrializantes através da entrada do estado no “guerra fiscal”, tem recebido vultosos investimentos no seu setor industrial, ao mesmo tempo associando-se a outras empresas para fazer frente a um mercado cada vez mais globalizado.

O processo de concentração da produção se deu em todos os gêneros. Considerando primeiro os gêneros mais importantes em termos de geração de valor adicionado, observamos que no gênero produtos alimentares, composto por elevado número de empresas, a participação das cinco maiores quase triplica entre 1991 e 1996 (tabela 4.13). As maiores empresas produtoras de produtos alimentares do estado eram Sadia, Cacique Café Solúvel, Santista Alimentos, Chapecó Indústria de Alimentos e Cargil. Esse é um setor onde coexistem empresas altamente capacitadas em termos de financiamento, gerenciamento e incorporação de novas tecnologias e empresas com baixa capacidade de incorporação e difusão de novas tecnologias. Em consequência, esse grupo pode sentir intensamente os reflexos da acirrada competição, que tende a se fortalecer com a maior abertura da economia nacional, principalmente as menores empresas, cujo espaço no próprio país já vem se reduzindo drasticamente ao longo do tempo.

Por outro lado, os grandes grupos mostram-se capazes de se adaptar à nova configuração do mercado. Ainda se destacam nesse grupo as cooperativas, que têm desempenhado um papel importante, principalmente para a maior diversificação do setor, sendo que em 1996 contribuíram com 17,78% do valor adicionado do gênero produtos alimentares no Paraná.

No gênero madeira, que também é composto por número grande de empresas, as cinco maiores praticamente quadruplicam sua participação no valor adicionado do setor em 1996. Esse grupo também passa por um processo de modernização, comandado fundamentalmente pelas

grandes corporações que se estabeleceram no estado a partir da década de 90. Embora esse segmento enfrente alguns problemas quanto ao fornecimento de matérias-primas, as expectativas do setor são altamente positivas, uma vez que recentemente outra grande empresa se instalou no Paraná, a Berneck Aglomerados. Essa empresa objetiva quintuplicar o volume de produção (30 mil metros cúbicos de aglomerados) e ampliar suas vendas para o mercado externo, notadamente para Marrocos, Estados Unidos, Canadá, Líbano e Reino Unido.¹⁸⁶ Outra empresa de grande porte desse setor é a Masisa S/A, fabricante de painéis Medium Density Fiberboard (MDF), que tem capacidade para produzir 240 mil metros cúbicos de MDF por ano, com as atividades previstas para começar neste ano.¹⁸⁷

Tabela 4.13 Participação das maiores empresas no valor agregado, por gênero, no Paraná

Gêneros	Número de Empresas		Contribuição das 5 Maiores Empresas na Renda do Setor	
	Anos			
	1991	1996	1991	1996
Produtos alimentares	3808	4083	6,3	17,9
Madeira	2173	5653	7,7	28,2
Têxtil	404	458	26,9	35,7
Material de transporte	418	428	90,9	91,6
Material elétrico e com.	329	400	63,6	74,2
Mecânica	612	717	21,5	22,4
Papel e papelão	183	304	31,9	64,6
Química (exceto petrobrás)	373	431	27,9	28,6

Fonte dos dados brutos: SEFA. Secretaria de Estado da Fazenda

No ramo têxtil, observa-se que a concentração foi menos intensa do que a observada nos gêneros produtos alimentares e madeira, embora a participação das cinco maiores na geração do valor adicionado tenha se elevado no período.

No gênero material de transporte, composto por um número relativamente pequeno de empresas, a concentração é brutal, haja vista que as cinco maiores empresas geram praticamente todo o valor adicionado do setor. Essa situação tende a reforçar-se com a entrada em operação da

¹⁸⁶ Jacomini, Franco. Berneck abre unidade de aglomerados. *Folha de Londrina*, 08 jul. 1994. Folha Economia, p.2.

¹⁸⁷ Angelo, D. Grupo de MDF do Chile investe em Ponta Grossa. *Folha do Paraná*, Londrina, 17 dez. 1999. Caderno Folha do Paraná, p.2.

Renault no estado, o que não consta nos dados de valor adicionado do gênero nesses anos. As maiores empresas do setor, em 1998, eram Volkswagen, Volvo, Chrysler, Robert Bosch e Detroit Diesel Motores, além da Renault, que entrou em operação em 2000.

Na indústria de material elétrico e de comunicação, também se faz notar a concentração da produção em poucas empresas, uma vez que as cinco maiores geraram 74,2% do valor adicionado do grupo. As maiores empresas do setor em 1998 eram Simens Ltda, SID Informática, Furukawa Industrial, Inepar S/A, Lorenzetti e Condu spar Condutores Elétricos.

No gênero mecânica, que também é fortemente concentrado em poucas unidades industriais, as cinco maiores empresas aumentaram pouco sua participação no valor agregado, Entretanto, o processo de concentração não esteve ausente nesse ramo, visto que as dez maiores, que respondiam por 26,3% do valor agregado em 1991, passaram a responder por 60,1% desse valor.¹⁸⁸ Em 1998, as maiores empresas do setor eram New Holland, Eletrolux, Elétrifio e Elevadores Atlas.

Na indústria de papel e papelão, que contava com um número de empresas relativamente pequeno, se comparado aos demais, as cinco maiores empresas mais que dobraram sua participação no valor agregado no período. Isso resulta da entrada de novas empresas nesse segmento da produção em território paranaense na década de 90.

No gênero química, embora seja o maior do estado em termos de geração de renda, nota-se que seu parque produtivo não é composto por um número muito grande de empresas. Excetuando a renda gerada pela Petrobrás, as cinco maiores empresas pouco alteraram sua posição relativa dentro do grupo.

É digno de nota o fato de que, embora não tenha ocorrido concentração no gênero química, tal processo seguramente ocorreu entre as empresas do complexo soja. A concentração nesse segmento se explica pela necessidade crescente de capital para fazer frente às necessidades de obtenção de matéria-prima e capacidade de produção em escala global. No segmento produtor

¹⁸⁸ Dados calculados a partir das informações da Secretaria da Fazenda.

de *commodities*, que são mercados organizados e exigentes quanto à padronização e homogeneização, e que dependem fortemente dos preços, a competitividade está mais relacionada ao mercado do que a fatores ligados à tecnologia, portanto dependem muito mais de suas estruturas de custo operacionais e de comercialização de produtos. Contribuiu também para esse processo de concentração o fato de que as pequenas e médias empresas que operam no setor, principalmente nos anos recentes, passam por uma série de dificuldades, que vão desde a diminuição dos subsídios e as altas taxas de juros, até a indefinição de uma política agrícola, que contribuiu para a redução do plantio de soja no país e acabou por dificultar o acesso às fontes de matéria-prima pelas pequenas e médias empresas. Entretanto, esses aspectos apontados também têm afetado as grandes empresas, principalmente em relação ao custo de captação de capital de giro e à existência de grandes incertezas nesse mercado.¹⁸⁹

Apesar das dificuldades desses segmentos industriais em face do momento em que estamos vivendo, de baixas taxas de crescimento do produto industrial, os dados indicam que está havendo um processo de concentração da produção, uma vez que as grandes empresas passam a ser as maiores responsáveis pela geração do valor adicionado no estado. Isso sugere que, se em tempos de abertura comercial mais branda e/ou normal para qualquer economia em desenvolvimento, como vinha ocorrendo no Brasil até praticamente finais da década de 80, havia a possibilidade da coexistência de empresas menos eficientes com empresas melhor capacitadas tanto financeiramente, como gerencialmente e tecnologicamente. Porém, com a iminência de um mercado globalizado, isso se torna extremamente problemático, principalmente para as pequenas e médias empresas, o que pode acentuar ainda mais a concentração da produção ao nível de empresas.

Esse fato é agravante, principalmente porque no Paraná alguns desses setores analisados são os que tradicionalmente mais empregam, tanto em termos diretos quanto indiretos.¹⁹⁰ Assim, se o processo de modernização da agricultura ao longo dos últimos vinte anos vem causando sérios problemas sociais, que só não tiveram maiores conseqüências no campo em razão da fronteira aberta com o processo de “modernização do parque fabril”, uma série de novos

¹⁸⁹ Confrome, Rizzi, A. T. & Paula, N. M. *Reestruturação da indústria agroalimentar: o caso do complexo soja*. Relatório de pesquisa - CNPq. Curitiba, UFPR, mimeo, 1995.

¹⁹⁰ Conforme dados de Rolim, Cássio, F. C. 1995, op. cit.

problemas ocorrerá na economia estadual. Com isso não estamos querendo sugerir que não deva ocorrer esse processo, pois ele é inerente ao desenvolvimento das forças produtivas tipicamente capitalistas. Entretanto, cremos ser prudente fazê-lo em outros moldes, isto é, voltado aos interesses mais gerais da nação e dos brasileiros, que historicamente foram excluídos do processo de desenvolvimento.

4.2.1 A distribuição espacial da indústria paranaense

Vimos que o ciclo expansivo da década de 70 alterou de modo substancial a distribuição espacial do setor industrial paranaense, com tendência de crescimento da participação relativa da microrregião de Curitiba no total estadual, principalmente em decorrência da instalação dos setores modernos na Cidade Industrial de Curitiba. O esgotamento dos efeitos dinâmicos dos investimentos realizados, o lento crescimento da economia nacional e o fato de que o Paraná não contou com investimentos de grande porte no período fizeram com que a concentração em Curitiba se mantivesse estável. No entanto, essa tendência voltou a se manifestar a partir de meados dos anos 90 com a entrada no estado de um volume considerável de investimentos que, em grande medida, também se direcionaram para a região de Curitiba. O resultado, foi o excepcional crescimento da concentração industrial na capital que passou a responder por mais de 60% do valor adicionado do estado em 1998, conforme tabela 4.14.

Nesse período, a concentração industrial em Curitiba não só se deu em razão da expansão dos “novos” gêneros mas também em decorrência dos “velhos”. Portanto, reforçando ainda mais sua importância na produção dos principais gêneros da indústria estadual, principalmente no grupo das metal-mecânicas, química e produtos alimentares, conforme tabela 4.15.

Em algum momento, a indústria alimentar se concentra em Curitiba. Ou seja, Curitiba responde por uma forte proporção do valor adicionado da indústria de alimentos, superando algumas regiões importantes do interior do estado e que tradicionalmente se destacaram nessa produção. Em consequência, essa microrregião, que já detinha grande parcela da indústria

estadual em 1985, visto que respondia por mais de 50% do valor adicionado em mais da metade dos gêneros considerados, viu reforçar sua importância não só na produção dos gêneros novos, mas também em outros nos quais não detinha grande expressão, como química, fumo, madeira e produtos alimentares.

Tabela 4.14 Participação das principais microrregiões do Paraná no valor adicionado da indústria – 1985-1998

Microrregiões	1985	1998
Curitiba	48,46	60,79
Ponta Grossa	8,99	7,31
Norte Velho de Jacarezinho	2,85	1,40
Norte Novo de Londrina	11,57	7,40
Norte Novo de Maringá	4,56	3,21
Norte Novo de Apucarana	2,28	1,84
Norte Novíssimo de Umuarama	1,99	1,64
Extremo Oeste Paranaense	4,28	4,07
Sudoeste Paranaense	2,05	1,61
Campos Guarapuava	2,08	1,96
Médio Iguaçu	1,88	1,17
Total	91,00	92,40

Fonte dos dados brutos: SEFA. Secretaria de Estado da Fazenda

A forte concentração da indústria em Curitiba tem gerado acaloradas discussões no estado, visto que prevalece um sentimento de que o interior foi preterido no processo de desenvolvimento industrial. Em que pese a importância dessas discussões no processo de decisões de novos investimentos, há que se ressaltar que o interior paranaense não ficou estagnado. Ao contrário, também apresentou crescimento industrial, embora em ritmo mais lento e ainda fortemente baseado em setores ligados à transformação de produtos de sua agropecuária.

Assim, a indústria do interior aumentou sua participação nos gêneros mobiliário, papel e papelão, vestuário e calçados, couros e peles, matérias plásticas, mecânica e material elétrico e de comunicação. Esse processo também veio acompanhado de uma maior diversificação ao nível das principais microrregiões do estado, conforme tabela 4.16.

Tabela 4.15 Participação das microrregiões no valor adicionado da indústria paranaense, por principais gêneros, 1998.

Microrregiões	Min.N. Metál.	Meta- lúrgica	Mecâ- nica	Mater. Elétr.	Mater. Transp.	Madeira	Mobi- lírio	Papel	Borracha	Couros, Peles,...	Química	Farmac. Veterin.	Perfum. Sabões,	Mater. Plást.	Têxtil	Vest. Calç.	Prod. Alimen.	Bebidas	Fumo	Edit.e Gráfica	
Leste Paranaense																					
Curitiba	81,6	60,9	87,1	90,6	96,3	38,8	21,8	15,7	50,1	9,3	71,7	93,4	85,2	71,3	13,8	15,2	20,0	46,3	88,2	81,6	
Litoral Paran.	0,1	0,2	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	4,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,4	0,0	0,0	0,3	
Alto Ribeira	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Alto Rio Negro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,4	1,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Lapa	0,2	0,5	0,0	0,0	0,0	2,9	2,3	1,5	0,1	3,8	0,1	0,0	0,0	0,7	0,3	1,3	1,3	0,0	10,1	0,1	
Ponta Grossa	0,8	9,1	1,7	0,0	0,6	8,1	12,4	40,1	1,4	0,0	3,1	0,1	0,1	0,9	20,8	1,1	10,1	29,1	0,0	2,4	
C. Jaguariaíva	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,5	0,0	22,1	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
São Mateus	4,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	
Colonial Irapati	0,9	0,1	0,1	0,3	0,0	6,2	0,1	1,9	5,6	0,3	0,5	0,0	0,0	0,0	0,4	0,9	0,6	0,0	0,4	0,1	
Alto Ivaí	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Norte Paranaense																					
Venceslau Braz	0,5	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,2	0,0	0,0	0,0	1,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,3	0,1	0,0	0,1	
Jacarezinho	0,4	0,2	0,4	0,4	0,0	0,6	2,6	0,0	0,5	0,0	0,8	0,0	4,9	0,6	13,7	1,1	5,8	0,9	0,0	0,4	
Alg. De Assai	0,2	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	6,6	0,2	0,2	0,3	0,0	0,0	
Londrina	3,7	8,7	7,6	3,7	1,1	1,1	30,9	1,6	8,6	28,1	6,7	0,0	4,5	20,0	-0,3	15,2	15,0	5,2	1,2	5,7	
Maringá	1,7	4,7	1,1	4,1	1,2	0,8	10,1	0,3	7,0	5,5	2,2	2,6	1,6	3,4	9,3	15,0	6,2	5,8	0,0	2,9	
Paranavai	0,6	1,1	0,1	0,0	0,0	0,4	1,3	0,0	4,4	0,7	0,9	0,0	0,2	0,0	0,7	2,4	3,4	0,0	0,0	0,2	
Apucarana	0,1	0,5	0,2	0,4	0,1	0,5	0,3	0,1	6,4	42,4	2,1	0,0	1,8	0,7	7,4	13,5	4,3	1,6	0,0	0,5	
Umuarama	0,7	0,3	0,2	0,1	0,1	0,6	2,1	0,2	0,0	7,1	2,9	0,5	0,5	0,2	3,9	15,7	2,6	0,3	0,0	0,2	
Campo Mourão	0,3	0,4	0,1	0,0	0,0	0,4	4,5	0,1	4,6	0,1	0,5	0,1	0,0	0,0	15,7	1,4	1,1	0,0	0,0	0,3	
Oeste/Sudoeste Paranaense																					
Pitanga	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	
Extremo Oeste	2,3	5,3	0,9	0,1	0,3	4,4	4,6	0,5	6,6	1,9	0,8	3,1	1,0	1,0	5,7	6,4	20,0	3,3	0,0	2,9	
Sudoeste	0,7	6,7	0,3	0,2	0,1	2,7	4,2	0,1	2,0	0,5	0,1	0,0	0,1	0,5	1,8	9,6	5,9	0,1	0,0	1,6	
C.Guarapuava	0,5	0,3	0,1	0,0	0,0	11,9	0,6	10,5	2,3	0,2	0,8	0,0	0,0	0,1	0,0	0,4	0,8	7,1	0,0	0,5	
Médio Iguaçu	0,1	0,3	0,1	0,0	0,0	11,5	0,6	4,1	0,4	0,0	0,6	0,0	0,0	0,5	0,1	0,3	0,6	0,0	0,1	0,3	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fonte dos Dados Brutos: SEFA, Secretaria de Estado da Fazenda

Tabela 4.16 Participação dos principais gêneros industriais no valor adicionado das microrregiões do Estado, 1998

Microrregiões	Min. N. Metál.	Meta- lúrgica	Mecâ- nica	Mater. Elétr.	Mater. Transp.	Madeira	Mobi- liário	Papel	Borracha	Química	Matér. Plást.	Têxtil	Vest., Calç.	Prod. Alimen.	Bebidas	Fumo	Edit. e Gráfica	Outras
Leste Paranaense																		
Curitiba	7,4	3,4	8,7	8,4	15,0	3,4	1,0	1,6	0,1	29,6	3,6	0,3	0,4	4,4	2,8	4,0	2,2	3,6
Litoral Paran.	0,4	0,4	0,6	0,0	0,2	0,5	0,1	0,0	0,0	84,5	0,0	0,0	0,0	13,0	0,0	0,0	0,3	0,1
Alto Ribeira	35,7	0,0	0,0	0,0	0,0	41,2	3,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	20,2	0,0	0,0	0,0	0,0
Alto Rio Negro	0,3	0,1	0,0	0,0	0,0	81,0	16,4	0,0	0,0	0,8	0,0	0,1	0,0	1,2	0,0	0,0	0,0	0,0
Lapa	1,5	1,9	0,2	0,1	0,0	17,1	7,4	10,2	0,0	3,2	2,5	0,4	2,5	19,7	0,0	30,9	0,1	0,0
Ponta Grossa	0,6	4,2	1,4	0,0	0,7	5,9	4,8	33,9	0,0	10,6	0,4	3,2	0,3	18,3	14,9	0,0	0,5	0,0
C. Jaguariaiva	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	14,6	0,0	83,5	0,0	1,3	0,3	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
São Mateus	76,2	0,3	0,1	0,0	0,1	6,7	0,2	0,0	0,0	1,8	0,0	0,0	0,1	14,3	0,0	0,0	0,1	0,0
Colonial Iratí	6,7	0,6	0,7	2,4	0,0	42,4	0,5	14,7	1,1	15,9	0,0	0,6	1,9	10,7	0,1	1,4	0,1	0,0
Alto Ivai	14,6	0,2	0,0	0,0	0,0	23,7	0,3	56,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	3,9	0,0	0,0	0,4	0,0
Norte Paranaense																		
Venceslau Braz	6,5	0,3	0,3	0,0	2,2	1,7	1,5	0,0	0,0	74,7	0,0	0,0	1,2	9,5	0,9	0,0	0,2	0,0
Jacarezinho	1,5	0,4	1,7	1,8	0,1	2,2	5,2	0,0	0,0	13,9	1,3	11,1	1,3	54,5	2,3	0,0	0,5	0,0
Alg. de Assaí	8,2	13,3	0,3	0,0	0,0	0,6	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	50,9	1,9	16,8	7,1	0,0	0,4	0,0
Londrina	2,7	4,0	6,2	2,8	1,4	0,8	11,8	1,3	0,2	22,7	8,4	0,0	3,6	27,0	2,6	0,5	1,2	0,0
Maringá	3,0	4,9	2,1	7,2	3,5	1,3	8,9	0,5	0,3	16,8	3,3	3,3	8,1	25,6	6,8	0,0	1,5	0,0
Paranavaí	3,8	4,0	0,6	0,1	0,5	2,4	4,0	0,2	0,7	23,9	0,1	0,9	4,7	50,7	0,2	0,0	0,4	0,0
Apucarana	0,4	0,9	0,7	1,2	0,5	1,5	0,5	0,4	0,5	28,0	1,2	4,6	12,8	31,0	3,3	0,0	0,4	0,0
Umuarama	2,3	0,7	0,6	0,4	0,5	1,9	3,6	0,7	0,0	44,9	0,4	2,7	16,7	21,2	0,6	0,0	0,2	0,0
Campo Mourão	2,5	2,1	0,7	0,2	0,6	2,7	18,2	0,9	1,0	19,4	0,1	25,3	3,5	21,0	0,0	0,0	0,7	0,0
Oeste/Sudoeste Paranaense																		
Pitanga	1,3	1,1	0,2	0,0	0,1	26,1	0,3	48,3	0,0	4,9	0,0	0,0	1,2	16,6	0,0	0,0	-0,1	0,0
Extremo Oeste	3,1	4,3	1,3	0,1	0,7	5,8	3,2	0,8	0,2	4,7	0,8	1,6	2,7	85,3	3,0	0,0	1,2	0,0
Sudoeste	2,5	13,9	1,0	0,6	0,3	9,0	7,3	0,2	0,2	1,9	0,9	1,3	10,3	48,5	0,2	0,0	1,6	0,0
C. Guarapuava	1,5	0,4	0,2	0,0	0,2	32,4	0,9	33,2	0,2	10,9	0,1	0,0	0,3	5,5	13,6	0,0	0,4	0,0
Médio Iguaçu	0,6	0,9	0,4	0,1	0,0	52,3	1,4	21,9	0,0	13,4	1,2	0,1	0,4	6,5	0,0	0,1	0,4	0,0
Total	5,5	3,4	6,1	5,7	9,5	5,3	2,8	6,2	0,2	25,1	3,1	1,1	1,7	13,3	3,7	2,7	1,6	0,0

Fonte dos Dados Brutos: SEFA. Secretaria de Estado da Fazenda, Governo do Paraná.

* Indústrias de couros, peles; perfumaria, sabões e velas; farmacêuticos e veterinários e diversas.

Assim, na microrregião de Curitiba observa-se que a indústria metal-mecânica foi a que mais se expandiu nos últimos anos. Embora a indústria química, respondeu em 1998 por 29,57% do valor adicionado.¹⁹¹

Por sua vez, o interior paranaense também se diversificou, inclusive ganhando importância na produção de suas microrregiões produtos da indústria de material elétrico, mecânica, metalúrgica, bebidas, entre outros já tradicionais nessas áreas. As principais microrregiões e as mais diversificadas são Londrina, Ponta Grossa, Maringá e Extremo Oeste.

Enfim, apesar da grande concentração da indústria na microrregião de Curitiba, inclusive com relação aos tradicionais gêneros que eram típicos da produção do interior do estado, nota-se um incipiente processo de diversificação industrial nas principais microrregiões do interior paranaense.

4.2.2 A indústria paranaense e seus mercados

As mudanças na estrutura da indústria foram acompanhadas por importantes alterações nas vinculações do setor industrial com os mercados estadual e nacional. À medida em que se desenvolvia, a indústria foi construindo relações cada vez mais fortes com o mercado nacional, que vai crescentemente constituindo-se como mais importante mercado supridor e consumidor. A dinâmica da indústria gradativamente passou a ser mais fortemente marcada pelo enganche ao mercado nacional.

4.2.2.1 A inserção no mercado nacional

Nesse contexto de acentuadas mudanças, a economia paranaense inicia a década de 90 apresentando alterações no dinamismo de alguns gêneros de sua indústria, seja em razão dos

¹⁹¹ Conforme dados SEFA a Petrobrás contribuiu com 57% do valor adicionado do gênero química em 1998.

investimentos realizados com vistas a fazer frente à maior competição no plano mundial, seja em decorrência da entrada de novos investimentos visando garantir posições em um mercado cada vez mais suscetível a transformações. Com vistas à verificação das mudanças que estão ocorrendo na inserção econômica da economia paranaense, elaboramos a tabela 4.17, que contém informações quanto ao mercado de destino das vendas do setor industrial.

A análise pelo lado das vendas indica que o mercado estadual continuou perdendo importância ante o mercado nacional, visto que absorveu 47,37% do total das vendas do setor em 1998, contra 52,15% no início do período. Em contrapartida, o mercado nacional elevou sua participação de 37,12%, observados em meados da década de 80, para 43,61% em 1998.

Tabela 4.17 Distribuição das vendas da indústria do Paraná, por mercado de destino, no período de 1985-1998

Destino	1985	1998
Para o estado	52,15	47,37
Para outros estados	37,12	43,61
Para o exterior	10,72	9,03

Fonte dos dados brutos: SEFA. Secretaria de Estado da Fazenda

* Médias trienais dos anos 1984-86 e 1997-1998

Nesse contexto, é interessante observar o comportamento das vendas dos diferentes gêneros industriais por mercado de destino. Através dos dados da tabela 4.18, tem-se que em 1985 apenas 5 gêneros destinavam acima de 50% de suas vendas para o mercado estadual: editorial e gráfica, bebidas, produtos alimentares, perfumaria, sabões e velas e química. Em 1998, o quadro pouco mudou em termos de número de segmentos industriais, uma vez que 5 gêneros destinavam acima de 50% de suas para esse mercado. No entanto, modificou o seu perfil, pois editorial e gráfica e bebidas diminuíram suas vendas para o mercado estadual, enquanto que os gêneros metalúrgica e minerais não-metálicos as elevaram. O mercado estadual continua sendo o principal para os gêneros química e produtos alimentares, dado que estes direcionam a maior parte de suas vendas para o Paraná, o mesmo acontecendo com o segmento perfumaria.

Tabela 4.18 Participação das vendas dos gêneros da indústria do Paraná, por mercado de destino, no período de 1985-1998

Gêneros	1985			1998		
	Paraná	Brasil	Exterior	Paraná	Brasil	Exterior
Mínerais não-metálicos	45,56	51,10	3,34	50,10	44,29	5,61
Metalúrgica	46,44	52,34	1,22	56,88	41,15	1,97
Mecânica	31,58	64,01	4,41	26,35	64,70	8,95
Material elétrico e comum.	19,07	78,52	2,41	20,69	75,33	3,98
Material de transporte	24,08	61,56	14,36	11,77	76,19	12,04
Madeira	32,21	55,87	11,92	31,35	48,39	20,26
Mobiliário	38,83	59,93	1,24	29,87	67,49	2,64
Papel e papelão	18,11	76,30	5,58	22,58	69,34	8,08
Borracha	34,97	65,03	0,00	41,65	57,38	0,97
Couros, peles,...	15,14	68,67	16,19	34,99	32,53	32,48
Química	53,01	31,83	15,16	55,98	30,85	13,18
Farmacêutica	43,65	55,87	0,48	38,16	61,21	0,63
Perfumaria, sabões ...	53,05	45,37	1,58	53,87	43,19	2,94
Materiais plásticos	33,72	65,06	1,22	33,60	58,58	7,82
Têxtil	46,38	46,03	7,59	39,02	55,88	5,10
Vestuário e calçados	47,25	51,21	1,54	43,98	55,17	0,84
Produtos alimentares	58,79	26,65	14,57	50,53	40,19	9,28
Bebidas	67,05	32,78	0,17	47,14	33,47	19,39
Fumo	22,20	76,31	1,50	31,03	44,96	24,01
Editorial e gráfica	66,64	32,78	0,57	29,40	68,62	1,98

Fonte dos dados brutos: SEFA. Secretaria de Estado da Fazenda

* Média entre os anos 1984-86 e 1997-98

A explicação que se encontra para as vendas do gênero química estarem fortemente voltadas para o mercado estadual reside no fato de os segmentos mais importantes desse grupo serem produtos derivados do petróleo e do álcool, que geram em média 55% do valor adicionado do gênero, e produção de óleos vegetais brutos, que gera em média outros 14%.

O segmento petrolífero tem sua produção dirigida tanto para o mercado paranaense quanto para o mercado brasileiro, mas notadamente paranaense, dado que destinou 67,4% da sua produção para este mercado, enquanto que óleos vegetais em bruto, em face das suas características, tendem a se localizar nas proximidades das fontes de matérias-primas, normalmente realizando seu primeiro processamento para, no segundo momento, destinar sua produção a outras unidades industriais, que transformam o óleo bruto em óleo refinado, margarinas, entre outros derivados. Mas, quando da comercialização, esses produtos entram na classificação como originados do segmento alimentar. Assim, como o segmento alimentar

paranaense também é importante no Paraná, grande parte das vendas do gênero química dirige-se para o mercado interno do estado, para a produção de óleos refinados, margarinas, rações balanceadas, entre outros derivados da soja. Dessa forma, dirigiu 40% de suas vendas para esse mercado em 1998. Por outro lado, não podemos deixar de mencionar a importância do segmento produtor de adubos, fertilizantes e corretivos do solo, que contribuiu com 8,5% do valor adicionado do gênero e destinou 67,6% de sua produção para o mercado paranaense, devido à moderna agricultura existente no estado.

Em relação a produtos alimentares, tem-se que seus principais segmentos, tais como beneficiamento de café, café solúvel; resfriamento do leite e produtos do laticínio; fabricação de açúcar e refino; fabricação de massas e biscoitos, direcionaram, em 1998, acima de 50% de suas vendas para o mercado estadual.¹⁹²

Outros gêneros também elevaram suas vendas para o mercado estadual, como material elétrico, papel e papelão, borracha, couros e peles e fumo, muito embora a maior proporção seja destinada para outros mercados, notadamente para o mercado nacional. Em relação ao mercado nacional, a tendência que se vinha observando desde a década de 70, com ganho de importância desse mercado ante os mercados estadual e externo, alterou-se a partir de meados dos anos 90, dado que houve um redirecionamento das vendas de alguns segmentos para o mercado estadual e também para o mercado externo. Esses segmentos são: minerais não- metálicos, que direcionaram suas vendas em maior medida para o mercado estadual, mas também para o exterior; metalúrgica, que praticamente as destinou ao mercado estadual; madeira, cujas vendas cresceram mais que proporcionalmente para o mercado externo; couros e peles, que também redirecionaram suas vendas para o mercado externo e em menor medida para o mercado estadual; e fumo, que teve suas vendas fortemente voltadas para o exterior.

Embora essas mudanças sejam significativas e indiquem uma tendência de alteração no destino da produção industrial, os principais gêneros da indústria paranaense, com exceção de química e produtos alimentares, têm suas vendas fortemente voltadas para o mercado nacional, notadamente material de transporte, que destinou, em 1998, 76,19%; material elétrico e de

¹⁹² Dados calculados a partir de informações da Secretaria Estadual da Fazenda, SEFA.

comunicação, 75,33%; papel e papelão, 69,34%; mobiliário, 67,49%; mecânica, 64,70%; editorial e gráfica, 68,62%; farmacêutica, 61,21%; matérias plásticas, 58,58%; borracha, 57,38%, e têxtil, 55,88%.

Esses dados tornam-se mais interessantes na medida em que se observa que não são apenas os segmentos que se implantaram durante o ciclo expansivo que se voltaram para o mercado nacional, mas também segmentos já tradicionais no estado, como têxtil, mobiliário, editorial e gráfica e farmacêutica, que tinham suas produções fortemente voltadas ao mercado estadual. Isso significa que esses segmentos industriais também passaram por um processo de reestruturação interna, que os capacitou para competir em mercados mais amplos.¹⁹³

A análise de origem das compras da indústria paranaense indica que o mercado estadual continuou a perder importância como abastecedor, principalmente em razão do crescimento da participação do mercado externo. Em outras palavras, o grau de integração local da indústria cai, conforme tabela que segue.

Tabela 4.19 Distribuição das Compras da Indústria do Paraná,
por mercado de origem, 1985-1998

Origem	1985	1998
Do Estado	60,81	53,17
De Outros Estados	34,65	36,27
Do Exterior	4,54	10,55

Fonte dos Dados Brutos: SEFA. Secretaria de Estado da Fazenda.

* Média entre os anos de 1984-86 e 1997-98.

A provável explicação para esse comportamento se deve aos efeitos da implantação dos setores modernos no Paraná, notadamente daqueles que exigem maior grau de elaboração industrial, dado que, em razão das suas necessidades de matérias-primas, partes e componentes, recorrem a outros mercados. No período observa-se que o mercado nacional praticamente

¹⁹³ Esse setor passa por modificações na sua produção, ganhando importância a produção de fios sintéticos. Assim, cada vez mais está se buscando no mercado nacional e internacional o poliéster, derivado do petróleo, para ser incorporado na produção de fios. Isso tem contribuído para que os engates dessa indústria passem a ser estabelecidos junto aos mercados nacional e externo, tanto em termos de compras quanto em relação às vendas. Jornal "O Diário". Maringá, 26, novembro, 2000.

manteve sua participação relativa, próxima da observada em 1985, evidenciando que as compras foram direcionadas mais para o mercado externo, que elevou consideravelmente sua participação, passando de 4,54% para 10,31% em 1998, assunto ao qual voltaremos nossa atenção mais adiante.

Considerando a origem das compras industriais por gênero, é possível tecer algumas considerações. Tínhamos visto que, em 1985, 5 gêneros obtinham mais de 50% de suas necessidades de matérias-primas, partes e componentes no mercado paranaense e 13 compravam mais de 50% no mercado nacional. Somente 4 gêneros realizavam mais de 10% de suas compras no exterior. Em 1998, 5 gêneros compravam mais de 50% no Paraná, 11 compravam mais de 50% no mercado nacional e 8 compravam mais de 10% no mercado internacional. Assim analisadas, as relações da indústria paranaense com os mercados local e nacional não mudaram essencialmente. A grande mudança está no fato de que um número bem maior de gêneros passou a realizar no exterior significativas proporções de suas compras.

Vimos também que entre 1975 e 1985, na maioria dos gêneros, ocorreu diminuição das compras no mercado local e aumento no mercado nacional. Entre 1985 e 1998, ao contrário, em muitos gêneros o Paraná ganhou importância como supridor. Dentre estes, destacam-se material de transporte, papel e papelão, minerais não-metálicos, química, vestuário e calçados e bebidas, conforme tabela 4.20. Interessante observar também que, embora continue realizando no Paraná uma enorme proporção de suas compras, a indústria de produtos alimentares amplia suas compras no mercado nacional.

Entre 1975 e 1985, na maioria dos gêneros, a queda da importância do mercado paranaense como supridor da indústria se deveu ao aumento do enganche da indústria estadual com o mercado nacional. Entre 1985 e 1998, o aumento da importância do Paraná como supridor de sua indústria foi acompanhado pela perda de importância do mercado nacional e aumento do peso do mercado externo. Portanto, embora para o conjunto da indústria se observe a continuidade da tendência de abastecer-se menos no mercado local, em muitos gêneros observa-se processo inverso: aumenta a integração produtiva local. Mais que isso: o aumento da integração produtiva ocorreu justamente em gêneros que apresentam elevada participação na

geração do valor agregado da indústria (química, material de transporte, material elétrico, papel e papelão, minerais não-metálicos).

Tabela 4.20 Distribuição das compras dos gêneros da indústria do Paraná, por mercado de origem, no período de 1985-1998

Gêneros	1985			1998		
	Paraná	Brasil	Exterior	Paraná	Brasil	Exterior
Minerais n. metálicos	50,08	49,66	0,26	55,52	31,58	12,91
Metalúrgica	43,91	53,52	2,57	43,13	54,97	1,91
Mecânica	29,53	66,78	3,69	29,41	50,41	20,18
Material elétrico e com.	17,56	66,94	15,50	23,31	41,70	34,99
Material de transporte	21,33	63,88	14,79	52,24	33,63	14,14
Madeira	59,59	38,00	2,41	57,99	33,18	8,82
Mobiliário	41,15	58,83	0,02	39,48	57,69	2,83
Papel e papelão	40,55	56,47	2,98	47,78	42,87	9,35
Borracha	22,92	69,83	7,26	13,88	81,35	4,77
Couros, peles,...	45,84	52,81	1,35	43,28	55,07	1,66
Química	36,97	52,29	10,75	48,14	34,95	16,91
Farmacêutica	15,53	83,34	1,13	22,52	55,84	21,64
Perfumaria, sabões,...	52,17	46,97	0,86	27,03	63,48	9,49
Matérias plásticas	29,82	69,46	0,72	34,29	52,55	13,16
Têxtil	84,63	14,91	0,46	51,06	41,18	7,77
Vestuário, calçados,...	20,95	78,96	0,09	42,08	56,06	1,86
Produtos alimentares	80,48	18,37	1,14	70,75	26,18	3,07
Bebidas	36,96	47,24	15,81	44,58	46,65	8,77
Fumo	49,10	45,65	5,25	19,05	68,01	12,93
Editorial e gráfica	48,94	50,44	0,62	34,11	56,65	9,24

Fonte dos dados brutos: SEFA. Secretaria de Estado da Fazenda

Obs. Média entre os anos 1984-86 e 1996-98

Em dois outros gêneros que contribuem fortemente para geração do valor agregado industrial (madeira e mecânica), a participação das compras estaduais permaneceu estável. Vale destacar que na indústria de material de transporte a participação das compras estaduais nas compras totais mais que dobrou, fazendo com que esse segmento passasse a procurar no mercado estadual mais de 50% de seus suprimentos.

É evidente que, nas ligações do Paraná com o mercado nacional, o estado de São Paulo aparece com destaque, tanto na posição de vendedor como na de comprador. Chama atenção, entretanto, o fato de que o mercado paulista vem perdendo importância na medida em que o

Paraná diversifica a origem das compras e o destino das vendas de sua indústria, conforme tabela 4.21. Nesse particular, chama a atenção o crescimento da importância dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, mas também de outros estados da União que detinham pouca importância no comércio com o Paraná, por exemplo Sergipe, Amazonas, Mato Grosso e Goiás.

Tabela 4.21 Balança comercial interestadual – operações globais com os principais estados - 1978/1998 (Em %)

Principais Estados	1978		1982		1998	
	Compras	Vendas	Compras	Vendas	Compras	Vendas
São Paulo	66,12	48,04	60,22	47,98	53,24	39,96
Rio de Janeiro	7,31	10,22	13,13	8,76	4,58	7,22
Minas Gerais	3,54	5,02	3,51	4,11	5,02	6,50
Santa Catarina	6,61	13,30	6,94	16,28	12,25	16,83
Rio G. do Sul	10,95	11,22	8,92	8,15	7,68	9,86
Mato G. do Sul	2,50	1,49	2,88	2,40	2,82	2,58
Bahia	0,41	1,28	0,62	2,71	0,81	1,59
Pernambuco	0,24	1,29	0,25	1,98	0,24	1,39
Demais estados	2,33	7,37	3,53	7,62	13,36	14,07
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda

Obs. Médias trienais: 1977-1979, 1981-1983 e 1997-1998

No que se refere ao saldo da balança comercial interestadual do Paraná, nota-se, uma inversão em relação ao seu comportamento, que de deficitário passou a superavitário nos anos 90. No entanto, a economia paranaense continue deficitária, principalmente em relação a São Paulo, que é o principal parceiro comercial do estado. Em relação aos demais estados, esses devem-se fundamentalmente a compras de produtos eletro-eletrônicos da Zona Franca de Manaus, insumos agrícolas de Sergipe (compra de uréia), e, em relação ao Mato Grosso, em razão da compra de carnes e mesmo de soja, que são processadas no Paraná. Os técnicos da Secretaria de Estado da Fazenda fazem até um alerta no sentido de que, em decorrência do regime tributário brasileiro, está havendo uma intensificação do comércio interestadual, porque as empresas acabam preferindo comprar de outros estados, em razão de alíquotas de ICMS menores (caso específico do SIMPLES), a comprar dentro do próprio estado, o que muitas vezes distorce a realidade dos fatos.

É interessante notar que, em termos de comércio inter-regional, o Paraná mantém relações comerciais fundamentalmente com as regiões Sudeste e Sul do país: essas regiões absorveram 83% das vendas realizadas pelo Paraná e foram responsáveis pelo fornecimento de 85% dos produtos adquiridos pela economia paranaense em 1998. Mas também a região Centro-Oeste se destaca, tanto em termos de escoamento da produção estadual como em relação ao fornecimento de produtos à economia do estado, notadamente os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, em razão de sua moderna agropecuária.

Em linhas gerais, esse comportamento da indústria estadual indica que esta está passando por profundas transformações na sua estrutura produtiva, com fortes reflexos na forma de inserção na economia nacional e mesmo internacional.

4.2.2.2 A inserção no mercado externo

Vimos no capítulo anterior que os segmentos que mais vendiam para o mercado externo eram produtos alimentares e química, os quais respondiam por mais de 80% do total das vendas do setor industrial paranaense em 1985. No período em análise, esses dois segmentos continuam sendo os principais em termos de participação no volume das vendas, embora se observe queda de produtos alimentares e forte crescimento da metal-mecânica. Em 1998, a participação da metal-mecânica no conjunto das vendas para o exterior já se equiparava à participação de produtos alimentares.

A queda de participação de produtos alimentares e o crescimento dos produtos da metal-mecânica nas vendas externas do Paraná, conforme tabela 4.22, já proporcionam uma importante indicação da mudança qualitativa do perfil de suas exportações, no sentido do aumento do peso de indústrias de maior grau de elaboração. Esta melhora na qualidade da inserção externa do estado pode ser melhor avaliada quando se considera que entre 1988 e 1997

as exportações de produtos básicos cresceram em média 10% ao ano, enquanto as de produtos industriais cresceram mais de 15% ao ano.¹⁹⁴

Tabela 4.22 Participação dos gêneros industriais do Paraná nas vendas ao exterior, médias trienais, no período de 1985-1998

Gêneros	1985	1998
Minerais não metálicos	0,76	1,04
Metalurgica	0,22	0,61
Mecânica	1,33	5,18
Mat. elétrico e comun.	0,61	2,53
Material transporte	3,42	11,76
Madeira	4,46	8,23
Mobiliário	0,17	0,69
Papel papelão	1,70	3,48
Borracha	0,00	0,02
Couros, peles,...	1,06	2,76
Química	35,26	32,53
Prod. farmac. veterin.	0,00	0,03
Perfum., sabões e velas	0,02	0,53
Prod. mat. plásticas	0,16	1,79
Têxtil	3,12	1,00
Vest., calç., art. Tec.	0,07	0,19
Produtos Alimentares	47,30	19,71
Bebidas	0,02	3,56
Fumo	0,31	4,16
Editorial e gráfica	0,02	0,18
Total	100,00	100,00

Fonte dos dados brutos: SEFA. Secretaria de Estado da Fazenda
Média dos anos de 1984-86 e 1997-98

A explicação para esse desempenho exportador deve-se, segundo Lourenço (1997), fundamentalmente aos seguintes fatores: a) crescimento dos preços das *commodities* no mercado internacional dos complexos soja e, em especial, do café, nos últimos anos considerados; b) a política institucional, Lei Kandir, que desonerou os produtos básicos e semi-elaborados exportados, desobrigando-os do pagamento de ICMS, o que permitiu maior competitividade desses produtos no mercado internacional; c) o processo de mudanças na estrutura produtiva do estado, através da introdução de novas formas de produção, gestão, controle de qualidade,

¹⁹⁴ A taxa de crescimento dos produtos industrializados foi de 5,7% para o Brasil e de 9,6% para a região Sul. Portanto, no Paraná a mudança no perfil da pauta exportadora foi mais acentuada que no Brasil e na região Sul. Conforme dados elaborados por Pereira, L. B. & Knizkova, M., op. cit., 1998, p. 9.

inovação tecnológica e outros, levando à diversificação da pauta exportadora; d) desaquecimento do mercado interno brasileiro e do aproveitamento das condições favoráveis no mercado internacional, principalmente em setores que já detinham certos laços e tradição de relações de comércio internacional; e) apoio institucional, que se traduziu em inversões públicas voltadas à recuperação e ampliação da infra-estrutura econômica do estado, concretizando-se as obras em áreas de transportes, telecomunicações e energia.¹⁹⁵

Enfim, as transformações na estrutura produtiva da economia paranaense nos últimos anos têm colaborado para significativas mudanças na sua pauta exportadora, dentre as quais nota-se o crescimento dos seguimentos mais elaborados ante os produtos básicos.

Essas mudanças em relação ao mercado externo também se verificam pelo lado das compras, tanto em termos de sua elevação junto a esse mercado como também em relação ao seu perfil. Assim, dentre os 20 gêneros considerados, 15 elevaram suas compras junto a esse mercado e as reduziram em relação ao mercado interno, seja em relação ao mercado paranaense, seja em relação ao mercado de outros estados. Os gêneros mais importantes, em 1985, em termos de participação no total das compras externas, eram química e produtos alimentares, com uma participação acima de 70% do total das compras, o que revelava o peso dessas indústrias sobre a estrutura produtiva da indústria estadual após o ciclo expansivo da década de 70. Em 1998, química e produtos alimentares participaram em conjunto com 43,2%, enquanto que a metal-mecânica elevou sua participação para 38,9%. Assim, em face do crescimento e maior diversificação da indústria paranaense no período recente, as compras do setor industrial tornaram-se mais complexas, com destaque para a elevação da importância do grupo da metal-mecânica nas compras realizados junto ao mercado externo.

Esse comportamento das compras do setor industrial deve-se, em grande medida, à entrada em vigor do Plano Real, uma vez que a partir de sua implantação promoveu-se maior abertura do mercado brasileiro, principalmente através da redução das tarifas e eliminação dos mecanismos de barreiras não-tarifárias (Anexo C), com o conseqüente aumento generalizado das importações do país. Assim, a trajetória histórica de elevados saldos comerciais e de seus efeitos

¹⁹⁵ Conforme, Lourenço, Gilmar Mendes, 1997, op. cit., p. 6.

dinâmicos no mercado interno passou por uma reversão estrutural devido ao período de valorização do real, da diminuição dos prazos para a realização das ACCs, dos estímulos às importações e da desregulamentação. Por outro lado, também é fruto do recente processo de industrialização do estado, com a vinda das montadoras para o Paraná, e os investimentos realizados em outros segmentos da indústria. Portanto, não só alterando o perfil das compras industriais, mas deslocando-as para o mercado nacional e internacional. Ou seja, à medida que se desenvolve no estado segmentos produtivos com maior nível de agregação de tecnologias, sua indústria recorre a mercados mais amplos e capazes de atender suas necessidades correntes.

Tabela 4.23 Participação dos gêneros da indústria do Paraná nas compras totais realizadas no exterior, 1985-1998*

Gêneros	1985	1998
Minerais não etálicos	0,08	2,83
Metalúrgica	1,46	0,51
Mecânica	2,19	9,22
Mat. elétrico e de comunicação	6,94	16,46
Material transporte	7,11	13,22
Madeira	1,71	2,46
Mobiliário	0,01	0,61
Papel papelão	1,86	2,72
Borracha	0,41	0,12
Couros e peles	0,33	0,11
Química	57,70	36,43
Prod. farmac. veterin.	0,01	0,43
Perfumaria, sabões e velas	0,04	1,00
Produtos de mat. plásticas	0,25	2,71
Têxtil	0,59	0,82
Vestuário, calçados e art. Tec.	0,01	0,45
Produtos alimentares	12,76	6,76
Bebidas	4,73	2,16
Fumo	1,76	0,31
Editorial e gráfica	0,05	0,67
Total	100,00	100,00

Fonte dos dados brutos: SEFA. Secretaria de Estado da Fazenda

* Média entre os anos de 1984-1986 e 1997/1998

Há que se considerar também as recentes disputas entre os estados em decorrências das modificações na Lei Kandir e seus efeitos sobre a estrutura de arrecadação. Ou seja, à medida em que se desonerou as exportações, houve um aumento no volume de créditos de ICMS proveniente

de compras de outros estados, com alíquota de 12% e como o Paraná não possui um setor de bens de capital suficiente para atender suas necessidades internas e as satisfaz recorrendo ao mercado interno brasileiro, notadamente em São Paulo, têm provocado distorções em relação à arrecadação de ICMS. Assim, o Paraná tende a direcionar suas aquisições junto ao mercado externo, dado que torna-se mais atrativo do que comprar no mercado doméstico. Nesse sentido, estudo da Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná aponta:

A nova onda de investimentos deverá provocar um crescimento excepcional na indústria de bens de capital. O direito ao crédito de ICMS na compra de máquinas e equipamentos fará com que o mercado nacional – principalmente São Paulo – aproprie-se dos frutos do aumento da industrialização via arrecadação, enquanto o Paraná, na condição de importador de bens, tenha sua arrecadação diminuída na mesma proporção do aumento da arrecadação do mercado nacional, pois suportará os créditos de ICMS nas aquisições de bens de capital. Nesse sentido, é curioso verificar uma exótica contradição. Se um dos critérios para receber transferência da União é a da eficiência fiscal (desempenho superior à média nacional) seria preferível substituir o mercado nacional pelo internacional. Essa visão pouco nacionalista, mas profundamente paranista, provocaria uma queda de arrecadação dos demais estados, enquanto que os créditos nas compras paranaenses seriam anulados pelo pagamento na importação. O resultado final seria favorável ao Paraná

Isso significa que mesmo sendo prejudicial a outros estados, há uma tendência de a economia paranaense, como os demais estados “importadores”, reduzir suas compras junto ao mercado nacional em favor do mercado internacional em razão da incompatibilidade da sistemática de tributação de ICMS face à nova realidade econômica. Em outros termos, na prática as “barreiras” interestaduais estão mais restritivas que as internacionais.

O mais importante a ser retido é o fato de que as transformações em curso contribuíram no sentido de promover maior diversificação da economia paranaense, com crescente modernização e diversificação da produção agropecuária, que consolidou uma nova base técnica nos trabalhos agrícolas e intensificou o uso de máquinas e equipamentos mecânicos e insumos

modernos, portanto, incorporando um novo padrão tecnológico na sua produção. Junto dessas mudanças toma relevância o fato de que sua indústria avançou significativamente na produção de produtos que exigem maior complexidade tecnológica na sua elaboração, com escalas de produção para atender o mercado nacional e internacional, com crescente diferenciação interna ao nível dos gêneros. Essas mudanças contribuíram para que se inserisse fortemente no mercado nacional e qualitativamente melhor se comparada ao período anterior, uma vez que suas vendas deixaram de ser fortemente dependentes dos produtos da química e de produtos alimentares e passaram a contar com os produtos da indústria de material de transporte, material elétrico, de comunicação e mecânica, entre outros não menos importantes. Portanto, ganharam importância nas vendas internas e externas do Paraná, os bens industrializados frente aos produtos básicos, o que foi fundamental para a diferenciação do padrão de integração junto ao mercados nacional e internacional e para a retomada do crescimento das exportações nos últimos anos da década de 90. Ademais, a economia paranaense cresceram em importância as vendas dos bens de consumo durável e bens de capital ante os bens de consumo não duráveis. Em outros termos, o Paraná deixou de se inserir no mercado nacional como forte produtor de bens de consumo e intermediários como se prognosticava no passado, e avançou em novas etapas da produção capitalista.

O Período em estudo, também apresenta algumas particularidades que se evidenciaram na forte concentração de capitais, até então pouco verificada no estado. Embora se observe aumento no número de empresas em quase todos os gêneros industriais ao longo do período, esta em curso um processo de concentração da produção. Assim, cada vez mais a renda gerada na indústria é originada por um número muito pequeno de empresas, que realizam investimentos em segmentos novos com uso intensivo em capital.

5. CONCLUSÕES

Difícilmente se pode dizer, hoje, que o Paraná seja uma economia preponderantemente agrícola ou mesmo agroindustrial. Na verdade, já em 1985, a indústria havia ultrapassado a agricultura na geração da renda interna. Naquela época, entretanto, a indústria era, ainda, predominantemente ligada à agricultura, demandando seus produtos para processá-los e, em menor medida, ofertando insumos, máquinas e equipamentos. Ali, a idéia de uma economia especializada na produção agrícola e agroindustrial ainda era fiel à realidade. De lá para cá, ocorreram importantes mudanças, quantitativas e qualitativas, que alteraram sensivelmente as feições da economia paranaense. O crescimento da indústria elevou o Paraná à condição de detentor do quarto maior PIB industrial do país, superando o Rio Grande do Sul. O forte crescimento da indústria entre meados dos anos 80 e fins dos anos 90 foi acompanhado por importantes transformações, que tiraram, talvez definitivamente, da indústria seu caráter agroindustrial. As forças que comandam a geração de emprego e renda no Paraná estão hoje, sem dúvida, mais ligadas à indústria que à agricultura.

O aumento do peso da atividade industrial na economia paranaense não ocorreu devido a um mais lento crescimento da agricultura. Pelo contrário, a agricultura paranaense cresceu e modernizou-se. Assim o café, que representava a principal atividade econômica nesse setor, deu lugar a outros produtos, entre eles a soja, o trigo, o milho e a cana-de-açúcar, que apresentaram excelentes taxas de crescimento entre os anos de 1970 e 1985. O que se verifica é uma diversificação da produção agrícola estadual, que contrasta fortemente com o prognóstico da manutenção de uma economia especializada na monocultura tipicamente de exportação.

Considerando-se apenas a produção de grãos, esta mais que dobrou entre os anos de 1970 e 1985 e elevou-se substancialmente entre os anos de 1985 e 1998. Este incremento se deu, em um primeiro momento, pela expansão das culturas de soja e do trigo, que se transformaram nos mais importantes produtos agrícolas do estado até meados da década de 80; e, em segundo momento, pela expansão da soja e do milho, que se transformaram nas vedetes das transformações do setor nos anos 90. Enquanto isso, a área colhida ao longo desses 25 anos aumentou menos da metade, o que torna essas mudanças extremamente relevantes, pois em

grande parte elas ocorreram incorporando novas tecnologias de modo a compensar as restrições impostas ao setor, principalmente em termos de área, visto que já no início dos anos 80 a fronteira agrícola do Paraná estava praticamente ocupada.

O mais importante é que, junto a essa diversificação da produção agrícola, ocorreu também uma crescente modernização do setor agropecuário, uma vez que a economia local passou a incorporar uma nova base técnica nos trabalhos agrícolas. Assim, as técnicas mais rudimentares como a utilização de força animal, os trabalhos manuais, entre outros, deram lugar a máquinas e equipamentos mecânicos, incorporando, portanto, um novo padrão tecnológico na sua produção

Junto com essa nova base técnica, toma relevância o fato de que a modernização da agricultura passou, também, a influenciar as relações de trabalho no campo. Assim, as formas mais atrasadas de relações de trabalho, predominantes na fase da economia cafeeira, cederam lugar a relações mais modernas, tipicamente capitalistas, como é o assalariamento da força de trabalho, forma essa que se tornou predominante na economia estadual.

As culturas modernas avançaram por quase todas as microrregiões do estado e, o que é mais importante, avançaram em todos os segmentos da produção, não ficando restritas aos grandes produtores como se pensava até recentemente, mas disseminaram-se para o conjunto dos pequenos estabelecimentos agrícolas, que também se tecnificaram ao longo desse processo de diversificação econômica da agricultura estadual. Em consequência, a produtividade dos principais produtos da agricultura do Paraná (arroz, feijão, milho, soja e cana-de-açúcar) elevaram-se substancialmente ao longo desses anos e em quase todos os extratos de área, apesar das dificuldades do período. Revelou-se portanto, o potencial de crescimento desse setor e dos demais a montante e a jusante, pois existem grandes margens para incorporar equipamentos, máquinas e insumos produzidos por esses setores e que ainda não são absorvidos totalmente pela agricultura. Este fato torna a agricultura paranaense apta a responder com aumento de produção e produtividade à medida que se retome o crescimento econômico, dado que se consolidou como uma das mais modernas agriculturas do país.

A expansão da indústria foi acompanhado por importantes mudanças estruturais. Gêneros tradicionais, como alimentos e química, perderam peso na medida em que outros se expandiram, mudando a conformação da estrutura da indústria, e tornando-a muito mais complexa e diversificada. A diversificação não se deu apenas em nível dos gêneros. No interior dos gêneros também ocorreram importantes modificações estruturais, com o crescimento de segmentos industriais mais complexos tecnologicamente e com maior capacidade de agregação de valor aos produtos. Isto ocorreu tanto nos gêneros que ampliaram sua presença na matriz industrial no recente ciclo de investimentos da economia brasileira, recebendo novos segmentos industriais, com destaque para as montadores de veículos, quanto nos gêneros que marcavam a indústria paranaense, como alimentos, química e madeira. Vale destacar que na indústria mecânica, antes pesadamente dedicada à produção de máquinas e equipamentos para a agricultura, ocorre uma forte diversificação, com o surgimento de outros produtos, não necessariamente ligados ao atendimento da demanda do setor agrícola.

A estrutura industrial mudou também em um outro e importante sentido. Em todos os gêneros observa-se a crescente concentração da produção em um menor número de empresas. Ao contrário do passado recente, na imensa maioria dos gêneros, o grosso da produção se origina de empresas de grande porte, que exploram grandes escalas de produção, ligadas ao mercado nacional e eventualmente internacional, para escoar suas vendas ou realizar seu abastecimento de matérias primas, partes e componentes.

A geografia da produção industrial do Estado também mudou. A concentração industrial na região de Curitiba reforçou-se, levando o entorno da capital a responder, em 1998, por mais de 60% do valor agregado da indústria estadual. Esta cifra, vale observar, é semelhante àquela registrada para a Região Metropolitana de São Paulo com relação ao conjunto da indústria paulista. A concentração em Curitiba não se deu somente por força do crescimento dos novos segmentos industriais mas também pela expansão, na região, da produção de produtos pertencentes aos gêneros mais tradicionais, fazendo com que Curitiba se sobressaia, por exemplo, na produção de produtos alimentares, superando a participação conjunta de Londrina e Ponta Grossa, os dois pólos industriais mais importantes do interior.

A crescente concentração da indústria na região de Curitiba não significou que a indústria do interior não tenha crescido ao longo destes 25 anos. Pelo contrário, houve expansão industrial no interior, embora marcada, por um lado, pela preponderância do processamento de matérias primas de origem agropecuária e, por outro, pela concentração em pouquíssimos pólos relevantes, com são os casos de Londrina e Ponta Grossa que respondiam, em 1998, por cerca de 15% do valor agregado da indústria estadual. Nestas duas regiões observam-se claros sinais de diversificação industrial, apontando para sua futura consolidação como principais pólos industriais interioranos.

As mudanças na estrutura da indústria foram acompanhadas por importantes alterações nas vinculações do setor industrial paranaense com os mercados estadual e nacional. À medida em que se desenvolvia, a indústria foi construindo relações cada vez mais fortes com o mercado nacional, que vai crescentemente constituindo-se como seu mais importante mercado supridor e consumidor. A dinâmica da indústria, antes marcada por fortes vínculos locais a jusante e a montante, é agora muito mais fortemente marcada pelo enganche ao mercado nacional. Entretanto, apesar da perda de importância relativa do mercado estadual, em muitos gêneros aumentou o grau de integração local. Dentre eles se destaca a indústria de material de transporte.

Chamam a atenção as mudanças nas relações comerciais entre o Paraná e São Paulo. Embora continue a manter fortíssimos vínculos com o pólo dinâmico da economia nacional, a economia paranaense diversificou a origem de suas compras e o destino de suas vendas, fazendo com que a economia paulista perdesse importância como escoadouro e como supridora do Paraná. É notável, neste processo, o estreitamento das relações comerciais entre o Paraná e Santa Catarina.

A este respeito, é interessante destacar os resultados de uma tentativa de avaliação da contribuição da indústria paranaense para o abastecimento do mercado estadual. Ou, dito de maneira ligeiramente diferente, uma avaliação da proporção da demanda paranaense de produtos industriais coberta pela produção da indústria estadual.

Com a informação disponível, foi possível construir uma aproximação para o tamanho do mercado estadual somando as compras realizadas pela indústria e pelo comércio do Estado. Nesta soma se considera o total das compras de bens industriais, finais e intermediários, realizadas pela indústria e pelo comércio do Estado. Ao relacionar as vendas da indústria paranaense para o Estado com o total das compras da indústria e do comércio, tem-se um indicador da proporção do mercado paranaense de produtos industriais coberta pela produção estadual. Este indicador pode ser chamado de *grau de abastecimento*. Calculando-se o grau de abastecimento para 1975, 1985 e 1998, chega-se às cifras de 22%, 26% e 21% respectivamente. Assim, entre 1975 e 1985, a tendência teria sido no sentido de a indústria do Paraná ocupar uma crescente fatia do mercado estadual. Entre 1985 e 1998, ao contrário, a indústria do Paraná teria perdido algum espaço como supridora do mercado estadual, que teria tendido a abastecer-se mais com produtos de outros estados ou do exterior.

O processo de crescimento, modernização e diversificação do parque industrial paranaense foi acompanhado por mudanças em sua inserção no mercado externo. Embora os dois tradicionais gêneros da indústria (química e alimentos) continuem, em conjunto, predominantes, observa-se um importante processo de diversificação na pauta das vendas externas. A este respeito, é notável o fato de que o conjunto da indústria metal mecânica já tenha uma participação no total das vendas externas semelhante àquela observada para a indústria de alimentos.

Tal como ocorreu na indústria nacional, a indústria paranaense ampliou seus vínculos com o exterior. A participação das vendas para o exterior nas vendas totais aumentou entre 1975 e 1985 para depois estacionar em um patamar inferior a 10%. O comportamento da participação das compras externas nas compras totais mostra um sustentado crescimento ao longo do tempo mas, no fim do período, supera escassamente a marca dos 10%. Assim, embora tenha crescido, o grau de abertura do conjunto da indústria não atingiu níveis significativos.¹⁹⁶

¹⁹⁶ ¹⁹⁶ Os dados da Tabela de Recursos e Usos das Contas Nacionais (IBGE) permitem chegar a uma estimativa do grau de abertura da indústria nacional (indústria de transformação) metodologicamente compatível com aquela realizada para o Paraná. O cálculo é o seguinte: $\text{Exportações} / \text{Oferta Total a Preço Básico} - \text{Importações} + \text{Variação de Estoques}$. Para 1998, o grau de abertura da indústria nacional, assim calculado, seria 10,14%. Assim, o grau de abertura da indústria paranaense, medido pela ótica das vendas, seria, em 1998, inferior ao da indústria nacional.

Olhando a participação das vendas externas em relação às vendas totais nos diferentes gêneros, observa-se que as maiores mudanças ocorreram em gêneros de menor importância relativa (madeira, couros e peles e fumo) que, em 1998, passaram a colocar no exterior proporções muito significativas de suas vendas. No caso dos gêneros com maior peso na estrutura industrial observa-se um ligeiro aumento no conjunto das indústrias metalmeccânicas e uma diminuição nas indústrias de alimentos e química. Assim, embora a indústria tenha, ao longo do período, aumentado sua inserção externa pelo lado das vendas, nenhum de seus gêneros apoiou sua dinâmica especializando-se nas exportações.

Nas compras, ao contrário, além de aumentos significativos nas compras externas de alguns gêneros de menor peso relativo, gêneros importantes passam a depender bem mais fortemente do abastecimento externo. Tais são os casos dos gêneros química e principalmente mecânica e material elétrico. Nestes dois últimos casos as compras externas atingem percentuais bastante elevados das compras totais. É interessante destacar, entretanto, que no gênero material de transporte, que contribuiu fortemente para o crescimento e diversificação da indústria estadual, a participação das compras externas cresce entre 1975 e 1985 mas não aumenta a partir daí. Este comportamento, como vimos, se explica pelo fato de que a indústria montadora de automóveis, que se instalou recentemente no Paraná, apresenta um elevado grau de integração com a indústria local de peças, partes e componentes.

Essas mudanças não são mero produto da dinâmica da economia e do livre jogo das forças de mercado. O processo de crescimento e diversificação da economia paranaense, descrito em largos traços anteriormente, contou com os estímulos proporcionados pelas políticas de desenvolvimento regional, tanto daquelas que se referem à modernização da agricultura quanto das políticas de desenvolvimento regional constantes no segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, notadamente para os casos de papel e papelão e química, em função da instalação de uma refinaria da Petrobrás no Paraná e do espraiamento da indústria paulista no período. Entretanto, é digno de nota o fato de que as ações do governo paranaense foram extremamente importantes nesse processo.

Já no princípio do século passado, quando se estava expandindo a atividade cafeeira em território paranaense, em razão das proibições de novas plantações de café no país, com vistas a controlar a oferta, o governo paranaense interpelou o governo federal e conseguiu que esta medida não afetasse as plantações de café no Paraná. Esse fato teve grande importância para a expansão da cafeicultura paranaense e, portanto, para o desenvolvimento de uma agricultura montada sob novas bases, porque voltada para o mercado e à obtenção de lucro.

A presença da cafeicultura no Paraná foi importante porque se criou uma categoria de produtores que realizavam uma produção voltada para o mercado com vistas à obtenção lucro, portanto, criando as bases para a existência de uma agricultura moderna. Tanto isso é verdade que, quando da crise do setor cafeeiro e dos estímulos à diversificação da agricultura e sua modernização, os produtores agrícolas paranaenses souberam valer-se desses estímulos e deles tiraram proveito para diversificar e modernizar suas propriedades. Isso foi tão marcante que no espaço de apenas uma década a agricultura do Paraná possuía outra configuração, qual seja, de maior produtor de café do país passou a um dos maiores produtores de soja e trigo, além de outras culturas não menos importantes da produção agrícola estadual. Nesse processo de diversificação e modernização agrícola, o crédito rural foi extremamente importante, porém de nada adiantaria se não existissem de outro lado agricultores aptos a responderem a esses estímulos.

Também no caso da indústria houve uma política deliberada do governo estadual em promover a industrialização do Estado. Um dos marcos dessa política foi a montagem da Companhia de Desenvolvimento do Paraná (Codepar), com o objetivo de financiar o desenvolvimento industrial, notadamente no tocante à infra-estrutura básica do Estado, condição essa que possibilitou, além do escoamento da produção agrícola estadual, potencializar o poder de atratividade da economia quanto ao recebimento de investimentos industriais nos anos 70, pois passou a contar com maior oferta de energia elétrica, construção e ampliação de rodovias e ferrovias, adequação do porto de Paranaguá, modernização das telecomunicações, entre outras medidas importantes.

Assim, através desses recursos financeiros, notadamente do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), o governo estadual pôde envidar novos esforços no sentido de promover a industrialização do Paraná. Embora em uma pioneira tentativa se tenha tentado reproduzir o modelo de “substituição de importações”, já esgotado no plano nacional, esta foi importante, porque criou novas bases para expansão industrial do período subsequente. Entretanto, o projeto de maior envergadura foi, sem sombra de dúvida, a consolidação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) no Paraná, onde o governo paranaense teve um papel decisivo, pois deu suporte ao empreendimento e exerceu uma agressiva política de atração de investimentos. Em consequência o Paraná contou com a instalação de segmentos modernos, a exemplo do complexo metalmeccânico e de refino de petróleo na Região Metropolitana de Curitiba, bem como da modernização dos grupos tradicionais como madeira, produtos alimentares, química (óleo de soja), entre outros.

Essas medidas possibilitaram o desenvolvimento de novos segmentos industriais no estado e contribuíram decisivamente para a diversificação do setor industrial paranaense, criando, em última instância, um ambiente industrial propício, que teve grande importância na década de 90, quando do novo ciclo de investimentos que se direcionaram para a economia brasileira e, notadamente quando o Paraná entrou no processo de “barganha” para atrair novos investimentos. Assim, não só os incentivos fiscais e financeiros contribuíram para a realização de investimentos no estado, mas também as condições materiais existentes em termos de infra-estrutura econômica; e, acima de tudo, a existência de uma indústria já complexa e relativamente diversificada, que, em última instância, possibilitou e potencializou o direcionamento desse capitais para o Paraná.

O panorama da evolução da economia desenhado neste trabalho mostra que o Paraná pôde (ou soube) aproveitar-se tanto do período de desconcentração da economia nacional quanto do período de arrefecimento deste processo e colheu como resultado um parque industrial de porte respeitável, com um razoável grau de integração local e com forte integração à economia nacional e, o que é mais importante, com um notável grau de diversificação, fugindo da especialização à qual talvez esteja condenada a imensa maioria dos demais estados da federação.

6. BIBLIOGRAFIA

- ABLAS, L. A. Q. *Intercâmbio desigual e subdesenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Pioneira: FIPE, 1985.
- AGARWALA, A. A. & SINGH, S. P. (coords.) *A Economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Forense, 1969.
- AGUIAR, G; CARNEIRO, R. & JATOBÁ, J. Efeitos espaciais da política nacional de desenvolvimento agrícola. In: PIMES – *Desigualdades regionais no desenvolvimento brasileiro*. Recife, SUDENE, 1984, vol. 2, capítulo 1 e 2.
- ALBUQUERQUE, C. A. C. *Cenários do Paraná: desafios do Paraná*. Curitiba, ago, 1995, mimeo.
- ALDCROFT, D. H. *Historia de la economía europea, 1914-1980*. Barcelona, Crítica, 1989.
- AMIN, S. *O desenvolvimento desigual: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico*. Rio de Janeiro, Forense, 1976.
- ÂNGELO, D. *Grupo de MDF do Chile investe em Ponta Grossa*. Londrina, Folha do Paraná, 17 dez., caderno Folha do Paraná, p. 02, 1995.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL: vários anos.
- AUGUSTO, M. H. O. *Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista: estudo sobre a CODEPAR*. São Paulo, Símbolo, 1978.
- AURELIANO, L. M. *No limiar da industrialização*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- AZZONI, C. R. Equilíbrio, progresso técnico e desigualdades regionais no processo de desenvolvimento econômico. Porto Alegre. In: *Análise Econômica*, Ano 11, n. 19, mar, p. 5-28, 1993.
- BALANÇO ANUAL: PARANA 94/95. São Paulo, Gazeta Mercantil, VI n. 1, p. 52, 1994.
- BADEP. *Estudos para uma política de desenvolvimento industrial do Paraná: instrumentos estaduais de apoio à indústria*. Relatórios, Curitiba, Vol. 5., p. 58, nov. 1981.
- BAER, W. *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 1966.
- BALAN, J. (org.) *Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1974.

- BANDEIRA, P. S. A região Sul e as estratégias estaduais de desenvolvimento. In: *Revista paranaense de desenvolvimento*. IPARDES. Curitiba, n.82, maio/ago., 1994, p. 17-28.
- BARAN, P. A. *A economia política do desenvolvimento*. 5 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.
- BELLUZZO, L. G. M. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados. In: *Economia e sociedade*. Campinas, SP. n. 4, junho, 1995, p. 11-20.
- BELLUZZO, L. G. M. & CARDOSO de MELO, J. M. Reflexões sobre a crise atual. In: BELLUZZO, L. G. M. & COUTINHO, R. (org.) *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 141-158.
- BENACHOUCHE, R. *Acumulação mundial e dependência*. Rio de Janeiro, Vozes, 1980.
- BRAND, J. & ROCHA, R.C.Z. *Centro internacional de tecnologia de software: plano estratégico do CITs - 1992/1995*. Curitiba, 1992.
- CANO, W. Para uma política de resgate do atraso do Brasil na década de 90. In: *Economia e sociedade*. Campinas, SP. n. 2, ago, 1993, p. 97-124.
- CANO, W. Auge e inflexão da desconcentração econômica regional no Brasil. In: *Anais do XXIII encontro nacional de economia*. ANPEC. Salvador, Vol. 2, pp. 628-644, 1995.
- CANO W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Campinas. Ed. UNICAMP, 1998.
- CANO, W. Questão regional e concentração industrial no Brasil, 1930-70. In: *Anais do VI Encontro Nacional de Economia*, ANPEC. Gramado, Vol. 2, pp. 896-959, 1978.
- CANO, W. *Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional*. Campinas, São Paulo, Editora da UNICAMP, 1993.
- CANO, W. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970-95. In: *Economia e sociedade*. Campinas, n. 8, 1997, p. 101-142.
- CANO, W. Migrações, desenvolvimento e crise no Brasil. In: *Anais do XXIV Encontro Nacional de Economia*, ANPEC. Campinas, SP, dez, p. 39-57, 1996.
- CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil*. Campinas, 2 ed. IE/UNICAMP, 1998a.
- CANCIAN, N. *Cafecultura paranaense 1900/1970*. Curitiba, GRAFIPAR, 1981.
- CANUTO, O. Aprendizado tecnológico na industrialização tardia. In: *Economia e sociedade*. Campinas, SP, n. 2, ago, 1993, p. 171-188.

- CANUTO, O. *Brasil e Coréia do Sul: os (des) caminhos da industrialização tardia*. São Paulo, Nobel, 1994.
- CANUTO, O. Abertura comercial, estrutura produtiva e crescimento econômico na América Latina. In: *Economia e sociedade*. Campinas, SP, n. 3, dez, 1994, p. 43-64.
- CANUTO, O. *O Paraná e a nova dinâmica regional brasileira: uma agenda de pesquisas*. Campinas, dez, 1998, mimeo.
- CANUTO, O.; RABELO, F.M. & SILVEIRA, J. M. Abertura e grupos econômicos na indústria brasileira. In: *Revista paranaense de desenvolvimento*. IPARDES. Curitiba, n. 92, set./dez. 1997.
- CARDOSO, F. H. *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1980.
- CARDOSO, F. H. *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes*. 2 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- CARDOSO, F. H. & FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 7 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1984.
- CARDOSO, F. H. & FALETO, E. Repensando dependência e desenvolvimento na América Latina. In: *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- CARLEIAL, L. M. F. A questão regional no Brasil contemporâneo. In: LAVINAS, L., CARLEIAL, L. M. e NABUCO, M. R. (Org.) *Restruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo, HUCITEC, 1993.
- CARNEIRO, R. M. *Crise, estagnação e hiperinflação: a economia brasileira nos anos oitenta*. Campinas. Tese Doutorado. IE/UNICAMP, 1991.
- CASTOR, B. V. J. *Tecnologia apropriada e planejamento de sistemas sociais*. Califórnia. Tese Doutorado. Universidade da Califórnia do Sul, 1982.
- CASTRO, I. E. Visibilidade da região e do regionalismo: a escala brasileira em questão. In: LAVINAS, L. ; CARLEIAL, L. M. e NABUCO, M.R (Org.) *Integração, região e regionalismo*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1994.
- CASTRO, D. Indústria. In. IPARDES: *Temas Estratégicos para o Paraná*. Curitiba, dez, 1994.
- CASTRO, D. A Política de Incentivos Fiscais no Paraná. In: *Aspectos da Guerra Fiscal no Brasil, Vol. II*. Curitiba, junho, 1997.
- CAVALCANTI, C. E. & PRADO, S. *Aspectos da Guerra Fiscal no Brasil*. Brasília: IPEA/FUNDAP, 1998.

- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo, Xamã, 1996.
- CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. In: *Economia e sociedade*. Campinas, SP. n. 5, 1995, p. 1-30.
- CMNP. Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. *Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná: depoimentos*. São Paulo, Ave Maria, 1975.
- CODEPAR. Companhia de Desenvolvimento do Paraná. *O Paraná e a economia cafeeira*. Curitiba, 1963.
- CODESUL – IPARDES. *Estudo dos fatores de decisão na implantação de indústrias na região metropolitana de Curitiba*. Curitiba, abril, 1980, mimeo.
- COUTINHO, L. A terceira revolução industrial e tecnológica. In: *Economia e sociedade*. Campinas, SP. n. 1, ago., 1992, p. 69-88.
- COUTINHO, L. & BELLUZZO, L. G. M. Desenvolvimento e estabilização sob finanças globalizadas. In: *Economia e sociedade*. Campinas, SP. n. 7, dez., 1996, p. 129-154.
- COUTINHO, L. & BELLUZZO, L. G. M. Reorganização da economia mundial. In: *Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 23, 1982.
- CUNHA, S. K. *O papel das políticas e das instituições no desenvolvimento industrial do Paraná*. Curitiba, UFPR, n. 19, p. 101-135, 1995.
- CUNHA, S. K. Padrões de intervenção do Estado em ciência e tecnologia. In: *Revista de Economia*. Curitiba, v. 18, n. 16, p. 85-106, 1992.
- CUNHA, S. K. *A crise da economia paranaense: últimos resultados das estimativas de renda interna e do índice de produto real*. Curitiba, Anal. Conj. Vol. 6, n. 9, p. 1-3, set, 1985.
- DELFIN, N. A. *O Problema do Café no Brasil*. São Paulo, IPE/USP, 1981.
- DINIZ, C. C. *Capitalismo, recursos naturais e espaço*. Campinas. Tese Doutorado, UNICAMP/IE, 1987.
- DINIZ, C. C. & LEMOS M.B. *Dinâmica regional e suas perspectivas no Brasil*. Brasília: IPEA/IPLAN, 1990.(Prioridades e Perspectivas de Políticas Públicas, 3).
- DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização. In: *Nova Economia*. Belo Horizonte, v. 3, n.1, set. p. 35-64, 1993.
- DINIZ, C. C. *Dinâmica regional da indústria no Brasil: início de desconcentração, risco de reconcentração*. Tese de Professor Titular, UFMG, Belo Horizonte, 1991.

- DINIZ, C.C. *Dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas*. Brasília, IPEA, nov. 1994.
- DRAIBE, S. *Rumos e metamorfoses – Estado e industrialização no Brasil: 1930/1960*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- EICHENGREEN, B. História e reforma do sistema monetário internacional. In: *Economia e sociedade*. Campinas, SP. n. 4, junho, 1995, p. 53-78.
- EMATER/IAPAR/SEAB. *Cadeia produtiva do milho*. Curitiba, 1997, mimeo.
- FERNANDES, S. C. Abertura comercial: um estudo sobre o processo brasileiro de liberalização. In: *Revista paranaense de desenvolvimento*. IPARDES, Curitiba, n. 92, set/dez. 1997.
- FIBGE. Censo agrícola do Paraná, 1955/56.
- FIBGE. Censo agrícola do Paraná, 1960.
- FIBGE. Censo agropecuário do Paraná, 1970, 1975, 1980 e 1985.
- FIBGE. Censo industrial do Paraná, 1960, 1970, 1980 e 1985.
- FIEP. Federação das Indústrias do Estado do Paraná. *Redirecionando produção para exportar*. Curitiba, ano 14, n. 2, abr. 1999.
- FIEP. *Sondagem industrial III: a visão de líderes industriais Paranaenses – 1998/1999*. Departamento Econômico. Curitiba, 2000.
- FILHO, C. M. Divisão regional do Paraná. In: *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. IPARDES. Curitiba, n. 87, jan./abr., 1996, p. 149-173.
- FLEISCHFRESSER, V. Paraná, agricultura moderna?. In: *O Paraná: economia e sociedade*. IPARDES, Curitiba, 1982.
- FOLHA DO PARANA. Londrina, 23 fev. Caderno Folha Economia, p. 1, 2000.
- FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.
- FURTADO, C. *Análise do modelo brasileiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1977.
- FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. 5 ed. São Paulo, Paz e Terra, 1981.
- FURTADO, C. O subdesenvolvimento revisitado. In: *Economia e Sociedade*. Campinas, SP. n. 1, ago., 1992, p. 5-20.

- FURTADO, C. *Brasil: a construção interrompida*. 2. Ed. São Paulo, Paz e Terra, 1992.
- FURTADO, C. A superação do subdesenvolvimento. In: *Economia e Sociedade*. Campinas, SP. n. 3, dez., 1994, p. 37-42.
- GAZETA MERCANTIL. Ano IV, n. 4, ago, 1997.
- GERMER, C. *O sistema de crédito internacional e a instabilidade financeira dos países da periferia capitalista*. Curitiba, CMDE/UFPR, n. 9, 1998.
- GERMER, C. (et. alli) *Análise comparativa do progresso técnico na soja em uma região de café (Norte) em região de culturas alimentares (Extremo Oeste) no Paraná*. Curitiba, CODESUL/IPARDES, 1981.
- GUIMARÃES NETO, L. Desigualdades regionais e federalismo. São Paulo. In: *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. (org.) AFFONSO, R. B. A. e SILVA, P. L. B. São Paulo: FUNDAP, 1995.
- GUIMARÃES NETO, L. *Nordeste: da articulação comercial à integração econômica*. Campinas: UNICAMP/IE. Tese de doutorado, 1986.
- GUIMARÃES NETO, L. *Evolução e perspectivas das desigualdades no Brasil*. FUNDAP/IESP, 2 v. 1994.
- GUIMARÃES NETO, L. Dinâmica recente das economias regionais brasileiras. In: *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. IPARDES. Curitiba, n. 86, set./dez., 1995, p. 123-152.
- GUTTMANN, R. A transformação do capital financeiro. In: *Economia e Sociedade*. Campinas, SP. n. 7, dez., 1996, p. 51-84.
- IPARDES. *Estudo de integração de pólos agro-industriais do Paraná*. Curitiba, v. 3, jan. 1975.
- IPARDES. *Base industrial: análises setoriais e seus componentes no Paraná*. Curitiba, 1976.
- IPARDES. *Renda interna do Paraná: 1970/1979*. Curitiba, 1980.
- IPARDES. *Estudo para uma política de desenvolvimento industrial no Paraná: a desconcentração industrial e as perspectivas do Paraná*. Curitiba, set, v.1, 1981.
- IPARDES. *Estudos para uma política de desenvolvimento industrial no Paraná: avaliação dos distritos industriais e potencialidades municipais*. Curitiba, set, v. II, 1981.
- IPARDES. *Estudo para uma política de desenvolvimento industrial no Paraná: distribuição espacial da indústria paranaense*. Curitiba, out. v. IV, 1981.
- IPARDES. *Contribuição ao estudo do crédito rural no Paraná*. Curitiba, 1981.

- IPARDES. *O Paraná: economia e sociedade*. Curitiba, 1982.
- IPARDES. *As migrações e a transformação da estrutura produtiva e fundiária do Paraná*. Curitiba, 1983.
- IPARDES. *Nova configuração espacial do Paraná*. Curitiba, 1983.
- IPARDES. *Caracterização da indústria alimentar no Paraná*. Curitiba, 1984.
- IPARDES. *Consequências sociais das transformações tecnológicas na agricultura do Paraná*. Curitiba, 1985.
- IPARDES - BADEP. *Cenários da economia paranaense*. Curitiba, 1986.
- IPARDES. *Análise Conjuntural*, Curitiba, v. 10, abril, 1988.
- IPARDES. *Acordos Brasil/Argentina: grupos de interesses e impactos no complexo trigo nacional*. Curitiba, 1989.
- IPARDES. *Diagnóstico da base produtiva do Paraná: anos 80*. Curitiba, junho, 1991.
- IPARDES. *O Paraná no Mercosul: análise preliminar de setores mais sensíveis*. Curitiba, 1991.
- IPARDES - IPEA. *Política de reconversão: critérios e parâmetros para a formulação de um projeto de reconversão*. Curitiba, set. 1994.
- IPARDES. *Temas estratégicos para o Paraná*. Curitiba, dez. 1994.
- IPARDES. *Competitividade da indústria paranaense: uma análise setorial*. Curitiba, 1994.
- IPARDES. *Análise conjuntural*. Curitiba, v. 16, jul/ago., 1994.
- IPARDES. *Análise Conjuntural*, Curitiba, v. 21, mar/abr. 1999.
- IPARDES. *Análise Conjuntural*, Curitiba, v. 22, jan/fev. 2000.
- ITO, O. *Os Fatores que afetam o processo de industrialização do estado do Paraná*. Porto Alegre. Diss. Mestrado CEPE-UFRGS, 1980.
- JACOMINI, F. *Berneck abre unidade em Londrina*. Londrina, Folha de Londrina, 08 jul, Folha Economia, p.02, 1994.
- JATOBÁ, J. & REDWOOD III, J. Efeitos espaciais da política de desenvolvimento industrial. In: *PIMES. Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro*. SUDENE, Recife, 1984, vol. 2, cap. 1, p. 4-135.

- KALECKI, M. *Teoria da dinâmica econômica: ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista*. São Paulo, Abril Cultural, 1983. Coleção os Economistas.
- KALECKI, M. *Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas*. 2 ed. São Paulo, HUCITEC, 1990.
- KATZ, F. J. *The informal sector and debate underdevelopment: the case of Brazil*. Thesis. Doct. Economy. University of London, London, 1984.
- KATZ, F. J. *Questão conceitual nos estudos contemporâneos de atividades econômicas urbanas de pequena escala. Suas relações com as teorias do desenvolvimento econômico. Breve resenha histórica e crítica*. Recife, PIMES-UFPE, 1987. Mimeo.
- KATZ, F. J. & POLICARPO, L. Inovações tecnológicas e desenvolvimento na periferia: estudo de casos no nordeste brasileiro. In: *Anais do XX Encontro Nacional de Economia*. Campos do Jordão, 1992.
- KASTER, J. *Caminhões: Volvo encerra exportações com governo federal com superávit*. Curitiba, Indústria e Comércio, 18 ago, p. A-7, 1994.
- KATZMAN, M. T. Colonization as an approach to regional development: northern Paraná. Brasil. In: *Economic Development and Cultural Change*, July, 1978.
- KAGEIAMA, A. A. *Modernização, produtividade e emprego na agricultura – uma análise regional*. Tese Doutorado, UNICAMP/IE, Campinas, 1986, mimeo.
- KAGEIAMA, A. A. & SILVA, J. G. Os resultados da modernização agrícola dos anos 70. In: *Estudos Econômicos*. 13 (13): 557-559, set/dez. 1983.
- LAFER, B. M. *Planejamento no Brasil*. 3 ed. São Paulo, Perspectiva, 1975.
- LAPLANE, F. M. & SARTI, F. Investimento direto estrangeiro e a retomada do crescimento sustentado nos anos 90. In: *Economia e Sociedade*. Campinas, SP. n. 8, junho, 1997, p. 143-181.
- LEÃO, I. Z. C.C. *O Paraná nos anos setenta*. Curitiba, IPARDES-CONCITEC, 1989.
- LESSA, C. *A estratégia de desenvolvimento - 1974-1976; sonho e fracasso*. 2 ed. Campinas, SP. UNICAMP/IE, 1998.
- LIPIETZ, A. *Miragens e milagres*. São Paulo, Nobel, 1988.
- LIPIETZ, A. & BENKO, G. *Las regiones que ganan: distritos y redes. Los nuevos paradigmas de la geografía económica*. Valência, Edicions Alfons El Magnanim, 1994.
- LOURENÇO, G. M. *Economia paranaense: panorama conjuntural e cenários prospectivos: 1997-2007*. IPARDES, Curitiba, 1996.

- LORENÇO, G. M. & LEÃO, I. Z. C.C. Tendências da economia brasileira e paranaense: 1995-2005. In: *Revista paranaense de desenvolvimento*. IPARDES. Curitiba, n. 86, set./dez., 1995, p. 101-121.
- LOURENÇO, G. M. *A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação*. Curitiba. Ed. Do autor, 2000.
- LUGNANI, A. C. *Agricultura e indústria no Brasil: a relação de um setor não oligopolizado com setores oligopolizados*. Maringá, UEM-DCO, 1986.
- LUGNANI, A. C. *Inovações tecnológicas e desenvolvimento na agricultura brasileira: o caso da Embrapa e a pesquisa com soja nos anos 80*. São Paulo. Tese de Doutorado, USP, 1996.
- MAGALHÃES FILHO, F. B.B. Perspectivas industriais do Paraná. *Revista paranaense de desenvolvimento*. BADEP. Curitiba, nov/dez, n. 15, 1969, p. 7-24.
- MAGALHÃES FILHO, F.B.B. O novo perfil econômico do Paraná. *Indicadores econômicos*. FEF. Porto Alegre, v.21, n.3, p 31-52, nov. 1993.
- MAGALHÃES FILHO, F.B.B. O Paraná em revista. In: *Revista paranaense de desenvolvimento*. IPARDES. Curitiba, n. 82, maio/ago., 1994, p. 5-16.
- MAGALHÃES FILHO, F.B.B. Evolução histórica da economia paranaense. In: *Revista paranaense de desenvolvimento*. IPARDES. Curitiba, n. 87, jan./abr., 1996, p. 131-148.
- MANTEGA, G. *A economia política brasileira*. 3 ed. Rio de Janeiro, Polis/Vozes, 1985.
- MANTEGA, G. & MORAES, M. *Acumulação monopolista e crises no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- MARTINI, G. & DINIZ, C.C. Concentração econômica e demográfica no Brasil: recente inversão do padrão histórico. *Revista de Economia Política*. São Paulo, v. 11, n.3, p. 121-134, jul/set, 1991.
- MEDEIROS, N. H. *A competição schumpeteriana e a organização cooperativa: o caso da Cocamar*. São Paulo, Tese de doutorado, Depart. de Economia, USP, 1995.
- MEINERS, W. E. M. A. *Implantação da indústria automobilística e novos contornos da região de Curitiba*. Curitiba. Diss. Mestrado – CMDE/UFPR, 1999.
- MELLO, J. M. C. *O capitalismo tardio*. 4 ed. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- MELLO, J. M. C. Consequências do neoliberalismo. In: *Economia e Sociedade*. Campinas, SP. n.1, ago, 1992.
- MENDONÇA, S. R. *de Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Graal, 1986.

- MERCADANTE, A . *O Brasil pós-real: a política econômica em debate*. (Org.) Campinas, SP: UNICAMP/IE, 1998.
- MICHELON, E. *Cadeia produtiva e desenvolvimento regional*. Maringá. Diss. Mestrado, DCO-UEM, 1997.
- MOREIRA, I. L. *O sistema mundial capitalista: um esboço de compreensão*. Recife, PIMES-UFPE, 1984 (texto para discussão, 151).
- MULLER, G. *Estado, estrutura agrária e população: estagnação e incorporação regional*. Rio de Janeiro, Vozes, 1980. Cadernos Cebrap, 32.
- MYRDAL, G. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. 3 ed. Rio de Janeiro, Saga, 1972.
- NARETTO, N. AL. *A estratégia econômica do governo Geisel em debate*. Campinas. Diss. Mestrado, UNICAMP-IE, 1994.
- OLIVEIRA, F. de *O café e o norte do Paraná*. Rio de Janeiro, Ind. Gráficas, 1972.
- OLIVEIRA, C. A. B. Quinze anos depois – comentários sobre o texto ‘Paraná economia e sociedade. In: *Revista paranaense de desenvolvimento*. Curitiba, n. 83, set/dez., 1994, p. 5-16.
- PACHECO, C. A . *Fragmentação da nação*. Campinas, SP. UNICAMP/IE, 1998.
- PADIS, P. C. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. Curitiba: HUCITEC, 1981.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura: SEAG. *O Paraná e a economia cafeeira*. Rio de Janeiro, CODEPAR, 1963.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura: SEAG. *Mudanças técnicas e relações de trabalho no café, algodão e soja no norte-paranaense*. Curitiba, 1985.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento: SEAB/DERAL. *Produção agrícola municipal: 1980-1998*. Curitiba, 2000, mimeo.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Fazenda: SEFA. *Subsídios para escolha do fator de eficiência relativa*. Curitiba, ago, 1996.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Fazenda: SEFA. *Estatística econômico financeira: 74-85*. Curitiba, 1 v. 1988.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Fazenda: SEFA. *Estatística econômico financeira: 86-87*. Curitiba, 1v. 1989.

- PARANÁ. Secretaria de Estado da Fazenda: SEFA. *Estatística econômico financeira*: 88-89. Curitiba, 1v. 1991.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Fazenda: SEFA. *Estatística econômico financeira*: 89-90. Curitiba, 1v. 1991.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Fazenda: SEFA. *Estatística econômico financeira*: 91-92. Curitiba, 1v. 1993.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Fazenda: SEFA. *Estatística econômico financeira*: 93-94. Curitiba, 1v. 1995.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Fazenda: SEFA. *Estatística econômico financeira*: 95-96. Curitiba, 1v. 1997.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Fazenda: SEFA. *Estatística econômico financeira*: 97-98. Curitiba, 1v. 1999.
- PEREIRA, L. B. *O Estado e as transformações recentes da agricultura paranaense*. Recife. Tese Doutorado, PIMES/UFPE, 1987.
- PEREIRA, L. B. *Avaliação do impacto da política tecnológica na agricultura paranaense: 1974-1985*. Maringá. UEM-DCO, 1989, p. 10, mimeo.
- PEREIRA, L. B. & KNIZKOVA, M. *Dinamismo exportador dos estados da região Sul e Brasil: período 1988-97*. Florianópolis, UFSC. Texto p/ Discussão, n. 11/98, ago, 1998.
- PIERUCCINI, M. A. *O processo de constituição do complexo agroindustrial na região oeste do Paraná*. Maringá. Diss. Mestrado, UEM, 1998.
- PIMES. *Desigualdades regionais no desenvolvimento brasileiro*. SUDENE. Recife, 1984, 4 vol.
- QUANDT, C. O. *Inovação e território: elementos para a formulação de políticas de capacitação tecnológica e desenvolvimento regional*. Curitiba, CMDE/UFPR, n.5, 1998.
- QUANDT, C. O. *Inovação, competitividade e desenvolvimento regional: os desafios da reestruturação produtiva do Estado*. In: *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. IPARDES. Curitiba, n. 91, maio/ago., 1997, p. 9-32.
- QUANDT, C. O. & NETO, J. M. *Reestruturação da indústria paranaense, competitividade e desenvolvimento regional*. IPARDES. Curitiba, abril, 1997, mimeo.
- RAGIO, N. Z. *Norte-Novo do Paraná: transformações no campo e a questão do acesso à terra*. Campinas. Diss. Mestrado; UNICAMP, 1985.
- REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO. Curitiba, CODEPAR, n. 6, mai/jun., 1968.

- REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO. Curitiba, BADEP, n. 56, set/ out. 1976.
- REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO. Curitiba, BADEP, n. 69, out/nov. 1979.
- REZENDE, G. C; NONNEMBERG, M. J. B. & MARQUES, M.C. *Abertura comercial, financiamento das importações e o impacto sobre o setor agrícola*. Rio de Janeiro, junho, 1997, mimeo.
- RISCHBIETER, CARLOS. Incentivos à industrialização paranaense. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba, BADEP, n. 30, p. 7-23, 1972.
- RIZZI, A . T. & PAULA, N. M. *Reestruturação da indústria agroalimentar: o caso do complexo soja*. Curitiba, UFPR, relatório de pesquisa, 1995.
- RIZZI, A . T. *Mudanças tecnológicas e reestruturação da indústria de frangos no Brasil*. Curitiba, UFPR, texto para discussão n. 8, 1998.
- RODRIGUES, O . *Teoria do subdesenvolvimento da Cepal*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1981.
- ROLIM, C. F. C. Integração x Integração: A busca dos conceitos perdidos. In: LAVINAS, L; CARLEIAL, L. M. e NABUCO, M. R. (Org.) *Integração, região e regionalismo*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1994.
- ROLIM, C. F. C. *Subsídios para elaboração do programa de investimentos na região metropolitana de Curitiba*. Curitiba, 1987 (mimeo).
- ROLIM, C. F. C. O Paraná urbano e o Paraná do agrobusiness: as dificuldades para a formulação de um projeto político. In: *Revista paranaense de desenvolvimento*. IPARDES. Curitiba, n. 86, set./dez. 1995, p. 49-99.
- ROSTOW, W. W. *Etapas do desenvolvimento: um manifesto não-comunista*. 6 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- SANTOS, T. *Economia mundial, integração e desenvolvimento sustentável*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- SANTOS, A . J. & MENDES, J. B. *Sugestões para o aprimoramento da política florestal paranaense: o problema de produção*. Curitiba, Anal. Conj. V. 16, n. 11-12, nov/dez, 1994.
- SILVA, J. G. A gestão das políticas na agricultura brasileira moderna. *Revista economia e sociologia rural*. Brasília, jul/ago/set, 1989.
- SILVA, J. G. A Estrutura Agrária do Estado do Paraná. In: *Revista paranaense de desenvolvimento*. IPARDES. Curitiba, n. 87, jan./abr., 1996, p. 175-195.

- SILVA, S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.
- SINGER, P. *A crise do milagre: interpretação crítica da economia brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- SOUZA, N. J. Desenvolvimento polarizado e desequilíbrios regionais no Brasil. In: *Análise Econômica*. Porto Alegre, 1993.
- SOUZA, N. J. & SANSON, J. R. *A agroindústria brasileira do milho*. Porto Alegre, UFRGS, 1993, mimeo.
- SUNKEL, O. *O marco histórico do processo de desenvolvimento/subdesenvolvimento*. 5 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- TAUNAY, A. E. *Pequena história do café no Brasil*. Rio de Janeiro, Dep. Nacional do Café, 1945.
- TAVARES, M. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre a economia brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- TAVARES, M. C. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. 2 ed. Campinas, Ed. UNICAMP, 1986.
- TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, RJ. Vozes, 5. Ed. 1997.
- TRINTIN, J. G. *Industrialização do norte-paranaense e a questão do bloqueio ao desenvolvimento de regiões periféricas*. Recife. Dissertação de Mestrado PIMES/UFPE, 1989.
- TRINTIN, J. G. Desenvolvimento regional: o caso paranaense. *Anais do XXI Encontro Nacional de Economia*. ANPEC. Belo Horizonte. Vol. 2, 1993.
- TRINTIN, J. G. Uma análise da evolução do crédito rural no Paraná: 1970-1990. In: *A economia em revista*. Maringá, DCO-UEM, vol. 3. N.2, 1994.
- URBAN, M. L. P. Dilemas da economia paranaense. In: *Revista paranaense de desenvolvimento*. IPARDES. Curitiba, n. 84, jan/abr, 1995, p. 13-17.
- VAINER, C. B. *A configuração de novos espaços regionais e a emergência de novos atores políticos*. Porto Alegre, Ensaio FEE, 1995.
- VASCONCELOS, J.R. & CASTRO, D. *Paraná: economia, finanças públicas e investimentos nos Anos 90*. Brasília, IPEA, fev, n. 624, 1999.
- VEIGA, J. E. S. *Metamorfoses da política agrícola dos EUA*. São Paulo, USP, 1993.

VELLOSO, J. P. R. *Brasil: a solução positiva*. São Paulo, Abril-Tec, 1978.

VERRI, E. J. *O desenvolvimento recente da indústria paranaense*. Maringá, PR. Diss. Mestrado DCO-UEM, 1998.

WACHOWICZ, R.C. *Norte Velho, norte pioneiro*. Curitiba, 1985.

WEE, H. V. Prosperidad y crisis. Reconstrucion, crecimiento y cambio, 1945-1980. In: *Historia Económica Mundial Del Siglo XX*. Barcelona, Editorial Critica, 1986.